

REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA



ANO 13
VOLUME 13
NÚMERO 1

2019

Programa de Pós-graduação em História Comparada - UFRJ



REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

2019

Ano 13

Volume 13

Número 1



Revista de História Comparada. Programa de Pós-graduação em
História Comparada/UFRJ.
Ano 13, v. 13, n. 1.
Rio de Janeiro: PPGHC, 2019.
Semestral
ISSN: 1981-383X
História Comparada. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-graduação em História Comparada.

Programa de Pós-Graduação em História Comparada

Endereço: Largo de São Francisco de Paula, n. 1, sala 311 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

BRASIL – CEP 20051-070

Tel.: 0 XX 21 2221-4049

Tel e Fax : 0 XX 21 2221-4049

Fax: 0 XX 21 2221-1470

E-mail: ppghc@historia.ufrj.br

Site: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada>

<http://www.ppghc.historia.ufrj.br/index.php/destaque/publicacoes/revista-de-historia-comparada>

Revisão:

Paulo Duarte Silva

Apoio Técnico:

Juliana Salgado Raffaeli

André Rocha de Oliveira

Montagem e projeto gráfico da capa:

Juliana Salgado Raffaeli

Imagem da capa:

Vista do Rio Huangpu a partir do *deck* de observação da Shanghai Tower.

Fotografia de Bobby-John de Bot (Agosto de 2018).

Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Shanghai_Tower#/media/File:Shanghai_View.jpg>. Acesso em
22 jul. 2019.

REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA
Ano 13 – Volume 13 – Número 1 – Jun/2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Roberto Leher

INSTITUTO DE HISTÓRIA
Diretora: Norma Côrtes Gouveia de Melo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA
Coordenador: Fábio de Souza Lessa

EDITOR RESPONSÁVEL
Paulo Duarte Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

COMITÊ EDITORIAL
Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Flávio dos Santos Gomes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Leila Rodrigues da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Paulo Duarte Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Victor Andrade de Melo (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

COMITÊ DE APOIO TÉCNICO
Juliana Salgado Raffaeli (Doutoranda – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
André Rocha de Oliveira (Mestrando – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL
Anita Leocádia Prestes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Carlos Roberto Antunes dos Santos (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil)
Diva do Couto Muniz (Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil)
Dulce Oliveira Amarante dos Santos (Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil)
Gilson Rambelli (Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil)
Gilvan Ventura da Silva (Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil)
Jean Marcel Carvalho França (Universidade Estadual Paulista, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Joana Maria Pedro (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil)
José Antônio Dabdab Trabuls (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)
José Rivair Macedo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)
Maria do Amparo Tavares Maleval (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Maria Gabriela Martin Ávila (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil)
Maria Helena Rolim Capelato (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Marina de Mello e Souza (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Paulo Gilberto Fagundes Vizentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)
Renata Menezes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Renan Frighetto (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil)
Terezinha Oliveira (Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil)
Valdemir Donizette Zamparoni (Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL
Carlos Barros (Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, A Coruña, Espanha)
José Luis Fontes (Universidade do Minho, Braga, Portugal)
Maria de Fátima Souza e Silva (Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal)
Maria Cecília Colombani (Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, Buenos Aires, Argentina)
Maria Manuela Martins (Universidade do Minho, Braga, Portugal)
Mariana Benedetti (Università degli Studi di Milano, Milano, Itália)
Norberto Consani (Universidad Nacional de la Plata, La Plata, Buenos Aires, Argentina)
Nuno Simões Rodrigues (Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal)
Patrícia Grau-Dieckmann (Universidad Nacional de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina)
Pieter Lagrou (Institut d'Histoire du Temps Présent, Île-de-France, França)
Stefan Rinke (Universidade Livre de Berlim, Berlin, Alemanha)

Sumário

DOSSIÊ “HISTÓRIA COMPARADA E SISTEMAS SOCIAIS: REPENSANDO AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO SÉCULO 21”	07
--	-----------

Alexandre S. de Moraes; Tâmis Parron

THE ANALYSIS OF LARGE SOCIAL SYSTEMS IN GLOBAL HISTORY: A METHODOLOGICAL APPROACH	13
--	-----------

ANÁLISIS DE GRANDES SISTEMAS SOCIALES EN LA HISTORIA GLOBAL: UN ENFOQUE METODOLÓGICO

Jeff Fynn-Paul

HELENIZAR OS AUTÓCTONES, HELENIZAR A EUROPA: COLOMBO E LAFITAU EM UM EXERCÍCIO DE HISTÓRIA COMPARADA	45
---	-----------

HELENIZE THE AUTOCHTHONOUS, HELENIZE EUROPE: COLOMBO AND LAFITAU IN A COMPARED HISTORY EXERCISE

Alexandre Santos de Moraes

DISCOVERING LARGE CONTINENTAL EMPIRES: A HISTORIAN IN SEARCH OF SPACE	74
--	-----------

DESCOBRINDO GRANDES IMPÉRIOS CONTINENTAIS: UM HISTORIADOR EM BUSCA DE ESPAÇO

Alfred J. Rieber

TRÊS REGIMES AUTORITÁRIOS NA HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICANO: O ESTADO NOVO (1937-1945), A DITADURA MILITAR (1964-1985) E O REGIME ATUAL (A PARTIR DO GOLPE DE 2016)	108
--	------------

TRES RÉGIMENES AUTORITARIOS EN LA HISTORIA DEL BRASIL REPUBLICANO: EL ESTADO NOVO (1937-1945), LA DICTADURA MILITAR (1964-1985) Y EL RÉGIMEN ACTUAL (A PARTIR DEL GOLPE DE 2016)

Anita Leocadia Prestes

AMÉRICA LATINA EMARANHADA: DA HISTÓRIA COMPARADA AO CONCEITO DE ENTANGLEMENT	130
---	------------

LATIN AMERICA TANGLED: FROM COMPARATIVE HISTORY TO THE CONCEPT OF ENTANGLEMENT

María Verónica Secreto

MIGRAÇÕES SENHORIAIS NO LONGO SÉCULO XIX: COMPARAÇÕES, CONEXÕES E INTEGRAÇÕES	152
MASTERS MIGRATIONS IN THE LONG NINETEENTH CENTURY: COMPARISONS, CONNECTIONS, AND INTEGRATIONS	
<i>Leonardo Marques; Waldomiro Lourenço da Silva Júnior</i>	
THE GREAT DIVERGENCE IN THE ANTHROPOCENE	192
A GRANDE DIVERGÊNCIA NO ANTROPOCENO	
<i>Prasannan Parthasarathi</i>	
INCORPORATING COMPARISON IN ONTOLOGICAL ENCOUNTERS	209
INCORPORANDO A COMPARAÇÃO EM ENCONTROS ONTOLÓGICOS	
<i>Philip McMichael</i>	
EXPLAINING STATE FORMATIONS AND TRANSFORMATIONS IN GLOBAL HISTORY, C.1000 - PRESENT	238
EXPLICANDO FORMAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO NA HISTÓRIA GLOBAL, C.1000 - PRESENTE	
<i>R. Bin Wong</i>	

DOSSIÊ

HISTÓRIA COMPARADA E SISTEMAS SOCIAIS: REPENSANDO AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO SÉCULO 21

Alexandre S. de Moraes
Universidade Federal Fluminense

Tâmis Parron
Universidade Federal Fluminense

Há um chiste que diz que a vista mais bonita de Niterói é o Rio de Janeiro. Tem-se aí uma óbvia provocação que enfurece os niteroienses: subentende-se que a cidade, separada do Rio pela Baía de Guanabara, não teria belezas naturais, restando a seus moradores admirar os contornos da cidade vizinha. Os niteroienses respondem ao gracejo dizendo que têm do Rio de Janeiro o que há de melhor, a visão panorâmica, dando a entender que de perto a capital do Estado deixa a desejar. Não é tarefa difícil desmentir a falta de belas paisagens em Niterói e de pormenores bonitos no Rio de Janeiro. Regionalismos à parte, o que ressalta na troca de gentilezas entre cariocas e niteroienses é o ponto de referência adotado na observação. Diante de uma tela monumental, o observador pode aproximar a vista e reconhecer o talento do artista pelos detalhes da pincelada, mas teria dificuldade de ver o conjunto da pintura; de modo contrário, poderia se afastar e ver a tela inteira, mas perderia os detalhes que só a proximidade torna visíveis. Em ambos os casos, há limites para o bom senso: com o nariz quase tocando o quadro, a vista embaçaria e nada seria apreciado, assim como não teria nada a admirar caso estivesse demasiado distante e o quadro monumental se tornasse um ponto perdido no horizonte.

Nas últimas décadas, a historiografia privilegiou a observação minuciosa das pinceladas. Não raro, enfurnou o nariz na tela. Quase não atravessava a Baía de Guanabara para ver o Rio de Janeiro ou Niterói de outro ponto de vista. Em termos epistemológicos, a tendência a inventariar o pormenor até o ponto de perder a visão de conjunto da vida humana resultou de três vitórias teórico-metodológicas obtidas no interior das Ciências Sociais na década de 1970: o triunfo da micro-história sobre a segunda geração dos *Annales*, o da história agrária nacional sobre a perspectiva histórico-mundial do capitalismo e o da econometria baseada na

teoria da escolha racional sobre a escola histórica alemã de pensamento econômico. O vocábulo *triunfo* não significa que um dos lados levou de vencida porque tinha razão ou exibiu superioridade epistemológica. Como sói acontecer nas ciências em geral, vence quem sabe melhor polarizar com as grades interpretativas de acordo com tendências institucionais conjunturais, recebendo maior aporte financeiro continuado das agências internacionais e nacionais de pesquisa e acumulando mais citações nos programas de pós-graduação estratégicos em nível mundial. Foi nesse sentido, institucional, que o micro venceu o macro.

O problema é que a pequena escala de observação, ao colocar o cientista social no corpo a corpo com dados empíricos, lhe dá a falsa sensação de domínio sobre a realidade. Achando que podiam formalizar encadeamentos causais da mudança social consultando apenas seu repertório de fontes, pesquisadores desvalorizaram as teorias, presumiram que os processos de transformação social começavam e findavam dentro do Estado nacional, que afinal produziam as fontes estudadas, e reduziram as múltiplas dimensões do processo social ao ponto de vista das pessoas observadas, aquelas que apareciam nas fontes. Aos poucos prevaleceu a noção de que os estudos espaço-temporalmente restritos, como os da micro-história, já iluminavam processos globais, tornando supérfluas as grandes abordagens. Nas palavras de Giovanni Levi, a micro-história, “reduzindo a escala de observação e concentrando a atenção através de microscópio”, leva à “reconstrução de uma história total” (2018) – como se o particular contivesse o universal por ser sua cópia fractal mínima e perfeita. Enunciados assim supõem a falácia da transversalidade espaço-temporal das escalas da vida social: o que vale no micro vale no macro, a lei da minha casa é a lei da macroeconomia que é a lei do Estado que é a lei da economia mundial (como sonharia Douglass North). Dessa forma, aliou-se um procedimento cômodo a um conforto ético. Quem estudava o Rio de Janeiro falava do Rio, quem estudava Niterói, de Niterói, e assim estava bem, pois a observação exclusiva do Rio explicaria Niterói e a de Niterói, o Rio. Era como se a Baía de Guanabara sequer existisse.

Mas a História tem lá suas ironias – ou, em linguagem hegeliana, astúcias. Nas mesmas décadas em que os cientistas sociais apostaram no empiricismo

antiteórico, na capacidade superlativa de ação dos indivíduos e no nacionalismo metodológico, a Guanabara foi completamente transfigurada: surgiram novos padrões de integração internacional dos mercados de commodities, as estratégias de acumulação mundial de capital, com novas formas de propriedade e de extração de trabalho, se transformaram radicalmente, as desigualdades globais atingiram níveis inéditos de magnitude, o eixo dinâmico da economia mundial capitalista se deslocou para o Indo-Pacífico, a crise socioecológica do planeta caminhou para seu ponto de não retorno e a institucionalização global dos regimes representativos abalou-se em seus núcleos mais vivos e vibrantes. Era como se estivéssemos lendo a paráfrase adaptada de um poemeto contemporâneo: enquanto o micro-historiador discutia com o historiador cliométrico qual deles era capaz de bater o historiador braudeliano, os donos do poder mundial tiraram ouro do nariz. Isso tem levado à convicção crescente de que as profundas, massivas e incontroladas transformações socioecológicas, econômicas e políticas da vida humana solicitam, mais uma vez, as lentes de grande angular e a reflexão teórico-metodológica das Ciências Sociais. No transe agudo da crise mundial que vivemos, cabe às Ciências Sociais oferecer ferramentas alternativas à modelagem matemática e à linguagem da economia, hoje predominantes na formulação de políticas públicas de amplitude nacional e global, para moldar os conceitos, a sensibilidade e as práticas do mundo no século 21.

Ao contrário do que dão a entender os dichotes entre Rio de Janeiro e Niterói, os pontos de referência não são epifenômenos da natureza. Eles se oferecem e são acolhidos pelas condições sociais de produção dos discursos em preclara relação com nossos dilemas e conflitos do presente da vida social. Não é motivo de surpresa que, nesse momento específico de nossa experiência histórica mundial, abordagens exclusivamente microescalares tenham criado uma sensação de dissonância cognitiva; que passem a conviver cada vez mais com quadros conceituais montados para iluminar processos mais amplos, dada a crescente percepção de que os objetos diretamente observados não são autoexplicáveis nem esgotam a explicação da totalidade processual que é o capital em seu movimento de autoexpansão globalitária. Admitida a dimensão alegórica das piadas entre Rio de Janeiro e Niterói, parece cada vez mais necessário considerar a Baía de

Guanabara não como espaço que separa dois polos que se explicam por si mesmos e se antagonizam pelos chistes regionalistas; nem como um vácuo neutro através do qual seria possível estabelecer semelhanças em duas unidades distintas (as duas cidades propriamente ditas) ou diferenças em dois contextos semelhantes (duas avenidas análogas, cada uma em cada cidade). É como se os cientistas se dessem conta de que o Rio de Janeiro só é o Rio por causa de Niterói e que Niterói só é Niterói por causa do Rio. Nessa mirada, a Baía aparece como o espaço-tempo constituído e constitutivo das relações que formam mutuamente as duas cidades em suas componentes mais elementares: mercado imobiliário, mercado laboral, fluxos do turismo, rotas do tráfico, padrões culturais, governança e, claro, as pilhérias recíprocas. Comparar não é apenas isolar, justapor e contrastar, como acredita a imensa maioria dos historiadores profissionais; é submeter enquadramentos, conceitos e categorias a um descentramento espaço-temporal radical até que se possa redimensionar escalas, propor problemáticas teórico-metodologicamente sólidas e formalizar novas modalidades de encadeamento causal.

Foi precisamente essa disposição de espírito, essa sensibilidade intelectual despertada pela crise do capitalismo histórico como nós o temos conhecido nos últimos séculos, que garantiu a excepcional acolhida do dossiê *História Comparada e Sistemas Sociais*. Na Chamada de Artigos, provocamos especialistas a elaborar uma reflexão sobre as potencialidades da História Comparada para a compreensão da formação, desenvolvimento e dissolução de grandes sistemas sociais, isto é, para a mudança social em larga escala na longa duração. O resultado da convocatória não poderia ser mais consistente com a proposta que orientou a redação dos artigos deste número da *Revista de História Comparada*. Alguns autores, como Jeff Fynn-Paul (Universidade de Leiden) e Roy Bin Wong (UCLA), encararam o desafio propondo a validade de um “quadro referencial comparativo mais amplo” em um contexto epistemológico “pós-teórico”. Sem navegar nos mares das teorias mais vastas das Ciências Sociais, como marxismo e weberianismo, Bin Wong analisou as formações socioestatais dentro do que chama de “regiões mundiais”, uma zona intermediária maior que um país e menor que o globo que define a inscrição de um espaço particular na geopolítica global; e Fynn-Paul

propôs um modelo – intitulado Análise de Amplos Sistemas Sociais – como a modalidade mais promissora na era dos estudos de História Global. Outros colaboradores, como Alexandre Moraes (UFF) e Alfred Rieber (Central European University), enfrentaram o problema do eurocentrismo, esse fenômeno cultural que se manifesta sub-repticiamente na busca científica autocongratatória das raízes multiculturais, individualistas, racionais e civilizadas do mundo contemporâneo. Rieber atacou-o pelo espaço, desconstruindo a metageografia imaginária do pós-guerra; Moraes, pelo tempo, examinando a apropriação seletiva dos clássicos antigos para a composição da autoimagem da Europa na modernidade. Como, aliás, mostra Anita Prestes em seu ensaio sobre o peso do capital financeiro nas ditaduras brasileiras do século 20, a comparação desnaturaliza o que o espaço e o tempo presentes fazem parecer inevitável e consequente. Seguindo-se o fio de sua argumentação, percebe-se melhor que a reforma da previdência de Jair Bolsonaro é a maior espoliação em massa de direitos individuais no Brasil desde a compressão salarial dos primeiros governos militares na década de 1960.

Verónica Secreto (UFF), Leonardo Marques (UFF) e Waldomiro Lourenço (UFSC), por sua vez, revisitaram distintas modalidades de comparação atualmente praticadas em todo o mundo na grande área das Ciências Sociais: comparação formal, comparação integrada, história entrelaçada. Enquanto Secreto realçou a assimetria global nas condições de reprodução do conhecimento acadêmico ao indicar que a riqueza do pensamento social latino-americano do século 20 é comumente ignorada nas produções do Atlântico Norte, vendidas como se fossem o marco zero da inovação científica, Marques e Lourenço sugeriram que os estudos das transformações de larga escala na longa duração devem combinar diferentes modalidades de comparação, das conexões empíricas de eventos à conceituação de processos estruturados, para aumentar sua eficiência analítica. Por fim, Prasannan Parthasarathi (Boston College) e Phillip McMichael (Universidade de Cornell) refletem sobre o modo com que as Ciências Sociais podem contribuir para conceituar e frear os efeitos devastadores do capital sobre as condições ecológicas da vida humana. Valendo-se de seu método de comparação incorporada, McMichael explica por que as políticas de desenvolvimento sustentável, baseadas

na linguagem de valorização do capital, não podem curar o problema ecológico mundial que prometem combater. Já Parthasarathi, refazendo o fio argumentativo de seu livro sobre a Grande Divergência, argumenta que o desenvolvimento das instituições econômicas no longo prazo depende de ações políticas, sugerindo, implicitamente, que apenas a redefinição da natureza do Estado e das relações de poder na democracia podem resgatar a humanidade de sua dança à beira do abismo

Na convocatória para este dossiê, advertimos que não tínhamos a ambição de esperar das respostas à nossa provocação um “procedimento teórico-metodológico de validade universal para o estudo das relações humanas”, uma espécie de aurora boreal para um mundo em decomposição acelerada. Ainda assim, o leitor que mergulhar nas páginas seguintes sairá mais bem aparelhado para questionar algumas falácias teórico-metodológicas de uso corrente na historiografia e nas Ciências Sociais tanto do Brasil como de outros países. Demolir enunciados e procedimentos subteorizados – como a falácia da transversalidade espaço-temporal das escalas da vida social, a metageografia do pós-guerra, a fetichização da comparação formal – é a primeira condição para que cientistas sociais desenvolvam um sistema de diagnósticos adequado aos desafios do século 21. Quando lançamos o convite para este dossiê, dissemos que a análise comparada, sendo “um promissor exercício de reunificação epistemológica do conhecimento”, era extremamente necessária “num mundo cujo futuro parece depender cada vez mais da nossa capacidade de interpretar e alterar o curso de processos globalitários.” Se essa capacidade de entender e agir depender da superação do nacionalismo metodológico, do individualismo metodológico e do pensamento abstrato fundado em empirismo antiteórico, este dossiê terá dado sua pequena contribuição ao grande esforço coletivo de crítica e autocrítica que o capital do século 21 parece exigir, a todo instante, de todos os seres humanos.

Referência:

LEVI, Giovanni. Microhistoria e Historia Global. **Historia Crítica**, v. 69, p. 21-35. jul-set. 2018.

THE ANALYSIS OF LARGE SOCIAL SYSTEMS IN GLOBAL HISTORY: A METHODOLOGICAL APPROACH

Jeff Fynn-Paul¹
Leiden University

Resumo: This article begins from the assumption that in a rapidly globalizing world, an important frontier in the understanding of the history of human society is the recognition and definition of large social systems. We begin with an attempt to define the 'large social system', proceed with analyzing the best methodology for defining and measuring such a system. It is argued that large social systems often have particular economic or institutional characteristics which act as 'sinews' for the system. At the same time, a large social system is often to be found hiding in 'plain sight' as it were. This is because its scale does not easily conform to a single nation or culture—the usual units of analysis for historians of human society. Thus, simply identifying a large social system, and defining its temporal and geographical boundaries, can bring significant insights. Identifying key mechanisms which actuate the system is often integral to the definition process.

Of course, there are existing methodologies which can be of greater and lesser use for defining and explaining the workings of large social systems. We consider four of these: so-called 'Global History', World History, Comparative History, and New Institutionalism. The pros and cons of each of these methodologies are briefly assessed, and some new methodologies and guidelines are suggested for moving forwards with this exciting frontier in historical, economic, and social science.

Keywords: Global History; Large Social System; Comparative History

ANÁLISIS DE GRANDES SISTEMAS SOCIALES EN LA HISTORIA GLOBAL: UN ENFOQUE METODOLÓGICO

Resumen: Este artículo presupone que en un mundo que se globaliza rápidamente, el reconocimiento y la definición de Grandes Sistemas Sociales constituyen una importante frontera para la comprensión de la historia de la sociedad humana. Comenzamos por definir el "gran sistema social", luego analizamos la mejor metodología para determinar y mensurar dicho sistema. Argumentamos que los grandes sistemas sociales a menudo tienen características económicas o institucionales particulares que actúan como "tendones" del sistema. Al mismo tiempo, es frecuente encontrar un "gran sistema social" no perceptible a primera vista. Esto se debe a que su escala no coincide con una nación o cultura: las habituales unidades de análisis para los historiadores. Por lo tanto, la simple identificación de un "gran sistema social" y la definición de sus límites temporales y geográficos pueden constituir una gran contribución para el conocimiento de las sociedades humanas. La identificación de los mecanismos que accionan el sistema suele ser parte integral del proceso de definición.

Por supuesto, existen metodologías que revisten mayor o menor utilidad para definir y explicar el funcionamiento de los "grandes sistemas sociales". Consideramos cuatro ellas: la llamada 'Historia Global', la Historia Mundial, la Historia Comparada y el Nuevo Institucionalismo. Evaluamos brevemente los pros y los contras de cada una de estas metodologías y sugerimos algunas nuevas metodologías y directrices para avanzar con esta apasionante "frontera" en las ciencias históricas, económicas y sociales.

Palabras-clave: Historia Global; Gran sistema social; Historia Comparada.

¹ E-mail: j.fynn-paul@hum.leidenuniv.nl.

1. Large Social Systems vs. Comparative History: Definitions

The mandate for this essay is to ‘stimulate discussion on the uses of comparative history for understanding the making, development, and crises of large social systems’ (with reference to how comparative history mattered in my own research into the long-term history of slavery). This mandate is broad and therefore dangerous. Essays on such topics often veer into platitudes or pontification and are seldom worth the reader’s time. So going forward we must be as precise as possible, and make sure that we are adding some useful concepts to the historian’s toolbox.

This essay proposes that the study of Large Social Systems is one of the most fruitful labours that active researchers can engage in today. Because the analysis of Large Social Systems remains a young and ill-defined field, its objects and methodologies remain uncodified and in danger of being hijacked by a particular agenda. This essay will grapple with a total of five variables pertaining to the historical analysis on a large scale:

- Comparative History
- Large Social Systems
- World History
- Global History
- and
- New Institutionalism

Normally, five variables might seem too many for a single article to take on. But when we point out that the analysis of Large Social Systems is our overall goal, and that World History (or World Systems Analysis) will be treated only cursorily for reasons described below, then we are left with only three principal concepts to introduce and grapple with, viz., Comparative History, Global History, and New Institutionalism.

Taking these in turn, this essay will argue in parts one and two that *Comparative History* is necessary for Large Social Systems analysis, but is perhaps not the best methodology. It will further argue in parts two and three that we need to distinguish both Comparative History and Large Social Systems analysis from the emerging discipline of *Global History* and the older discipline of World History.

In part four, this essay will distinguish Large Social System analysis from *New Institutionalism*—a school of historiography with which it has much in common, but from which I argue it should also remain distinct. Part five will bring the preceding analyses to bear in a case study of Greater Mediterranean Slavery. The final part will summarize our findings and suggest opportunities for further research into Large Social Systems analysis.

Let us begin by taking the mandate above, and distinguishing our first two variables: Comparative History and Large Social Systems. The first variable is **Comparative History**. What is comparative history and why is it useful? On the surface of it, the idea of comparative history sounds so broad as to be tautological. Is not every history comparative in some way? Our first observation is, that whether something can count as comparative has to do with expectations. Expectations are in turn founded on what has come before—if most studies are based on, say, a single country, or a single century, or single industry, then whatever breaks this mould will be seen as comparative. And we could leave it at that. But we should be more specific if we want our term to retain scientific value. Probably the safest definition of Comparative History, which maximizes its epistemological value, is that it expressly compares two or more units, with the aim of offering new causal explanations for the phenomena in question. The rationale for being comparative, then, is to show that *explanations based on a single unit of study are insufficient to describe the whole*, while those based on two or more units can highlight patterns which were not evident in the case of a single unit. This can be either a) because a single unit did not reveal the pattern at all, or b) because the pattern, given only a single unit of analysis, did not seem scientifically significant.

Our second term of analysis is **Large Social Systems** (hereafter LSSs for short). At first this unit of analysis might seem as ‘meaningless’ as the idea of Comparative History. However, it should be noted that an LSS is an *object* comprised of actors interacting with other actors and objects across time, while comparative history is a *methodology* operating on two or more distinct objects. The idea we have of a Large Social System is that of a movement or development in human society, which might be so large, as to have eluded detection as a distinct

process or unit. It is literally the forest that we cannot see for the trees. In the nineteenth century, modern history writing was born in a European nationalist context, meaning that historians often ignored obvious and parallel developments which were going on in neighbouring countries. And it was not until recently that some Western historians began to take seriously the history of countries outside of the West, and that non-Western history departments gained the resources to conduct world-class research. Between these path dependencies, there are many Large Social Systems which remain to be discovered. This in itself is very exciting, because it means that there remain many new and important discoveries waiting to be made about the workings of human society over time.

An example will serve to concretize the correspondences and distinctions between an LSS and the objects of Comparative History. A few months ago, the present author was at a conference where someone presented on the development of newspapers in Belgium in the 1840s. They had meticulously researched all the Belgian dailies with reference to one another, and looked for purely 'Belgian' reasons why the newspaper blossomed at the time that it did, citing Belgian independence, laws, financial regulations, etc. But the thought had clearly not occurred to this researcher to look into similar developments going on in Paris and other French cities, at precisely the same time. In this way, Comparative History would have been very useful for discerning what was in fact a larger social system than the researcher originally envisaged. Clearly, a comparative study of say, the newspaper industry in France and Belgium, would reveal many processes which were particular to each country, but others which were shared by both industries. And this I would argue is the main value of Comparative History. But if we move further, then the notion of comparative history becomes a bit distorted, because the true development of the newspaper industry in Belgium cannot be understood without reference to a dozen or more national newspaper industries within which the Belgian industry developed. Even if most Belgian newspapermen were not directly aware of the other European newspaper industries outside of the Francophone world (and most Belgian papers at the time were in French), the fact is that the printing machinery, reporting techniques, freedoms of the press, public expectations regarding 'news', legal restrictions, etc., would all have developed

within a European-wide nexus, which had an impact on all of the participating national industries.

So here is where the notion of a specifically ‘comparative history’ begins to look too limited, and instead we have to focus on the limits of a LSS itself. In this case, we can say that the entire Western newspaper industry of the 1840s was part of a single LSS, which is the global history of newspaper printing. We might easily dismiss this as too large to analyze. In fact, the newspaper industry had a very definite beginning in northwest Europe in the years around 1700 (with a few antecedents stretching back two or more centuries before), and it was long limited to a few countries, with few active offices and presses, especially before the late nineteenth century. So tracing the contours of the global newspaper industry, at least before say 1900, might be a scientifically beneficial exercise. This would entail discovering the limits of an LSS, and it would entail a great deal of ‘comparative history’. But the main work of an historian tracing the global newspaper industry before 1900 would be to describe the existence of presses, offices, and editors, and to explain why the newspaper industry LSS was limited to the boundaries that it in fact observed.

From this, we arrive at our working definitions:

A **Large Social System** is an analyzable section (noun) of human society whose origins and development are more satisfactorily explained with reference to a *larger geographical focus* (space) and/or a *longer temporal frame* (time) than was originally evident. A Large Social System will usually contain an internal logic which operates according to a discernible set of rules or institutions. The aim of Large Social System Analysis (verb) is to discover the geographical and temporal limits of the LSS in question, and the rules which govern its development. To trace these limits, one has to define the core institutions or ‘sinews’ which signal the presence or absence of your system, e.g. printing presses producing newspapers, or slave markets. While Comparative History is certainly necessary for discerning the contours of an LSS, often the types of features one is looking for in a given culture or political unit are very broad, and so the idea of doing a ‘comparison’ in a meaningful sense, is perhaps of limited use, as will become evident below.

Comparative History is a type of analysis (verb) which explicitly compares two or more discrete units of analysis, for the purpose of finding causes and ‘laws’ which are not evident from the analysis of a single unit. Historians’ natural bias is to assume that their unit of analysis (e.g. the Francophone newspaper industry in Belgium in the 1830s) works according to endogenous factors, when in fact, the principal contours might have been determined by exogenous factors (e.g., the history of newspaper printing in France). The primary goal of Comparative History is to distinguish endogenous from exogenous factors in such a case. Whereas Comparative History can be used to describe the contours of an LSS, the fact is that so many ‘comparisons’ might be necessary to trace an LSS, that Comparative History remains strongest when it is used to do the work just described.

2. World History and Global History: A Brief History

For students reading this essay, we should begin this section by defining the term ‘historiography’. Historiography is the word that professional historians use to describe the act of writing about history (i.e., as a verb). The term can also be used as a noun, i.e., the historiography of a particular subject means the scientific literature that has been written about a given problem in history.

When attempting to assess the value and impact of our two main terms ‘Comparative History’ and ‘Large Social Systems’, our next task is to relate these to the already existing historiographical traditions of ‘World History’ and ‘Global History.’ Even if we can analyze LSS or do Comparative History without referring to the entire world, still, the historiography which relates to such large-scale topics tends to come under the headings of World or Global History. Historians familiar with these subjects will recognize that historiographers have long made a technical distinction between terms ‘World History’ and ‘Global History.’ Because of these technical differences, the two terms are not interchangeable, although students who are first coming to the topics might naturally think them synonymous.

Before we briefly define World and Global History, it will come as a surprise to many students to think that professional historians have not been writing about World or Global history for more than a few decades. In fact, these disciplines

were only invented in the 1970s and 2000s, respectively. When we think about it further, however, a number of major milestones in historiography will serve to underline the newness of the entire historical discipline as a mass endeavour. For one thing, just like the modern newspaper, modern scientific history has a very specific birthplace. While there were always chroniclers who attempted to use scientific methods with more or less success in all of the literate parts of the world, there was no such thing as a sustained scientific community of historians, until these began to develop in the universities of Northwest Europe during the later nineteenth century. While we might credit individuals such as Edward Gibbon or even some renaissance writers such as Leonardo Bruni with inventing the paradigm of modern historiography, it is true that these writers remained relatively alone, without a community of equally accomplished peers, for centuries after their death. In order to do science, one generally has to be part of an active researching community.

While the rise of 'professional' historiography occurred in a handful of universities in a handful of countries in the later nineteenth century, this historiography remained very spare by modern standards until World War II. It was the birth of the modern socialist state, and the corresponding expansion of the university systems in the Western and other developing countries, that spurred the growth of the modern history department.² And at the beginnings of this expansion, most historians still tended to write in a nationalist vein. As universities continued to expand, and as new faculty were recruited from the less 'privileged' classes, a generation of historians embraced Marxist or semi-Marxist principles, as a means of critiquing previously existing 'bourgeois' studies of nation, king, and 'Great Men.' The *Annales* School in France, which began already in the 1930s, was a pioneer of this movement and remained influential through the 1980s. Typical of *Annales*-style analysis was an emphasis on material goods and processes, which were akin to Marx's 'means of production.' Studies in this vein tend to start with 'the land' and 'means of subsistence', and proceed to describe

² SCHOFER, Evan; MAYER, John. The worldwide expansion of higher education in the twentieth century. *American sociological review*, v. 70, n. 6, p. 898-920, 2005. Also GEIGER, Roger. **Research and relevant knowledge: American research universities since World War II.** Piscataway, NJ: Transaction, 2004.

how this 'Structure' created a 'Superstructure' of Ideas and Political Systems. (Both 'Structure' and 'Superstructure' are Marxist terms).³ As more women were admitted into intellectual life in the 1960s and 70s, they too demanded a history of women which set out to critique previously sexist studies based on the assumption that men's lives were normative. As more people of colour became historians from the 1990s, they in turn demanded a historiography which was de-centered from the idea that white people were normative. In this way, new generations of historians wished to see themselves reflected in the historiography, and the science of history tended overall to improve by this means.

With this background in mind, we can define our main terms. The term '**World History**' was given a technical meaning by the appearance of Immanuel Wallerstein's seminal *The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*, in 1974.⁴ In this volume, Wallerstein attempted to give a materialist-structuralist interpretation to the origins of modern global capitalism. His central theory is that by exploiting a global periphery, the most economically developed regions of capitalist Europe managed to create 'wealth-extracting systems' which enabled Europe to gain more and more wealth, while other regions of the world such as Asia, Africa, and South America were relegated to exploited backwaters. Wallerstein's insights proceed very much from the Annales school of historiography, mentioned above, from the Marxist-Materialist notion that Structure (economics) determines Superstructure (politics, ideology, and culture.) Thus, Wallerstein's ideas are Marxist-derived, particularly the idea that it is economic processes or means of production which underly anything like a 'global system.'

From Wallerstein's insights have followed a number of other influential theories and schools of historiography, including those of Post-Colonial studies. These especially have carried forward the idea that there is a 'Centre' and a

³ The key study is that of Braudel of the Mediterranean, originally published in French in 1949 as: BRAUDEL, Fernand. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II**. Paris: Librairie Armand Colin, 1949. For the current English edition see BRAUDEL, Fernand. **The Mediterranean and the Mediterranean world in the age of Philip II (Vol. 2)**. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California, 1995.

⁴ For a modern edition see WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system I: Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century (Vol. 1)**. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California, 1991.

‘Periphery’ with ‘Metropolises’ which tend to dominate, exploit, and dictate, while the colonies tend to be exploited, to have colonized peoples, who might or might not retain some agency to resist or otherwise counter the impulses of the colonizing society. But the structurally antagonistic nature of this relationship—the assumption that colonialism is exploitation akin to Marx’s exploitation of the proletariat by the bourgeoisie—follows somewhat from Wallerstein’s Structuralist interpretation of the World System. In general, those who follow Wallerstein’s analysis and its offshoots are lumped into a school called ‘World Systems Theory.’

Another very influential model of the World System was put forward by Janet Abu-Lughod in 1989, entitled *Before European Hegemony: The World System A.D. 1250-1350*.⁵ Abu-Lughod’s book was a direct response to Wallerstein’s book, and the *Annales* School’s tendency to see World History as beginning with the so-called ‘rise of European World Capitalism’ in the sixteenth century. In her book, Abu-Lughod points out that the Islamic world had created a massive trading empire, and, really, a ‘World System’ very similar to that described by Wallerstein, which stretched from Mozambique all the way along the Indian Ocean and Persian Gulf littorals, which also encompassed India and Southeast Asia to Indonesia. Abu-Lughod was at pains to point out that this system existed independently of Europe, but she also did not play up the idea of centre and periphery in the way Wallerstein had done, and her implication was that Arab traders were less exploitative than their European counterparts. Whether or not this is true, Abu-Lughod’s work marked the beginning of an attempt on the part of historiographers to ‘de-centre’ the narrative of World history from focusing on Europe.

The fall of the Berlin Wall in 1989 and the subsequent breakup of the Soviet Empire had a curious effect on the intellectual world: it made Marxism and any theory derived from it seem passé, almost overnight. The intellectual mood of the 1990s was set by Francis Fukuyama’s famous essay ‘The End of History’, which argued that with the fall of communism, the long process of global history had

⁵ ABU-LUGHOUD, Janet. **Before European hegemony: the world system AD 1250-1350**. Nova York: Oxford University, 1991.

come to an end.⁶ The argument was that, since capitalism and democracy had now triumphed, that the rest of world history would be a relatively harmonious movement towards the unification of the world under a capitalist and democratic regime. And even in the aftermath of the 9/11 attacks, indeed until the Great Recession of 2008, almost every Western politician acted as though they were living in such a world. In the light of subsequent history this now seems naive. There were of course countering voices, such as Samuel Huntingdon, who argued in his book *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, that fundamental cultural differences meant that there could not be, at least for a long time, any real detente between certain areas and peoples of the world.⁷ But Huntingdon's argument for a 'Clash of Civilizations' seemed too simplistic and determinist to many historians, who sought elsewhere for explanations of why the world was the way it was. (N.B., it should appear from this essay that LSS analysis is a good strategy for those wishing to counter to Huntingdon's model.)

As Marxism and associated theories fell, hard, during the later 1990s, the very concept of theory itself also went out of fashion. This entirely unforeseen event occurred not only in historical studies, but in most other fields of the social sciences and humanities. Suddenly, people who wished to do 'large scale' history felt that the older materialist theories such as those of Wallerstein and Abu Lughod were no longer appropriate for their endeavours. Particularly hard hit were economic history, and theories of class, and economic inequality—ideas strongly associated with Marxism. One form of exploitation which survived the Marxism purge was the notion of identity exploitation, based on the newer Foucaultian insight that language is a carrier of power.⁸ Thus, during the early 2000s, almost all of the studies which gained serious attention were smaller-scale studies detailing the histories of some group which could be identified as a 'traditional minority'. Queer people, women, people of colour, religious minorities, etc., were

⁶ Originally published as FUKUYAMA, Francis. The end of history?. **The national interest**, v. 16, p. 3-18, 1989.

⁷ Originally published as HUNTINGDON, Samuel. The clash of civilizations. **Foreign affairs**, v. 72, n. 3, p. 22-49, 1993.

⁸ A key study which brought this concept of language as power, as well as the concept of punishment as a performance of power, to the attention of an anglophone audience is FOUCAULT, Michel. **Discipline and punish: the birth of the prison**. New York: Pantheon, 1977.

the groups upon which historians now focused most of their energies. A problem with this vast literature was that in the relative absence of theory, it was often seen as enough to write about 'minority' groups simply for the sake of writing about minority groups.

While history was in danger of devolving into an atheoretical study of underprivileged people for its own sake, other historians were focused on the evolving concept of '**globalization**'. This was a major buzzword of the 1990s and early 2000s, which was based on the idea that economic globalization would create greater wealth for everyone. This idea also flowed from Fukuyama's notions of the 'End of History'. This, in turn, was based on an understanding of the Bretton Woods system set up by the US and UK in the aftermath of World War II, which included such institutions as the UN, the IMF, and the World Bank, and whose purpose was to integrate the global economy into one capitalistic and democratic whole. Spurred by the creation of the European Union and NAFTA in the early 1990s, and the 'fall' of Communism mentioned above, it seemed as though the globe was indeed reaching a new threshold of integration. Historians naturally began looking backwards in time, in an effort to find the 'real' beginnings of modern globalization.⁹

Seeing that this movement had been gaining momentum from the later 1990s, in 2005, a number of researchers founded the *Journal of Global History*. This is seen by some in the field as a foundational moment in its development.¹⁰ The term **Global History** was deliberately chosen by the journal's editors, in contradistinction to the earlier term World History. The major aims of Global History were:

- 1) To move beyond the geographical confines of the nation state
- 2) To move beyond traditional periodizations: ancient, medieval, early modern, modern
- 3) To emphasize connections and connectedness over boundaries

⁹ That this trend is ongoing can be deduced from the recent appearance of the Past & Present Supplement 'The Global Middle Ages', Volume 238, Issue supplement 13, November 2018.

¹⁰ For a recent summary of the current state of global history by one of the founders of the *Journal of Global History*, see VRIES, Peer, *The Prospects of Global History: Personal Reflections of an Old Believer*. **International Review of Social History**, v. 64, n. 1, p.111-121, 2019; see also the response article by ANTUNES, Catia, *An Old Practitioner Still in Search of the métier d'historien* Response to Peer Vries "The Prospects of Global History: Personal Reflections of an Old Believer". **International Review of Social History**, v. 64, n. 1, p. 123-127, 2019.

4) To avoid any major theoretical paradigm

During this foundational phase, the practitioners of Global History spent a good deal of time defining and defending their field. This defensiveness arose from the fact that—as it appeared—no one can really be considered an ‘expert’ on global history. As a result, most historians were sceptical of self-appointed ‘global historians’. After all, one can be an expert in fourteenth-century English cities, in the circle of advisors around FDR in the 1930s, or women and punishment in nineteenth century France, but who can claim to be an expert on the whole world? A related criticism is that many historians find it difficult to see how one can do meaningful primary research in ‘global history’. The main tools of the global historian seem, therefore, to be mere secondary literature—previously published works in which more specialized historians have consulted and digested various primary sources. The charge then, is that so-called ‘Global Historians’ will necessarily be generalists, who do not consult primary sources, who are not experts in any given field, and who rely on the published work of real experts in order to form their opinions. Further complicating the Global History problem is the notion that Global Historians are suspicious of the idea of a ‘master narrative’ or of an overarching theory. Whereas the World Systems crowd can point to a reliance on a Wallersteinian interpretation of economic relations as a basis for their observations, Global History has been dogged by the fact that, in the absence of any overarching theory, it can easily mean ‘all things to all people,’ which is to say, that it can collapse into meaninglessness.

The appearance in 2016 of the volume *The Prospect of Global History* seemed to herald a new era in the emergence of Global History.¹¹ As the editors of this volume assert, the turn towards Global History had only grown and grown since the foundation of the *Journal of Global History* in 2005, and the need for larger-scale, bigger picture studies was increasingly manifest. The editors further made the bold assertion that the time for defending the field was over: it was now time to apply it. It was the publication of this book, along with several

¹¹ BELICH, James; DARWIN, John; FRENZ, Margret; WICKHAM, Chris (Ed.). **The prospect of global history**. Nova York: Oxford University, 2016.

accompanying volumes, which sparked the editors of the current special issue to analyze the potential uses of LSS and Comparative History. In the introduction, the editors of *The Prospect of Global History* suggest three distinct methodologies for doing global history. One is the analysis of what I would call LSSs, though the editors define them, to my mind, less precisely than we attempt here. Another is the history of globalization, which has been introduced above. And the third is a more specific methodology of looking at ‘connectedness’—this has a specific historiography of its own as discussed below. Despite this potential messiness, some are now claiming that, after years of struggling to establish itself as a viable subject or school, Global History has arrived as a discipline.

3. Comparative History and LSS Analysis: Their Relation to World History and Global History

Having provided an outline of World and Global History, we can now turn to the major work of relating these fields to our main notion of a Large Social System.

As should be apparent from the previous discussion, we do not really need to worry about the relation of LSS analysis to World History. World History is formally done within the confines of World Systems theory, and is a particular kettle of fish which has more or less had its day. World Systems theory undoubtedly has value: but it is tied to a particular time and place and mode of analysis which, though it purports to be of global import for understanding global history, can have only a limited impact for explaining large scale phenomena in global history in general. Besides, as a Marxism-derived theory, World Systems Theory (and thus World History) labours under the difficulty that all such theories have: Marxism (and Weberianism, and other isms) point to particular ‘engines’ of development in the history of human society, and expect us to find them particularly illuminating: e.g. ‘revolution’ or ‘class struggle’—and in fact, decades of study shows that these things, once thought central to the evolution of history, are often only ancillary to much more cogent explanations. In other words, while I believe that LSSs have ‘engines’ – the older notion that a theory should privilege a particular engine now seems too limited.

The main question left to us becomes: how do we relate LSS analysis to Global History? And the answer here, I think, is that some aims of these methodologies and schools are similar. The sticking point revolves around how precisely one defines Global History. If one defines Global History as a school of practitioners with the ultimate goal of writing a 'history of the Earth and particularly its human systems', then it is simple enough to define LSS analysis (and Comparative History) as components of Global History. In this way, we can say that Global History is a catch phrase for studies which utilize LSS analysis and Comparative History. LSS analysis and Comparative History are more modest, insofar as they identify particular components of Global History, and seek to explain how these evolved and worked, without necessarily referring to any larger goal or concept of Global History. One is almost tempted to go further, and suggest that LSS analysis and Comparative History are distinct methods, while Global History is most properly a field of study.

In practise, the *Journal of Global History* over the past few years has been overwhelmingly focused on the processes of modern globalization. This is one of the three 'sub-fields' of Global History that the editors of *The Prospect of Global History* identify as a major methodology for the discipline. If we define Global History as the process by which the modern world became economically, culturally, and (to some extent) politically interconnected, then fine, this does work, and is useful. But defined in this way, Global History as a field is very much narrower, in fact, than either Comparative History, or Large Social Systems analysis, as methodologies. And its limitations in this regard should be clearly acknowledged by the proponents of Global History.

If, as some have done, one wishes to define Global History more narrowly as a methodology, rather than a subject, then the best definitions of Global History in this vein emphasize it as the study of interconnectedness across borders. This methodology has the largest historiography currently associated with Global History for the early modern period. If we define Global History as a methodology of looking for interconnectedness across borders, or 'network analysis', then we can see it as based on discerning large scale movements of people, goods, ideas, and techniques, often relating them to empires of land or sea. The idea is to find

movements and interconnectedness where little was assumed to exist. Defined this way, the aims of Global History are quite different from Comparative History defined above, in that it looks in some detail at discrete units, to find causalities. LSS analysis is closer to Global Historical network analysis, but the object of LSS analysis is a particular system, whereas the object of Global Historical analysis is often, in practise, tied to particular political units (despite what its practitioners might wish to argue!). So while some have argued that Global History as network analysis is an abstract methodology, in fact, this form of Global History has been strongly tied to the emergence of early modern global empires and trading systems, which itself smacks strongly of the older World Systems analysis. Conceptually and methodologically, it is probably best, therefore, to separate LSS analysis from this version of Global History, as well.

Overall, I would argue that the editors of this special issue have hit upon something important by emphasizing LSS analysis rather than Global History per se. While Global History might have been a crucial catch phrase for igniting the study of Large Social Systems, it might prove to be the studies of LSS or studies based on Comparative History, which end up having the most real explanatory power, and for which historiography is best suited. As the editors of *The Prospect of Global History* recognized, true Global History is not a goal which can be reached: understanding 'the whole world' might be possible, but perhaps only in a superficial way. And furthermore, it seems as though Global History in this largest sense might always be forced to rely on syntheses, and might not evolve a methodology or probative model of its own. While others will argue otherwise, it seems to me that Global History as it now stands suffers from four possible shortfalls that make it incompatible with general LSS analysis, based on how one approaches the topic. It is either too specifically 'global', too broad (and superficial), too tied in with the history of twentieth-century 'globalization,' or too reliant on World History, to provide a methodology for equipping young researchers to go out and discover previously unremarked causalities and systems.

4. LSS Analysis and New Institutionalism

To those who are familiar with the methodologies of New Institutionalism, it might at this point look as though my advocacy for LSS analysis is merely an application of this line of thinking. Sections four and five will refer to my own case study of a particular LSS, in order to suggest that while there are indeed similarities, I would strongly caution against subsuming LSS analysis under the heading of New Institutionalism. The LSS which I have most successfully analyzed was a system that I termed 'Greater Mediterranean Slavery'.¹²

A major goal of LSS analysis is to break down path dependencies on theoretical paradigms which tend to linger, zombie like, for many decades longer than they should. In the post-theory era, LSS analysis can provide large-scale causal explanations which are based not on *a priori* notions of how the world should work, but rather on *a posteriori* observations of how the world has, indeed worked. But I also realize that this type of work is rare for several reasons. First, there are disciplinary prejudices against large-scale history which we have detailed in our definition of Global History above. Also, historians tend to be inductive empiricists who start with individual primary sources, rather than with big-picture theories. In this regard, researchers who attempt to trace LSSs will need to have something of the deductive mentality of a historical sociologist, geographer, or an economist. These disciplines tend to work from large scale theories, and then work down to specifics and specific evidence as necessary. I myself am familiar with some economics and economic history, and therefore I am used to the idea of the big-picture or macro analysis. The difficulty, of course, is that with no pre-existing model for historians or historical sociologists to turn to in the post-theory era, one has to be able to look at the big picture, and its workings, by deducing the main 'laws' or parameters which constrained the system. Each LSS, in other words, will have its own characteristics, and it is up to the historian of an LSS to deduce which of these characteristics is decisive in limiting the shape and size of the LSS as it evolves over time.

¹² FYNN-PAUL, Jeff. Empire, monotheism and slavery in the greater Mediterranean region from antiquity to the early modern era. **Past and Present**, v. 205, n. 1, p. 3-40, 2009.

To perform this work, one of the most helpful frameworks is that of Douglass North, whose name is associated with the idea of 'New Institutional History.'¹³ An 'Institution' has been defined by North and his followers (perhaps somewhat unhelpfully) as 'the rules of the game.' While this can seem confusing at first, North and his colleagues are attempting to get at the ideas which I detailed above: in every system, there are particular parameters or rules which constrain actors into particular channels; and these constraints and channels in turn help to define the system. North's ideas are derived from so-called 'game theory', which evolved during the Cold War, and later became popular with economists attempting to characterize human behaviour in a given microeconomic situation. For example, if two businessmen have the option to buy a particular company, what determines whether they will buy it or not? As it turns out, if you set particular rules, then you can work out the probability of the actors doing a particular action in a given standardized situation. Whether one is analyzing a formal game, or the odds of a CEO making a particular decision in a given situation, game theory requires that you set certain 'parameters', so that the odds of a given action can be deduced. These are the basis for North's 'rules of the game' definition of institutions.

Economists further noticed that when analyzing a given microeconomic situation, there are two main types of rules that one has to grapple with. One of these is a formal set of rules which cannot be transgressed without some obvious penalty: these they named 'Formal Institutions.' But in addition to the Formal Institutions, there are myriad 'Informal Institutions' which might not be written, but which nonetheless can have a major limiting impact on behavioural options. For example, in modern boardrooms, it is expected that negotiators will conform to certain dress codes. Going against this dress code will not break any formal rules of the game, but anyone who routinely flaunts the given dress code, except in very exceptional circumstances, will be ostracized from the wider business community

¹³ NORTH, Douglass; WEINGAST, Barry. Constitutions and commitment: the evolution of institutions governing public choice in seventeenth-century England. **The Journal of Economic History**, v. 49, n. 4, p. 803-832, 1989.

and marginalized as an actor in major negotiations. So informal institutions often matter as much or more than formal ones.

For historians attempting to analyze a Large Social System, it might behoove them to think about the implications of formal and informal institutions. For example, by far the most common study of a Large Scale System that exists on the market today is that of a particular formal institution. This is the easiest to do because formal institutions that survive for a long time period tend to resist change in a few key ways, which means that they tend to either build similar buildings, or set up similar schools, and/or hold to a particular code or set of laws and practises, which makes elements of this Formal Institution relatively easy to identify in sources across dispersed times and places. For example, a history of the Catholic Church, or more specifically a history of the Jesuit Order, or a history of the Jewish People, or of Buddhism, Freemasons, etc., are all relatively obvious and easy to do if one accepts a certain level of abstraction. In fact, such studies come so naturally, given the way that human brains work and culture is transmitted, that many people who read such studies might remain unaware that they are even reading a study of a Large Scale System—they simply see it as a history of an institution or idea in which they are interested.

The idea of an LSS study becomes much more difficult when we attempt to think about the history of a particular informal institution. For example, the history of wearing beards, or of laughter, or of the handshake, or of masculinity, or ritual violence, or histories of honour and dishonor, these have been attempted, with varying degrees of success.¹⁴ Of course, the difficulty here is that it is often much more difficult to find evidence, since data collected will almost invariably have been picked up for some other purpose (e.g. in court records). But there is also a danger that collected evidence will be biased in some way, leading the historian to focus on particular aspects of their subject, while ignoring others. And there is always the danger that the ‘informal institution’ under question will be either too broad or too trivial to say anything meaningful about the topic at hand.

¹⁴ DOSSEY, Leslie. Wife beating and manliness in late antiquity. **Past and Present**, v. 199, n. 1, p. 3-40, 2008.

By this point it might seem as though I am arguing that LSS analysis and New Institutionalism are one and the same. After all, it has been argued above that tracing the history of a single ‘institution’ can be the basis of an LSS study. Nothing could be further from the truth. New Institutionalism is by this time a school of thought, like World Systems theory, with its own founding texts, biases, assumptions, goals, and methodologies, and I believe it is therefore dangerous to equate New Institutionalism with LSS analysis, or to suggest that LSS analysis is merely a facet or an application of New Institutionalism. For one thing, New Institutionalism arose from a sub-discipline of economics—game theory—and in the hands of Douglass North, Avner Greif, and other practitioners close to the theoretical core of New Institutionalism, the economic theory involved is the essence of New Institutionalism.¹⁵ To my mind, as an historian, the results of such direct attempts to apply hardcore economic theory to historical analysis have been challenging, but often deeply flawed. To draw from my own sub-field of medieval economic history: while some are beguiled into thinking that Greif’s *Institutions and the Path to the Modern Economy: Lessons from Medieval Trade* is so brilliant that they simply lack the expertise to understand what Greif is driving at, in fact, I would argue that what many others have suspected is true: the emperor has no clothes. Many of the conclusions drawn by Greif in this volume, as well as those drawn by other practitioners such as the late Larry Epstein are indeed valuable because they are challenging, but this stems from the fact that based on their models, the authors in question are willing to draw too-neat, and too-sweeping conclusions, which in my experience are often proven false by a careful reading of the primary sources involved.¹⁶

A recent conversation with a banker about the validity of Piketty’s findings might serve to illustrate the dangers of applying economic theory derived from modern sources too closely to the realities of economic history. Over dinner, this banker (with an economics degree) strenuously objected to Piketty’s assertion that

¹⁵ GREIF, Avner. **Institutions and the path to the modern economy**: Lessons from medieval trade. Nova York: Cambridge University, 2006.

¹⁶ For an example of this New Institutional model-based logic, which to my mind has always seemed slippery, and difficult to reconcile with reality, see e.g. the introduction to EPSTEIN, Stephen; PRAK, Maarten (Eds.). **Guilds, innovation and the European economy, 1400-1800**. Nova York: Cambridge University, 2008.

capital has grown at a rate of (say—the figures here are only examples) 7% over several centuries, because, this banker pointed out, Piketty estimated that the global economy was worth Y in 1650, and growing at 7%, the global economy should now be worth Z, but in fact it was 50% less than Z. So using the beginning and end figures, he argued that returns on capital could not possibly have averaged 7%, but must have been closer to 3.5%. I pointed out that, in fact, all of my studies of earnings on capital have shown that they were closer to 7% per annum, and so Piketty is in the main correct. Wealthy people who invested tended to earn this amount, and I have the sources to prove it. But my interlocutor was keen to argue for a general picture using an overall model, while I was arguing from specific sources. Certainly the beginning or end figures might have been wrong. But more importantly, all these figures might have been right—including the interest rate! This is because the vagaries of global history, uneven economic growth globally, etc., might have caused the overall capital stock to grow more slowly, even if, on average, invested capital grew at 7%. This is where inductive reasoning can trump pure deduction.

More recently, some historians and historical sociologists have attempted to move away from this ‘economic modelling’ version of New Institutionalism, and instead asserted something akin to an historians’ version of Institutionalism. In practise, taking their cue from North and Weingast’s article ‘Constitutions and Commitment’, these tend to isolate a particular political institution (for example, parliamentary democracy, or an urban town council), and look at the economic effects of these across time and space—often, a single effect such as low interest rates will be singled out.¹⁷ Other notable studies include Botticini and Eckstein’s argument that educational norms and institutions tended to create human capital amongst Jewish communities during the medieval period.¹⁸

But this highlights a final problem with adopting or even advocating New Institutionalism for LSS analysis is that many recent studies of Large Social Systems expressly reject the notion of ‘institutions’, even while they utilize many of

¹⁷ STAVASAGE, David. **States of credit: Size, power, and the development of European polities.** Princeton: Princeton University, 2011.

¹⁸ BOTTICINI, Maristela; ECKSTEIN, Zvi. **The chosen few: How education shaped Jewish history, 70-1492.** Princeton: Princeton University, 2014.

the methodologies of LSS analysis that I advocate in this article. Two studies which spring to mind are Robert C. Allen's *The British Industrial Revolution in Global Perspective*, and Peter Clark's *The Oxford Handbook of Cities in World History*.¹⁹ As stated, both Allen and Clark argue vehemently against the notion that the system or process they are describing (factory-based industrialization and urbanization) has aught to do with 'institutions'. In this case, both Allen and Clark appear to hold that 'institutions' means 'political institutions'—and so this illustrates that New Institutionalism runs the risk of being too closely associated with political constitutions, systems, or norms, in order to be valuable for a more general methodology of LSS analysis.

Our arguments for keeping New Institutionalism and LSS analysis distinct can be summarized in three points. First, New Institutionalism was born from a hardcore of economic theory which is not only offputting for most historians, but often leads to problematic, model-derived assertions which seem to clash with historians' source-based conclusions. While this is by no means unfruitful, neither is it the main purpose of LSS analysis, which is to look at historical sources and secondary literature to trace a specific historical process. LSS analysis is therefore primarily an *inductive* exercise, while New Institutionalism began as a *deductive* (and highly economics-focused) exercise. Secondly, even if economic historians have begun to adapt New Institutionalist methodologies to gel with their own source material and the existing secondary literature—thus turning it into more of an inductive exercise, the results of this enquiry have thus far tended to remain limited to discovering a particular economic effect of a particular (political) institution. While such studies have proven to be extremely valuable, and they are opening up new scientific vistas, the goal of such studies is not the main goal of LSS analysis. LSS analysis is therefore potentially much more varied than what New Institutionalism has heretofore produced. For example, LSS analysis can and should be open to discovering cultural effects, intellectual effects, or political effects of the existence of institutions or practises—not just economic effects.

¹⁹ Allen, Robert. **The British industrial revolution in global perspective**. Cambridge: Cambridge University, 2009. CLARK, Peter. (Ed.). **The Oxford handbook of cities in world history**. Oxford: Oxford University, 2013.

Thirdly, it should be pointed out that the purpose of LSS analysis is to find a system itself, which may well consist of a 'single' institution, or chains of institutions, and to look at the rules by which this evolved over time. As stated, New Institutionalism tends to focus on the (economic) effects of a given institution. LSS analysis should, arguably, focus on the internal logic of the system in question, at least as much as looking at the effects of this system. Thus, while LSS analysis is certainly indebted to some ideas derived from New Institutionalism, it should remain firmly within the realm of historical studies, and should keep the LSS itself as a focus, rather than adopt the methodologies of the existing New Institutional School.

5. LSS Analysis Case Study: Greater Mediterranean Slavery

Before proceeding to our general conclusions, a few specifics about my analysis of Greater Mediterranean Slavery might help to clarify the points made in section four above. In this case, it can be said that I was tracing the history of a formal institution with informal components. For most of the time period I analyzed, that is from classical times until the early twentieth century, slaves might have begun their journeys in places with few 'formal' institutions, but they usually ended up in places where sales and property were formally recognized by written legal systems. So while there were informal elements in the buying, selling, and transporting of slaves, it is nonetheless true that since ancient times slavery in the Greater Mediterranean has been more or less formal.

That being said, one of the reasons why the history of Greater Mediterranean Slavery had not had a history of its own, is because the formal institutions that I was tracing existed across many boundaries of time and space, and were expressly not recognized by any participants as being part of a long-standing system. Thus, my LSS might have escaped the net of New Institutionalism working on a particular formal institution. While Catholic bishops, for example, might have existed in many countries and left many types of record, they nonetheless were highly aware of being part of a centralized system, which in turn makes it easier for historians to consider the 'Catholic episcopacy' as a unit with a specific history. But since slavery existed in many countries, and was taken for

granted by most participants as being simply something that happened in such and such a way, it took a much greater leap of historiographical imagination to see the evolution of slavery as in some ways conforming to the definition of a single Large Scale System.

And while I have characterized my quest as one to ‘trace a formal institution’ – my purpose was not necessarily to trace the effects, let alone the economic effects, of this institution, but rather to trace how a network of institutions, laws, assumptions, ideas and practises came together to influence the ebb and flow of slaves across time. My goal was to define how groups of people came to be designated as slaves or were enabled to be slave-takers, and the concept of ‘institutions’ was sometimes useful in this regard. In this way, I was able to discern how ‘networks’ of institutions worked in tandem, according to a logic which was not tied to any one institution narrowly defined. So while institutions were an essential part of my analysis, the normal modes of New Institutionalism were only tangentially useful. Once again, I would argue that it is best to leave the labels and schools behind, and focus on the internal logic of the system itself, wherever this may lead.

With these caveats aside, how does one go about tracing the actors and ‘sinews’ of an LSS? In the case of Greater Mediterranean Slavery, my curiosity began when I uncovered some references to slaves and slaveholders in the archives of Manresa, a town outside of Barcelona. In a meticulous cadastral survey dated to 1408, the city government listed the names of every slave and slaveholder in the city, along with the wealth and occupations of the owners, and the value of the slaves. Several thousand spreadsheet entries later, I was able to calculate that the slave population in Manresa around 1408 was roughly one percent of the population.²⁰ I became intrigued for two reasons: first, because slavery had been largely phased out in Catalonia in the eleventh and twelfth centuries, and was replaced with serfdom or other types of feudal tenure. And secondly, because some writers had identified a ‘Black Sea Phase’ of slavery in southern Europe which lasted from the mid-fourteenth century until the mid-

²⁰ FYNN-PAUL, Jeff. Tartars in Spain: renaissance slavery in the Catalan city of Manresa, c. 1408. *Journal of Medieval History*, v. 34, n. 4, p.347-359, 2008.

fifteenth century. So it appeared as though ‘my’ slaves and slave owners were part of this Black Sea Phase of Mediterranean slavery, and it became my goal to trace the contours of this system in space-time. When and why did Catalans suddenly start importing slaves from the Black Sea, after two hundred years without slavery? As it turned out, Black Sea slavery went into high gear after the Black Death made labour expensive, but the resistance of guilds to the importation of slaves helped to ensure that this experiment with Black Sea slaves was on the decline already by the 1420s. The fall of Constantinople to the Turks in 1453 then made Black Sea slaves even more expensive, and after that time slavery in southern Europe became, for practical purposes, moribund. Southwest Iberia, as we now know, continued to import limited numbers of slaves, but from the 1440s these were mostly west Africans.

My desire to discover the temporal and geographical contours of Black Sea slavery in southern Europe led me to a number of further questions and discoveries. I had already traced the chronology of the phenomenon and the economic logic behind it. But why did southern Europeans buy slaves from the Black Sea, and why didn’t they enslave anyone else? As it turned out, a big part of the answer had to do with ideology—and specifically with the religious ideology which was so important in the medieval Mediterranean. By the later middle ages, it was largely taboo for Christians to enslave one another, and it had almost always been taboo for Muslims to enslave one another. Therefore, contemporaries reasoned that the only enslavable people were non-co-religionists. Alongside the religious angle was one of practicality: since, by the later middle ages at least, Christians and Muslims tended to live in organized polities, it was easier to come by slaves from politically disorganized areas which tended not to be Christian or Muslim – i.e. the areas where pagans lived were used as slave stocks. Furthermore, since they were not united by a single monotheistic faith, ‘pagans’ were in general happy to enslave people from the next tribe over, while Christians or Muslims—even if they lived thousands of miles from one another—usually would not, out of religious scruple. This combination of political disorganization, pagan willingness to enslave captured enemies, and monotheistic scruples, thus determined which, in the fourteenth and fifteenth centuries, was the ‘easiest’ group to enslave. In

economic terms, of course, 'easiest' usually means 'cheapest.' So low prices also drove this trade. As it turned out, the two largest pagan areas which were accessible to Christians in the later medieval period were, yes, the Black Sea, and also sub-Saharan Africa, which Europeans—particularly the Portuguese—began to reach in the mid-fifteenth century.

By using a combination of economic logic, and the religious logic of the day, I was able to arrive at an overall picture of how the slave economy of the late medieval Mediterranean worked. When, in my head, I ran this model backwards and forwards in time, I realized that the regions which provided the majority of slave stock—which I dubbed 'Slaving Zones'—remained stable for long periods, and that they also expanded or contracted according to a discernible logic. Religion and political organization were the main 'rules of the game' or institutional characteristics, which determined the ebb and flow of the Slaving Zones. While these systems were characterized by remarkable stability, paradigms sometimes shifted, as with the introduction of Islamic and (later) Christian scruples into the system. To complete my picture, I coined the term 'No-Slaving Zones' to point out that many rulers or religious leaders proscribed slave taking from certain regions: for example, ancient Egyptian pharaohs generally forbade military slave raids on their own territory, and later medieval (Latin) Christian and Muslim authorities forbade or discouraged slave taking from their respective religious groups. (For a complete picture of the LSS in question, please see the article 'Empire, Monotheism, and Slavery'.)

6. Conclusions

To conclude, we can summarize our main observations about the five concepts related to 'big picture' historiography discussed above. The primary goal, of course, is to discern which methodology is best for analyzing the geographical, temporal, physical, and cultural contours of a Large Social System.

Global History still seems to have its own agenda, based either on the expansion of empires, or the history of modern globalization. It is thus an expansion of **World Systems** theory, but in many ways still dependent on World Systems' original hypothesis about the creation of a European Capitalist hegemony

from the sixteenth century. Work done under the Global History banner has been fruitfully expanded geographically and temporally to cover the Chinese and Islamic 'empires' and sometimes ancient networks of exchange, but again, there remains a danger of it relegating itself merely to a description of modern 'globalization' in the twentieth and nineteenth centuries.²¹ Overall, as explained above, Global History remains a mixed bag, still unsure of whether it is a subject or a methodology, freighted with some baggage and particular research vectors, and difficult to untangle. The verdict: Very useful and illuminating in many instances, but not as universally applicable as Belich, Darwin, et al. suggest; and it should be kept separate from either Comparative History or Large Social Systems Analysis.

Comparative History is useful as a method where one expressly compares similar systems in two (or more) different countries or polities or cultural units. In this way, many of the assumptions which are made by specialists in one or both regions are often revealed to be based on a false sense of endogeny. Specialists in a given region, language, etc., tend to exaggerate endogenous path dependencies, and rely on these to supply the majority of their causal explanations for the developments they study. Because historians are often discouraged from looking at parallels beyond their 'comfort zones' of expertise, we as a profession are burdened with a literature in which, I estimate, over half of all explanations are falsely attributed to endogenous factors. There is much work to be done here. The usefulness in defining Comparative History as a method in this way, is that it encourages researchers to undertake explicitly comparative analyses, which they otherwise might not have done.

New Institutionalism, as we have seen, began as a highly technical, model-based economic theory derived from game theory. Applied as a model, it often results in too-abstract descriptions of reality which do not jibe with primary sources. When applied in a less theoretical way, it has proven especially fruitful at determining some (usually economic) effects of the existence of particular institutions. For LSS analysis, it is very useful to borrow the basic idea of finding 'institutions' and tracing them, their actors, and their effects. Nonetheless, New

²¹ This based on the recent heavily twentieth-century focus of the *Journal of Global History*.

Institutionalism has remained largely a *deductive* exercise, while it has been argued here that LSS analysis should be an *inductive* exercise. The focus on contours and internal development of the system in question therefore distinguishes LSS analysis from the main goals of New Institutionalism.

What one is attempting to do when one discovers and describes a **Large Social System**, is look at a form of interaction which carried on for a long time, across institutional or political boundaries, but which was previously unrecognized as a system. The Greater Mediterranean Slavery system, discussed above, is one such example. A further case in point is the ‘discovery’ or rather re-conceptualization of the highlands of Asia as ‘Zomia’ by Willem van Schendel in 2002.²² The fact that this idea of Zomia has rapidly been taken up by so many scholars is proof that the concept has significant scientific value. In this case, a number of political, social, and cultural characteristics held in common suggested that this region be considered a single transnational entity. This had not been previously considered because Zomia crossed both national boundaries, and those of traditional ‘area studies’ disciplines. Likewise, what characterized Zomia was a conglomeration of institutions—or even a lack of institutions, which was partly determined by geography. So the typical New Institutional method of tracing a particular ‘institution’ would have been almost useless in the discovery of Zomia. In this case, it was a geographer, rather than an historian or anthropologist, who discovered this LSS, presumably because the paradigms he was trained in helped him to ‘think big’. Moving further afield, it might be helpful to reflect that LSS discovery and analysis does not only occur in the social sciences. The recent discovery of Laniakea, the supercluster of galaxy clusters which dominates our corner of the universe, is a very useful analogue. Our home supercluster is strikingly beautiful—it has an obvious symmetry—but it is so large, and composed of so many smaller units, that until the advent of modern supercomputers it remained hidden in plain sight.²³

²² VAN SCHENDEL, Willem. ‘Geographies of knowing, geographies of ignorance: jumping scale in Southeast Asia’. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 20, n. 6, p. 647–68, 2002. See the special issue on Zomia in *Journal of Global History*, v. 5, 2010.

²³ COURTOIS, Hélène. **Finding Our Place in the Universe: How We Discovered Laniakea – the Milky Ways Home**. Cambridge: MIT, 2019.

On the subject of supercomputers, it would be tempting and stylish—and it would certainly give this article more ‘hits’ and citations in google scholar—if I were to argue that the pursuit of Large Social Systems is a ‘future trend’ which will be aided by the availability of Big Data and supercomputers. Administrators across the globe are positively salivating at the prospect of turning social scientists and historians into big data crunchers and practitioners of the ‘digital humanities’. While we can hope that historians begin to pursue LSS discovery and analysis more actively, it seems doubtful that computers and big data will be of much use in this regard. The fact is, when we are looking for LSSs in global history, what will be required is people who have a very broad and deep understanding of the main contours of global history. The case of Zomia helps to confirm this. In the case of Greater Mediterranean Slavery, there are no datasets in existence which could help one to discover slaving patterns stretching across the dozens of countries or regions in question. Building such a database would be virtually impossible, due to limited sources prior to the nineteenth century in most parts of the world, and in any event it is unlikely that any programme would discern patterns not already deductible before the data was entered.

Finally, since the present author is keen to push the idea of LSS research, we can conclude this article with a few ideas as to where to look for the next big discoveries. By this point it should be apparent that in order to discover the true significance of an LSS, one will often have to move beyond one’s original sub-field. Historians tend to do either cultural, political, intellectual, or economic history, but an LSS is often revealed by effects that consistently relate two or more of these subfields. For example, the consistent and persistent economic impact of a particular cultural institution across linguistic and political boundaries might be crucial to discovering an LSS. Or the educational effects of a given political arrangement might be the key to discovering why a given system evolved as it did. Since individual researchers are often uncomfortable crossing these boundaries, the opportunities for ‘big’ discoveries are correspondingly large. At any rate, a list of Large Social Systems waiting to be discovered might include the following.

- 1) The fact that ‘barbarians’ periodically overcame empires, by similar means which were repeated for a space of some five thousand years, needs to be

analyzed in more detail. Specifically, barbarians periodically gained an advantage over empires by means of barbarian peoples absorbing the military technology of empires, without having to pay taxes in order to raise armies. This phenomenon happened time and again from ancient Egypt, through Rome, through Ming China. Thus far, it has only been written about in the Roman context, to my knowledge.²⁴ Also, the fact that supplies of dangerous 'barbarians' remained relatively limited to certain regions, and to limited times in history, deserves further study. The end of the 'barbarian age' came with the expansion of the state systems of Russia, the Islamic World, and China into central Asia and the end of independent nomadic regimes in the sixteenth and seventeenth centuries. Here, one is not looking at a particular institution, but the dynamics of technological adoption working in tandem with fiscal systems. Together, however, they create a discernible LSS with different permutations.

2) The creation of a system of serfdom and a 'second slavery' in Russia and the Slavic lands from the end of the middle ages through the nineteenth century was the subject of the great Brenner Debate in the late 1970s and early 1980s, but this was debated in the specific (and now very dated) context of agrarian Marxism.²⁵ My idea is that the absence of town councils in the cities of Orthodox Europe is what enabled landlords to continue a harsher form of feudalism for longer than it did. In Western Europe, the town councils of independent cities were key in pushing the idea of 'liberty' which also helped to end serfdom by the later middle ages. To this day, Russia and Russians enjoy fewer political liberties, and the absence of town councils, and the absence of a parliament in Russia until very late, (and it was always based on weak foundations), may have something to do with this.

3) The long-term history of monogamy, and its effects on women's equality. It seems as though monogamy was a very odd institution invented by the Greeks and Romans. But it also seems as though Graeco-Roman women had more

²⁴ A good starting point is WARD-PERKINS, Bryan. **The Fall of Rome and the End of Civilization**. Oxford, Nova York: Oxford University, 2006.

²⁵ ASTON, Trevor; PHILPIN, Charles. **The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-industrial Europe**. Cambridge, Nova York, Melbourne: The University of Cambridge, 1987.

freedom than women elsewhere in the world. The European middle ages inherited monogamy, and passed it through the centuries until eighteenth- and nineteenth-century women were the first to gain the vote and anything like political equality. Although monogamy was much decried by First- and Second-wave feminism as the bane of women's freedom, a global perspective reveals that the much more common alternative of (elite) polygamy might well be worse for women's rights. What is the long-term relationship between women's legal rights and monogamy, on a global scale?

These are just a few of the Large Social Systems which are waiting out there for an historian or group of historians to study. The fruits of such studies will, to my mind, result in some of the most insightful and meaningful history that has been done since the 'Age of Theory' collapsed in the 1990s. But now, instead of being enslaved to some nineteenth-century paradigm of how social systems worked—and allowing some version of Marxism or Weberianism to dictate the engines of history—historians of Large Social Systems hold, for the first time, the promise of discovering the 'real' rules by which human societies have operated. Though it may seem very surprising in our age of supercomputers, the organization and even the very existence of many fundamental social systems of human history still remain hidden, like Zomia, or like Laniakea, in plain sight. This is both humbling, and exciting. It is a call to recognize that work of the professional historian is really just beginning.

Bibliography:

ABU-LUGHOUD, Janet. **Before European hegemony: the world system AD 1250-1350**. Nova York: Oxford University, 1991.

ALLEN, Robert. **The British industrial revolution in global perspective**. Cambridge: Cambridge University, 2009.

ANTUNES, Catia, An Old Practitioner Still in Search of the *métier d'historien* Response to Peer Vries "The Prospects of Global History: Personal Reflections of an Old Believer". **International Review of Social History**, v. 64, n. 1, p. 123-127, 2019.

ASTON, Trevor; PHILPIN, Charles. **The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-industrial Europe.** Cambridge, Nova York, Melbourne: The University of Cambridge, 1987.

BELICH, James; DARWIN, John; FRENZ, Margret; WICKHAM, Chris (Ed.). **The prospect of global history.** Nova York: Oxford University, 2016.

BOTTICINI, Maristtela; ECKSTEIN, Zvi. **The chosen few: How education shaped Jewish history, 70-1492.** Princeton: Princeton University, 2014.

BRAUDEL, Fernand. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II.** Paris: Librairie Armand Colin, 1949.

__. **The Mediterranean and the Mediterranean world in the age of Philip II (Vol. 2).** Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California, 1995.

CLARK, Peter. (Ed.). **The Oxford handbook of cities in world history.** Oxford: Oxford University, 2013.

COURTOIS, Hélène. **Finding Our Place in the Universe: How We Discovered Laniakea – the Milky Ways Home.** Cambridge: MIT, 2019.

DOSSEY, Leslie. Wife beating and manliness in late antiquity. **Past and Present**, v. 199, n. 1, p. 3-40, 2008.

EPSTEIN, Stephen; PRAK, Maarten (Eds.). **Guilds, innovation and the European economy, 1400–1800.** Nova York: Cambridge University, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Discipline and punish: the birth of the prison.** New York: Pantheon, 1977.

FYNN-PAUL, Jeff. Tartars in Spain: renaissance slavery in the Catalan city of Manresa, c. 1408. **Journal of Medieval History**, v. 34, n. 4, p. 347-359, 2008.

__. Empire, monotheism and slavery in the greater Mediterranean region from antiquity to the early modern era. **Past and Present**, v. 205, n. 1, p. 3-40, 2009.

FUKUYAMA, Francis. The end of history?. **The national interest**, v. 16, p. 3-18, 1989.

GEIGER, Roger. **Research and relevant knowledge: American research universities since World War II.** Piscataway, NJ: Transaction, 2004.

GREIF, Avner. **Institutions and the path to the modern economy: Lessons from medieval trade.** Nova York: Cambridge University, 2006.

HUNTINGDON, Samuel. The clash of civilizations. **Foreign affairs**, v. 72, n. 3, p. 22-49, 1993.

NORTH, Douglass; WEINGAST, Barry. Constitutions and commitment: the evolution of institutions governing public choice in seventeenth-century England. **The Journal of Economic History**, v. 49, n. 4, p. 803-832, 1989.

SCHOFER, Evan; MAYER, John. The worldwide expansion of higher education in the twentieth century. **American sociological review**, v. 70, n. 6, p. 898-920, 2005.

STAVASAGE, David. **States of credit**: Size, power, and the development of European polities. Princeton: Princeton University, 2011.

VAN SCHENDEL, Willem. 'Geographies of knowing, geographies of ignorance: jumping scale in Southeast Asia'. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 20, n. 6, p. 647-68, 2002.

VRIES, Peer, The Prospects of Global History: Personal Reflections of an Old Believer. **International Review of Social History**, v. 64, n. 1, p.111-121, 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system I**: Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century (Vol. 1). Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California, 1991.

WARD-PERKINS, Bryan. **The Fall of Rome and the End of Civilization**. Oxford, Nova York: Oxford University, 2006.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Jeff Fynn-Paul
Johan Huizinga. Doelensteeg,16, 2311. VL Leiden.
Room number 2.03a.

Recebido: 10/06/2019
Aprovado: 22/06/2019

HELENIZAR OS AUTÓCTONES, HELENIZAR A EUROPA: COLOMBO E LAFITAU EM UM EXERCÍCIO DE HISTÓRIA COMPARADA

Alexandre Santos de Moraes¹
Universidade Federal Fluminense

Resumo: A partir do comparativismo histórico proposto por Marcel Detienne (2004), o artigo analisa os usos do passado da Grécia Antiga como parte do repertório discursivo de viajantes europeus durante a conquista da América. Demonstramos, ressalvadas as diferenças, que tanto Cristóvão Colombo em seu *Diário de Bordo* (séc. XV-XVI) como o padre jesuíta Joseph François Lafitau em *Moeurs des sauvages américains comparées aux mœurs des premiers temps* (séc. XVIII) recorreram à Antiguidade Clássica para produzir uma narrativa que tornasse inteligível à audiência europeia não apenas as representações do continente americano e de seus habitantes, mas também certa visão de Europa que dependia da assunção da experiência histórica grega como parte importante da construção de seu passado nacional.

Palavras-chave: Grécia Antiga; Comparação; Eurocentrismo.

HELENIZE THE AUTOCHTHONOUS, HELENIZE EUROPE: COLOMBO AND LAFITAU IN A COMPARED HISTORY EXERCISE

Abstract: Inspired by the historical comparativism of Marcel Detienne (2004), this article explores the uses of the Greek past as part of the discursive repertoire of European travelers during the conquest of America. We show that, despite some important differences, Columbus in his diaries (sixteenth-seventeenth centuries) and the Jesuit priest Joseph François Lafiteau in *Moeurs des sauvages américains comparées aux mœurs des premiers temps* (eighteenth century) made use of Classical Antiquity to produce narratives not only about the American continent and its inhabitants, but also of a certain view of Europe (that depended on the assumption of the Greek historical experience as an important part of the construction of its national past), making both readable by an European audience.

Keywords: Ancient Greece; Comparisons; Eurocentrism.

*Sobre usos do passado*²

É bem conhecida a leitura de John Stuart Mill acerca dos “ancestrais europeus”. Escreveu o filósofo liberal inglês que a Batalha de Maratona, ocorrida no verão de 490 a.C., foi a mais importante batalha da história inglesa, superando, inclusive, a célebre Batalha de Hastings (1066). Segundo sua lógica, se o resultado do embate contra os persas tivesse sido diferente, os bretões e os saxões ainda poderiam estar perambulando pelos bosques. Não sem razão, considerou que “os gregos foram também as pessoas mais notáveis que já existiram”.³

¹ E-mail: asmoraes@gmail.com.

² Agradeço a María Verónica Secreto e Tâmis Parron pelas críticas e sugestões ao texto.

³ MILL, J. S. **The Collected Works of John Stuart Mill, Volume XI - Essays on Philosophy and the Classics**. London: Routledge and Kegan Paul, 1978. p. 273 (tradução nossa).

O entendimento de Mill não soaria extemporâneo no século XIX. No entanto, e a despeito do longo repertório de críticas ao eurocentrismo⁴ que despontaram com vigor a partir de meados do século XX, a insistência nesse princípio é uma questão que exige atenção cautelosa. Anthony Pagden, por exemplo, não hesitou em recorrer ao próprio John Stuart Mill para definir a Batalha de Maratona como o movimento que deu início aos 2500 anos de guerras entre Ocidente e Oriente, incluindo os atentados ao *World Trade Center*. Segundo o autor, “Maratona passou a ser aceita como um ponto de virada na história da Grécia e, subsequentemente, de toda a Europa”.⁵ Em livro de divulgação científica, o professor australiano John Hirst não deixa de considerar a Grécia Antiga como o primeiro passo da História da Europa. Logo no início, desponta com uma simplificação incapaz de disfarçar os vínculos de proximidade com Mill e seus coetâneos intelectuais:

A civilização europeia é singular porque é a única que se impôs ao resto do mundo. Fez isso mediante conquista e colonização, pelo poder econômico, por meio da força de suas ideias e porque dispunha de coisas que todos os outros queriam. Atualmente, todos os países se valem das descobertas científicas e da tecnologia provenientes do Velho Continente, e a ciência foi uma invenção europeia.⁶

E, não obstante o discurso laudatório, Hirst também não se acanha em recorrer ao senso ordinário para definir a gênese de tão brilhante civilização: “quando buscamos as origens de nossa filosofia, arte, literatura, matemática, ciência e medicina, bem como de nossas ideias sobre política [...] somos levados de volta à Grécia Antiga”.⁷ Outros exemplos poderiam ser elencados para reforçar um dado cuja compreensão parece não abrir espaço para dúvidas: permanece extremamente forte o argumento de que a Antiguidade Clássica, em particular a Grécia Antiga, é vista não apenas como o “berço do Ocidente”, mas o momento

⁴ Trata-se, em certo sentido, de um dos aspectos fundadores da modernidade europeia: “o eurocentrismo é um fenômeno especificamente moderno cujas raízes não vão além do Renascimento e que se difundiu no século XIX. Nesse sentido, constitui uma dimensão da cultura e da ideologia do mundo capitalista moderno”. AMIN, Samir. **El eurocentrismo**: crítica de una ideología. Madrid: Siglo veintiuno editores, 1989. p. 9 (tradução nossa).

⁵ PAGDEN, A. **Worlds at War**: the 2,500-year struggle between East and West. New York: Random House, 2008. p. 25-26 (tradução nossa).

⁶ HIRST, J. **A mais breve história da Europa - uma visão original e fascinante das forças que moldaram nosso mundo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2018. p. 9.

⁷ Idem.

inicial que marca a gênese da História Europeia e que fez do continente uma referência civilizatória e civilizacional.

Trata-se, é verdade, de um debate há muito consolidado e a partir do qual se desdobram inúmeras variáveis. Recordo, por exemplo, a bem conhecida discussão proposta por Jack Goody⁸ a respeito do que chama de “roubo da História”, em particular associado ao movimento que elegeu o famoso “milagre grego” para consolidar a Antiguidade Clássica como referência primeira para o passado europeu. Martin Bernal, por sua vez, questiona o alegado isolamento que os chamados “Estudos Clássicos” manteriam em relação à política moderna para defender que esse campo foi fundamental na formulação de argumentos favoráveis à uma noção de superioridade europeia.⁹ Não menos importante foi o sempre consultado estudo de Edward Said que, como princípio, fez observar que “as ideias, as culturas e as histórias não podem ser seriamente compreendidas ou estudadas sem que sua força ou, mais precisamente, suas configurações de poder também sejam estudadas”.¹⁰ Nesse ponto, não deixa de reconhecer e analisar diversos usos da Antiguidade Clássica, em particular da Grécia, que contribuíram para a consolidação da imagem dos orientais sob o signo do forasteiro e do parceiro mais fraco. Outros tantos estudos poderiam ser recordados, mas um longo inventário de exemplos não nos redimiria de outros tantos esquecimentos de equivalente notabilidade.

Fato é que há na atualidade uma miríade de razões que podem explicar as críticas à tradicional atribuição da Grécia Antiga¹¹ como parte do passado nacional

⁸ GOODY, J. **O roubo da História**. São Paulo: Contexto, 2008.

⁹ BERNAL, M. A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia europeia. In: FUNARI, P. P. (Org.). **Textos Didáticos - Repensando o Mundo Antigo**. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 2005. p. 13.

¹⁰ SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 32.

¹¹ Não obstante essa escolha, é preciso recordar que outras sociedades do passado poderiam ser estudadas no marco do mesmo projeto. Recordo, por exemplo, o estudo de Sabine MacCormack a respeito dos usos da literatura clássica, em particular a romana, para a formulação de uma experiência histórica associada aos incas e espanhóis. No entanto, os usos do passado greco-romano no processo de colonização das Américas só se fazem possíveis pela própria conformação da Antiguidade Clássica como medida civilizacional, fato que há muito é observado por especialistas em outras sociedades antigas. MACCORMACK, S. **On the wings of time: Rome, The Incas, Spain, and Peru**. New Jersey: Princeton University Press, 2007. Como observou o etruscólogo Alain Hus, “Além de algumas investigações isoladas, os séculos XV e XVI se apaixonaram muito pouco pelos estudos etruscos: o Renascimento italiano e europeu concentrou toda sua atenção, durante seu apogeu, em

dos países europeus. Além das mudanças geopolíticas do brevíssimo século XX, com destaque para os movimentos de independência das antigas colônias asiáticas e africanas, há que sopesar o protagonismo cada vez maior da China no cenário global, a consolidação de pesquisas em Antiguidade para além das universidades europeias, as perspectivas de História Global e, sobretudo, a valorização de populações, temas, visões de mundo e experiências sociais timidamente abarcadas por uma historiografia que se forjou nos termos eurocêntricos colocados em discussão. Note-se ainda que, recentemente, aumenta o ceticismo em relação à promessa de que a globalização solaparia as fronteiras nacionais, em especial por força do recrudescimento dos nacionalismos conservadores e de crises econômicas que, dentre outras coisas, fizeram com que a própria Grécia se tornasse muitas vezes uma presença incômoda na União Europeia.

No marco desse debate, é necessário questionar não apenas se “podem os continentes ter história enquanto continentes”,¹² mas a longa história de formulação e apropriação de passados históricos que conformaram uma visão sobre as experiências pregressas dos continentes. Acatar a premissa de que a história dos gregos antigos é parte da história europeia, ainda que motivados pelo desejo de pensar novas possibilidades de escrita da história, é sucumbir diante de um dos aspectos fundadores de um eurocentrismo que gradualmente se impôs e que se reconheceu, dentre outras coisas, pela oposição binária entre Ocidente e Oriente que importaram da resistência helênica aos exércitos de Xerxes no século V a.C.. Como bem observou Kostas Vlassopoulos,¹³ a história da Grécia não é tratada como a história de uma área do Mediterrâneo através dos tempos, pois “torna-se parte de uma cadeia de evolução histórica que começa no Oriente Próximo, se move para a Grécia, passa por Roma antes de se mover para a Idade Média e para o mundo ocidental moderno”.

Roma e Grécia”. HUS, A. **Los etruscos**. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1996. p. 12 (tradução nossa).

¹² Faço remissão à pergunta que introduziu a conferência de Eric Hobsbawm no Congresso anual de historiadores alemães (Munique, 1996), publicada posteriormente na revista *Die Zeit* (1996) e como um dos ensaios do livro *Sobre História*. HOBBSAWM, E. A curiosa história da Europa. In: _____. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 232.

¹³ VLASSOPOULOS, K. **Unthinking the Greek Polis: Ancient Greek History beyond Eurocentrism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 2 (tradução nossa).

O exame das condições de gênese desse uso particular do passado implica considerar alguns pontos que, de modo interdependente, alimentaram um discurso que se amoldou às condições políticas que se impuseram e foram impostas ao longo de séculos. São diversas variáveis que envolvem não apenas a perspectiva de uma História que a Europa construiu para si, mas também o modo pelo qual a historiografia da Grécia Antiga construiu uma História da Grécia nos termos e expectativas europeus:

a emergência do nacionalismo e racialismo na Europa do século XIX e a construção de narrativas nacionais para todas as nações europeias influenciou profundamente os caminhos pelos quais os historiadores modernos tentaram narrar a História Grega.¹⁴

Não obstante o dispositivo de examinar os passados mais recuados possíveis como estratégia para construir as histórias nacionais, as análises desse fenômeno carecem com frequência de um exame comparativo não apenas com vistas a reconhecer, de modo sincrônico ou diacrônico, as estratégias discursivas desse projeto, mas sobretudo as formas com que tal construção reagiu às experiências sociais que estimulavam o retorno periódico ao passado grego. Por um lado, o método comparativo enseja não apenas a análise em perspectiva dos usos do passado grego como marco fundador de uma História Europeia, por vezes, mas nem sempre, amparado pela divisão binária entre Ocidente *versus* Oriente (que é, *par excellence*, uma comparação) e os ruídos inevitáveis que ela produz; por outro lado, exige também observar que essa perspectiva eurocêntrica fez com que a Europa se tornasse “o único padrão de comparação para a História Grega Antiga (como, de fato, para todas as áreas e períodos da História)”.¹⁵

Considero, com base na proposta de Marcel Detienne, a importância de pensar essa questão como um “campo de exercício e de experimentação” através da estratégia de construção de *comparáveis*, tema que o helenista desenvolve não apenas a partir da injunção do *modus operandi* dos antropólogos na historiografia, mas também como crítica a um sentido de Nação de nítido corte europeizante: “De

¹⁴ Ibidem. p. 3 (tradução nossa).

¹⁵ Idem (tradução nossa).

um e do outro lado do Reno, em uma Europa então rica e poderosa em escala mundial, os Nacionais inventaram uma 'ciência histórica', destinada a forjar a identidade de uma raça e de suas forças de terra e de sangue".¹⁶ E, no limite, ainda que posta a comparação em jogo, seus termos estariam pré-definidos: "Caso trate-se de comparar, será sobre o modo de 'Nós temos ... Eles têm ...', com a condição de que o segundo termo designe a Nação com a qual se confronta e que se torne entendido que 'Nós' recebemos a melhor parte na herança".¹⁷

O método de Detienne, fundado na crítica ao princípio de que toda comparação histórica deve ser feita a partir de objetos previamente admitidos como comparáveis, propõe não apenas o diálogo entre antropólogos e historiadores, mas a assunção de que os limites da comparação se impõem não pelas qualidades inerentes ao que é comparado, mas pela disposição comparativista do analista que o faz refém, ou não, de limites antepostos pela cronologia ou hermenêutica tradicionais. Nesse sentido, sugere o estabelecimento dos já citados comparáveis, que são "placas de encadeamento decididas por uma escolha, uma escolha inicial".¹⁸ É esclarecedora a metáfora que propõe Detienne a partir da sugestão de Dumézil em seus estudos no campo dos politeísmos, segundo a qual a experimentação se opera a partir de *reativos*: a comparação não deve se restringir à análise de sociedades próximas no tempo e no espaço; deve-se propor a eleição de um problema inicial a ser direcionado a diferentes experiências sociais com vistas a perceber de que maneira *reagem* a ele. Assim, esses reativos "nos fazem observar que todo objeto, possuindo em princípio um número infinito de traços, pode ser associado a outros objetos em séries ilimitadas de associação".¹⁹

Doravante, proponho um exercício de comparação a partir de duas narrativas que compõem o que se convencionou designar como "Etnografias do Novo Mundo". A questão é estabelecida a partir do comparável *helenizar os autóctones, helenizar a Europa*, pressupondo que o discurso sobre o outro implica também um discurso sobre si. A proposta é analisar dois textos emblemáticos que permitem perscrutar a forma com que o imaginário europeu reconheceu em

¹⁶ DETIENNE, M. **Comparar o Incomparável**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004. p. 11.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Ibidem. p. 58.

¹⁹ Ibidem. p. 110.

aspectos importados da Grécia Antiga uma importante medida para pensar os encontros e os projetos ulteriores de colonização na América: o bem conhecido *Diário de Bordo*²⁰ de Cristóvão Colombo (1492) e a célebre crônica *Moeurs des sauvages ameriquains comparées aux moeurs des premiers temps* (1724),²¹ do padre Joseph François Lafitau. O exercício de experimentação, portanto, envolve textos escritos por sujeitos de “origens nacionais” distintas, que cumpriam objetivos igualmente diferentes, distantes no tempo e no espaço, mas que permitem reconhecer certos usos estratégicos do passado grego não apenas na relação estabelecida com os nativos americanos, mas na conformação de sua própria posição de estrangeiro em contato com grupos culturalmente distantes da cultura europeia dos séculos XV e XVIII, respectivamente.

Colombo e os autóctones do “Novo Mundo”

O processo de exploração e colonização do Atlântico é anterior às navegações de 1492²². Do ponto de vista histórico, contudo, nada se assemelhou ao empreendimento de Colombo: por um lado, por conta dos modos pelos quais a “descoberta” passou a significar no decurso dos séculos, inclusive pelo caráter insólito, inédito e irrepetível do encontro dos europeus com os nativos dessa terra até então desconhecida; por outro lado, porque há uma vasta documentação que permite discutir essa produção de significados. Na Biblioteca Colombina de Sevilla,

²⁰ Adoto a edição do *Diario de a Bordo* organizada por Luis Arranz Márquez, mantendo a língua em que o texto foi estabelecido. COLÓN, C. **Diario de a Bordo**. Ed. Luis Arranz Márquez. Madrid: Edaf, 2006 (Ed. Kindle). Importante recordar que “a versão que conhecemos do *Diario* não é a original, que se supõe ter sido entregue por Colombo aos Reis Católicos em Barcelona, mas sim uma transcrição feita pelo padre Las Casas do dito documento ou uma cópia do mesmo”. ARECHALDE, M. A. S. El Diario de Colón. Aspectos comunicativos y lingüísticos del primer contacto entre europeos y americanos. **Estudios de cultura Náhuatl**, n. 23, 1993, p. 143-154 (tradução nossa).

²¹ O texto original, publicado em Paris por Charles Estienne Hochereau (1724), possui uma versão digital disponibilizada no site *Internet Archive* (<<http://archive.org>>) e que serviu de base para a leitura. Para dirimir dúvidas com as imagens microfilmadas e para esclarecer alguns sentidos das palavras originais, adotei como contraponto o primeiro volume da conhecida edição *Customs of the American Indians compared with the Customs of Primitive Times*, editada e traduzida por William M. Fenton e Elizabeth Moore. **Customs of the American Indians compared with the Customs of Primitive Times**. Ed. William M. Fenton e Elizabeth Moore. Toronto: The Camplain Society, 1974.

²² Há, inclusive, uma influência significativa de uma tradição propriamente genovesa associada ao comércio marítimo. Como recorda Felipe Fernández-Armesto, temos o caso, por exemplo, da viagem que os Vivaldi protagonizaram em 1291, saindo de Gênova e navegando pela costa atlântica do continente africano. FERNÁNDEZ-ARRESTO, F. **Before Columbus: Exploration and Colonisation from the Mediterrenean to the Atlantic 1229-1492**. Londres: MacMillan Education LTD, 1987. Op. 127-8.

por exemplo, há alguns livros herdados do acervo pessoal do navegador genovês. Além do livro de viagens de Marco Polo e outros exemplares, há uma versão da *História Natural* de Plínio, impressa na Veneza de 1489. Segundo Gabriella Amiotti,²³ os especialistas tendem a afirmar que, em seus primeiros anos, Colombo recebeu uma educação superficial e rudimentar; provavelmente estudou em uma escola destinada a filhos de operários em Gênova. Parte de seu conhecimento náutico teria sido adquirido na prática de navegação, e não em compêndios que reuniram informações a respeito do meio marítimo. Destarte, além da leitura de *Naturalis Historia*, identificaram-se anotações atribuídas ao mesmo em uma versão de *Vidas Paralelas* de Plutarco, fato que permite deduzir que Cristóvão Colombo pode até não ter sido um leitor ávido dos Clássicos, mas que cultivava por eles alguma sorte de interesse.

Mas ainda que nos escapassem esses e outros dados biográficos, seus próprios escritos carregam marcas de como as sociedades antigas atuavam em suas visões de mundo, pelo menos durante as navegações e no processo de reconhecimento inicial do continente então desvelado. Em seu *Diário de Bordo*, Colombo informa ter sido convocado pelo Rei e pela Rainha da Espanha para dirigir-se à Índia a fim de “ver los dichos príncipes y los pueblos y las tierras y la disposición de ellas y de todo, y la manera que se pudiera tener para la conversión de ellas a nuestra santa fe”.²⁴ E, assim, tendo embarcado em um sábado, em 12 de maio de 1492, o navegador descreve em algumas páginas a viagem que culminou com a chegada à ilha de Guanahani em 12 de outubro do mesmo ano.

O relato do contato inicial²⁵ com os autóctones marca a gênese de uma espécie de *topos* literário que caracterizará parte significativa das crônicas de viagens dos europeus ao continente americano. A descrição sugere que eram

²³ AMIOTTI, G. I precursori di Cristoforo Colombo nell'Atlantico e la Cultura Classica del grande navigatore. *Aevum*, v. 68, n. 2, p. 425-437, 1994. p. 433.

²⁴ COLÓN, *Diário de a Bordo*, n.p., p. 541.

²⁵ Sobre as narrativas acerca dos nativos, convém anotar que "o primeiro dos elementos recorrentes nas descrições do habitante nativo da América é a anulação de todo traço de individualidade: o indígena é sempre concebido como parte de uma massa indiferenciada, nunca como um indivíduo autônomo". YELIN, J. Figuraciones fronterizas en la herencia cultural latinoamericana. El imaginario del indígena en los Diarios de Viaje de Cristóbal Colón. In: MORÓN ESPINOSA, A. C.; RUIZ MARTÍNEZ, J. M. (Coord.). **En teoría hablamos de literatura. Actas del III Congreso Internacional de Aleph**. Granada: Dauro, 2007. p. 783 (tradução nossa).

pessoas que melhor se entregariam e converteriam à fé pelo amor e não pela força,²⁶ razão pela qual estabeleceram uma troca de dons para celebrar a amizade espontânea que imediatamente se colocou. Na avaliação dos aspectos físicos dos nativos, destaca a nudez e o fato de não gozarem de bens. Além disso, o Almirante sugere serem dispostos a assumir o trabalho servil:

Ellos andan todos desnudos como su madre los parió, y también las mujeres, aunque no vide más de una harto moza, y todos los que yo vi eran todos mancebos, que ninguno vide de edad de más de 30 años, muy bien hechos, de muy hermosos cuerpos pos y muy buenas caras, los cabellos gruesos casi como sedas de cola de caballos y cortos. Los cabellos traen por encima de las cejas, salvo unos pocos detrás que traen y de ellos se pintan de blanco, y dellos de colorado, y de ellos de lo que hallan; y se pintan las caras, y dellos todo el cuerpo, y de ellos solos los ojos, y de ellos solo la nariz. Ellos no traen armas ni las conocen, porque les mostré espadas y las tomaban por el filo, y se cortaban con ignorancia. No tienen algún hierro; sus azagayas son unas varas sin hierro, y algunas de ellos tienen al cabo un diente de pece, y otras de otras cosas. Ellos todos dos a una mano son de buena estatura de grandeza y buenos nos gestos, bien hechos. Yo vi algunos que tenían señales les de heridas en sus cuerpos, y les hize señas qué era aquello, y ellos me mostraron cómo allí venían gente de otras islas que estaban cerca y los querían tomar y se defendían. Y yo creí y creo que aquí vienen de tierra firme a tomarlos por cautivos. Ellos deben ser buenos servidores y de buen ingenio, que veo que muy presto dicen todo lo que les decía. Y creo que ligeramente se harían cristianos, que me pareció que ninguna secta tenían. Yo, placiendo a Nuestro Señor, llevaré de aquí al tiempo de mi partida seis a Vuestra Alteza para que aprendan a hablar.²⁷

Adiante, Colombo ratifica a leitura e adiciona, à descrição das pessoas, notas bastante significativas acerca da beleza da ilha então descoberta. Além do interesse pelo ouro, que teria se provado existente em função de uma pepita que adornava o nariz de um dos nativos, permanece frequente a narrativa de potencial cristianização dos habitantes locais. Essa primeira visão contrasta com a descrição que os indígenas – cuja língua, escusado lembrar, oferecia grande dificuldade de comunicação – faziam de outras tribos que viviam na região (nesse caso, Cuba): surge o primeiro ruído que rompe o paradigma do nativo pacífico. Em 4 de novembro, Colombo sinaliza a existência alegada de uma tribo formada por

²⁶ COLÓN, *Diario de a Bordo*, 12/10/1492.

²⁷ COLÓN, *Diario de a Bordo*, 12/10/1492.

“hombres de un ojo y otros con hocicos de perros que comían los hombres, y que en tomando uno lo degollaban y le bebían la sangre y le cortaban su natura”.²⁸ Em 26 de novembro, reforça-se a insistente caracterização que amedrontava os nativos: “Toda la gente que hasta hoy ha hallado diz que tiene grandísimo temo de los de los Caniba o Canima, y dicen que viven en esta isla de Bohío” [...] y decían que no tenían sino un ojo y la cara de perro”.²⁹

Doravante, o contato amistoso passa a coexistir com episódios conflituosos, mas com os índios de um olho só na frente não há relato de encontros, de modo que a crônica faz com que estes figurassem apenas na imaginação dos nativos que deles relataram a existência. Esse encontro poderia ter acontecido a partir de 5 de dezembro, quando anotam o desembarque na supracitada ilha. E, ao desembarcar, novamente há menção à atribuída antropofagia dos nativos.³⁰ Encontraram, na verdade, um grupo de pessoas que insistiram no medo da tribo antropofágica. Como resposta, os nativos receberam dos navegadores a promessa de que os Reis de Castela mandariam aniquilá-los. Em 13 de janeiro de 1493, contudo, relata-se que foram procurados por um indígena que “era muy disforme en el acatadura más que otros que hubiese visto: tenía el rostro todo tiznado de carbón, puesto que en todas partes acostumbran de se teñir de diversos colores”,³¹ a quem julgaram inicialmente ser a ameaça várias vezes mencionada, mas a descrição, ainda que bem menos aprazível que as primeiras, não correspondia à imagem bestial que tinha sido consolidada.

O primeiro embate ocorreu no mesmo dia 13 de janeiro. A crônica menciona o começo de animosidades que levou os navegantes (descritos oportunamente como “cristãos”) a resistirem ao ataque. Nota-se que a vitória nessa primeira luta se deu “aunque no eran los cristianos sino siete y ellos cincuenta y tantos”,³² o que faz a resistência significar, a despeito da escolha consciente do cronista, a partir de um *topos* discursivo associado aos méritos de exércitos menos numeroso que vencem não apenas por conta de suas habilidades bélicas, mas pelas virtudes que

²⁸ COLÓN, **Diario de a bordo**, 4/11/1493.

²⁹ COLÓN, **Diario de a bordo**, 26/11/1492.

³⁰ COLÓN, **Diario de a bordo**, 5/12/1492.

³¹ COLÓN, **Diario de a bordo**, 13/01/1493.

³² COLÓN, **Diario de a Bordo**, 13/01/1493.

motivavam os combatentes e pela ajuda de/dos Deus/deuses. Não seria improvável que essa narrativa, lida pelos europeus, resgatasse em algumas ocasiões uma memória discursiva associada à resistência helênica aos “bárbaros” persas liderados Xerxes, sempre muito mais numerosos,³³ nesse evento decisivo para a consolidação da ideia de barbárie no mundo das *póleis* clássicas.³⁴ Nessa luta contra os autóctones, os navegadores julgaram se tratar dos *caribas*, mas a descrição outrora conhecida também não correspondia à expectativa amedrontadora.

Após o retorno à Espanha, Colombo foi nomeado Vice-Rei e Governador Geral das Índias, o que ensejou sua segunda viagem, iniciada em 25 de setembro de 1493. A terceira viagem começou no dia 30 de maio de 1498. Na ocasião, Colombo foi responsabilizado por intensa disputa intestina que atrapalhava o processo de ocupação do território. A notícia de que os colonos estavam na iminência de um conflito chegou aos Reis de Espanha e o Almirante perdeu o cargo prestigioso. Nesse sentido, a carta que envia aos reis no decurso desse terceiro traslado apresenta uma narrativa bem mais enfática no sentido de defender a empresa que começou em 1492. Uma das estratégias utilizadas pelo navegador genovês foi sublinhar a excepcionalidade daquele território, recuperando testemunhos que conhecia dos povos antigos com vistas a oferecer autoridade a seu discurso:

A Sagrada Escritura atesta que Nosso Senhor criou o paraíso terrestre, nele colocando a árvore da vida, e de onde brota uma fonte de que resultam os quatro maiores rios deste mundo: o Ganges na Índia; o Tigre e o Eufrates, que separam a serra, dividem a Mesopotâmia e vão desembocar na Pérsia, e o Nilo, que nasce na Etiópia e acaba no mar, em

³³ Na tragédia *Os Persas* (472 a.C.), Ésquilo sugere uma proporção cujos números não resistem ao ceticismo dos historiadores contemporâneos. Segundo o tratediógrafo, nas palavras do mensageiro que comunica à Rainha Atossa a derrota do contingente de Xerxes, “Fora questão numérica, tenhas certeza de que teríamos vencido, pois a esquadra helênica abarcava só trezentos barcos, além de uma dezena à retaguarda. Xerxes, direi precisamente, encabeçava mil, e isso sem contar as naves mais velozes, duzentas mais ou menos” (ÉSQUILO, *Os Persas*, v. 337-343). As cifras de Heródoto (*Histórias*, VII, 184) também são conhecidas pelo caráter exagerado que atribui ao exército “bárbaro”, que contaria com mais de cinco milhões de homens.

³⁴ Sobre a questão da emergência da noção de barbárie a partir das guerras greco-pérsicas e sua corresponde importância para a conformação de um ideal pan-helênico, dos muitos estudos disponíveis, convém destacar as pesquisas de Edith Hall, Jonathan Hall e Lynette Mitchell. HALL, E. **Inventing the barbarian: Greek self-definition through tragedy**. Oxford: Oxford University Press, 1989; HALL, J. **Ethnic identity in Greek antiquity**. Cambridge: Cambridge University, 2000; MITCHELL, L. **Panhellenism and the Barbarian in Archaic and Classical Greece**. Swansea: The Classical Press of Wales, 2007.

Alexandria. E não encontro nem jamais encontrei nenhuma escritura de latinos ou gregos que indique, com segurança, o lugar em que se situa neste mundo o Paraíso terrestre.³⁵

Na quarta e última viagem à América, em maio de 1502, Colombo já estava cansado e com o prestígio francamente abalado. De todo modo, os aspectos interdiscursivos presentes em seu *Diário* permitem fazer remissões a inúmeros textos antigos conhecidos. A narrativa bíblica é um referencial inescapável. Além da franca circulação (sobretudo através da oralidade) dos textos sagrados nos reinos católicos, há que se considerar a profunda atmosfera de religiosidade envolvida no projeto cristianizante de Cristóvão Colombo. Quando afirma, por exemplo, em 13 de outubro de 1492, que a ilha em que estava era “bien grande y muy llana y de árboles muy verdes y muchas aguas y una laguna en medio muy grande, sin ninguna montaña, y toda ella verde, que es placer de mirarla”,³⁶ é provável que descrições bem conhecidas do Éden figurassem como parte de um repertório compartilhado por ele e por seus leitores: “Iahweh Deus plantou um jardim em Éden, no oriente, e aí colocou o homem que modelara. Iahweh Deus fez crescer do solo toda espécie de árvores formosas de ver e boas de comer”.³⁷ A nudez dos nativos indígenas é também um vetor sintomático, sugerindo que viviam não apenas em um espaço distinto de tudo que a Europa conhecia, mas em um tempo anterior ao ardil da serpente que fez o casal primordial comer do fruto da árvore do conhecimento, quando finalmente “abriram-se os olhos dos dois e perceberam que estavam nus; entreteceram folhas de figueira e se cingiram”.³⁸

A associação que Colombo faz entre as terras descobertas e o paraíso edênico é tema de debate recorrente na historiografia. Segundo Todorov, “para um homem como Colombo, os seres humanos passam a vestir-se após a expulsão do paraíso”.³⁹ Para Sérgio Buarque de Holanda, a atividade dos conquistadores nas Índias de Castela foi acompanhada de uma espécie de “ideia fixa” a partir da qual “a crença na proximidade do Paraíso Terreal não é apenas uma sugestão metafórica

³⁵ COLOMBO, *Carta do Almirante aos Reis Católicos*. p. 118-119.

³⁶ COLÓN, *Diário de a bordo*, 13/10/1492.

³⁷ GÊNESIS, 2: 8-9.

³⁸ GÊNESIS, 3: 7.

³⁹ TODOROV, T. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 49.

ou uma passageira fantasia”.⁴⁰ No entanto, há outro elemento que pode ter se manifestado na memória discursiva do genovês e que está associado não apenas ao Antigo Testamento, mas a uma forma de pensamento religioso comum a diversas sociedades mediterrânicas antigas, que estabelece uma associação entre uma terra bela e abundante com nativos pouco afeitos aos costumes “civilizados”, em especial aos que praticam a antropofagia.⁴¹

É preciso recordar que Colombo foi leitor de Plínio, que menciona a existência de cíclopes em sua *Historia naturalis*.⁴² Na narrativa, a antropofagia desses povos bárbaros também figurava como elemento distintivo, levando ao paroxismo a representação da alteridade. É de se supor, dada as barreiras linguísticas óbvias que marcaram o contato,⁴³ que a remissão a esse exemplo foi feita a partir de um repertório não apenas conhecido, mas oportuno e estratégico, de modo a tornar-se inteligível aos europeus. Ainda que suspendamos provisoriamente nosso total ceticismo para admitir que, de alguma forma, os nativos conseguiram comunicar e expressar seu medo em relação a tribos antropofágicas que de fato existiam, há uma ampla gama de caracterizações que orbitam em torno dos *caribas* e que excedem, em muito, a questão da monstruosidade, generalizando uma série de variáveis outras que se associam a narrativas mais antigas do que a do naturalista romano. Esse dispositivo está presente até mesmo na descrição das paisagens, contrariando a leitura apressada de que seriam apenas registros entusiasmados de uma natureza exótica até então desconhecida.

Colombo não dissocia beleza e fertilidade em seu primeiro contato: “Son estas islas muy verdes y fértiles y de aires muy dulces, y puede haber muchas cosas

⁴⁰ HOLANDA, S. B. **Visões do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 57.

⁴¹ Conforme observou Ioannis Petropoulos, “embora os monstros étnicos fossem em geral fisicamente deformados, alguns deles eram desviantes apenas na cultura ou no comportamento, como o conjunto de nações monstruosas, que eram essencialmente não civilizadas ou, na melhor das hipóteses, semicivilizadas”. PETROPOULOS, I. Os residentes da Via Negativa: os Cíclopes de Homero e os Tupinambás. **Hélade**, v. 5, n. 1, p. 150-163, 2019. p. 158.

⁴² PLÍNIO, **Historia naturalis**, VII.2.

⁴³ Sobre essa questão, há também que se ponderar que “Colombo era falante nativo de genovês, um dialeto sem escritura; durante sua estadia em Portugal, aprendeu a falar - mas não a escrever - o português; posteriormente, aprendeu o espanhol [...] e foi essa a primeira língua moderna que Colombo soube escrever”. PIDAL, M. **La lengua de Cristóbal Colón y otros ensayos**. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1942. Op. 27 (tradução nossa); ARECHALDE, M. Op. Cit., p. 143.

que yo no sé”.⁴⁴ Dirigindo-se aos Reis de Castela, diz: “Crean Vuestras Mercedes Altezas que es esta tierra la mejor y más fértil y temperada y llana y buena que haya en el mundo”.⁴⁵ Essa estrutura narrativa, muitos séculos antes, caracterizava os aspectos naturais do episódio mais emblemático do Canto IX da *Odisseia*, quando Odisseu canta aos feácios as características da ilha dos cíclopes. Descritos como “arrogantes” (ὕπερφίαλος) e “desprovidos de leis” (ἀθέμιστος), os gigantes de um olho só viviam em lugar em que “tudo cresce e dá fruto sem se arar ou plantar o solo”.⁴⁶ Ainda sobre a ilha, diz também Odisseu que é “bem arborizada”, além do que “a terra não é má: tudo daria na época própria”.⁴⁷ Nessa ilha de abundância – condição *sine qua non* de sobrevivência para quem não pratica a agricultura – viviam entidades monstruosas que ignoravam os deuses. Disse Polifemo: “Nós, os Cíclopes, não queremos saber de Zeus detentor da égide, nem dos outros bem-aventurados”.⁴⁸

Em conhecido ensaio, Hayden White propõe que, desde os tempos bíblicos,

a noção de Homem Selvagem esteve associada à ideia de região selvagem - o deserto, a floresta, a selva e as montanhas - aquelas partes do mundo físico que não haviam sido domesticadas ou demarcadas para domesticação de algum modo significativo.⁴⁹

É uma ideia cuja força depende da recuperação da oposição caos/cosmos como mais uma variável a adornar o complexo de pares binários que mediam, a partir do “olhar etnográfico”, o entendimento que se projeta sobre o *Outro* para que, a partir do estranhamento, se promova a consciência que se tem de si. No entanto, nada é mais enganador, do ponto de vista heurístico, do que a sedução provocada pela busca do significado em detrimento de como esse significado significa.

Não deixa de ser um truísmo a admissão de que há uma incrível confluência de referenciais concretos que permitem associar a narrativas de Homero e

⁴⁴ COLÓN, *Diário de a bordo*, 15.10.1492.

⁴⁵ COLÓN, *Diário de a bordo*, 17.10.1492.

⁴⁶ HOMERO, *Odisseia*, IX, vv. 180-109.

⁴⁷ HOMERO, *Odisseia*, IX, vv. 131.

⁴⁸ HOMERO, *Odisseia*, IX, vv. 275-276.

⁴⁹ WHITE, H. As formas do estado selvagem: arqueologia de uma ideia. In: _____. **Trópicos do Discurso**: Ensaios sobre a crítica da Cultura. São Paulo: Edusp. 1994. p. 169-202. p. 173.

Colombo, em particular quando os autóctones não gozam da dócil subserviência desejada pelos conquistadores. A bela região, arborizada e fértil, é povoada por seres monstruosos que tem apenas um olho na frente, que comem carne humana e se mostram avessos à religião que deveriam, por princípio, respeitar. Esse é o ponto que distingue a atitude proposta pelo Almirante em relação aos nativos: se alguns devem ser escravizados e/ou cristianizados, outros devem ser sumariamente exterminados, como foi dito em forma de promessa.

Mas se vale a máxima de que todo discurso sobre o outro traz implicado um discurso sobre si, a narrativa de Colombo não seria redutível apenas a uma manifestação estereotipada proposta a partir da épica tradicional. Afinal, quem primeiro descreveu os cíclopes e sua paisagem era também um navegador que combateu povos hostis enquanto singrava o mar – no caso, o Mediterrâneo. Durante dez anos de périplo, Odisseu esteve em contato, como consta nos versos prologais da *Odisseia*, com muitos homens “cujos espíritos conheceu”.⁵⁰ Note-se ainda que é possível identificar Odisseu como um herói protocolonizador, de tal forma que seu retorno à Ítaca

deve ser visto como marcadamente distinto da maioria das histórias de retorno, e essa diferença será significativa para o modo como os vários mitos de Odisseu articularam exploração, contato com não-Gregos, definições étnicas, comércio e colonização.⁵¹

Assim, não basta apenas afirmar que Colombo “fez de tudo para escrever relatos inauditos como Ulisses”.⁵² Tampouco é suficiente adotar soluções generalistas apoiando-se em fundamentos arquetípicos, que podem até ser persuasivas como princípio, mas são incapazes de explicar fenômenos particulares e complexos usos políticos do passado.

A narrativa de Colombo recupera um dos heróis mais conhecidos da tradição clássica para representar a si próprio nesse projeto financiado pelos Reis

⁵⁰ HOMERO, *Odisseia*, I, v. 4.

⁵¹ MALKIN, I. *The returns of Odysseus: colonization and ethnicity*. Los Angeles: University of California, 1998. p. 4 (tradução nossa).

⁵² TODOROV, T. Op. Cit., p. 17.

Ferdinando e Isabel. Para Todorov,⁵³ ainda que seu feito tenha inaugurado a modernidade, havia traços medievais na mentalidade de Colombo; no entanto, quando fez uso de um *Diário* para narrar (e louvar) os próprios feitos, recorreu a um herói épico cujas façanhas julgou equivalentes às suas, fazendo com que sua viagem assumisse contornos de uma grande epopeia, e do ponto de vista da Europa do século XV, recorrer à Antiguidade Clássica era uma atitude extremamente moderna.

Lafitau e os “gentios”

O projeto cristianizador de Colombo fez diversos analistas associarem-no a um sujeito nostálgico das Cruzadas, inclusive sendo caracterizado como “o último dos templários”.⁵⁴ Mas ainda que a questão religiosa soçobrasse nos discursos dos viajantes, desde o século XVI imperava o projeto de construir um “Novo Mundo” nos acordes daquilo que a própria Europa amadurecia como um projeto de si. E, “de todos aqueles que puseram em prática tais planos, foi a Companhia de Jesus que teve suficiente autoridade e poder para colocar essas visões em prática”.⁵⁵ Um dos mais notáveis e conhecidos cronistas da Companhia de Jesus foi o padre Joseph François Lafitau (1681-1746).

Sua crônica *Moeurs des sauvages ameriquains comparées aux moeurs des premiers temps* (1724) discorre fundamentalmente sobre os índios iroqueses da Nova França. Lafitau residiu em uma missão às margens do rio San Lorenzo entre 1712 a 1717, quando estabeleceu contato com os índios mohawaks de Saint-Louis-du-Sault. A excepcionalidade do discurso, que muitos identificam como fundador das narrativas etnográficas⁵⁶ (e seu autor, como precursor da etnografia comparada), é resultado de anos de experiências de contatos motivados pela ação missionária e significados a partir de uma ampla formação intelectual. Assim,

⁵³ Ibidem. p. 16.

⁵⁴ MARINO, R. **Cristoforo Colombo**: L'ultimo dei templari. Milão: Sperling & Kupfer Editori, 2005.

⁵⁵ RONDA, J. P. The European Indian: Jesuit Civilization Planning in New France. **Church History**, v. 41, n. 3, p. 385-395, 1972. p. 385 (tradução nossa).

⁵⁶ Sobre essa questão, há que se consultar o sempre referido estudo de William Fenton e o debate de Radcliffe-Brown. FENTON, W. J.-F. Lafitau (1681-1746), Precursor of Scientific Anthropology. **Southwestern Journal of Anthropology**, v. 25, n. 2, p. 173-187, 1969; RADCLIFFE-BROWN, A.R. Introduction. In: __; FORDE, D. (Ed.). **African Systems of Kinship and Marriage**. London: Oxford University Press, 1950. p. 1-85.

Lafitau "deveria administrar a alteridade por via da compreensão e do reconhecimento, transformando cognitivamente o 'novo' em 'conhecido', e tornando a alteridade americana assimilável para o pensamento ocidental".⁵⁷

A partir do século XVIII, a erudição europeia propõe um retorno ainda mais voraz à Antiguidade Clássica. No mesmo ano em que Lafitau publicou sua etnografia, Fontenelle torna público seu *De l'origine des fables*. Os antigos estavam sendo convidados a sentar à mesa, o que não impediu que eventualmente tivessem seus modos postos à prova. No *siècle des lumières*, em particular na Academia Francesa, emergiu a famosa *Querelle des anciens et des modernes*, onde a Razão se torna objeto de disputa em um duelo que fazia confrontar as superioridades intelectuais atribuídas a uns e outros.⁵⁸ A modernidade europeia já não aceitava mais a simples assunção de que faziam parte de uma herança advinda dos povos antigos, mas desafiava aqueles que foram fabricados como alicerce de sua própria fundação. Não era tarefa simples recusar esse hóspede, o que não impedia o olhar de estranhamento nesse tópico insólito que punha em jogo regimes de historicidade: recorde-se, a partir de Hartog,⁵⁹ que “diferentemente de gregos/bárbaros ou de cristãos/pagãos, o par antigos/modernos não é suscetível à territorialização (salvo nos espaços acadêmicos); com ele tudo se passa na temporalidade”.

Mas, se essa premissa vale para o continente europeu, não seria impróprio reconhecer que as Américas passaram a representar uma oportunidade de “desterritorialização”: lá estavam os “gentios” do Novo Mundo, separados pelo Oceano Atlântico, longe o suficiente para que por séculos permanecessem preservados dos contatos. Mas eles já não eram culturalmente uma “página em branco”, como sugeriu Todorov⁶⁰ para a época dos primeiros encontros: as crônicas anteriores ao século XVIII, a começar pelo próprio Colombo, asseguraram-lhes uma identidade, atribuíram-lhes um *ethos*, tornaram-nos valoráveis e

⁵⁷ MOTSCH, A. El indio en el discurso de Lafitau o la emergencia de la escritura etnográfica. **Imprévue**, v. 7, p. 7-20, 1994. p. 9 (tradução nossa).

⁵⁸ Sobre a *Querelle*, além do já citado Hartog, convém recordar o trabalho de Sônia Lacerda, particularmente dedicado às concepções de Homero no século XVIII. HARTOG, F. **Os antigos, o passado e o presente**. Brasília: Editora UnB, 2003; LACERDA, S. **Metamorfoses de Homero**. Brasília: Editora UnB, 2003.

⁵⁹ HARTOG, F. Op. Cit., p. 122.

⁶⁰ TODOROV, T. Op. Cit., p. 48-9.

destacaram seus vícios e virtudes, assegurando a posição dos autóctones em um sistema de classificação tão fortemente helenizado que não poderia simplesmente ser ignorado: “quando Lafitau embarcou para se reunir às missões dos jesuítas na Nova França, encontrou as Américas já povoadas por gregos homéricos e romanos vestindo togas: física e moralmente, os selvagens americanos eram contemporâneos de Plutarco”.⁶¹ De fato, o ponto de partida para a etnografia de Lafitau é o reconhecimento de que, ao longo dos séculos inaugurados com a descoberta [*découverte*] das Américas, “muitos viajantes retrataram para nós as características e costumes dos americanos” e, sobretudo, “muitos estudiosos se dedicaram cuidadosamente à busca de traços da origem dessas pessoas nos tempos obscuros da Antiguidade [*les ténébres de l'Antiquité*]”.⁶²

A proposta de Lafitau, como ele mesmo defendeu, estava amparada por anos de contato e diálogo com nativos, o que evitava as conclusões equivocadas atingidas por muitos que se dedicaram à mesma tarefa antes dele⁶³, e também por uma crítica à própria influência europeia consolidada nas Américas⁶⁴. E, mais do que um simples relato de viagem, seu objetivo foi estabelecer uma empreitada comparativa segundo a qual não apenas os autores antigos forneceram informações a partir das quais pôde traçar conjecturas a respeito dos *sauvages*, mas que também permitiu que os *sauvages* oferecessem recursos para que ele melhor entendesse os autores antigos.⁶⁵

Sua crônica propunha efetivamente se vincular a uma “ciência dos modos e costumes”, e ainda que tenha sido admitido como um dos precursores da Antropologia Social, Lafitau buscou na Grécia Antiga não apenas os paradigmas culturais a serem colocados em perspectiva em seu exercício de comparação, mas também as bases pelas quais essa mesma ciência seria praticada. E, tal como

⁶¹ DETIENNE, M. **A invenção da Mitologia**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1998. p. 19.

⁶² LAFITAU, **Mouers ...**, p. 1.

⁶³ Além disso, as dificuldades de comunicação que evidentemente marcaram o encontro dos nativos americanos com Colombo pareciam bem mais atenuadas, já que Lafitau se uniu ao padre Julian Garnier, que estava há décadas na Nova França convivendo com os indígenas e tinha aprendido os dialetos praticados pelos iroquenses. LAFITAU, **Mouers ...**, p. 2-3.

⁶⁴ Nas palavras de Lafitau, “o comércio com nações europeias tem feito os indígenas perderem muitos de seus antigos folclores [*coûtumes*], e tem alterado seus meios de vida”. LAFITAU, **Mouers ...**, p. 23.

⁶⁵ LAFITAU, **Mouers ...**, p. 3.

Colombo, o padre jesuíta recorreu à Homero e Odisseu para subsidiar a tarefa. Ainda que reconhecesse os méritos de seu trabalho, não o considerava exatamente original:

A ciência dos modos e costumes dos povos diferentes tem uma qualidade tão útil e interessante que Homero fez dela o tema de todo um poema. Seu objetivo é expor a sabedoria de Ulisses [Odisseu], seu herói, que, após o cerco de Tróia, vendo-se incessantemente aprisionado pela ira de Netuno [Posêidon] a uma distância de Ítaca, sua pátria, aproveitou os diferentes erros na navegação para se instruir acerca dos costumes das nações onde os ventos enfurecidos o forçaram a atracar e a tirar de cada um o que era bom e louvável.⁶⁶

O Odisseu navegador de Colombo, cujo heroísmo foi admitido como medida para fazer com que a chegada às Américas ressoasse como uma grande epopeia, cede espaço a um Odisseu etnógrafo⁶⁷ a quem Lafitau retorna para explicar e justificar, logo nas páginas iniciais, seu monumental projeto intelectual. Mas, contrariando prognósticos de padres da Companhia de Jesus que o antecederam e que costumavam defender que os indígenas eram vazios de qualquer religiosidade, Lafitau reconheceu em suas práticas de culto traços de antigas doutrinas “pagãs” praticadas pelos povos da Antiguidade. Esse fato, além de ser um dado importante para orientar o projeto cristianizador, exigia uma explicação que colocava na ordem do dia o debate sobre como os “primeiros europeus” e os nativos americanos possuíam crenças em comum. Essa premissa faz com que a Europa não seja simplesmente admitida como herdeira direta do “milagre grego”: era preciso reconhecer os processos que levaram os europeus a superarem as práticas dos homens dos *premiers temps*.

As explicações de Lafitau gozam de compromisso com a universalidade pois interessava-lhe saber como os princípios de Deus se irradiaram pelo mundo. Contra a absoluta ausência de valores nos autóctones, o jesuíta defendia: “É fácil explicar por este sistema como, apesar da alteração da religião, apesar das

⁶⁶ LAFITAU, *Mouers ...*, p. 4.

⁶⁷ Também de acordo com Petropoulos, “Os critérios de Odisseu, tomados como um agregado abstrato, definem cultura no sentido sócio-antropológico (é notável que a linguagem não seja um critério). O épico, como observado, mostra que a ideologia e o discurso da etnografia já eram operativos em algum nível significativo”. PETROPOULOS, I. Op. Cit., p. 157.

mudanças feitas entre os diferentes povos do mundo, há em todo lugar, no entanto, uma certa uniformidade nos mitos que têm alguma conexão com a verdade".⁶⁸ Do ponto de vista pragmático, essa lógica justificava "que os iroqueses, assim como todos os nativos americanos, eram seres morais que poderiam e deveriam ser convertidos ao Cristianismo".⁶⁹ No entanto, para além da prática missionária, há um fundamento (também partilhado por Fontenelle) associado ao Iluminismo francês, que postulava a existência de uma religião natural, anterior a qualquer revelação. Como observou Julie Boch, "enquanto tentavam trazer à luz a essência comum das religiões através de um método comparativo, eles não viam mais do que a manifestação de uma natureza humana idêntica no tempo e no espaço".⁷⁰

Essas premissas exigem colocar algumas narrativas tradicionais à prova. Lafitau, por exemplo, mostra-se cético a respeito dos relatos de seres monstruosos que habitariam a América. Além de sua própria experiência com os nativos americanos, que nunca se mostraram nada além de humanos, o racionalismo setecentista e a noção de perfectibilidade da obra divina impediram que tais discursos ressoassem em suas visões de mundo tal como ressoaram em Colombo. Em sua concepção, "mesmo que essas narrativas sejam verdadeiras, elas parecem tão míticas e improváveis que não merecem crédito, e só podemos aceitá-las depois da descoberta precisa desses povos".⁷¹ As terras do "Novo Mundo" já não estavam mais habitadas por cíclopes e as belezas naturais também não correspondiam a uma preocupação de destaque na narrativa. A colonização das Américas, como bem notou Andres Motsch, "foi política, econômica e epistemológica",⁷² e esse último ponto é o que mais estimulava o trabalho do missionário francês.

Incluir os autóctones americanos em uma História Universal exigiu que o jesuíta elaborasse percursos que excediam a própria etnografia. Lafitau credita à Colombo a glória por ter descoberto o continente sem negar os méritos que

⁶⁸ LAFITAU, *Mouers ...*, p. 15.

⁶⁹ LAUNAY, R. Lafitau Revisited: American "Savages" and Universal History. *Anthropologica*, v. 52, n. 2, p. 337-343, 2010. p. 338 (tradução nossa).

⁷⁰ BOCH, J. L'Occident au miroir des sauvages: figures du païen chez Fontenelle et Lafitau. *Tangence*, n. 72, p. 75-91, 2003. p. 76 (tradução nossa).

⁷¹ LAFITAU, *Mouers ...*, p. 60.

⁷² MOTSCH, A. Op. Cit., p. 7 (tradução nossa).

associavam a façanha a Américo Vespúcio.⁷³ Mas, para além dos fatos históricos, destaca a agitação provocada nos especialistas que passaram a se preocupar com a origem dos homens que lá viviam e a provável descendência com a raça de Adão.⁷⁴ Nesse sentido, discute o mito platônico de Atlântida e faz observar sua improbabilidade a partir do reconhecimento de que tais relatos eram fabulosos; especula igualmente a origem fenícia dos homens americanos, resultado das disposições bem conhecidas para a navegação e comércio; mas, sobretudo, considera crível a hipótese da origem asiática do homem americano, que era a perspectiva que mais cativava os estudiosos da época.⁷⁵

Mas o núcleo discursivo de seu trabalho é inegavelmente comparativo, e diversos temas são exaustivamente abordados, como as relações conjugais, a formação das línguas e, como não poderia ser diferente, a religiosidade, que possui imenso destaque nos dois volumes de sua obra. É nesse ponto que a lógica universalista inspira uma relação com o tempo bem distinta da forma com que Colombo interpretava, através dos sinais visíveis, os autóctones do Novo Mundo: essas comunidades eram pensadas a partir da lógica do *progresso*, tema que assume lugar especial nos círculos letrados do Iluminismo francês e que se mostrou marcadamente presente no discurso de Lafitau.⁷⁶

Mas se o exercício comparativo de Lafitau coloca em perspectiva, através da correlação de costumes, sociedades tão distantes no tempo e no espaço, é inevitável também que a própria cultura europeia de seu tempo seja convidada à comparação, principalmente por ser tomada como critério para o julgamento dos autóctones americanos e dos povos da Antiguidade. É por esse ponto que Lafitau esteve diante do paradoxo ligado à difícil correlação entre os gregos antigos, que teriam desencadeado o progresso europeu, e os selvagens americanos agora colocados como medida de comparação. A solução imediata para o impasse dependia, no limite, da assunção de uma premissa iluminista que definia o

⁷³ LAFITAU, *Mouers ...*, p. 26.

⁷⁴ LAFITAU, *Mouers ...*, p. 26.

⁷⁵ LAFITAU, *Mouers ...*, p. 32.

⁷⁶ William Fenton e Elizabeth Moore observaram que três tipos de eventos alimentaram a ideia de progresso partilhada por Lafitau a partir dos pensadores modernos: a revolução científica dos séculos XVI e XVII, as aplicações associadas às descobertas em artes mecânicas e os triunfos literários da Inglaterra elisabetana e da França durante o reinado de Luís XIV. FENTON, W.; MOORE, E., Op. Cit., p. 21.

progresso como um curso natural que se daria caso não existissem fatores intervenientes, fato que teria ajudado os europeus e atrapalhado os nativos americanos.⁷⁷

O saldo do projeto dessa monta, complexo em seus termos e consequências, pode ser compreendido pela inevitável colocação da própria Europa na lógica de progresso que, sem negar o vínculo com os povos antigos, permite reconhecê-los como uma etapa distante de seu desenvolvimento. Nesse sentido, concordo com Duchet⁷⁸ que a conversão do homem selvagem em homem primitivo torna possível uma visão antropológica a partir da qual o europeu pode se reconhecer e aprender sobre si mesmo. Em que pese também o discurso de promoção no continente americano de uma possibilidade de progresso similar à que os europeus experimentavam ao longo do tempo, o que explicaria a justaposição com os “primitivos” autóctones com o das sociedades antigas: “os índios da Nova França eram, na mente dos jesuítas, matéria-prima para um sociedade europeia purificada na América”.⁷⁹ E, como nesse jogo civilizacional, o principal vetor que assegurou aos primeiros o progresso do qual os segundos foram privados foi exatamente o Cristianismo, ratifica-se a religiosidade cristã como elemento que permitiria não apenas uma explicação holística e estratégica do atraso, mas que também justificaria a *raison d'être* das missões jesuítas e a fundamental separação entre europeus e as sociedades comparadas em sua crônica.

Considerações Finais

A comparação das experiências dos europeus no continente americano permite, dentre outras coisas, observar a incrível variação de discursos ao longo dos períodos e das regiões envolvidas no projeto colonizador. Note-se, por exemplo, que as crônicas e etnografias acerca dos nativos caribenhos nos séculos XVII e XVIII eram bem diferentes do discursos oriundos da América do Norte: ao

⁷⁷ Também é preciso sublinhar a intrincada rede que associa Lafitau a uma filosofia que, de alguma forma, possui alguma dificuldade para se estabelecer sem o necessário contraponto ao discurso religioso. Como observou Cassirer (1997, p. 189), “a atitude crítica e cética em face da religião [...] caracteriza a própria essência do Iluminismo”.

⁷⁸ DUCHET, M. **Le partage des savoirs**. Discours historique et discours ethnologique. Paris: La Découverte, 1985. p. 15.

⁷⁹ RONDA, J. Op. Cit., p. 385 (tradução nossa).

invés de sugerir uma participação ativa da Companhia de Jesus para cristianizar os “gentios”, como fez Lafitau, muitas narrativas identificavam os autóctones do “Novo Mundo” como um obstáculo para a marcha do progresso europeu.⁸⁰ Mais do que sugerir diferentes formas de exploração do território, a comparação também é sugestiva para ressaltar a heterogeneidade dos olhares europeus, em particular acerca dos nativos.

Os debates a respeito dos contatos entre europeus e povos nativos da América estimularam a consolidação de uma historiografia ampla e diversificada. A quantidade de estudos é vertiginosa, e nas últimas décadas o debate se ampliou ainda mais pela necessidade de repensar a hermenêutica eurocêntrica que orientou parte importante dessa produção. Mais do que isso, as variadas formas com que conflitos, negociações, concórdias, formas de opressão e guerras que podem ser observadas em níveis regionais estimula uma série de análises sobre relações locais de poder que acabam por ratificar, em grande medida, a premissa de que os fatos históricos são irrepetíveis em um ambiente intelectual que não conseguiu superar, a despeito das expectativas, a lógica da Nação.

Não parece menos oportuno o retorno à História Comparada, particularmente a partir de um projeto que não seja agrilhado pela cronologia. Há inúmeras diferenças que distanciam, por exemplo, o navegador genovês do jesuíta francês. Além da formação intelectual, da “origem nacional” e do período em que cada qual esteve no “Novo Mundo”, suas motivações para a viagem e os objetivos das narrativas possuem diferenças significativas que, em uma perspectiva tradicional, interditaram por princípio qualquer exame comparativo. No entanto, é a partir das próprias diferenças (e não de sua negação) que a eleição de comparáveis permite um exame em perspectiva. Do vislumbre inicial a respeito dos ciclopes homéricos que Colombo projetou nos nativos à consolidada possibilidade de estabelecer a comparação sob a égide de um sistema “científico”,

⁸⁰ A relação com o progresso, portanto, não era invariável, ainda que figurasse permanecesse no horizonte imediato das preocupações. Como observaram Shepherd & Payne, “as obras pós-conquista exibiram uma tendência a negar ou minimizar o papel dos povos indígenas no avanço da modernidade caribenha, apresentando tanto textos como sub-textos que projetavam percepções dos caribenhos indígenas como um ‘problema’ para o desenvolvimento colonial”. SHEPHERD, V.; PAYNE, C. Comparisons: The Caribbean. In: VICKERS, D. (Ed.). **A Companion to Colonial America**. Oxford: Blackwekk Publishing, 2006. p. 425-450. p. 427 (tradução nossa).

as narrativas de Colombo e Lafitau permitem um exame das diferenças com que a Europa, nos séculos XV e XVIII, fazia remissão não apenas à Grécia Antiga, mas a dimensões particulares da Grécia Antiga que foram se amoedando para pensar sua própria formação.

Há que se considerar, sobretudo, que os usos políticos da cultura foram objeto de profundo investimento da própria Grécia Antiga, sobretudo no Período Clássico. Falar a mesma língua, partilhar território, cultuar os mesmos deuses e reconhecer descendência comuns figuram como critérios aparentemente objetivos em um cenário de profunda ebulição e investimentos políticos. Parece inegável que o acento dado ao ideário pan-helênico não foi o mesmo em todas as *póleis*, que tinham interesses políticos e econômicos bastante diversificados e, por vezes, incompatíveis, sobretudo após a vitória contra os Persas. S. Pearlman chegou a argumentar que tal discurso operou em nível de propaganda e foi utilizado principalmente pelos atenienses para legitimar suas políticas imperialistas.⁸¹

Helenizar-se foi projeto decisivo para os próprios gregos. Alguns pesquisadores identificam, já em Homero, as marcas dessa disposição que permanecerá vívida ao longo dos anos.⁸² Os que discordam desse recuo costumam reconhecer a vitória contra Xerxes como marca fundamental do processo de formulação mais aguda de um ideário (pan)helenizante⁸³. De todo modo, contra o superado essencialismo que marcava as análises progressas, impôs-se o reconhecimento das dinâmicas culturais politicamente referenciadas, sobretudo a partir da definição de barbárie e seus correlatos conceituais (“selvageria”, por exemplo) como medida para a helenização. Nos séculos XVI e XVIII, como observado, não foi apenas o referencial civilizatório construído em favor dos

⁸¹ PEARLMAN, S. Panhellenism, the polis and imperialism. *Historia*, n. 25, n. 1, p. 1-30, 1976. p. 5.

⁸² Por exemplo, segundo Eckerman, "apesar de não estar explícito no discurso, em termos de uma articulação da campanha grega contra os troianos, o Pan-helenismo pode ser encontrado já na *Ilíada* de Homero". ECKERMAN, Christopher. Pindar's KOINOΣΛOΓOΣ and Panhellenism in Olympian 10. *Rheinisches Museum für Philologie*, Neue Folge, n.º 151, v. 1, p. 37-48, 2008. p. 37. (tradução nossa). Richard Buxton chegou a defender que uma das funções da *Odisseia* é exibir a "helenicidade" (*Greekness*) pelo contraste produzido a partir do comportamento dos diversos povos visitados. BUXTON, R. *El imaginario griego: los contextos de la mitología*. Madrid: Cambridge University, 2000. p. 151.

⁸³ De acordo com Edith Hall, "se a pedra-angular da polarização conceitual de gregos e bárbaros foi política", é preciso compreender a repulsa coletiva a Dario e Xerxes como uma nova ideologia então emergente, dado que "não há prenúncio de uma distinção política entre gregos e não-gregos no pensamento arcaico". HALL, E. Op. Cit., p. 15 (tradução nossa).

gregos que entrou em cena, mas a própria estrutura discursiva praticada na Antiguidade em favor da defesa do helenismo: ao *helenizar-se*, na busca da Grécia como parte importante do passado nacional ao longo da colonização do “Novo Mundo”, europeus e autóctones americanos foram convocados a integrar, de diversas maneiras, o jogo dos helenismos que se impunham na forma com que eram vistos, reconhecidos e politicamente significados.

Os usos desse passado greco-romano, de uma forma mais ampla ou em pontos mais específicos, é a marca de um discurso estratégico. Não é acidental que Odisseu, por exemplo, permanecesse no horizonte imediato de ambos: para Colombo, um recurso retórico para tomar a si próprio como agente de uma epopeia; para Lafitau, como um modelo de “etnógrafo” que buscou reconhecer diferenças culturais de tal forma criteriosa que um erudito do XVIII considerou adequado emular.

Mais do que isso, o tratamento que os cronistas oferecem aos nativos e a seus territórios está envolvido em um projeto de longa duração que estruturou não apenas a concepção que a Europa faz de si, mas os desdobramentos que operaram para que a Cristandade se confundisse com o Ocidente. A representação dos autóctones americanos como sujeitos sem história não opera apenas a desterritorialização da díade antigos/modernos que ocupava, no Setecentos, os intelectuais envolvidos na *Querelle*; o final do século XV e o início do XVI são o ponto de partida de um esforço duradouro de construção de uma História nos termos europeus para esses ditos “povos sem História”⁸⁴ e que possuía “uma pretensão de legitimidade universal”, impondo “um marco dentro do qual se pode ler a história mundial”.⁸⁵ E, ainda que uma primeira mirada sugira que esse processo dialoga fundamentalmente com um dos aspectos da longa história de construção do passado europeu, revela-se um exercício intelectual denso e necessário para que as histórias tanto das populações nativas como dos gregos

⁸⁴ Como observou Dussel, “Esta *Europa Moderna*, desde 1492, ‘centro’ da História Mundial [...] pela primeira vez na história, fez todas as outras culturas como sua ‘periferia’”. DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 24-32. p. 27.

⁸⁵ TROUILLOT, M.-R. **Transformaciones Globales - La Antropología y el mundo moderno**. Popayán: Universidad del Cauca, 2003. p. 51 (tradução nossa).

antigos possam ser liberadas para informar algo mais do que tais cronistas precisavam dizer.

Referências

Documentação Textual

COLOMBO, C. Carta do Almirante aos Reis Católicos. *In: ____*. **Diários da Descoberta da América**. Trad. Milton Persson. Porto Alegre: L&PM, 1997, p. 165-187.

COLÓN, C. **Diario de a Bordo**. Ed. Luis Arranz Márquez. Madrid: Edaf, 2006 (Ed. Kindle).

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Trad. Domingos Zamagna. São Paulo: Paulus, 2002.

ÉSQUILO. **Os Persas**. Trad. Trajano Vieira. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HERODOTUS. **The Histories**. Trans. A. D. Godley. London: W. Heinemann, 1920.

HOMERO. **Odisseia**. Trad. Frederico Lourenço. Lisboa: Cotovia, 2003.

LAFITAU, J.-F. **Moeurs des sauvages ameriquains comparées aux mœurs des premiers temps [microforme]**. Paris: Charles Estienne Hochereau, 1724.

Disponível em: <https://archive.org/details/cihm_01690/page/n5>. Acesso em 29/05/2019.

____. **Customs of the American Indians compared with the Customs of Primitive Times**. Ed. William M. Fenton e Elizabeth Moore. Toronto: The Camplain Society, 1974.

Bibliografia

AMIN, Samir. **El eurocentrismo: crítica de una ideología**. Madrid: Siglo veintiuno editores, 1989.

AMIOTTI, G. I precursori di Cristoforo Colombo nell'Atlantico e la Cultura Classica del grande navigatore. **Aevum**, v. 68, n. 2, p. 425-437, 1994.

ARECHALDE, M. A. S. El Diario de Colón. Aspectos comunicativos y lingüísticos del primer contacto entre europeos y americanos. **Estudios de cultura Náhuatl**, n. 23, 1993, p. 143-154.

BERNAL, M. A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia europeia. *In: FUNARI, P. P. (org.)*. **Textos Didáticos - Repensando o Mundo Antigo**. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 2005. p. 13-32.

- BOCH, J. L'Occident au miroir des sauvages: figures du païen chez Fontenelle et Lafitau. **Tangence**, n. 72, p. 75-91, 2003.
- BUXTON, R. **El imaginario griego: los contextos de la mitología**. Madrid: Cambridge University, 2000.
- CASSIRER, E. **A Filosofia do Iluminismo**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1997.
- DETIENNE, M. **A invenção da Mitologia**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1998.
- _____. **Comparar o Incomparável**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004.
- DUCHET, M. **Le partage des savoirs**. Discours historique et discours ethnologique. Paris: La Découverte, 1985.
- _____. **Anthropologie et Histoire au siècle des lumières**. Paris: Albin Michel, 1995.
- DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 24-32.
- ECKERMAN, Christopher. Pindar's KOINOΣΛΟΓΟΣ and Panhellenism in Olympian 10. **Rheinisches Museum für Philologie**, Neue Folge, n. 151, v. 1, p. 37-48, 2008.
- FENTON, W. J.-F. Lafitau (1681-1746), Precursor of Scientific Anthropology. **Southwestern Journal of Anthropology**, v. 25, n. 2, p. 173-187, 1969.
- FENTON, W.; MOORE, E. Lafitau et la pensée ethnologique de son temps. **Études littéraires**, n. 10, v. 1-2, p. 19-47, 1977.
- FERNÁNDEZ-ARMESTO, F. **Before Columbus: Exploration and Colonisation from the Meditterreanean to the Atlantic 1229-1492**. Londres: MacMillan Education LTD, 1987.
- GOODY, J. **O roubo da História**. São Paulo: Contexto, 2008.
- HARTOG, F. **Os antigos, o passado e o presente**. Brasília: Editora UnB, 2003.
- HALL, E. **Inventing the barbarian: Greek self-definition through tragedy**. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- HALL, J. **Ethnic identity in Greek antiquity**. Cambridge: Cambridge University, 2000.
- HIRST, J. **A mais breve história da Europa – uma visão original e fascinante das forças que moldaram nosso mundo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

- HOBBSAWM, E. A curiosa história da Europa. *In: ___. Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOLANDA, S. B. **Visões do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- HUS, A. **Los etruscos**. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- LACERDA, S. **Metamorfoses de Homero**. Brasília: Editora UnB, 2003.
- LAUNAY, R. Lafitau Revisited: American "Savages" and Universal History. *Anthropologica*, v. 52, n. 2, p. 337-343, 2010.
- MACCORMACK, S. **On the wings of time**: Rome, The Incas, Spain, and Peru. New Jersey: Princeton University Press, 2007.
- MARINO, R. **Cristoforo Colombo**: L'ultimo dei templari. Milão: Sperling & Kupfer Editori, 2005.
- MALKIN, I. **The returns of Odysseus**: colonization and ethnicity. Los Angeles: University of California, 1998.
- MILL, J. S. **The Collected Works of John Stuart Mill, Volume XI - Essays on Philosophy and the Classics**. London: Routledge and Kegan Paul, 1978.
- MITCHELL, L. **Panhellenism and the Barbarian in Archaic and Classical Greece**. Swansea: The Classical Press of Wales, 2007.
- MOTSCH, A. El indio en el discurso de Lafitau o la emergencia de la escritura etnográfica. *Imprévue*, v. 7, p. 7-20, 1994.
- PAGDEN, A. **Worlds at War**: the 2,500-year struggle between East and West. New York: Random House, 2008. p. 25-26.
- PEARLMAN, S. Panhellenism, the polis and imperialism. *Historia*, n. 25, n. 1, p. 1-30, 1976.
- PETROPOULOS, I. Os residentes da Via Negativa: os Cíclopes de Homero e os Tupinambás. *Hélade*, v. 5, n. 1, p. 150-163, 2019.
- PIDAL, M. **La lengua de Cristóbal Colón y otros ensayos**. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1942.
- RADCLIFFE-BROWN, A.R. Introduction. *In: __; FORDE, D. (Ed.). African Systems of Kinship and Marriage*. London: Oxford University Press, 1950. p. 1-85.
- RONDA, J. P. The European Indian: Jesuit Civilization Planning in New France. *Church History*, v. 41, n. 3, p. 385-395, 1972.

- SAID, E. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SHEPHERD, V.; PAYNE, C. Comparisons: The Caribbean. *In*: VICKERS, D. (Ed.). **A Companion to Colonial America**. Oxford: Blackwekk Publishing, 2006. p. 425-450.
- TODOROV, T. **A Conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- TROUILLOT, M.-R. **Transformaciones Globales - La Antropología y el mundo moderno**. Popayán: Universidad del Cauca, 2003.
- VLASSOPOULOS, K. **Unthinking the Greek Polis**: Ancient Greek History beyond Eurocentrism. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- YELIN, J. Figuras fronterizas en la herencia cultural latinoamericana. El imaginario del indígena en los Diarios de Viaje de Cristóbal Colón. *In*: MORÓN ESPINOSA, A. C.; RUIZ MARTÍNEZ, J. M. (Coord.). **En teoría hablamos de literatura. Actas del III Congreso Internacional de Aleph**. Granada: Dauro, 2007. p. 782-787.
- WHITE, H. As formas do estado selvagem: arqueologia de uma ideia. *In*: ___. **Trópicos do Discurso**: Ensaio sobre a crítica da Cultura. São Paulo: Edusp. 1994. p. 169-202.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Alexandre Santos de Moraes

Universidade Federal Fluminense – Campus do Gragoatá.

Rua Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis, Bloco O, sala 501. 24210 201 - Niterói - RJ

Recebido: 18/06/2019
Aprovado: 13/07/2019



DISCOVERING LARGE CONTINENTAL EMPIRES: A HISTORIAN IN SEARCH OF SPACE

Alfred J. Rieber¹
Central European University
University of Pennsylvania

Abstract: Adopting an autobiographical perspective, this essay explores changes in the writing and teaching of history over the past eight decades through the introduction of the comparative dimension and the interaction of history with the social sciences. Beginning with a personal account of an early encounter with history as storytelling, the essay recounts successive exposure as an undergraduate to the comparative history of revolutions and later as an assistant professor at Northwestern University to contrasting accounts of World history and modernization theory. The analysis then centers on heated controversies that raised serious questions over the bias of Eurocentrism in the history profession. In the next stage where personal and professional intellectual development coincided in the nineteen sixties at the University of Pennsylvania, the role of the social sciences assumes a growing importance. Revisions of Marx and Weber and insights from the Annales School provided powerful incentives to organize interdisciplinary seminars and collaborative publications. The site of the third stage is the Central European University in Budapest. Here a re-organization of the history faculty and the history curriculum introduces the comparative study of Central, Eastern and Southeastern Europe as three interrelated regions. At the same time, a related personal research agenda focuses on frontiers as an ideal spatial concept for comparative history. This leads to a broader understanding of the need to apply the geo-cultural approach of the Annales School to space outside the traditional boundaries of Europe. A research project is designed that combines a comparative study of three interrelated spatial components retaining similar features over a *longue durée*: the imperial rule of five continental multi-cultural societies sharing frontiers, re-defined as complex, and entangled in a competition to incorporate and assimilate borderlands on their peripheries. The project has produced 'three volumes commemorating a lifelong commitment to a search for historical synthesis.

Keywords: Space; Frontiers; Comparative History.

DESCOBRINDO GRANDES IMPÉRIOS CONTINENTAIS: UM HISTORIADOR EM BUSCA DE ESPAÇO

Resumo: Adotando uma perspectiva autobiográfica, este ensaio explora as mudanças na escrita e no ensino de História nas últimas oito décadas que resultaram do uso da dimensão comparativa e da interação com as Ciências Sociais no campo da História. Começando com o relato pessoal de um encontro da história como *storytelling*, o ensaio relata minha exposição, como graduando, à história comparada das revoluções e posteriormente, como professor assistente da Universidade de Northwestern, às perspectivas contrastantes da História Mundial e da Teoria da Modernização. A análise, então, se concentra em acaloradas controvérsias que levantam questões sérias acerca do eurocentrismo na profissão de historiador. Na seção seguinte, que trata do desenvolvimento intelectual profissional e pessoal na Universidade da Pensilvânia nos anos de 1960, o papel das Ciências Sociais assume importância crescente. Revisões de Marx e Weber, bem como *insights* da Escola dos Annales, forneceram poderosos incentivos para organizar seminários interdisciplinares e publicações colaborativas. O espaço da ação

¹ E-mail: riebera@ceu.edu.

se desloca então para a Central European University, em Budapeste. Aqui, uma reorganização da faculdade de História e de seu currículo introduziram a pesquisa comparada da Europa Central, Oriental e Sudeste europeu como três regiões inter-relacionadas. Ao mesmo tempo, uma agenda de pesquisa pessoal relacionada ao tema se concentra nas fronteiras espaciais como conceito ideal para a história comparada. Isso leva a uma compreensão ampliada da necessidade de aplicar uma abordagem geocultural da Escola dos Annales para além das fronteiras tradicionais da Europa. Propôs-se então um projeto de pesquisa que combina um estudo comparativo dos três componentes espaciais inter-relacionados que mantém componentes semelhantes a uma *longue durée*: o domínio imperial de cinco sociedades multi-culturais continentais que partilham fronteiras, redefinidas como complexas e emaranhadas em uma competição para incorporar e assimilar fronteiras em suas periferias. O projeto resultante produziu três volumes, coroando um compromisso vitalício de busca por uma síntese histórica.

Palavras-chave: Espaço; Fronteiras; História Comparada.

Early Wanderings

The invitation from your journal to participate in your issue on “Comparative History and Social Systems” stimulated me to reflect on the long intellectual journey that led me to appreciate and practice comparative history. In the beginning, there was Crane Brinton. As an undergraduate in a course on the French Revolution, I came across his *The Anatomy of Revolution*, a pioneering work that still repays reading.² Later as a graduate student living in Paris, I was struck by the large number and variety of memorials associated with different often antagonistic participants and contrasting moments in the history of the French revolutionary and Napoleonic years. Only much later were my impressions given conceptual meaning by Pierre Nora’s *Les lieux de mémoires*.³ At the time, however, in January 1956, I had the good fortune to be one of the first American students to visit the Soviet Union after the war; a revelatory trip reinforced two years later by participation in the first year of the Soviet-American student cultural exchange. What impressed me in Moscow by comparison with the memorialization in Paris of the French Revolution with all its complexities and contradictions was the absence of memorials to the Russian revolution with the exception of Lenin’s tomb (then still housing Stalin). By contrast, the victory in the Second World War was everywhere celebrated in monumental memorials and place names. It was as if the

² BRINTON, Crane. **The Anatomy of Revolution**. New York, Toronto: Random House, Random House of Canada, Prentice Hall. 1965.

³ NORA, Pierre. **Les lieux de mémoires**. Paris: Gallimard, 4V, 1999-2010.

Bolshevik revolution had not only devoured its children but thoroughly digested them; in the empty space the Great Fatherland War, as the Russians called it, was allotted pride of place as the defining moment in Soviet history. Returning to Paris, the opposite was true as I anticipated; there the absence of memorials to the Second World War testified to widespread desire to forget the years marking a dark and dismal period in French history. This illustration of what today would be conceptualized as memory history brought home to me in vivid form the importance of time and space in comparative history. Unknowingly, I was then prepared for Marc Bloch and the early work of the Annales School.

Returning to the United States to take up teaching duties, I was still not fully conscious of where the path my scattered impressions were leading me. Although I had been trained as a Russian specialist at the Russian (now Harriman) Institute at Columbia, my first job obliged me to teach a variety of courses including a survey of Modern European History. Unlike many of my colleagues who then were assigned survey courses of this kind (let us recall this was the early nineteen sixties), I regarded the dominant narrative in most textbooks and curricula outlines as skewed in favor of Western Europe. (Fortunately, I only briefly had to teach the now much derided course called Western Civilization or, as the undergraduates disdainfully called it, “from Plato to NATO”). Reviewing my formative period as a historian, I recalled several fortuitous encounters with extra-European civilizations in my earlier life. Taken together they provided me with a broad range of potential units of comparison that I could employ in the classroom and later in scholarly work.

First there were the travel tales of my grandfather and grandmother. Of German birth and education, but Americanized, they were, nonetheless intrepid travelers in Latin America, the Middle East, India and the Far East in the decades before the Second World War. They brought back objets d’art of a modest but genuine sort and to them attached stories about the cultures from which they came. As an undergraduate at a small liberal arts school known for sports, the faculty took an interest in a student who preferred to write research papers about Afghanistan, Xinjiang and Manchuria that clearly devolved from my grandfather’s tales. In graduate school at Columbia, in addition to the required courses in

Russian history, I had the good fortune to attend the first class taught in the West by the now famous historian of the Ottoman Empire, Halil Inalchik. And then something of a challenge checked my headlong flight from a Europe-centered historical outlook. The shadow of world history fell across my path.

World History or Global History?

At Northwestern University my first permanent teaching position exposed me to the pioneering studies in world history launched by my colleague, Leften Stavrianos, and at the University of Chicago, William Hardy McNeil and Marshal J. S. Hodgson. While stimulated by their work, I could not help concluding, perhaps unjustly, that they were still thinking in terms of how the West shaped the world, rather than treating extra-European civilizations in their own right. But if this was to be done, then the question remained: how to conceptualize an alternative approach?

McNeill, Hodgson and Stavrianos were motivated in part by their critical attitude toward a bi-polar concept of the postwar world (that is the Cold War), growing out of their early interests which were not located in the mainstream of West European or U.S. history. All three began their scholarly careers by studying the Eastern Mediterranean, one of the most continuously dynamic regions of cross-cultural and commercial exchange in the world. They shared a common vision of the world as an integrated set of regional geographies although they disagreed on most everything else. McNeill's "world" was designed to show "how the separate civilizations of Eurasia interacted from the very beginning of their history..." He found "coherence and structure" in world history in the networks of communications and transportation and the codification of merchant law. But he proposed a fresh agenda that would follow two levels of human encounters along those networks, the first biological and ecological and the second cultural.⁴

McNeill's colleague at the University of Chicago, Marshall G.S. Hodgson adopted a "hemispheric interregional approach," in order to avoid the pitfalls of Eurocentrism that he thought weakened McNeill's work. By training an Islamicist,

⁴ MCNEILL, W. The Changing Shape of World History. **History and Theory**, v. 34, n. 2, p. 8-21, 1995. p.14, p. 21.

he stressed the development of a common stock of human techniques and cultural resources within distinctive regions that he identified with hemispheres. While he acknowledged the importance of cultural borrowing, he attributed greater importance to the internal processes of development by drawing on religious traditions that stamped each civilization with its distinctive characteristics. For Hodgson, then, Afro-Asiatic history was a world unto its own.⁵ Leften Stavrianos, originally a specialist in the Balkans, conceived of a world that was by far the most culturally pluralistic. His answer to the dilemma of Eurocentrism was to give equal time and space to the third world where he perceived the seeds of vital renewal and a source of optimism for the future development of human values.⁶ Since then his predictions have turned out to have been overly optimistic. It was a sign of the times, that none of the three left any disciples.

In the meantime two schools (or were they camps?) of world history were coming into fashion, not so much as a reaction to the Cold War as they were a part of it. They took as their respective points of departure a revival of interest in the global perspective of Karl Marx and, as a counterfoil, that of Max Weber. For these two powerful social thinkers the guiding idea of global history was not spatial but situated in a process of becoming modern. Their major re-interpreters in Western scholarship were the founders of theories of dependency and modernization. In greatly simplified terms, it would not be wholly inaccurate to define the magnetic poles around which they fashioned their world processes as the rationalization of power (military technology, bureaucracy, financial organization) and the rationalization of the economy (commercial expansion, industrial growth, entrepreneurial spirit). As might have been expected, there were more sociologists and political scientists in these camps than historians or geographers. Despite their global visions, their early debates of their epigone in the seventies and eighties took place in the academic world of Western universities. This exposed them, subsequently, to critiques by representatives of the former colonies who raised

⁵ HODGSON, Marshall. **Rethinking World History: Essays on Europe, Islam and World History.** Cambridge, New York, Melbourne: Cambridge University, 1993.

⁶ STAVRIANOS, Leften. **The Promise of the Coming Dark Age.** San Francisco: W. H. Freeman, 1976; STAVRIANOS, Leften. **The Global Rift: The Third World Comes of Age.** New York: William Morrow & Co, 1981.

their voices against the persistent Eurocentric perspectives of both dependency and modernization theories.

Initially, the modernization theorists attempted to develop a value free terminology and to employ ideal types in order to establish criteria for a universal process. Despite their best efforts, they ended up where so many of their predecessors had begun with a history of the world in which “the West” set the standards for modernity and the pace for getting there. This was particularly the case with the American social scientists who originated the theory, by revising Weber.⁷ This innate bias also undermined efforts to apply the theory objectively to the third world as it was coming to be known.⁸ Historians sought to mitigate the Euro-American centrism but could not free themselves entirely from the methodological trap.⁹ Recently historians have questioned whether the concept of modernization has been so attenuated as to have lost its explanatory value.¹⁰

More strongly influenced by Marx, the two most prominent advocates of world systems theory, Fernand Braudel and Immanuel Wallerstein, enjoyed a close but not uncritical intellectual relationship. For Braudel, the attraction was simply that “Marx's genius, the secret of his long sway, lies in the fact that he was the first to construct social models on the basis of a historical *longue durée*.”¹¹ But he also found Marx too schematic, a fault he also located in Wallerstein's work. Building on his magisterial study, *La Méditerranée*, Braudel undertook to write a history of the world on the basis of a variation of the *longue durée* which he called “world time.” By this he meant a temporal scale that governs certain areas of the world but not

⁷ PARSONS, Talcott. **The Social System**. New York: Free Press, 1951; PARSONS, Talcott; SMELSER, Neil. **Economy and Society**. A Study of the Integration of Economic and Social Theory. Glencoe: The Free Press, 1956; PARSONS, Talcott; SHILS, Edward. **Toward a General Theory of Action**. New York: Harper & Row, 1973; ROSTOW, Walt. **Politics and the Stages of Growth**. Cambridge: Cambridge University, 1971.

⁸ ALMOND, Gabriel; COLEMAN, James (Eds.). **The Politics of Developing Areas**. Princeton: Princeton University, 1960; ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney (Eds.). **The Civic Culture**. Princeton: Princeton University, 1963; and APTER, David. **The Politics of Modernization**. Chicago, New York: University of Chicago, 1965.

⁹ BLACK, Cyril. **The Dynamics of Modernization**. New York: Harper & Row, 1966; and BLACK, Cyril et al (Eds.). **The Modernization of Japan and Russia. A Comparative Study**. New York: Free Press, 1975; VON LAUE, Theodore. **The Global City: Freedom, Power and Necessity in the Age of World Revolutions**. Philadelphia: Lippincott 1969.

¹⁰ VVAA. AHA Roundtable, Historians and the Question of ‘Modernity’. **American Historical Review**, v. 116, n. 3, p. 631-751, 2011.

¹¹ BRAUDEL, Fernand. **On History**. Chicago: Chicago University, 1980. p. 51.

all of them. Its rhythms are set by the patterns of commercial exchange, communication and production for external markets. He was quick to point to the difference between the world economy and a world-economy (the hyphen bearing great weight). A world-economy was a relatively autonomous regional economy able to provide for most of its own needs. Such was the Mediterranean in the 16th century and Muscovy up to the 18th century. By contrast, the world economy included all human societies engaged in trade and linked by the exchange of goods. At the center of each world-economy great city arose. Thus, Braudel's history of the world began with the rise of a succession of cities as they became the focal point of a constantly growing market. He then paused in his headlong flight toward "modernity" in order to analyze the non-European regions before taking up the question of the industrial revolution and the consolidation of European hegemony.¹²

Similarly, Wallerstein shaped his theory of world history around shifting centers of economic power. This led him to devise a tripartite division of the world into center, semi-periphery and periphery. Each component of the system represented a different mode of production; the group of countries belonging to the more advanced center exercised a strong or preponderant control over economies in the semi-periphery and periphery. Furthermore, he argued that the three modes of production were linked to and dependent upon one another, each contributing to the functioning of the whole. Wallerstein concluded that although the capitalist mode of production commenced in the region exhibiting the most advantage prerequisites for growth, that is, Europe, it was a world historical phenomenon. He attributed the persistent success of Europe as the center of capitalist development to the inability of the so-called world empires like the Chinese, Persian, Ottoman and Russia to free their economies from oppressive political constraints. His description of their arrested development resembled a reformulation of Marx's Asiatic mode of production. For Wallerstein the crucial moment in the emergence of Europe (the equivalent of Braudel's world-economy) was the failure of the Habsburg Monarchy, the dominant region in the world

¹² BRAUDEL, Fernand. **Civilisation et Capitalism, 15-18ième siècles**, vol. 3: Le Temps du Monde. Paris: Armand Colin, 1979.

economy in the sixteenth century, to achieve its aim of universal empire. Consequently, Europe avoided the fate of other world-economies where a monopoly of political power stifled the growth of capitalist enterprise.¹³

Third world critics on the left pounced on the idea common to both Wallerstein and Braudel that world history began in the sixteenth century. In their view, both historians had committed the cardinal error of continuing to reserve for Europe an exceptional position and slighting the contribution of the non-Europeans to the emergence of a world economy. The race was on to shatter the symbolic frontiers of “Western civilization.”

Such figures as the Latin American Marxist, Andre Gunder Frank, the Middle East historian, Janet Abu-Lughod, and the Indian economic historian, K.N. Chauduri, argued that by the thirteenth century, if not earlier, a multi-centric Eurasian system had emerged. Europe's exceptional development rested upon its conquest of America rather than internal structural factors. Frank suggested that the coming of modernity itself must be attributed to a complex economic and cultural interaction among several parts of Eurasia rather than the result of achievements by one civilization.¹⁴ Fusing his more orthodox Marxism with a post-colonial outlook, Frank showed no mercy in criticizing Braudel and Wallerstein for their Eurocentric bias.¹⁵ World history was in the process of being re-focused once again in what some were calling, following Hodgson, Afro-Eurasian history—still not quite universal world history.

Side by side with the attempt to imagine a pre-colonial world system, other groups of global historians who projected their universalism on the post-colonial world were also beginning to emerge; some of them accepted a traditional spatial

¹³ WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World System**. New York: Academic Press, 3V, 1974-1989.

¹⁴ ABU-LUGHOUD, Janet. **Before European hegemony: the world system AD 1250-1350**. Nova York: Oxford University, 1989; CHAUDHURI, Kirti. **Asia Before Europe. Economy of the Indian Ocean from the Rise of Islam to 1750**. Cambridge: Cambridge University, 1990; FRANK, Andre G.; GILLIS, Barry K. (Eds.). **The World System**. Five Hundred Years or Five Thousand? New York, London: Routledge, 1992; FRANK, Andre G. **ReOrient: Global Economy in the Asian Age**. Berkeley, Los Angeles: University of California, 1998.

¹⁵ FRANK, Andre G. The World Economic System in Asia before European Hegemony. **Historian**, v. 56, n. 2, p. 259-76, 1994.

organization of the world based on the four continents; others were intent on smashing that framework as an invention of the Enlightenment.

More eclectic these groups of globalists were nonetheless in general agreement that historians should react creatively to the radical nature of change that characterized the period following the Second World War and accelerating in the 1970s. This could be done most imaginatively by shifting the concept of regional frontiers from a spatial and even a symbolic base to a temporal one. In Braudel's terms, they advocated accelerating the pace of "world time" exponentially, and distributing the effects of change more widely than ever before.

Yet they had to admit that the rhythmic pulse of globalization has not been uniform. The gap between world time and local time had widened in many areas of the globe. They attributed this uneven distribution of progress to the striking imbalance in the availability and use of global products. This led them to demarcate a new bipartite division of the globe along north and south rather than east and west lines.

The post-colonial global historians have adopted two methodologies that echoed those of the modernization-dependency theorists: the first was to trace back the processes that have been identified as global in scope as far as possible to their local origins. Problems immediately surfaced over selecting the key processes. They have been variously defined. One set consisted of communications technology, weapons of mass destruction, environmental problems and multinational corporations.¹⁶ Another set arose from the tension between "world-wide processes of unsettlement (the mobilization of peoples, things, ideas and images and their diffusion in space and time) and out of the often desperate efforts both locally (by communities of various kinds) and globally (by regimes of varying composition and reach) to bring them under control or, as it were, to settle them." They included the expansion of industrial forms of production and destruction; the establishment of different regimes of order ranging from empires and corporate forms of capitalism to anonymous trans-national practices; the course of

¹⁶ MAZLISH, Bruce; BUULTJENS, Ralph (Eds.). **Conceptualizing World History**. Boulder: Westview Press, 1993; MAZLISH, Bruce. Comparing Global History to World History. **The Journal of Interdisciplinary History**, v. 23, n. 3, p. 385-95, 1998.

migration, first outward from Europe and now in reverse; the growth of the nation-state and the disillusionment with politics.¹⁷

The second methodology was to de-center the disciplinary epistemologies of both history and geography on several grounds; first, by arguing that they represented the offspring of an invented tradition, the Enlightenment, that imposed a spurious unity on divergent streams of thought;¹⁸ second, by discounting them as hegemonic discourses that imposed Eurocentric modes of thought upon the rest of the world, thus denying its peoples their authentic voice;¹⁹ and third, most recently by claiming that the Enlightenment was not a European monopoly at all.²⁰

Another source of contention among the global historians was the use of sources. The post-colonial critics have also exposed the tendencies of European travelers to focus on their own heroic accounts and to discredit the native interlocutors in gathering knowledge about the non-metropolitan world.²¹ At this point, numbers of historical geographers reacted, not by retreating behind the battered defenses of positivism, but advancing into the battlefield itself and adopting the tactics of the besiegers.²²

In the meantime, historians were beginning express reservations about the entire concept of global and globalization similar to the earlier critique of modernization as the key to world history. The cudgels were taken up by specialists in large regions and regional exchanges. For the student of the African and the Atlantic-centered economy, globalization had assumed coherence and direction in seeking to understand the interconnectedness of different parts of the

¹⁷ GEYER, Michael; BRIGHT, Charles. World History in a Global Age. **American Historical Review**, v. 100, n. 4, p. 1034-60, 1995.

¹⁸ LIVINGSTONE, David; WITHERS, Charles (Eds.). **Geography and Enlightenment**. Chicago: University of Chicago, 1999; GODLEWSKA, Anne. **Geography Unbound: French Geographic Science from Cassini to Humboldt**. Chicago: University of Chicago, 1999.

¹⁹ SPIVAK, Gayatri. **The Post-Colonial Critic**. Interviews, Strategies, Dialogues. London, New York: Routledge, 1990.

²⁰ CONRAD, Sebastian. Enlightenment in Global History, A Historiographical Critique. **The American Historical Review**, v. 117, n. 4, p. 999-1027, 2012.

²¹ RAJ, Kapil. La construction de l'empire de la géographie. L'odyssée des arpenteurs de Sa Très Gracieuse Majesté la reine Victoria en Asie Central. **Annales: Histoire, Sciences Sociales**, v. 52, n. 5, p. 1153-1180, 1997.

²² DRIVER, Felix; SAMUEL, Raphael. Rethinking the Idea of Place. **History Workshop Journal**, v. 39, p. v-viii, 1995.

world where there was none. Instead, the argument ran, it would be more fruitful to analyze processes that cross borders but were not universal.²³

It was in light of these debates that I slowly made my own way through the tangle of conflicting concepts about the advantages and limitations of the comparative approach to large scale units of comparison (states and societies) in particular those coterminous in time and adjacent in space that exhibited strong similarities but also differences in their modes of governance, cultural, social and institutional structures.

Comparative History and the Social Sciences

When I moved to the University of Pennsylvania in the mid-nineteen sixties, these great debates were just getting under way, their advocates filling the pages of professional journals and organizing panels at professional meetings. At Penn I was again fortunate being associated with a number of colleagues who were committed to introducing social scientific concepts into historical studies. Among them were a number of scholars who had been influenced by Marx and Weber, but who evinced little interest in embracing world or global history. They preferred to apply Robert Merton's approach of "middle range" theory to historical analysis. Originally Merton proposed a more scientific method of analysis that would obviate the futile search for an overarching independent variable that would explain all social processes yet provide a theoretical structure for purely empirical regularities.²⁴ For the historian, this suggested that the optimal approach to large scale theorizing would seek to avoid universals like modernization and globalization while rejecting narratives constructed solely on the accumulation of empirical evidence. In practical terms this meant that comparative history could yield the most illuminating results by confining its methods to rigorously defined problems. With this in mind, I joined with Lee Benson in American history and

²³ COOPER, Frederick. What is the Concept of Globalization Good For? An African historian's Perspective. *African Affairs*, v. 100, n. 399, p. 189-213, 2001. Yet, compare COOPER, Frederic; BURBANK, Jane. **Empires in World History: Power and the Politics of Difference**. Princeton: Princeton University, 2010 where he and his co-author appear to be backtracking on his insight by undertaking a general political account of all major empires without presenting a guiding comparative concept beyond the management of differences among them.

²⁴ MERTON, Robert. **Social Theory and Social Structure**. Glencoe: The Free Press, 1957.

Richard D. Lambert in South Asian Studies to launch our first interdepartmental faculty seminar in comparative studies by focusing on the social and political dimensions of multi-cultural societies, beginning with the Roman Empire and coming down to the United States in the twentieth century. We followed this up with a successful application to the Mellon Foundation for a five-year grant to “Reinvigorate and Revitalize the Social Sciences.” The aim was to organize a set of interdisciplinary seminars that might serve as models for a reconstruction of university wide curricula. The seminar in which I was involved, on “Technology and Culture”, brought together faculty from many departments in the College including History, Economics, Political Science, Literature, Anthropology, and Sociology along with representatives from the professional schools, Engineering, Wharton, Annenberg School of Communications and Law.²⁵ The ambition was laudable but given institutional interests and inertia probably unrealizable. While the experiment fell short of expectations at the university level, it did influence a number of faculty members to introduce interdisciplinary courses in their departments.

The effect on my thinking as chair of the History Department was profound. I introduced a new structure for graduate training which required a comprehensive oral exam in two fields, the traditional subject area in history and a social science. As an experiment it too was probably “a bridge too far.” I recognized that the other disciplines were not fully prepared to enter into a fruitful dialogue with history and accommodate our students in their discipline. What we would later identify as differences arising from the shift in the social sciences away from the classic theorists like Marx, Weber, Durkheim and Mannheim, for example, to model building and highly quantitative data analysis. Moreover, the institutional culture was not conducive to interdisciplinary cooperation at that time. What an individual might aspire to, an institution would resist. However, in the History Department we sought to maintain a role for the social sciences in training our students along the lines suggested by Merton. My own contribution was a team-taught course in Comparative Bureaucracies (Russia, France and China) with two

²⁵ For the results of the seminar on Technology and Culture see the special issue of **Science in Context**, v. 8, n. 2, 1995.

colleagues in the department who were economic historians, Martin Wolfe for France and Robert Hartwell for China.

The next turn in the road to comparative history was for me unexpected. I was invited to participate in one of the first joint American-Soviet research seminar to emerge in late perestroika organized by Hugh Ragsdale and V.N. Ponomarev in Washington D.C. It produced a volume, *Imperial Russian Foreign Policy*, which by its title did not suggest a comparative approach. However, I was encouraged to contribute a broadly based analysis of what I called “persistent factors” in Russian foreign policy that established the basis for my later research and writing on the comparative history of empires.²⁶ My second contribution to the volume was, in fact, comparative. It was the first attempt to compare the literature on Russian foreign policy in five great traditions: the imperial Russian and Soviet, German, French, English and American.²⁷ This exercise enabled me to discern the role of space and time in the evolution of scholarly thinking about Russian foreign policy and the explanatory power of national traditions to shape a vision of Russia that corresponded in many ways to the policies followed by their respective governments. My hope was that my emphasis of persistent as opposed to permanent factors would shift the argument on Russian foreign policy away from what I called the three myths of unlimited expansion to a more nuanced perception that would take into account the country’s multi-cultural character, relative economic backwardness, cultural alienation and permeable frontiers. But current thinking in the corridors of power in Europe and the United States has disappointed that hope.

When I took up my duties at the Central European University in Budapest in 1995, I sought to implement some of the lessons I had learned about the value of comparative history. Undaunted by the resistance I had faced at the University of Pennsylvania, I devised the first graduate program for the History Department at CEU which was then approved and certified by the Board of Regents of the

²⁶ RIEBER, Alfred. Persistent Factors in Russian Foreign Policy: An Interpretive Essay. In: RAGSDALE, Hugh (Ed.). **Imperial Russian Foreign Policy**. Cambridge, New York, Melbourne: Woodrow Wilson Center, Cambridge University, 1993. p. 315-59.

²⁷ RIEBER, Alfred. The Historiography of Imperial Russian Foreign Policy: A Critical Survey In: RAGSDALE, Hugh (Ed.). Op. Cit., p. 360-444.

University of State of New York and subsequently by the Middle States Commission on Higher Education and the Hungarian Accreditation Committee . The program created a tripartite organization of the faculty and curriculum based on the spatial and temporal “imagining” of three regions, Eastern, Central, and Southeastern Europe in the early modern and modern period (circa 1450-present). As a university exclusively intended for graduate training, students would be obliged to select two out of the three regions for comparison in their comprehensive oral exam for the Master’s degree. Similarly, students would also identify two of the regions for their oral field exam as a prerequisite for entering the doctoral program. The MA thesis and the doctoral dissertation were not required to have a comparative component; that would have prolonged the degree granting program beyond the resources of the university or the financial resources of the students who in all cases required scholarships to attend. But it was expected that the introduction to the theses would contain a theoretical section which would reflect exposure to the course work and additional reading.

Several aims guided this program. First, it was designed to match the intellectual interests of the student body, which was recruited overwhelmingly from these regions. Second, it sought to provide a substitute and corrective to the ideological bias of communist higher education in the social sciences and humanities without embracing the opposite extreme of nationalist narratives. Consequently, no course was designed to deal exclusively with the history of an individual nation state. A required course in historiography introduced students to the range of approaches to history from Ranke to the present covering the most recent innovative “turns” in the writing of history from the “cultural turn” to the “spatial turn,” women’s history, quantitative history, micro-history, and discourse analysis. At the doctoral level, a team-taught seminar would provide the students with a wide range of social science models on comparison, broadened to include the include the role of “entanglements” and “transfers.” I was able to strengthen the structural component of the program by hiring a number of recurrent visiting faculty from universities in Croatia, Bulgaria, the Czech Republic, Poland and Ukraine history, all of whom were committed to new approaches to history.

In the course of designing and implementing the new curriculum, the theoretical problem arose of delimiting the three regions. An inter-departmental debate was inspired by the attempt of Milan Kundera to redefine Central Europe. At the heart of Kundera's interpretation was his insistence that the lands between the German and Russian powers were distinguished by their aspiration for independence from both and a commitment to democratic principles.²⁸ A number of Hungarian historians like István Bibó had foreshadowed this view after the Second World War and the first chair of the History Department at CEU, and my colleague Péter Hanák adapted this perspective also in his vivid recreation, tinged with nostalgia, of the cultural life of the Habsburg Monarchy.²⁹ But the question remained of whether this noble vision could sustain the burden of explaining the shared and the distinctive characteristics of the three regions as we had alternatively identified them in our discussions.

An opportunity for me to explore further the problem of situating the tripartite set of regions in a spatial and temporal context came from Jurgen Kocka, the distinguished comparative historian at Berlin. He recommended me to the board of editors of the *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences* to contribute a piece on comparative frontiers.³⁰ My two points of departure were: first, the original frontier essay of Frederick Jackson Turner as it had been revised by American historians over the previous century, sometimes to the point of refutation; second, I borrowed heavily from the still influential work of Owen Lattimore, which I had first encountered as an undergraduate in my preoccupation with extra-European history. Together with the inspiring work of Professor Inalcik, I constructed a comparative model of frontiers, always guided by

²⁸ KUNDERA, Milan. The Tragedy of Central Europe. *New York Review of Books*, v. 31, n. 7, p. 33-8.

²⁹ BIBÓ, István. The distress [misery] of east European small states. In: NAGY, Karoly (Ed.). **Democracy, revolution, self-determination**: selected writings. Boulder, New York: Atlantic Research and Publications, Columbia University, 1991; SZÚCKS, Jenő. The Three Historical Regions of Europe. An Outline. *Acta Historica Academiae Scientiarum Hungarica*, v. 29, n. 2-4, p. 131-84, 1983; HANÁK, Péter. Central Europe. A Historic Region in Modern Times. In: SCHÖPFLIN, George; WOOD, Nancy (Eds.). **In Search of Central Europe**. New York: Barnes & Noble Books, 1989. p. 57-69; HANÁK, Péter. **The Garden and the Workshop**. Essays on the Cultural History of Vienna and Budapest. Princeton: Princeton University, 1998.

³⁰ RIEBER, Alfred. The Frontier in History. In: SMELSER, Neil; BATES, Paul (Eds.), **The International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences**, vol. 9. Amsterdam, New York: Elsevier, 2001. p. 5812-5815.

Marc Bloch's counsel that the most fruitful comparisons are made between temporally congruent and spatially and adjacent subjects.³¹ The delimitation of the three regions would then be undertaken as a methodological and theoretical study of the nature of their frontiers variously conceived in cultural and political terms. The pedagogic task of designing and realizing a new curriculum for graduate studies then led me to place spatial concepts at the center of my research agenda.

It is well over a hundred years ago that Frederick Jackson Turner published his now world famous influential essay on the frontier in American history. The great explanatory power of his vision resided in its claim to explain the uniqueness of American civilization.³² Paradoxically, it also became a model for scholars seeking to adopt or refute its implications for a whole series of different societies that shared, however, the similar feature of a moving frontier. Turner's concept, then, still serves as the main frame of comparative approaches to frontiers in world history. This is not surprising. Given the large number of American historians and the academic culture of methodological restlessness in the U.S., it is no wonder that the main changes in conceptualizing the history of frontiers has been dominated by revisions of Turner's original thesis.³³ As a result, a triptych of Turner iconography has emerged. Flanking one side of the central panel of the traditional Turner, a different spatial concept linked the rise and consolidation of the centralized state that developed out of the French experience as interpreted by the Annales School. Lucien Febvre insisted, for example, that the study of frontiers could only be carried out in connection with the nature of the state, which defines the political and military sense of the word.³⁴

³¹ BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. **Revue de synthèse historique**, v. 46, p. 15-50, 1925. English translation as BLOCH, Marc. Toward a Comparative History of European Societies. In: LANE, Frederic; RIEMERSMA, Jelle (Eds.). **Enterprise and Secular Change: Readings in Economic History**. Homewood: George Allen & Unwin, 1953. p 494-521.

³² TURNER, Frederick. The Significance of the Frontier in American History. In: ____. **The Frontier in American History**. New York: Hole, Rinehart & Winston, 1920. p. 1-38.

³³ A useful review of the vast literature is ADELMAN, Jeremy; ARON, Stephen. From Borderlands to Borders: Empires, Nation-States and the Peoples in Between in North American History. **The American Historical Review**, v. 104, n. 3, p. 814-41, 1999.

³⁴ FEBVRE, Lucien. Frontière: The Word and the Concept. In: BURKE, Peter (Ed.). **A New Kind of History from the Writings of Lucien Febvre**. London: Routledge, 1973. p. 208-18.

On the other side of the triptych a third panel represents the symbolic geographies, that is, the construction of imaginary borders on the basis of normative evaluations of the “Other.” Explicitly or implicitly symbolic frontiers have been employed since ancient times to differentiate between the civilized and the barbarian worlds. These divisions have taken many forms since then. Some of them have been dualist like Europe and Asia (or Occident and Orient) others have been triads like the three worlds of the Cold War (the West, the Communist Bloc and the Third World). Such symbolic frontiers have also been enlisted to make finer distinctions as between western and eastern Europe or the Near East, Middle East and Far East. Most of these distinctions have been made by West European and American scholars. They have met strong resistance from those outside the magic Atlantist circle or else from the new disciplinary approaches in western scholarship.

It has only been in the past half-century that anthropology, sociology and cultural studies have widened the debate over frontiers. In the nineteen fifties, the anthropologists began to engage in active field work on the margins of sedentary and nomadic societies. Owen Lattimore, although not academically trained as an anthropologist, was a pioneer in this approach. So was Frederik Barth, a professional anthropologist, whose work took a very different direction.³⁵ Geographers absorbed in local and regional studies felt the influence of their colleagues in cultural studies. They began to redefine space and frontiers in terms of linguistic and social contexts.³⁶ The so-called textual approach appealed strongly to non-European post-colonialist scholars who coined the term “textualizing the world”, meaning the mental construction of the globe and its discursive subdivisions to fit the European vision.³⁷ Both sociologists and anthropologists

³⁵ LATTIMORE, Owen. **Inner Asian Frontiers of China**. Boston: Beacon, 1950; BARTH, Frederik. **Principles of Social Organization in Southern Kurdistan**. Oslo: Brødrene Jørgensen boktr., 1953; see also his more general work, BARTH, Frederik. **Ethnic Groups and Boundaries**. Boston: Little, Brown and Company, 1969. The work of anthropologists was later summarized in KHAZANOV, Anatoly. **Nomads and the Outside World**. Madison: University of Wisconsin, 1994 with full updated bibliography.

³⁶ See for example, GODLEWSKA, Anne; SMITH, Neil. **Geography and Empire**. Blackwell: Blackwell, 1994 and LEWIS, Martin; WIGEN, Karen. **The Myth of Continents**. A Critique of Metageography. Berkeley: University of California Press, 2000.

³⁷ SPIVAK, Gayatri. Op. Cit., p. 1-16.

explored ways in which ethnic identity and concepts of citizenship corresponded to the drawing of territorial boundaries.³⁸ Finally semioticians like Iuri Lotman perceived frontiers as “zones of cultural bilingualism.”³⁹ The more adventurous historians rapidly absorbed these insights in expanding the study of frontiers. But it must be admitted that the first theorist of the frontiers, the American historian Frederick Jackson Turner was no stranger to what is now called the multidisciplinary approach, although in his day the term had not yet been invented. Nevertheless, the last decades of the twentieth century witnessed a virtual explosion of multidisciplinary studies of frontiers. And beyond that there has been a boom in the comparative study of frontiers that always seems in one way or another to come back to Turner, if only to attempt to refute him.

The historiographical triptych outlined above provides a rough guide to the evolution of my thinking about the ecological and cultural factors that shaped frontiers throughout the Eurasian land mass. I identified three basic types of frontiers: consolidated state frontiers; dynamic frontiers of advancing settlements and symbolic frontiers. To be sure, features of two or even all three of these types coincide with one another. In order to avoid overstressing uniformities and make way for diversity of historical experiences, a variety of sub-types have also been introduced. In all cases, I concluded frontiers should be envisaged as zones distinct from linear boundaries, often highly contested by two or more state systems, harboring communities that differ culturally (ethno-linguistically) and socially from the centers of power of those state systems. To be sure, boundaries may be embedded in frontiers and frontiers may be considered boundaries of a sort. That is, the political or territorial delimitation may run more or less closely to the features of physical geography or ethno-linguistic divisions. Or by contrast they may have little or no correspondence to either geography or culture but rather

³⁸ BRUBAKER, Rogers. **Citizenship and Nationhood in France and Germany**. Cambridge: Harvard University, 1992 and MACDONALD, Sharon (Ed.). **Inside European Identities**. Ethnography in Western Europe. Providence: Berg Publishers, 1993.

³⁹ LOTMAN, Ju.; and USPENSKII, Boris. The Role of Dual Models in the Dynamics of Russian Culture (Up to the End of the Eighteenth Century). In: ___; ___ (Eds.). **The Semiotics of Russian Culture**. Ann Arbor: Michigan Slavic Publications, 1984. p. 3-35.

designate the limits of military conquest.⁴⁰ As a sub-text, I proceeded to employ this comparison to construct a model of Eurasia, its frontiers and borderlands that I hoped would contribute to a better understand of the origins of the Cold War, and the symbolic invention and material construction of the Iron Curtain.

In retrospect, I realize that a creative tension had developed during my pursuit of comparative frontiers in my research and writing, on the one hand, and the constructive of a pedagogic program. The first was more extensive in space and time, extending beyond Europe in the modern period; the second was restricted to three regions of Europe, albeit with extra European inputs, primarily in the form of transfers of ideas and people. How did I seek to resolve the tension? The answer emerged in the form of a project to write a history informed by a different dimension of space and time that surmounted the limits of a Eurocentric approach yet did not aspire to encompass the world. To this end I revived, revised rather drastically and combined three theoretical approaches to the relationship between history and geography.

One had been developed by three major German geographers of the nineteenth century, Carl Ritter, Friederich Ratzel and Wilhelm Humboldt.⁴¹ Their ideas had been reshaped subsequently, in the hands of Anglo-American publicists at the turn of the twentieth century into a new theory of international relations called geopolitics. They originated the idea that imperial Russia aspired to control over the Eurasian land mass that would provide the resources and strategic advantage necessary to achieve global hegemony. On that basis, post-World War II American intellectuals and government advisers re-interpreted this approach by inserting the ideological factor of international communism to lay the foundations for the containment policy.⁴²

⁴⁰ A stimulating study indicates that “a basic distinction between frontiers which are zones of settlement and frontiers which constitute political barriers is apparent in most frontier historiography.” POWER, Daniel. Introduction. In: ___; STANDEN, Naomi (Eds.) **Frontiers in Question**. Eurasian Borderlands, 700-1700. London: Macmillan, 1999. p. 1-12. p. 12.

⁴¹ KJELLEN, Rudolph. **Grundriss zu einem System der Politik**. Leipzig: Der S. Hirzel Verlag, 1920. p. 40 ff.

⁴² SPYKMAN, Nicholas. **The Geography of the Peace**. New York: Harcourt, Brace and Company, 1944 and GERACE, Michael. Between MacKinder and Spykman: Geopolitics, Containment and After. **Comparative Strategy**, v.10, n. 4, p. 347-64, 1991; WOODS, Randall. **Fulbright**. A Biography. Cambridge, New York, Melbourne, Cambridge University, 2006. p. 141. The work of Spykman and MacKinder still occupied an important place in the education of American military officers in the

The second, in opposition to the first as it were, derived from the work of pioneers of the Annales School, especially Paul Vidal de la Blache, and Lucien Febvre. Their contribution might be called geo-cultural. The basic underlying assumption here is that physical geography presents possibilities as well as imposing constraints on human action. Avoiding the trap of geographic determinism, the geo-cultural approach, while granting the influence of the environment on the emergence of “privileged places,” leaves ample space for the role of cultures, collective communities and the rationalizing actions of rulers.⁴³

The third, civilizational approach belonged originally to a small group of Russian émigrés in Prague who dubbed themselves “Eurasianists.” They interpreted the historical role of Russia as pursuing a course of civilization-blending between Europe and Asia to bring spiritual unity of the world.⁴⁴

My original training in Russian history had emphasized its place in European history, but I now realized that different concepts of Russia’s spatial location required integration into the history of the land mass known as Eurasia. Yet I was not prepared to accept this term either in its geo-political overly determinist interpretation or its spiritual-mystical vocation. There remained geo-cultural approach; but the *annalistes* had never applied their thinking to Eurasia. I then faced the need to construct a new spatial imaginary, blending the physical, cultural and civilizational elements into a coherent whole.

latter years of the Cold War. See Department of Geography, **Readings in Military Geography**. West Point: United States Military Academy, 1981. For the geopolitical approach see for example LIEVEN, Dominic. **Empire**. The Russian Empire and Its Rivals from the Sixteenth Century to the Present. London: John Murray, 2003, especially chapter six; LEDONNE, John. **The Russian Empire and the World, 1700-1917**. The Geopolitics of Expansionism and Containment. New York: Oxford, 1997 and HAUNER, Milan **What is Asia to Us?** Russia’s Asian Heartland Yesterday and Today. London: Routledge, 1992.

⁴³ DE LA BLACHE, Paul V. **Tableau de la géographie de la France**. Paris: Table Ronde, 1903, 1979, 1994; SNAGUIN, André-Louis. **Vidal de la Blache**. Un génie de la géographie. Paris: Belin, 1993. especially p. 327-33 and FEBVRE, Lucien. **La terre et l’évolution humaine**. Paris: La Renaissance du livre, 1922, 1949. p. 339 and passim.

⁴⁴ RIASANAVOSKY, Nicholas. The emergence of Eurasianism. **California Slavic Studies**, v. 4, p. 39-72, 1967; VINKOVETSKY, Ilya; SCHLACKS JR., Charles (Eds.). **Exodus to the East**: Forebodings and Events. An Affirmation of the Eurasians. Idyllwild: [s. n.], 1996. and VINKOVETSKY, Ilya. Classical Eurasianism and Its Legacy. **Canadian-American Slavic Studies**, v. 34, n. 2, p. 125-40, 2000. The revival began even earlier with the work of GUMILOV, Lev. **Iz istorii Evrazii**. Moscow: [s. n.], 1993 and his **Drevnaia Rus’ velikaia step’**. Moscow: [s. n.], 1997; DUGIN, Aleksandr. **Misterii Evrazii**. Moscow: [s. n.], 1996; see also the journal **Vestnik Evrazii**.

Eurasia

Imagining Eurasian space required a separate set of analytical categories. My starting point was to locate the formative geocultural circumstances that gave unity to the Eurasian space. I found it in the long history of contact between nomadic and settled populations dating back to the earliest times when the Roman, Sasanian and Ming empires represented the settled agricultural societies. The main features of this contact required me to refine my definition of frontier types (consolidated state frontiers; dynamic frontiers of advancing settlements and symbolic frontiers) in order to emphasize their interactive (or entangled) relationships. For several millennia, the military superiority of the nomadic horseman armed with the complex bow dominated the contest for hegemony in Eurasia, reaching its greatest extent under the Mongol Empire and slowly declining thereafter. Gradually, the settled agricultural communities overcame the disadvantages of extended space through military innovation (the so-called gunpowder revolution) and advances in techniques of mobilizing human and financial resources for purposes of waging war.

By the late sixteenth and early seventeenth century Eurasian space was mainly organized into multi-cultural states shaped by four historical processes; first, large scale population movements including migration and colonization which scattered and mixed a great variety of culture groups over vast distances; second the formation of stable state institutions under divinely endowed rulers, based on growing numbers of permanent officials (bureaucrats) and professional armies; third an impulse to expand beyond the original centers of power leading to frequent inter-state conflict, the conquest and absorption under imperial rule of territories on their peripheries; and fourth, the periodic eruption of internal struggles by subjugated peoples to maintain their cultural integrity against linguistic assimilation and religious conversion, preserve autonomy or regain independence. My conclusion then was that Eurasia as a concept, like frontiers, was better understood as a geographic imaginary that had to be redefined in spatial and temporal terms as the product of large-scale historical processes.

Complex Frontiers

Focusing on Eurasian space required a revised interpretation of frontiers. By limiting my comparison to the frontiers along the peripheries of the major contestants for supremacy in Eurasia, I identified a number of similar characteristics that enabled me to call them complex. The most salient features which distinguished them was a spatial location where: first, three or more multi-cultural conquest states engaged over long periods of time in military conflict and where communities on both sides of the frontier engaged in raiding, trading and cultural exchange; second, official boundary lines cut across ethno-linguistic and religious lines of identification among the local communities; third, unstable and turbulent relations between the frontier communities and the centers of power centered on questions of assimilation and acculturation giving rise to a variety of survival strategies, ranging from silent resistance to outright rebellion. Finally, complex frontiers did not exist in isolation. Events along one of these frontiers could and often did resonate in other adjacent frontiers.

While sharing these broadly defined common characteristics, complex frontiers also displayed differences within regions, reflecting variations in the physical landscape and nature of human activities, along a broad band of territory stretching from the Baltic to the Sea of Okhotsk. Employing the comparative method of weighing similarities and differences, I assembled seven complex frontiers: the Baltic Littoral, Triplex Confinium or West Balkans, Danubian Basin, Pontic Steppe, Caucasian Isthmus, Trans-Caspia and Inner Asia.⁴⁵ Admittedly, these were the imaginings of an historian, rather than cartographic lines yet their individual characteristics enabled me to address important questions on the evolution of power relationships and social movements from the rise of early modern empires to the outbreak of the First World War.

The Russian Empire was involved directly in the formation and evolution of all the complex frontiers except the Triplex Confinium where it gradually expanded its indirect intervention throughout the nineteenth and early twentieth century. The other continental empires faced fewer complex frontiers in Eurasia — three

⁴⁵ RIEBER, Alfred. The Comparative Ecology of Complex Frontiers, *In*: MILLER, Alexei; ___ (Eds.). **Imperial Rule**. Budapest: Central European University, 2004. p. 177-208.

for the Habsburg and Ottoman Empires, two for the Iranian and only one, Inner Asian, for the Qing. However, this latter group was exposed as well to direct contact with frontiers outside Eurasia. For them the phenomenon of what might be called the outer or double frontier with the imperial overseas powers of Western Europe, primarily France and Great Britain, immensely complicated their competition on their land frontiers. Even Russia was indirectly affected by the imperial policies of the West, although it lacked an extensive seacoast or any land frontier with the Western powers.

The complex frontiers were the sites of periodic often prolonged wars, accompanied by mass population movements which determined in the long term the relative power positions of the multicultural states in their struggle to secure their borderlands. The chronology of these wars falls into two periods. From the sixteenth to the mid-late eighteenth century the major multi-cultural states, the Habsburg, Russian, Ottoman, Safavid, Qing and Polish-Lithuanian Commonwealth were all players in the game. They still competed on more or less equal terms and continue to enjoy moments of revival and expansion. Thereafter, the balance began to tilt in favor of a Russian ascendancy which, while not uniform or unbroken, continued to the last decades of the nineteenth century. At the same time, changes were taking place within the frontier communities. Among some the tendency was to assimilate; among other a tendency was to seek unity with their brethren across the boundary line or within their borderland on the basis of autonomy. The impulse for autonomy was not yet infused with nationalist sentiments; that was only to come during the nineteenth century and more gradually than many nationalist historians are willing to admit. Throughout both periods, attempts to fix boundaries through international treaties failed to stabilize them, prolonging the formation of nation-states. Porous and contested frontiers remained a disruptive element not only in the relations among states but also between the imperial centers of power and the borderlands. The cataclysm of World War I did not resolve but in some ways intensified the problems spawned by complex frontiers in the struggle over the borderlands in its post-imperial phase.

Borderlands

To complete an analysis of the conceptualization of space in geo-cultural terms it remained to fit the borderlands into the general schema. Conquest Eurasian empires, competing for space and seeking security, carved out of their frontiers and incorporated into their imperial system as separate administrative units, sometimes enjoying a degree of autonomy, territories of different and varied cultural composition which may be called borderlands. The five major Eurasian empires displayed over the course of their existence similar patterns in the location of their borderlands. The titular population at the center of power was encircled by territories inhabited by different ethno-linguistic groups. For example, the periphery of the Russian Empire at its height was composed of territories inhabited by Finns, Poles, Ukrainians, Georgians, Armenians, Kazakh Turcoman, and Siberian tribes. Similarly, the borderlands of China were peopled by Manchus, Mongols, to the north, Uighurs and other Turkic peoples to the west and tribes in Yunnan to the southwest.

The incorporation of a borderland into a multi-cultural state did not mean the end of the struggle over its political or cultural identity. Instead, it continued to be the object of struggles played out on two levels: externally with rival states and internally with the conquered peoples. Thus, borderlands faced frontiers in two directions; an inner cultural frontier turned toward the center of state power and an outer, inherently unstable military frontier facing territories contested by rival powers.⁴⁶ The web of relationships between borderlands and the core was highly complex and underwent extensive changes over time. If the Eurasian Empires were the objects of an Orientalist gaze from the West, then it is also true that they shared an Orientalist (or “barbarian”) perception of their own borderlands as culturally inferior or incapable of governing themselves.⁴⁷

⁴⁶ MILLER, Alexei. The Empire and the Nation in the Imagination of Russian Nationalism. *In:* ___; RIEBER, Alfred (Eds.). **Imperial Rule**. Budapest: Central European University, 2004. p. 9-26.

⁴⁷ Cf. MAKDISI, Ussama. Ottoman Orientalism. **The American Historical Review**, v. 107, n. 3, p. 1-32, 2002. and VAN DER OYE, David S. **Russian Orientalism**. Asia in the Russian Mind from Peter the Great to the Emigration. New Haven: Yale, 2010; FERENCZY, Mary. Chinese Historiographers' Views on Barbarian-Chinese Relations (14-16th centuries). **Acta Orientalia Academiae Scientiarum Hungaricae**, v. 21, n. 3, p. 353-62, 1968.

Logically, the term borderland implies the existence of a core. Paradoxically, it is more difficult to arrive at a satisfactory spatial definition of core than it is of borderlands. In line with the geo-cultural approach core may be defined as a space shaped by the exercise and symbolic display of power. Its main components were the ruler, the court, the army command, the administrative offices and the main residences of the ruling elite.

In all these cases, the acquisition of borderlands was a prolonged and uneven process; their attachment was never secure; in the case of the Ottomans especially there was a constant loss of the borderlands after the late seventeenth century (the Great Morean War). All the empires lost many or most of their borderlands from 1914 to 1920 with partial and temporary recovery in the case of the Soviet Union and full recovery for China.

The Trilogy

Working out the implications of these comparative spatial concepts for the rise and demise of the multicultural empires was the challenge that led me to the idea of three volumes that would examine key aspects of the struggle for hegemony in Eurasia from the rise of the early modern empires to the Second World War.

The first book in the trilogy on the struggle for supremacy in Eurasia between the Russian, Habsburg, Ottoman, Safavid-Qajar and Qing Empires was constructed around the three foci of my teaching and research on comparative history: the nature of imperial rule, the interaction (or entanglement) of empires along complex frontiers, the formation of borderlands and their relationship to the centers of imperial power.⁴⁸

The nature of imperial rule focused on three fundamental elements: the political religion of imperial ideologies; imperial bureaucracies and imperial armed forces. In delineating five complex frontiers (Baltic Littoral, West Balkans, Pontic Steppe, South Caucasus and Inner Asia), I sought to characterize them as shifting, military, multi-cultural, overlapping and interactive. The borderlands that emerged

⁴⁸ RIEBER, Alfred. **The Struggle for the Eurasian Borderlands**. From the Rise of Early Modern Empires to the End of the First World War. Cambridge: Cambridge University, 2014.

from the inter-imperial conflicts along these frontiers were variously incorporated under imperial rule but never fully integrated. The tension between the borderlands and center revolved around linguistic, confessional, economic and broadly cultural issues. By the turn of the twentieth century, serious crises were breaking out in all the five empires. The impact of World War challenged the capacity of imperial rule to survive and ultimately brought them all down. Their destruction, however, left unresolved questions with which their successor states were forced to confront.

The aim of the second volume in the trilogy, *Stalin and the Struggle for Eurasia*, was to demonstrate how the Soviet Union revived many features of imperial rule enveloped in a radically transformed ideology and continued to be engaged in a struggle along its frontiers with the successors states, which had been imperial borderlands like Finland, or parts thereof like West Belorussia, West Ukraine (Eastern Poland) and Bessarabia. Under Stalin the idea of world revolution became transformed into a re-creation of imperial rule not only over former borderlands but expanded in a series of concentric circles of control into Eastern Europe and the Chinese borderlands of Outer Mongolia and Xinjiang.⁴⁹

Region

The third volume, now in the process of publication, *The Adriatic: Clash of Imperial Visions during the Second World War*, shifts the focus to one complex frontier (Western Balkans) which I re-conceptualized as a region in order to bring a different set of problems into bolder relief. The spatial imaginary of region has, like frontiers, stimulated a long debate. I have been guided, once again, by insights from the annalists who to cite Lucien Febvre have argued that what is important is not to define the region per se, that is, in terms of its physical dimensions) but the questions one asks— *le problematique* —about its historical significance.⁵⁰ Three questions shaped my approach to the Adriatic region. First, how is it possible to

⁴⁹ RIEBER, Alfred. *Stalin and the Struggle for Supremacy in Eurasia*. Cambridge: Cambridge University, 2015.

⁵⁰ FEBRVE, Lucien. *La terre et l'évolution humaine*. Introduction géographique à l'histoire. Paris: A. Michel [1922], 1970. For a similar sentiment see Febvre's companion in arms, Marc Bloch; "unity of place is a confused idea; only unity of the problem is central." BLOCH, Marc. *Annales d'histoire économique et social*, v. 6, p. 81, 1934.

understand the recurrent conflicts over centuries between multiple great powers pursuing imperial interests and among the diverse and shifting populations in a field of struggle that centered on the Adriatic Sea and spread into its hinterlands? Second why did these conflicts reach a climax during the Second World War, plunging the region into a cauldron of violence and spawning bitter collective memories that continue to divide and haunt its people down to the present day? And finally, why did every one of the competing powers fail to impose its political or cultural hegemony over the region?

Addressing these questions, third volume in the trilogy seeks first to identify long term historical processes which I argue provided the Adriatic with its unique regional character. These were the nature of warfare, mixing conventional with irregular, low level fighting infused with religious elements; mass population movements including migration, colonization, flight and resettlement; and the prolonged and incomplete process of state-building. Second, the book demonstrates how these processes reaching a climax in the trauma of the First World War, depositing a legacy of unresolved problems that deeply affected the societies and institutions of the successor states. As a result, in the decades preceding and during the Second World War, radical visions of social and political change fueled a renewed struggle for hegemony in the region. The men and policies embodying these visions form the themes of the book. By vision is meant a transformative idea projected into an indeterminate but not unattainable future, combined with a will, an energy, and a capacity to achieve its aims through action. In the post-First World War period, new leaders emerged outside the traditional elites to fashion these radical visions and lead their followers into a ferocious struggle during the Second World War. Mussolini, Hitler, Tito and Stalin embodied elements of previous imperial rule but manipulated them through a discursive style and mass mobilization that incited violent transformation of institutions and social arrangements. My preference for the term vision as an object of contemplative imagination and derivative action stems from a search for a more complex explanatory formula than those limited to ideological, geopolitical or other mono-causal factors and to avoid the often sterile debates of over whether one or the other of these factors was preponderant in policy making. Vision

combines an appreciation of the interplay among all these factors as fashioned by the new leaders.

The fulfillment of imperial visions fueled the drive for hegemony by one dominant social group over others in the process of expanding or reconstructing a state. This process has often acquired the descriptive term of ethnic cleansing or class war which may at times be imprecise. It could mean deportation or extermination; but it could also mean forced cultural assimilation. In the Adriatic region there were examples of both.

During the Second World War, the clash of imperial visions in the Adriatic region exhibited several unique features. Nowhere else in Europe did Italian fascism, Nazi racism, Soviet communism and integral nationalism engaged with one another in conventional, irregular and civil wars; nowhere else did civil wars take the extreme forms of inter-communal violence and killings.⁵¹ In an epilogue I suggest that the destructive effects of this paroxysm contributed to the failure of the imperial vision of the Soviet Union in the region and the collapse of Yugoslavia and the current crisis in the region.

In retracing the steps of my odyssey, I conclude that there was no predetermined pattern, as there is none in historical processes. There were always choices to be made; paths not taken. Yet there were also predispositions, inclinations, suggesting that there was a high degree of probability in my following certain lines of inquiry that led me to where I am today.

References

Sources

Department of Geography, **Readings in Military Geography**. West Point: United States Military Academy, 1981.

Bibliography

ABU-LUGHOUD, Janet. **Before European hegemony: the world system AD 1250-1350**. Nova York: Oxford University, 1989.

⁵¹ The only other candidates for this dubious distinction were the civil wars in the western borderlands of the Soviet Union. See RIEBER, A. **Stalin...** Op. Cit., p. 256-81. The Holocaust was not a civil war but a genocidal attack on a defenseless population.

ADELMAN, Jeremy; ARON, Stephen. From Borderlands to Borders: Empires, Nation-States and the Peoples in Between in North American History. **The American Historical Review**, v. 104, n. 3, p. 814-41, 1999.

ALMOND, Gabriel; COLEMAN, James (Eds.). **The Politics of Developing Areas**. Princeton: Princeton University, 1960.

___; VERBA, Sidney (Eds.). **The Civic Culture**. Princeton: Princeton University, 1963.

APTER, David. **The Politics of Modernization**. Chicago, New York: University of Chicago, 1965.

BARTH, Frederik. **Principles of Social Organization in Southern Kurdistan**. Oslo: Brødrene Jørgensen boktr., 1953.

BARTH, Frederik. **Ethnic Groups and Boundaries**. Boston: Little, Brown and Company, 1969.

BIBÓ, István. The distress [misery] of east European small states. *In*: NAGY, Karoly (Ed.). **Democracy, revolution, self-determination: selected writings**. Boulder, New York: Atlantic Research and Publications, Columbia University, 1991.

BLACK, Cyril. **The Dynamics of Modernization**. New York: Harper & Row, 1966.

___ et al (Eds.). **The Modernization of Japan and Russia. A Comparative Study**. New York: Free Press, 1975.

BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. **Revue de synthèse historique**, v. 46, p. 15-50, 1925.

___ **Annales d'histoire économique et social**, v. 6, p. 81, 1934.

___ **Toward a Comparative History of European Societies**. *In*: LANE, Frederic; RIEMERSMA, Jelle (Eds.). **Enterprise and Secular Change: Readings in Economic History**. Homewood: George Allen & Unwin, 1953. p 494-521.

BRAUDEL, Fernand. **Civilisation et Capitalism, 15-18ième siècles**, vol. 3: Le Temps du Monde. Paris: Armand Colin, 1979.

___ **On History**. Chicago: Chicago University, 1980.

BRINTON, Crane. **The Anatomy of Revolution**. New York, Toronto: Random House, Random House of Canada, Prentice Hall. 1965.

BRUBAKER, Rogers. **Citizenship and Nationhood in France and Germany**. Cambridge: Harvard University, 1992.

- CHAUDHURI, Kirti. **Asia Before Europe. Economy of the Indian Ocean from the Rise of Islam to 1750.** Cambridge: Cambridge University, 1990.
- CONRAD, Sebastian. Enlightenment in Global History, A Historiographical Critique. **The American Historical Review**, v. 117, n. 4, p. 999-1027, 2012.
- COOPER, Frederick. What is the Concept of Globalization Good For? An African historian's Perspective. **African Affairs**, v. 100, n. 399, p. 189-213, 2001.
- ___; BURBANK, Jane. **Empires in World History: Power and the Politics of Difference.** Princeton: Princeton University, 2010.
- DRIVER, Felix; SAMUEL, Raphael. Rethinking the Idea of Place. **History Workshop Journal**, v. 39, p. v-viii, 1995.
- DUGIN, Aleksandr. **Misterii Evrazii.** Moscow: [s. n.], 1996.
- FEBVRE, Lucien. **La terre et l'évolution humaine.** Paris: La Renaissance du livre, [1922, 1949] 1994.
- ___ **La terre et l'évolution humaine.** Introduction géographique à l'histoire. Paris: A. Michel [1922], 1970.
- ___ **Frontière: The Word and the Concept.** In: BURKE, Peter (Ed.). **A New Kind of History from the Writings of Lucien Febvre.** London: Routledge, 1973. p. 208-18.
- FERENCZY, Mary. Chinese Historiographers' Views on Barbarian-Chinese Relations (14-16th centuries). **Acta Orientalia Academiae Scientiarum Hungaricae**, v. 21, n. 3, p. 353-62, 1968.
- FRANK, Andre G.; GILLIS, Barry K. (Eds.). **The World System.** Five Hundred Years or Five Thousand? New York, London: Routledge, 1992.
- FRANK, Andre G. The World Economic System in Asia before European Hegemony. **Historian**, v. 56, n. 2, p. 259-76, 1994.
- ___ **ReOrient: Global Economy in the Asian Age.** Berkeley, Los Angeles: University of California, 1998.
- GERACE, Michael. Between MacKinder and Spykman: Geopolitics, Containment and After. **Comparative Strategy**, v.10, n. 4, p. 347-64, 1991.
- GEYER, Michael; BRIGHT, Charles. World History in a Global Age. **American Historical Review**, v. 100, n. 4, p. 1034-60, 1995.

- GODLEWSKA, Anne. **Geography Unbound: French Geographic Science from Cassini to Humboldt**. Chicago: University of Chicago, 1999.
- GODLEWSKA, Anne; SMITH, Neil. **Geography and Empire**. Blackwell: Blackwell, 1994.
- GUMILOV, Lev. **Iz istorii Evrazii**. Moscow: [s. n.], 1993.
- __. **Drevnaia Rus' velikaia step'**. Moscow: [s. n.], 1997.
- HANÁK, Péter. Central Europe. A Historic Region in Modern Times. *In*: SCHÖPFLIN, George; WOOD, Nancy (Eds.). **In Search of Central Europe**. New York: Barnes & Noble Books, 1989. p. 57-69.
- __. **The Garden and the Workshop. Essays on the Cultural History of Vienna and Budapest**. Princeton: Princeton University, 1998.
- HAUNER, Milan **What is Asia to Us? Russia's Asian Heartland Yesterday and Today**. London: Routledge, 1992.
- HODGSON, Marshall. **Rethinking World History: Essays on Europe, Islam and World History**. Cambridge, New York, Melbourne: Cambridge University, 1993.
- KHAZANOV, Anatoly. **Nomads and the Outside World**. Madison: University of Wisconsin, 1994.
- KJELLEN, Rudolph. **Grundriss zu einem System der Politik**. Leipzig: Der S. Hirzel Verlag, 1920.
- KUNDERA, Milan. The Tragedy of Central Europe. **New York Review of Books**, v. 31, n. 7, p. 33-8.
- LATTIMORE, Owen. **Inner Asian Frontiers of China**. Boston: Beacon, 1950.
- LEDONNE, John. **The Russian Empire and the World, 1700-1917**. The Geopolitics of Expansionism and Containment. New York: Oxford, 1997.
- LEWIS, Martin; WIGEN, Karen. **The Myth of Continents**. A Critique of Metageography. Berkeley: University of California Press, 2000.
- LIEVEN, Dominic. **Empire**. The Russian Empire and Its Rivals from the Sixteenth Century to the Present. London: John Murray, 2003.
- LIVINGSTONE, David; WITHERS, Charles (Eds.). **Geography and Enlightenment**. Chicago: University of Chicago, 1999.
- LOTMAN, Ju.; and USPENSKII, Boris. The Role of Dual Models in the Dynamics of Russian Culture (Up to the End of the Eighteenth Century). *In*: __; __ (Eds.). **The**

- Semiotics of Russian Culture.** Ann Arbor: Michigan Slavic Publications, 1984. p. 3-35.
- MAZLISH, Bruce; BUULTJENS, Ralph (Eds.). **Conceptualizing World History.** Boulder: Westview Press, 1993.
- MACDONALD, Sharon (Ed.). **Inside European Identities.** Ethnography in Western Europe. Providence: Berg Publishers, 1993.
- MAKDISI, Ussama. Ottoman Orientalism. **The American Historical Review**, v. 107, n. 3, p. 1-32, 2002.
- MAZLISH, Bruce. Comparing Global History to World History. **The Journal of Interdisciplinary History**, v. 23, n. 3, p. 385-95, 1998.
- MCNEILL, William. The Changing Shape of World History. **History and Theory**, v. 34, n. 2, p. 8-21, 1995.
- MERTON, Robert. **Social Theory and Social Structure.** Glencoe: The Free Press, 1957.
- MILLER, Alexei. The Empire and the Nation in the Imagination of Russian Nationalism. In: ___; RIEBER, Alfred (Eds.). **Imperial Rule.** Budapest: Central European University, 2004. p. 9-26.
- NORA, Pierre. **Les lieux de mémoires.** Paris: Gallimard, 4V, 1999-2010.
- PARSONS, Talcott. **The Social System.** New York: Free Press, 1951.
- ___; SMELSER, Neil. **Economy and Society.** A Study of the Integration of Economic and Social Theory. Glencoe: The Free Press, 1956.
- ___; SHILS, Edward. **Toward a General Theory of Action.** New York: Harper & Row, 1973.
- POWER, Daniel. Introduction. In: ___; STANDEN, Naomi (Eds.) **Frontiers in Question.** Eurasian Borderlands, 700-1700. London: Macmillan, 1999. p. 1-12. p. 12.
- RAJ, Kapil. La construction de l'empire de la géographie. L'odyssée des arpenteurs de Sa Très Gracieuse Majesté la reine Victoria en Asie Central. **Annales: Histoire, Sciences Sociales**, v. 52, n. 5, p. 1153-1180, 1997.
- RIASANAVOSKY, Nicholas. The emergence of Eurasianism. **California Slavic Studies**, v. 4, p. 39-72, 1967.

- RIEBER, Alfred. Persistent Factors in Russian Foreign Policy: An Interpretive Essay. *In*: RAGSDALE, Hugh (Ed.). **Imperial Russian Foreign Policy**. Cambridge, New York, Melbourne: Woodrow Wilson Center, Cambridge University, 1993. p. 315-59.
- __. The Historiography of Imperial Russian Foreign Policy: A Critical Survey *In*: RAGSDALE, Hugh (Ed.). **Imperial Russian Foreign Policy**. Cambridge, New York, Melbourne: Woodrow Wilson Center, Cambridge University, 1993. p. 360-444.
- __. The Frontier in History. *In*: SMELSER, Neil; BATES, Paul (Eds.), **The International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences**, vol. 9. Amsterdam, New York: Elsevier, 2001. p. 5812-5815.
- __. The Comparative Ecology of Complex Frontiers, *In*: MILLER, Alexei; __ (Eds.). **Imperial Rule**. Budapest: Central European University, 2004. p. 177-208.
- __. **The Struggle for the Eurasian Borderlands**. From the Rise of Early Modern Empires to the End of the First World War. Cambridge: Cambridge University, 2014.
- RIEBER, Alfred. **Stalin and the Struggle for Supremacy in Eurasia**. Cambridge: Cambridge University, 2015.
- ROSTOW, Walt. **Politics and the Stages of Growth**. Cambridge: Cambridge University, 1971.
- SNAGUIN, André-Louis. **Vidal de la Blache**. Un génie de la géographie. Paris: Belin, 1993.
- SPIVAK, Gayatri. **The Post-Colonial Critic**. Interviews, Strategies, Dialogues. London, New York: Routledge, 1990.
- SPYKMAN, Nicholas. **The Geography of the Peace**. New York: Harcourt, Brace and Company, 1944.
- STAVRIANOS, Leften. **The Promise of the Coming Dark Age**. San Francisco: W. H. Freeman, 1976.
- __. **The Global Rift: The Third World Comes of Age**. New York: William Morrow & Co, 1981.
- SZÚCKS, Jenö. The Three Historical Regions of Europe. An Outline. **Acta Historica Academiae Scientiarum Hungarica**, v. 29, n. 2-4, p. 131-84, 1983.

TURNER, Frederick. The Significance of the Frontier in American History. *In*: ___. **The Frontier in American History**. New York: Hole, Rinehart & Winston, 1920. p. 1-38.

VAN DER OYE, David S. **Russian Orientalism**. Asia in the Russian Mind from Peter the Great to the Emigration. New Haven: Yale, 2010.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **Tableau de la géographie de la France**. Paris: Table Ronde, 1903, 1979, 1994.

VINKOVETSKY, Ilya; SCHLACKS JR., Charles (Eds.). **Exodus to the East: Forebodings and Events. An Affirmation of the Eurasians**. Idyllwild: [s. n.], 1996.

VINKOVETSKY, Ilya. Classical Eurasianism and Its Legacy. **Canadian-American Slavic Studies**, v. 34, n. 2, p. 125-40, 2000.

VON LAUE, Theodore. **The Global City: Freedom, Power and Necessity in the Age of World Revolutions**. Philadelphia: Lippincott 1969.

VVAA. AHR Roundtable, Historians and the Question of 'Modernity'. **American Historical Review**, v. 116, n. 3, p. 631-751, 2011.

VVAA. **Science in Context**, v. 8, n. 2, 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World System**. New York: Academic Press, 3V, 1974-1989.

WOODS, Randall. **Fulbright**. A Biography. Cambridge, New York, Melbourne, Cambridge University, 2006.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Alfred J. Rieber
Department of History.
Central European University. Nador u. 9
H-1051 Budapest, Hungary.

Recebido: 08/06/2019
Aprovado: 10/06/2019

TRÊS REGIMES AUTORITÁRIOS NA HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICANO: O ESTADO NOVO (1937-1945), A DITADURA MILITAR (1964-1985) E O REGIME ATUAL (A PARTIR DO GOLPE DE 2016)

Anita Leocadia Prestes¹
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: No artigo adota-se a metodologia comparativa para realizar a apreciação de três regimes autoritários da História do Brasil republicano nos séculos XX-XXI: o Estado Novo (1937-1945), a ditadura militar (1964-1985) e o regime atual (a partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016). A partir do entendimento das diferenças existentes entre os conceitos de *autoritarismo* e *fascismo*, definidos por uma interpretação baseada na teoria marxista e, em particular, nas teses defendidas por Jorge Dimitrov, Antonio Gramsci e Palmiro Togliatti, chegou-se a algumas conclusões importantes sobre o papel do capital financeiro internacional na constituição de regimes autoritários no Brasil.

Palavras-chave: Autoritarismo; Fascismo; Estado Novo; Ditadura Militar; Tutela Militar.

TRES RÉGIMENES AUTORITARIOS EN LA HISTORIA DEL BRASIL REPUBLICANO: EL ESTADO NOVO (1937-1945), LA DICTADURA MILITAR (1964-1985) Y EL RÉGIMEN ACTUAL (A PARTIR DEL GOLPE DE 2016)

Resumen: En el artículo se adopta la metodología comparativa para realizar la evaluación de tres regímenes autoritarios en la Historia del Brasil republicano de los siglos XX- XXI: el Estado Novo (1937-1945), la dictadura militar (1964-1985) y el régimen actual (desde el golpe jurídico-parlamentar de 2016). De la comprensión de las diferencias entre los conceptos de *autoritarismo* y de *fascismo*, definidos por una interpretación basada en la teoría marxista y, en particular, en las tesis defendidas por Jorge Dimitrov, Antonio Gramsci y Palmiro Togliatti, hubo algunas conclusiones importantes acerca del peso del capital financiero internacional en la constitución de regímenes autoritarios en Brasil.

Palabras clave: Autoritarismo; Fascismo; Estado Novo; Dictadura Militar; Tutela Militar

Introdução

As tendências autoritárias têm sido uma constante na História do Brasil, em particular no período republicano. Diante disso, surge uma questão, posta com certa frequência: seria justo atribuir a denominação de *fascismo* aos regimes autoritários verificados no país? Enquanto alguns empregam o termo *fascismo* como sinônimo de autoritarismo, identificando qualquer forma de regime autoritário com essa designação, outros o associam exclusivamente a regimes que se estabeleceram na Europa, durante os anos de 1920/1930, em especial os que contaram com as lideranças de Hitler na Alemanha e Mussolini na Itália.

¹ E-mail: anitaprestes@superig.com.br.

Regimes autoritários nem sempre, contudo, devem ser identificados com fascismo ou neofascismo. Se partirmos da tese de Vladimir I. Lenin de que o imperialismo é a fase superior do capitalismo, chegaremos à compreensão, com base na teoria marxista, de que sua principal característica consiste na formação do capital financeiro - entendido não só como o surgimento dos grupos monopolistas, como, em especial, a fusão do capital industrial com o capital bancário.² Tal pressuposto contribui para justificar a conceituação de *fascismo* a partir de sua base econômica, embora se reconheça que apenas esse aspecto não seja suficiente para caracterizá-lo.

Nesse sentido, a definição de fascismo proposta, em 1935, por Jorge Dimitrov, conhecido dirigente da Internacional Comunista, tem se revelado válida e atual, ao afirmar que o *fascismo* no poder se caracteriza por ser “a ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chovinistas e mais imperialistas do capital financeiro”.³ Temos, portanto, o fascismo associado essencialmente ao domínio do capital financeiro, o que não significa que exista um atrelamento automático de um regime fascista a todo sistema de dominação do capital financeiro. A correlação das forças de classe em confronto na sociedade será sempre, em última instância, a definidora da necessidade de a burguesia recorrer ao fascismo para assegurar sua sobrevivência e sua continuidade em momentos de crise. Segundo J. Dimitrov, é tarefa do fascismo “assegurar no sentido político o êxito da ofensiva do capital, da exploração e do saque das massas populares pela minoria capitalista e garantir a unidade da dominação dessa minoria sobre a maioria popular”.⁴

Frente à ascensão fascista na Itália, Antonio Gramsci escrevia em 1921 que o fascismo “em escala internacional” “é a tentativa de resolver os problemas da produção e da troca através de rajadas de metralhadora e de tiros de pistola”⁵. Já em 1924, o dirigente comunista italiano entendia que “não havia outra solução que

² LENIN, V. I. El imperialismo, fase superior del capitalismo. Esboço popular. In: __. **Obras escogidas en tres tomos**. T. 1. Moscú, Ed. Progreso, 1961. p.689-798.

³ DIMITROV, Jorge. La ofensiva del fascismo y las tareas de la Internacional Comunista en la lucha por la unidad de la clase obrera, contra el fascismo. In: __. **El frente único y popular**. Sofia [Bulgária], Sofia-Press, 1969. p. 116-197. p. 117. (Tradução do espanhol pela autora)

⁴ DIMITROV, Jorge. El frente único y la reaccion burguesa. In: __. **El frente único y popular**. Op. cit., p. 10-13. p.11. (Tradução do espanhol da autora).

⁵ GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. V. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004. p. 46.

não a fascista, depois que a classe operária, em 1920, fracassou em sua tarefa de criar com seus próprios meios um Estado capaz de satisfazer também as exigências nacionais unitárias da sociedade italiana”.⁶

Na mesma época, Clara Zetkin, dirigente do Partido Comunista Alemão, reconhecia no fascismo a incapacidade de a burguesia defender-se por meios institucionais legais, recorrendo por isso a métodos “extralegais e extra-estatais”. Por outro lado, afirmava que o fascismo atrai amplas camadas sociais, grandes massas, inclusive o proletariado, não só graças à gravidade da crise, mas também porque esses elementos estão desencantados com o socialismo reformista e a falta de combatividade do comunismo.⁷

O Estado Novo (1937-1945)

Ao analisar um período de inegável autoritarismo no Brasil como foi o Estado Novo (1937-1945), verifica-se que a partir do golpe de 1930, conhecido como Revolução de 1930, houve um processo de constituição de um *aparato burocrático civil e militar* de caráter autoritário, centralizado, nacionalista e corporativista, cujo primeiro momento importante de consolidação foi o golpe de 10 de novembro de 1937, quando se estabeleceu esse regime. Como é reconhecido pelo coronel Nilton Freixinho, autor de várias obras publicadas pela Biblioteca do Exército:

(...) o Estado Novo representou uma aliança da burocracia civil e militar e da classe industrial, cujos objetivos comuns imediatos eram o de promover a industrialização do País sem grandes abalos sociais, gerando, inclusive, condições para promover amplas e profundas reformas no campo social e nas áreas do ensino e da educação.⁸

A partir de então, a *burocracia civil e militar* contaria com força e autonomia suficientes para levar adiante um projeto político, baseado no processo intensivo de industrialização, que viria a favorecer prioritariamente o empresariado industrial. Os demais setores das classes dominantes - principalmente as

⁶ Ibidem. p. 57.

⁷ Ver AYCOBERRY, Pierre. **La question nazie**. Paris, Éditions du Seuil, 1979. p. 77-78.

⁸ FREIXINHO, Nilton. **Instituições em crise: Dutra e Góes Monteiro, duas vidas paralelas**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1997. p. 349.

oligarquias agrárias - perderiam paulatinamente o poderio anterior, de que haviam desfrutado durante a 1ª República com o funcionamento do pacto oligárquico.⁹

Esse projeto político consagrou as concepções que, desde os anos vinte, vinham sendo formuladas pelo general Pedro Aurélio Góis Monteiro. A chamada “doutrina Góis”, propunha, em síntese, uma total reorganização seja das Forças Armadas seja do Estado, partindo do princípio de que “o Exército é um órgão essencialmente político, e a ele interessa fundamentalmente (...) a política nacional de que emanam, até certo ponto, a doutrina e o potencial de guerra”.¹⁰ O Exército deveria dirigir toda a vida da Nação, ou nas palavras do próprio general Góis, as “classes armadas (...) devem ser a espinha dorsal da Nação”.¹¹ Para Góis Monteiro, a liberdade deveria ser “compatível com a segurança nacional”.¹²

O regime ditatorial do Estado Novo propiciou o aceleração do ingresso do Brasil numa nova etapa do desenvolvimento capitalista - a da “industrialização restringida”, segundo a conceituação proposta por alguns estudiosos do período.¹³ Desta forma, ficaria consagrado o distanciamento crescente do novo grupo civil e militar no poder, formado em torno de Vargas, dos interesses das tradicionais oligarquias agrárias.

Tendo em vista estabelecer no Brasil um regime centralizador e autoritário, o grupo que se articulou no poder em torno de Getúlio Vargas, sob a égide da “doutrina Góis”, teria que recorrer à repressão policial e a outras medidas ditatoriais como instrumentos necessários para garantir seus desígnios. Entretanto, não seria correto caracterizar esse regime autoritário como fascista - embora sejam inegáveis as influências de concepções fascistas advindas então da Europa -, pois não se tratava de uma ditadura do capital financeiro ou mesmo de algum tipo de domínio de capital monopolista, mas de um Estado a serviço dos interesses industrializantes da burguesia brasileira até então praticamente alijada do poder

⁹ Ver PRESTES, Anita Leocadia. **Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?** 2ª ed. Rio de Janeiro, Consequência, 2014.

¹⁰ MONTEIRO, Góes (gal.). **A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército** (Esboço histórico). Rio de Janeiro, Andersen Ed., s.d., p. 133.

¹¹ MONTEIRO, Goes. Voto na Reunião dos Generais, 3/12/1935, Arq. GV, vol. XX, doc. 51. (Arquivo Getúlio Vargas. 35.12.03/3).

¹² MONTEIRO, Góes (gal.). **A Revolução de 30....** Op.cit., p. 138.

¹³ MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento.** Rio de Janeiro, Graal Ed., 1986. p. 26.

pelos representantes das oligarquias agrárias. Estava em curso uma política de intensa participação do Estado nacional na implantação no país de uma indústria de base até então inexistente na economia brasileira.¹⁴

Em outras palavras, constituiu-se no Brasil o “nacionalismo varguista”, ou seja, o *nacional-estatismo*, cuja essência consistia em desenvolver esforços para criar “uma nação independente por meio da industrialização pesada e do intervencionismo estatal na economia”¹⁵.

Do nacional-estatismo ao nacional-desenvolvimentismo

Em 1964, por ocasião do golpe civil-militar, que abriu caminho para um novo regime ditatorial no Brasil, a situação era diferente da pré-existente nos anos 1930-1940. A partir de 1955, principalmente a partir do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), um novo projeto de nacionalismo se apresenta e se desenvolve no país. Era um projeto que “procurava justificar-se pela ênfase no termo desenvolvimentista”, o que na realidade significava a “participação do capital estrangeiro na promoção do desenvolvimento nacional”.¹⁶

Como é destacado por Mendonça, “o que o *nacional-desenvolvimentismo* obscurecia era o papel político desempenhado pelos empresários industriais, dando margem a uma visão distorcida sobre suas articulações políticas com empresas estatais e as multinacionais”.¹⁷ Na realidade, a documentação produzida em encontros nacionais da indústria revela que a burguesia brasileira, “ao contrário das visões produzidas por certos segmentos da sociedade sobre ela”, “jamais defendeu a industrialização autônoma”.¹⁸ Segundo a autora, “o projeto desenvolvimentista produzido no período vinha encobrir a articulação política da burguesia nacional, que caminhava em sentido bem diverso daquele enaltecido no discurso nacionalista”.¹⁹

¹⁴ Ver MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado....** Op. cit.; também DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930 – 1945**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978; DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder. Relações de classe. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. T. 3, V. 3. São Paulo, Difel, 1981. p. 77-120.

¹⁵ MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado...** Op. cit., p. 60.

¹⁶ *Ibidem*. p. 59-60.

¹⁷ *Ibidem*. p. 61; grifos meus.

¹⁸ *Ibidem*. p. 66.

¹⁹ *Ibidem*. p. 67.

Theotônio dos Santos, ao fazer uma retrospectiva da Era Vargas, analisando o papel da “burguesia nacional”, assinala:

No Brasil, depois de anos de luta por uma alternativa industrial autônoma – que pretendia repetir o caminho de desenvolvimento das principais potências capitalistas -, a classe dominante e seus intelectuais começaram a aceitar, nos anos 1960, os limites históricos da proposta nacional e democrática que inspirara a Revolução de 1930, os últimos anos do Estado Novo (1943-1945), o segundo governo Vargas (1950-1954), uma ala do governo Kubitschek (1955-1960) e o governo João Goulart.²⁰

O mesmo autor destaca que a aceitação da “doutrina desenvolvimentista significava a crítica de um suposto “nacionalismo sectário” e a defesa da tese de que “o objetivo do nacionalismo era o desenvolvimento e somente à luz desse deveria ser julgado o que era bom ou mau para o País”.²¹ Tratava-se de uma postura ideológica que buscava “ajustar-se aos novos tempos, em que as corporações multinacionais saltavam as barreiras protecionistas para vir instalar suas indústrias no Terceiro Mundo”.²²

Quando, a partir de 1962, a economia brasileira se defrontou com grave crise,²³ as multinacionais juntamente com os grupos empresariais monopolistas brasileiros já existentes e articulados com o Estado brasileiro haviam se tornado uma realidade no país. É possível afirmar que o capital financeiro internacionalizado, com a inclusão de grupos financeiros nacionais associados e dependentes, já se tornara dominante na economia nacional,²⁴ sem dispor, contudo, do total controle político da nação.

A espiral inflacionária e a deterioração das condições de vida de grande parte da população provocadas pela crise levaram à intensificação das lutas de diferentes setores populares e, em particular, à mobilização das esquerdas e das forças

²⁰ SANTOS, Theotônio dos. O modelo econômico da ditadura militar. *In*: MUNTEAL, O., VENTAPENE, J., FREIXO, A. (orgs.). **O Brasil de João Goulart: um projeto de nação**. Rio de Janeiro, PUC-RJ; Contraponto, 2006. p. 175-200. p. 177.

²¹ *Ibidem*. p. 178.

²² *Ibidem*.

²³ Não serão abordadas aqui as características dessa crise, que não foi apenas econômica, mas do sistema econômico-social então vigente. Ver autores como DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado** – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Vozes, 1981; OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

²⁴ MORAES, Augusto. **Introdução ao estudo do capital financeiro e da oligarquia financeira no Brasil**. (Moscou, Instituto de Ciências Sociais, 1972) – tese reveladora dessas características.

progressistas no país em favor das chamadas *Reformas de Base*. Tratava-se de um conjunto de reformas que poderiam abrir caminho para profundas transformações econômicas e sociais, atingindo os interesses do capital financeiro internacionalizado e das classes dominantes do país a ele associadas. A resistência destes setores era enorme tanto no Congresso Nacional quanto no âmbito do governo João Goulart, que assumira o poder em setembro de 1961,²⁵ mas lhes faltava o controle absoluto do poder político para garantir seus interesses.

Os governos Jânio Quadros e João Goulart ficaram marcados pelo aguçamento do conflito de classes, pela crescente contradição entre os interesses do capital financeiro internacionalizado e os setores dominantes a ele associados e as massas trabalhadoras, incluindo vastos setores populares. Um momento crucial nesse processo foi a assinatura pelo presidente João Goulart, em 23 de janeiro de 1964, do decreto regulamentando a lei sobre a remessa de lucros para o exterior das empresas estrangeiras, que afetava profundamente os interesses estadunidenses no Brasil. Lincoln Gordon, o embaixador dos EUA, tentou de todas as formas impedir a concretização dessa lei, aprovada anteriormente no Congresso, mas à espera de regulamentação pelo presidente.²⁶ Era dado assim por Jango um passo importante no caminho da realização das Reformas de Base, mas o clima do país tornar-se-ia extremamente tenso.

O golpe civil-militar de abril de 1964 e a ditadura militar (1964-1985)

Embora não houvesse condições de desencadear-se de imediato no país um processo revolucionário, pois inexistiam fosse organização popular para isso, fossem forças políticas preparadas para tal, inclusive no que diz respeito aos comunistas, os agentes políticos, civis e militares, a serviço dos interesses do capital financeiro internacionalizado, iriam agir intensamente na preparação e mobilização do golpe civil-militar que derrubou Goulart em 1º de abril de 1964,

²⁵ Sobre esses acontecimentos ver, por exemplo, PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro**. São Paulo, Boitempo, 2015, cap. XIII e XIV.

²⁶ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. São Paulo, Editora Unesp, 2010. p. 289-90; TAVARES, Flávio. **1964: o golpe**. Porto Alegre, L&PM, 2014.

não obstante as contradições existentes no campo dessas forças.²⁷ Houve uma conjunção de esforços do governo estadunidense, empenhado na defesa dos grupos financeiros internacionais, de setores empresariais nacionais a eles associados, de políticos comprometidos com esses interesses e de importantes setores militares formados de acordo com os ditames da chamada Doutrina de Segurança Nacional, trazida para as Forças Armadas do país com o término da Segunda Guerra Mundial, cujo principal foco de difusão se concentraria na Escola Superior de Guerra. Através dos meios de comunicação ligados aos interesses desses setores, foi desencadeada poderosa campanha de desestabilização do governo Goulart, para a qual contribuíram tanto a ala mais conservadora da Igreja católica, quanto entidades da sociedade civil, criadas à época, como o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais).²⁸

Diante da gravidade da crise que atingiu o país e do aguçamento das contradições de classe, só havia dois caminhos a percorrer. A realização das Reformas de Base, o que criaria a perspectiva de maiores conquistas para os trabalhadores e os setores populares, ou o golpe e a instauração de um regime político de exceção que reprimisse os movimentos populares e de esquerda e garantisse a adoção de medidas antipopulares que pudessem assegurar os lucros dos grupos financeiros internacionais e dos seus aliados internos. A vitória do golpe de abril de 1964, com a repressão dirigida contra as entidades sindicais e os trabalhadores, contra as organizações camponesas e os setores populares, permitiu que fossem postas em prática as medidas econômicas defendidas pelos ministros Roberto Campos e posteriormente Delfim Neto. Medidas que não seria possível adotar na vigência de um regime democrático como o existente no governo João Goulart, durante o qual os sindicatos operários podiam atuar livremente, os trabalhadores realizavam greves e alcançavam conquistas importantes, as massas camponesas estavam se organizando e conseguindo vitórias significativas, em que a luta pela reforma agrária adquiria cada vez maior relevo.

²⁷ Ver PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes...** Op. cit., cap. XIV.

²⁸ Ver, por exemplo, DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado...** Op. cit.

O golpe teve caráter *civil-militar* devido à composição das forças que o desfecharam - uma coalização civil-militar, que contou com a participação do grande empresariado nacional e estrangeiro e de políticos civis de direita²⁹. Há que ressaltar, contudo, que dele resultou o estabelecimento de uma *ditadura militar*, “ainda que tenha tido entre os seus sócios e beneficiários amplos setores sociais que vinham de fora da caserna, pois os militares sempre se mantiveram no centro decisório do poder”,³⁰ tese confirmada pela pesquisa realizada por Maud Chirio.³¹ Conforme é assinalado por Marcos Napolitano, após “o golpe civil-militar das direitas contra a agenda reformista”, estabeleceu-se no Brasil uma ditadura militar ou, em outras palavras:

a afirmação de outro modelo político e ideológico de sociedade e de Estado, esboçado bem antes do golpe: a modernização socioeconômica do país e a construção no longo prazo de uma democracia plebiscitária, tutelada pelos militares, em nome do “partido da ordem”.³²

A ditadura militar, uma vez estabelecida, passou durante alguns anos por um processo de fascistização que, a partir do AI-5 (Ato Institucional Nº5), decretado em 13 de dezembro de 1968, pelo governo militar de Costa e Silva, se transformou em *ditadura fascista* – ditadura dos setores mais reacionários do capital financeiro internacionalizado, exercida fundamentalmente através do Alto Comando do Exército.³³ As medidas de exceção adotadas a partir do AI-5 haviam se tornado necessárias para controlar e esmagar as tentativas de reanimação das lutas populares tanto em setores dos trabalhadores quanto, em particular, do movimento estudantil.³⁴

Ao caracterizar a ditadura militar no Brasil, a partir da vigência do AI-5, como *fascista* faz-se necessário ponderar que o fascismo não constitui um fenômeno passível de ser definido como estabelecido definitivamente. Palmiro

²⁹ Ibidem; NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo, Contexto, 2014. p. 9.

³⁰ NAPOLITANO, Marcos. **1964: história...** Op. cit., p.11.

³¹ CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro, Zahar, 2012.

³² NAPOLITANO, Marcos. **1964: história...** Op. cit., p. 17- 18.

³³ Ver CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas...** Op..cit.

³⁴ Ver PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes: um comunista...** Op. cit., p. 421- 24.

Togliatti, importante dirigente comunista italiano, companheiro de Gramsci, que enfrentou diretamente o regime de Mussolini, escreveu a respeito em 1935:

É preciso não considerar o fascismo como qualquer coisa de definitivamente caracterizada, é preciso considerá-lo no seu desenvolvimento, nunca como algo fixo, nunca como um esquema ou um modelo, mas como consequência de uma série de relações econômicas e políticas reais, resultantes de fatores reais, da situação econômica, da luta de massas.³⁵

Há que assinalar que, embora no Brasil nem mesmo às vésperas do golpe de abril 1964 estivesse posta na ordem-do-dia uma “ameaça revolucionária” aos interesses das classes dominantes, o país é parte do continente latino-americano, em que os efeitos da Revolução Cubana se faziam sentir, levando o grande capital internacionalizado, em particular o de origem estadunidense, a adotar medidas de caráter preventivo. Nesse sentido, continua válida a observação de Shafik Jorge Handal, dirigente comunista salvadorenho, ao defender a tese de que “o fascismo é acima de tudo uma contrarrevolução”³⁶ e, no caso da América Latina, os regimes fascistas foram principalmente uma resposta à Revolução Cubana³⁷. Referindo-se ao Brasil, S. Handal escrevia em 1976:

O modelo brasileiro adquiriu grande prestígio entre as classes dominantes latino-americanas e, especialmente, entre os estrategistas do imperialismo ianque, até se converter no núcleo da alternativa contrarrevolucionária para toda a América Latina.³⁸

O dirigente salvadorenho mostrava-se favorável à atribuição do título de fascismo ao modelo brasileiro, uma vez que “expressa em essência o fascismo de hoje nas condições da América Latina”,³⁹ e acrescentava:

A função histórica do fascismo na América Latina consiste em *salvar o capitalismo dependente, modernizando-o, promovendo-o a passar a fase de capitalismo monopolista dependente e, onde existam condições para isso, ao capitalismo monopolista de Estado dependente*.⁴⁰

³⁵ TOGLIATTI, Palmiro. Le fascisme italien – huit leçons, **Recherches Internationales**, Paris, n. 68, 3º trimestre 1971. p. 27-28. (Tradução do francês pela autora)

³⁶ HANDAL, Schafik Jorge. El fascismo en América Latina. **América Latina**, Moscú, n. 4, Ed. Progreso, p. 121- 146, 1976. p. 124. (Tradução do espanhol da autora)

³⁷ Ibidem. p. 142.

³⁸ Ibidem. p. 132.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ Ibidem; destaques do autor.

Embora possa considerar-se discutível a tese da transição ao Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil⁴¹ a partir do estabelecimento da ditadura militar e de sua evolução para um regime fascista, é inegável que as medidas adotadas por esse regime permitiram que a articulação do capital financeiro internacionalizado - com a participação dos monopólios brasileiros dele dependentes e a ele associados - e o Estado nacional assumisse grande importância na economia brasileira, tornando-se fator decisivo na economia e em toda a vida da Nação. Cabe lembrar que a ultimamente a teoria do Capitalismo Monopolista de Estado vem sendo resgatada e renovada por autores marxistas dedicados ao estudo do conceito de Estado proposto por Karl Marx.⁴² É indiscutível que, sem um regime de tipo fascista, nas condições existentes no país à época, não teria sido possível implantar tais medidas, dadas as resistências reveladas pelo nível atingido das contradições sociais então presentes.

Destacando o papel modernizador do fascismo, S. J. Handal escrevia que, enquanto a função dos “regimes tradicionais é *conservadora*, visando favorecer as oligarquias latifundiárias e burguesas”,

a função do fascismo é salvar o capitalismo dependente *frente à revolução e modernizá-lo*, favorecendo os consórcios transnacionais e os burgueses locais seus associados, salvar e consolidar a hegemonia política e militar do imperialismo ianque ameaçada de colapso na nossa região.⁴³

Ainda que o fascismo deva ser entendido como regime político, como “expressão política superestrutural” do capitalismo, para S. Handal, ele possui “fundamentos econômicos e sociais”, assim como “um programa a ser realizado nesses terrenos”. O dirigente salvadorenho sublinhava que o “fascismo é antes de

⁴¹ A tese de PRESTES, Anita Leocadia. **O Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil e suas particularidades** (Moscou, Instituto de Ciências Sociais, 1975) defende a teoria hoje polêmica de um Capitalismo Monopolista de Estado dependente no Brasil.

⁴² BINUS, Gretchen, LANDEFELD, Beate and WEHR, Andreas. **State Monopoly Capitalism**. London, Manifesto Press, 2017, *apud* GODELS, Greg. O regresso benvindo do Capitalismo Monopolista de Estado, *in* <https://www.resistir.info/crise/smc_resenha_20jul18_p.html>, consulta realizada em 17 mar. 2019.

⁴³ HANDAL, Schafik Jorge. El fascismo en América Latina. Op. cit., p. 141; destaques do autor.

tudo um fenômeno superestrutural, um fenômeno político dentro do capitalismo, próprio da época do seu declínio histórico”.⁴⁴

Ao afirmarmos que a ditadura militar que se estabeleceu no Brasil era fascista, principalmente a partir da decretação do AI-5, devemos reconhecer que suas características, assim como as de outros regimes do mesmo tipo na América Latina dos anos 1970, foram distintas dos exemplos conhecidos na Europa nos anos 1930-40. S. Handal apontava para uma especificidade significativa do fascismo na América Latina: o exército substituindo o papel do partido, embora, ao desempenhar essa função, pudesse facilitar sua derrota.⁴⁵ Como se procurou mostrar, o que existe de comum entre todos os tipos de regimes fascistas é sua essência econômica – ditadura terrorista dos elementos mais reacionários do *capital financeiro*, hoje internacionalizado, contando com a inclusão de monopólios nacionais dele dependentes e a ele associados.

Ao mesmo tempo, o estabelecimento de ditaduras fascistas historicamente sempre resultou da incapacidade de as forças progressistas e/ou revolucionárias apresentarem uma alternativa que pudesse ser vitoriosa, fator que as levaria ao descrédito perante amplos setores populares, como fora registrado ao seu tempo por Clara Zetkin,⁴⁶ abrindo caminho para a ascensão de grupos fascistas representativos dos interesses mais reacionários do capital financeiro.

Vinte e um anos de ditadura militar no Brasil (1964-85) garantiram as condições necessárias – o esmagamento das resistências por parte de diversificados setores populares – para que fosse estabelecido um novo patamar do sistema capitalista no país que pudesse garantir os lucros espetaculares do grande capital financeiro internacionalizado. Nova crise do capitalismo mundial no início dos anos 1970, com as conhecidas consequências desastrosas para amplos setores populacionais, provocaria a reanimação da resistência e das lutas de tais setores, cujo momento de virada no Brasil foi a derrota eleitoral da ditadura nas eleições parlamentares de 1974, não obstante as limitações existentes ao exercício democrático do voto.

⁴⁴ Ibidem. p. 129.

⁴⁵ Ibidem. p. 144-45.

⁴⁶ Ver acima nota nº 7.

Como resultado da nova correlação de forças criada no país, com a reanimação das lutas populares, quando as greves operárias no ABCD (1978-79) constituíram seu momento culminante, e em particular com o avanço do movimento por uma “anistia ampla, geral e irrestrita” para os presos e perseguidos políticos, assim como as mudanças ocorridas no panorama mundial provocadas com o recuo dos partidários da Guerra Fria, tornou-se premente à preservação dos interesses do grande capital internacionalizado contribuir para a transição a um regime democrático, que fosse o mais limitado possível dentro das condições existentes.

Dadas a debilidade e a desarticulação dos setores de oposição à ditadura – em parte devido ao seu esmagamento pela violenta repressão de que foram vítimas –, houve no Brasil uma *transição pactuada*, sob a liderança de políticos liberais como Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, para uma democracia restrita sob a tutela militar, em que a anistia promulgada estendeu-se aos torturadores. Fenômeno semelhante teve lugar em maior ou menor medida nas transições democráticas ocorridas a partir do desgaste das ditaduras em países como Chile, Argentina, Uruguai.

Estabeleceu-se no Brasil uma democracia tutelada pelo *poder militar*, consagrado com a introdução do artigo 142 na Constituição de 1988. Luiz Carlos Prestes escreveu a respeito que nesse artigo foram atribuídas às Forças Armadas “funções evidentemente incompatíveis com um regime efetivamente democrático”, esclarecendo: “Trata-se de preceito que constituiu uma das maiores ou, mesmo, a maior vitória dos generais na Constituinte” (...), pois “eles (os militares) ganham (na Constituinte) todas as batalhas”.⁴⁷ Segundo Prestes:

Em nome da salvaguarda da lei e da ordem pública, ou de sua “garantia”, estarão as Forças Armadas colocadas acima dos três poderes do Estado. *Com a nova Constituição, prosseguirá, assim, o predomínio das Forças Armadas na direção política da Nação*, podendo, constitucionalmente, tanto depor o presidente da República quanto os três poderes do Estado, como também intervir no movimento sindical, destituindo seus dirigentes ou intervindo abertamente em qualquer movimento grevista, como vem se fazendo desde os decretos de Getúlio Vargas de 1931, ou mesmo, voltando aos tempos anteriores em que a questão social era

⁴⁷ PRESTES, Luiz Carlos. Um ‘poder’ acima dos outros. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 28 set. 1988.

considerada uma questão de polícia, segundo o senhor Washington Luís.⁴⁸

A presença e o domínio do *poder militar* na vida nacional, denunciados por Prestes, assim como a manutenção da Lei de Segurança Nacional e do entulho da legislação fascista implantada no Brasil nos 21 anos de ditadura militar (1964 a 1985) perduraram durante os governos que a sucederam, inclusive nos governos do PT (Partido dos Trabalhadores). Estes deram continuidade a políticas de corte neoliberal, associadas a medidas assistencialistas (bolsa família, etc.) e nada fizeram para elevar o nível de organização e consciência política das massas trabalhadoras, não as prepararam para enfrentar a ofensiva do capital financeiro internacionalizado, que viria a partir de 2008 com a grave crise que abalou o sistema capitalista mundial. Na realidade, os governos do PT seguiram o exemplo da socialdemocracia europeia, ou seja, levaram adiante políticas reformistas, sem jamais questionar os fundamentos capitalistas da sociedade brasileira atual – caminho este que fracassaria no continente europeu e revelaria sua total incapacidade de abrir perspectivas para a superação das sucessivas crises do sistema capitalista do qual o Brasil faz parte em posição dependente e subordinada.

A partir de meados de 2013, a insatisfação popular se fez sentir nas manifestações que tiveram lugar por todo o país, as quais, tudo indica, foram habilmente manipuladas por setores ligados ao grande capital visando desestabilizar os governos do PT, cuja política se tornara insatisfatória para atender aos interesses do capital financeiro internacionalizado numa situação de crise econômica e grande descontentamento popular. Para o grande capital assegurar a continuidade dos seus lucros fabulosos era necessário adotar medidas drásticas de contenção de despesas orçamentárias, penalizando mais ainda as massas trabalhadoras.

O golpe jurídico-parlamentar de 2016 e suas consequências

Desde o início do segundo governo Dilma Rousseff (2015-16), com os efeitos da crise internacional repercutindo fortemente na economia brasileira, a

⁴⁸ Ibidem; grifos da autora.

presidente procurou aplicar soluções inspiradas no receituário neoliberal, nomeando com tal objetivo, dentre outros, ministros como Joaquim Levy e Katia Abreu para as pastas da Fazenda e da Agricultura respectivamente – personagens reconhecidos pelo seu comprometimento com tais políticas. O insucesso da adoção dessas medidas, voltadas a restringir os direitos trabalhistas e previdenciários dos setores populares, mantendo os benefícios destinados ao agronegócio e a outros grupos empresariais, aliado à inabilidade política da presidente no trato com o Congresso Nacional, facilitaria a desestabilização do seu governo e a realização do *golpe jurídico-parlamentar* deflagrado contra ela, em 2016, de acordo com os ditames do capital financeiro internacionalizado e, antes de tudo, pelos setores ligados ao imperialismo estadunidense. Seguiu-se no Brasil o mesmo modelo de golpe que já fora aplicado em Honduras e no Paraguai. Sob a aparência de *impeachment* democraticamente decretado pelo Congresso Nacional, evitava-se o desgaste dos tradicionais *golpes militares* tantas vezes executados no passado no continente latino-americano.

Ainda em 2014, prevendo a provável eleição de Luiz Inácio Lula da Silva na próxima sucessão presidencial, foi montada com o juiz federal Sérgio Moro, da 13.^a Vara Criminal Federal de Curitiba, a chamada “Operação Lava Jato”, que contou com a colaboração de especialistas estadunidenses no assunto. Efetivamente, com a aproximação da data das eleições presidenciais, previstas para outubro de 2018, a candidatura de Lula passou a contar com a preferência do eleitorado, segundo as pesquisas que iam sendo divulgadas pelas agências especializadas, o que representava para o capital financeiro internacionalizado o risco da volta de governos do PT e das dificuldades que teria que enfrentar para aplicar medidas drásticas de cortes orçamentários atingindo grandes contingentes de trabalhadores brasileiros, inclusive os aposentados. Com o recurso a uma sentença desprovida de provas, Sérgio Moro condenou Lula a mais de doze anos de prisão, mantendo-o encarcerado nas dependências da Polícia Federal em Curitiba. Garantiu-se assim a ausência de sua candidatura no pleito de 2018.

No decurso de uma campanha eleitoral desprovida de nomes expressivos, ou seja, de lideranças representativas de setores importantes da sociedade brasileira, despontou no cenário nacional a candidatura do capitão da reserva do

Exército Jair Bolsonaro, que, se utilizando de um discurso de direita, declaradamente anti-PT, e do apoio público de setores do capital financeiro internacional, como é o caso de Steve Bannon, ex-estrategista de Donald Trump e especialista em desinformação,⁴⁹ conseguiu capitalizar a insatisfação popular com os políticos em geral e com os governos do PT, em particular. Para isso, foi decisiva a campanha de difamação do PT, feita principalmente através da utilização da internet em larga escala.

Na busca de uma saída anti-povo para a grave crise que afeta o Brasil nos últimos anos, o capital financeiro internacionalizado, na falta de uma candidatura mais expressiva, optou por apoiar Jair Bolsonaro. Vale lembrar que seu principal assessor durante a campanha eleitoral, o economista Paulo Guedes, conhecido *chicago-boy*, nomeado ministro da Fazenda do seu governo, é um dos fundadores do Instituto Millenium (Imil), entidade que defende e difunde os valores e os interesses do grande capital.⁵⁰

Se o capital financeiro, em 1933, optou na Alemanha pela entrega do poder a Hitler, hoje, no Brasil, o capital financeiro internacionalizado, sem outra opção, entregou o poder a Bolsonaro, da mesma forma que o fez com Hitler, através de processos eleitorais reveladores da grande insatisfação de numerosos setores sociais. Num país como o Brasil, onde inexiste tradição partidária, isso pôde acontecer sem a existência de partido fascista, sem uniformes fascistas e sem a mística fascista dos anos 1930, sem expansionismo militar declarado e sem racismo explícito. As formas são outras, mais elaboradas, com a utilização em larga escala dos meios fornecidos pela informática, mantendo sempre o discurso anticomunista e propagando a violência contra todos que se opõem aos seus objetivos, inclusive por meio da ação de grupos radicais similares às hordas fascistas dos anos 1930-40.

O *Alto Comando do Exército* – expressão do *poder militar*, cuja permanência está consagrada no Constituição de 1988, conforme advertira Luiz

⁴⁹ Ver, por exemplo, <<https://www.youtube.com/watch?v=B8u64kzj4FQ>>, consulta realizada em 9 out. 2018.

⁵⁰ Ver, por exemplo, <<https://www.infomoney.com.br/mercados/politica/noticia/7109305/quem-e-paulo-guedes-o-ministro-da-fazenda-se-bolsonaro-for-presidente>>, consulta realizada em 9 out. 2018.

Carlos Prestes,⁵¹ diante do fracasso, revelado pelas pesquisas eleitorais, do candidato tucano Geraldo Alckmin, não encontrou outra solução senão emprestar apoio à candidatura de Jair Bolsonaro para presidente da República, reforçando a escolha feita pelos representantes diretos da capital financeiro internacionalizado. As palavras de Bolsonaro, dirigidas ao ex-comandante do Exército, general Villas Boas, durante a cerimônia de transmissão de cargo do Ministério da Defesa, de que o general é “um dos responsáveis” por sua eleição são reveladoras desse comprometimento com o Alto Comando do Exército.⁵²

Diante das atitudes desastradas do presidente Bolsonaro e de vários de seus ministros, evidencia-se o papel destinado pelo *poder militar* ao general Hamilton Mourão, eleito vice-presidente da República. Junto com outros oito generais integrantes do primeiro escalão governista e contando com a presença de 103 militares alocados em diversos cargos dos outros dois escalões mais importantes do governo,⁵³ o general Mourão exerce o papel de moderador junto a Bolsonaro, procurando preservar a permanência e a continuidade do *poder militar* e, por extensão, os interesses do capital financeiro internacionalizado. Reproduzindo a experiência posta em prática durante os anos da ditadura militar, o Alto Comando do Exército⁵⁴ trata de assumir o controle sobre o governo atual. Na medida em que Bolsonaro vai sendo neutralizado pelos generais que o rodeiam, o Alto Comando do Exército se revela a força que efetivamente governa o país e dirige o processo de estabelecimento de um regime de exceção destinado a garantir os interesses do capital financeiro internacionalizado ao qual está crescentemente subordinado.⁵⁵ Tal regime de exceção poderá adquirir o *caráter fascista*, ou seja, de ditadura violenta do capital financeiro internacionalizado, caso a resistência dos setores populares não se mostre suficiente para evitar tal

⁵¹ Ver acima nota n. 47.

⁵² Ver <<https://oglobo.globo.com/brasil/o-senhor-um-dos-responsaveis-por-eu-estar-aqui-diz-bolsonaro-comandante-do-exercito-23341238>>, consulta realizada em 6 mar. 2019.

⁵³ Militarização atinge 2º e 3º escalões do governo Bolsonaro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 3 mar. 2019; ou <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,militarizacao-atinge-2-e-3-escaloes-do-governo-bolsonaro,70002742313>>, consulta realizada em 7 mar. 2019.

⁵⁴ Ver acima nota n. 31.

⁵⁵ Ver, por exemplo, AMADO, Guilherme. Os verdes contra os rosa e azuis. **Época**, 17 mar. 2019. p.26-27. O autor assinala que os generais do Exército, reformados e da ativa, que cercam Bolsonaro desenvolvem uma estratégia de afastar do governo tanto os partidários de Olavo de Carvalho quanto os pastores evangélicos.

desfecho. Como sempre, a correlação das forças de classe em confronto na sociedade será decisiva na definição desse desfecho.

Como no período da ditadura militar, o Alto Comando do Exército pode ser considerado o partido fardado do capital financeiro internacionalizado. O discurso nacionalista dos generais governistas, em grande parte dos casos, é apenas uma cortina de fumaça para encobrir a subordinação crescente aos interesses externos, em particular dos EUA. Nesse sentido é reveladora a designação pelo Exército brasileiro do general de brigada Alcides Valeriano de Faria Júnior para ocupar o cargo de subcomandante de interoperabilidade do Comando Sul dos EUA. Conforme reportagem publicada em *O Estado de S. Paulo*,

O Comando Sul, atualmente chefiado pelo almirante Craig Faller, é uma unidade militar dos Estados Unidos responsável por coordenar os interesses estratégicos do país na América do Sul, na América Central e no Caribe.

“É uma coisa tão insólita, tão inusitada, que eu não me lembro de nenhuma situação semelhante, a não ser em tempo de guerra”, alertou o ex-chanceler Celso Amorim.

A participação do militar brasileiro feita por Faller no Congresso dos EUA é o coroamento do processo de militarização do poder no Brasil e, ao mesmo tempo, da tutela norte-americana sobre o governo Bolsonaro.⁵⁶

Ao examinar o comportamento de grandes grupos empresariais capitalistas, sejam nacionais – associados ao capital externo –, sejam multinacionais, verifica-se seu entusiasmo com a eleição de Jair Bolsonaro. Washington Cinel, dono da empresa de vigilância privada Gocil e gestor internacional do Lide Segurança, declarou em debate recente organizado pelo jornal inglês *Financial Times* e pela revista *Voto*: “Estamos no caminho certo, o Brasil vai viver o melhor momento de sua história. Não tem como não ser.” Outros grandes empresários o acompanharam fazendo declarações semelhantes.⁵⁷ A política de privatizações indiscriminadas proclamada pelo atual governo é uma de suas características mais marcantes.

⁵⁶ Ver ROSA, Fernando. Partido do Exército alia o Brasil ao perdedor no jogo mundial. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 5 mar. 2019.

⁵⁷ AMADO, Guilherme. O presunto e as moscas. **Época**, 25 fev. 2019. p. 26-28.

Contrariamente aos que defendem a tese de que fascismo e liberalismo seriam incompatíveis, de que fascismo e políticas de privatizações de empresas estatais não se coadunariam, recorrendo para tal ao exemplo dos regimes fascistas dos anos 1930-40, é oportuno lembrar que o discurso dos líderes desses regimes não só não excluía a colaboração e a submissão aos monopólios privados, como as proclamava abertamente. Pouco depois da “marcha sobre Roma” e em diversos discursos, Mussolini deixou clara sua posição a respeito:

Trata-se de liberar o Estado de algumas atribuições que não são da sua competência e que cumpre mal... penso que o Estado deve renunciar a suas funções econômicas e em particular às que são exercidas através de monopólios, porque nessa matéria o Estado não é competente... é preciso acabar com o Estado ferroviário, o Estado rodoviário, o Estado segurador...⁵⁸

Também o nazismo na Alemanha, assim que assumiu o poder, declarou estar disposto a “acabar com todas as tentativas de estatização dos últimos anos. As empresas estatais se converterão de novo em empresas privadas”.⁵⁹

Tais exemplos ajudam a compreender que não existe justificativa histórica para negar a possibilidade real de o atual governo enveredar pela via da crescente fascistização diante, de um lado, da insatisfação e da revolta popular com as medidas programadas (reforma da previdência, legislação trabalhista etc.) contrárias aos interesses dos trabalhadores e, de outro lado, da desorganização e da debilidade das forças de oposição e, em particular, das forças de esquerda, ao se revelarem incapazes de levar adiante as transformações profundas que se tornaram necessárias para assegurar a soberania nacional e a garantia dos direitos fundamentais da grande maioria da população brasileira.

Conclusão

Ao adotar o método comparativo na apreciação de três regimes autoritários da História do Brasil republicano nos séculos XX-XXI, partindo do entendimento das

⁵⁸ BRIONES, Alvaro. **Economía y política del fascismo dependiente**. México, Siglo XXI, 1978. p. 278, *apud* GUERIN, Daniel. **Fascismo y gran capital**. España, Ed. Fundamentos, 1973. p.304. (Tradução do espanhol da autora)

⁵⁹ *Le Temps*, 12 fev. 1933, cit. BRIONES, Álvaro. *Ibidem*. p. 279, *apud* GUERIN, Daniel. *Ibidem*. p. 305. (Tradução do espanhol da autora)

diferenças existentes entre os conceitos de *autoritarismo* e *fascismo*, definidos por uma interpretação baseada na teoria marxista e, em particular, nas teses defendidas por Jorge Dimitrov, Antonio Gramsci e Palmiro Togliatti, chegou-se às seguintes conclusões mais importantes:

O Estado Novo (1937-45) foi um regime autoritário que, inspirado nos preceitos da chamada “doutrina Góis”, se caracterizou pelo estabelecimento de uma burocracia civil e militar, cujo empenho principal consistiu na criação de uma indústria de base no país, beneficiando prioritariamente a burguesia industrial brasileira e adotando medidas restritivas ao poderio das oligarquias agrárias, que haviam governado o Brasil durante a Primeira República.

A ditadura militar (1964-85) foi um regime de exceção a serviço dos interesses do capital financeiro internacionalizado, que passou por um processo de fascistização e, a partir da decretação do AI-5 em dezembro de 1968, assumiu o caráter de ditadura terrorista do capital financeiro internacionalizado – uma ditadura fascista. O Alto Comando do Exército passou a exercer o controle do poder político adotando medidas repressoras de caráter fascista e garantindo os interesses do capital financeiro internacionalizado enquanto isso lhe foi necessário. Cumprida essa função, com o desgaste da ditadura e as mudanças no cenário internacional, deu-se no país a transição pactuada para um regime de democracia restrita.

O regime atual (a partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016) resultou de uma nova ofensiva do capital financeiro internacionalizado frente às consequências da crise que afetou a economia capitalista mundial a partir de 2008 e à incapacidade dos governos do PT de enfrentá-la seja atendendo aos interesses do capital seja na defesa dos anseios populares. Com a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da República, o Alto Comando do Exército – expressão do *poder militar* consagrado na Constituição de 1988 - volta a assumir o protagonismo que tivera durante a ditadura militar. A evolução do atual regime de exceção que vem sendo implantado no país aponta para tendências que indicam a possibilidade de sua transformação em ditadura fascista. A derrota dessa alternativa dependerá da capacidade de resistência da maioria da nação e principalmente do nível de organização, de mobilização e de consciência da classe operária e dos

trabalhadores do país. Sem a mobilização de amplas massas populares não se impedirá o avanço da fascistização da Nação.

Referências bibliográficas

- AYCOBERRY, Pierre. **La question nazie**. Paris: Éditions du Seuil, 1979.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. São Paulo: Unesp, 2010.
- BRIONES, Alvaro. **Economía y política del fascismo dependiente**. México, Siglo XXI, 1978.
- CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- DIMITROV, Jorge. La ofensiva del fascismo y las tareas de la Internacional Comunista en la lucha por la unidad de la clase obrera, contra el fascismo. *In*: ___. **El frente único y popular**. Sofia [Bulgária]: Sofia-Press, 1969. p. 116-197.
- ___. El frente único y la reaccion burguesa. *In*: ___. **El frente único y popular**. Ibidem. p. 10-13.
- DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930 - 1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- ___. O Estado Novo: estrutura de poder. Relações de classe. *In*: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. T. 3, V. 3. São Paulo: Difel, 1981. p. 77-120.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FREIXINHO, Nilton. **Instituições em crise: Dutra e Góes Monteiro, duas vidas paralelas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HANDAL, Schafik Jorge. El fascismo en América Latina. **América Latina**, Moscú, n. 4, Ed. Progreso, p. 121- 146, 1976.
- LENIN, V. I. El imperialismo, fase superior del capitalismo. Esboço popular. *In*: ___. **Obras escogidas en tres tomos**. T. 1. Moscú: Progreso, 1961. p.689-798.

- MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MONTEIRO, Góes (Gal.). **A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército** (Esboço histórico). Rio de Janeiro: Andersen, s.d.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2014.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- PRESTES, Anita Leocadia. **Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?** 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- _____. **Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro.** São Paulo, Boitempo, 2015.
- SANTOS, Theotônio dos. O modelo econômico da ditadura militar. *In:* MUNTEAL, O., VENTAPENE, J., FREIXO, A. (Orgs.). **O Brasil de João Goulart: um projeto de nação.** Rio de Janeiro: PUC-RJ; Contraponto, 2006. p. 175-200.
- TAVARES, Flávio. **1964: o golpe.** Porto Alegre: L&PM, 2014.
- TOGLIATTI, Palmiro. Le fascisme italien – huit leçons. **Recherches Internationales**, Paris, n. 68, 3º trimestre 1971. p. 27-28.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIAS:

Anita Leocadia Prestes

Programa de Pós-Graduação em História Comparada - PPGHC Largo de São Francisco de Paula, n. 1, sala 311, Centro, Rio de Janeiro-RJ.

CEP 20051-070.

Recebido: 21/03/2019
Aprovado: 15/05/2019

AMÉRICA LATINA EMARANHADA: DA HISTÓRIA COMPARADA AO CONCEITO DE ENTANGLEMENT¹

María Verónica Secreto²
Universidade Federal Fluminense

Resumo: O artigo analisa o conceito de entrelaçamento, emprestado da física quântica e utilizado pela arqueologia e pela história. O termo nos remete à indissociabilidade das partículas e, portanto, metáfora de processos de transculturação. Ele é empregado para descrever alguns processos históricos de 'globalidade' que envolveram contatos interculturais prolongados. Apesar da enunciada novidade em torno de seu uso nas ciências sociais, buscamos evidenciar como, com outras nomenclaturas, os processos analisados com esse instrumento já foram interpretados a partir de um conjunto complexo de conceitos dentro da tradição intelectual latino-americana, muito antes de que fosse enunciado o "giro hemisférico".

O artigo se compõe de três momentos: em um primeiro, expõe-se o conceito de entrelaçamento e seu potencial epistêmico em conjunto, ou em paralelo a outros como rizoma e fractal. Posteriormente são apresentadas algumas apropriações na arqueologia e na história dos contatos decorrentes de expansões coloniais. Por último, analisa-se a emergência da América Latina como objeto de estudos históricos e de propostas comparativas.

Palavras-chave: História; Entrelaçamento; Globalidade, América Latina.

LATIN AMERICA TANGLED: FROM COMPARATIVE HISTORY TO THE CONCEPT OF ENTANGLEMENT

Abstract: The article works with the concept of entanglement, taken from quantum physics and used by archeology and history. The concept refers to the inseparability of the particles and therefore is a metaphor for transculturation processes. It is employed to describe some global historical processes that involve prolonged contacts between cultures. I seek to show how, with other nomenclatures, the processes analyzed under this concept have already been interpreted using a plethora of concepts from the Latin American intellectual tradition.

Three moments make up the article. In the first one, the concept of entanglement and its epistemic potential is exposed along with others such as rhizome and fractal. Later we expose some appropriations of the concept of entanglement linked to experiences of colonial expansion. Finally, the emergence of Latin America is analyzed as an object of comparative historical studies.

Keywords: History; Entanglement; Globality; Latin American.

"Eh bien! il a fallu un coup de scalpel pour nous séparer; ce qui fait que, tout éloignés que nous sommes maintenant, nous avons toujours un même corps, de sorte que l' impression, soit physique, soit morale, que l'un de nous deux éprouve a son contre-coup sur l' autre."

Alexandre Dumas, *Les Frères Corses*. Paris: Calmann Lévy, Éditeur.

¹ Uma primeira versão deste artigo foi lida por Giselle Venancio, Viviana Gelado, Adriene Tacla e Leonardo Marques. Uma segunda versão, mas próxima desta publicada, foi lida por Karen de Sousa. Sou grata a todos eles pelos comentários e por tornar o exercício de escrita menos solitário. Agradeço também o apoio da FAPERJ e do CNPQ.

² E-mail: mvsecreto@yahoo.com.

“Los entes entrelazados (partículas y fotones) están unidos entre sí porque fueron producidos por algún proceso que los ligó de una manera especial” (Amir Aczel, *Entrelazamiento: el mayor misterio de la física*, 2009)

Por regla general, el 'descubrimiento' de sitios como el lago Tanganika requería que el interesado se trasladase a la región y preguntara a los lugareños si en la zona había grandes lagos u otros accidentes geográficos similares, luego de lo cual los contrataba para que lo llevaran. Entonces, con la guía y el apoyo de los habitantes del lugar, el explorador procedía a descubrir lo que aquellos ya conocían", Mary Pratt, *Ojos Imperiales*, 1997.

Entrelaçamento: conceito e metáfora

Nas ciências sociais e humanas utilizamos com frequência conceitos e termos emprestados da física: sinergia, precipitação, pressão, propagação, potência, entropia, homogêneo, heterogêneo, conexão, indução etc. Nós os utilizamos como conceitos e muitas vezes como metáforas, entendendo que os fenômenos humanos têm comportamentos análogos aos físicos. Mas não somente a física tem realizado esses empréstimos. A botânica emprestou para a filosofia o conceito de rizoma. Deleuze e Guattari utilizaram rizoma - uma raiz que tem um crescimento diferenciado, polimorfo, que cresce horizontalmente, que não tem uma direção clara e definida, sem princípio, meio e fim - para tratarem de sistemas epistemológicos onde não há proposições ou afirmações mais fundamentais do que outras. “O rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. São os decalques que é preciso referir aos mapas e não o inverso.”³

Também a geometria fractal tem cedido suas conceitualizações. Um fractal é um objeto geométrico cujas partes, quando dividido, são semelhantes ao objeto original. A teoria dos fractais tem influenciado as abordagens ficcionais, ensaísticas e historiográficas. A característica básica do fractal como descrito é a autossemelhança, de modo que o fragmento reproduz a imagem do todo. Os exemplos mais comuns das formas fractais dentro do mundo da natureza são os

³ DELEUZE, G. GUATTARI, F. **Mil platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1, São Paulo: Editora 34, 1995. p. 32-33.

flocos de neve, as raízes, brócolis, vasos sanguíneos, fiordes etc.⁴ Mas estes pertencem à segunda forma de modelo de fractal num sistema epistemológico que reconhece três tipos de autosemelhança: exata, aproximada e aleatória.

Então, se os fractais exatos são abstrações ideais, arquétipos platônicos, e os fractais aproximados respondem a objetivos e fenômenos concretos da natureza, os fractais aleatórios constituem o modelo geométrico e dinâmico mais apto para descrever os processos de conduta: biográfica, histórica, social, cultural e por certo, intertextual.⁵

Nesses últimos, como em alguns fenômenos sociais, a diminuição da escala de observação parece não alterar a morfologia do observado. É desta forma, por exemplo, que Gilroy define seu Atlântico Negro como de estrutura rizomórfica e fractal de formação transnacional e internacional.⁶ Como tal operação de análise requer certo grau de abstração e de “deformação” do real, no Atlântico de Gilroy as unidades observadas são isoladas de seus contextos. Os colonos europeus aparecem como os agentes de uma tríplice empresa: a de escravizar africanos, assassinar índios e subjugar asiáticos.⁷ Dessa forma, a América fica esvaziada de seus povos originários para ser o cenário do drama euro-africano. O recorte “insular” envolve a descontextualização metódica.

Atentos aos ensinamentos de Antonio Cornejo Polar andaremos entre metáforas e alegorias, cientes de que “No hace mucho Fernández Retamar alertó contra los peligros implícitos en la utilización de categorías provenientes de otros ámbitos a los campos culturales y literarios.” O empréstimo metafórico e/o metonímico poderia confundir mais do que esclarecer.⁸ Mas num mundo em transformação os cientistas sociais defrontados com unidades de observação interconectadas espaço-temporalmente buscam conceitos/metáforas capazes de dar conta de uma nova agenda de mega-cronos e mega-topos.

⁴ GADDIS, John Lewis. **El paisaje de la historia**. Como los historiadores representan el pasado. Barcelona: Anagrama, 2002.

⁵ CAMAYD-FREIXAS, Erik. El fractal de Mandelbrot. Del travestismo al Caos: Fuentes del nuevo realismo aleatorio de Antonio Benítez Rojo, ‘Mujer en traje de batalla’, **Caribe: revista de cultura y literatura**, Michigan, v. 10, n. 1, p. 4-48, 2007.

⁶ GILROY, Paul. **O Atlântico Negro, modernidade e dupla consciência**, Rio de Janeiro: UCAM, Editora 34, 2002. p. 38.

⁷ Ibidem. p. 35

⁸ CORNEJO POLAR, Antonio. Mestizaje e hibridez: los riesgos de las metáforas. Apuntes. **Revista Iberoamericana**, Pittsburg, v. 67, n. 200, p. 867-70, 2002. p. 867.

Dos empréstimos entre ciências, queremos destacar o conceito de entrelaçamento,⁹ que, embora tenha sido utilizado sobretudo para explicar e entender alguns episódios da expansão europeia, ainda é pouco difundido entre nós, historiadores sul-americanos.

Diz o matemático Amir Aczel que um princípio de incerteza reina na mecânica quântica, em que a maioria das coisas não se enxergam, sentem ou conhecem com precisão senão através de uma névoa de probabilidades e do acaso.¹⁰ E embora toda a mecânica quântica escape às regras do comportamento que nos são familiares, o fenômeno mais surpreendente nesse estranho mundo do quântico é o chamado entrelaçamento: duas partículas que podem estar distantes entre si, inclusive a milhões de quilômetros, mas estão misteriosamente ligadas uma com a outra, qualquer coisa que ocorra a uma delas causa imediatamente uma mudança na outra.¹¹

O entrelaçamento é um princípio de superposição que envolve duas ou mais partículas consideradas como um sistema. Nesse caso a separação inexistente, as duas partículas distanciadas por quilômetros ou anos-luz podem comportar-se de forma combinada. Ulpiano Bezerra ao refletir sobre a identidade da arqueologia brasileira salienta que “hoje em dia cada vez mais o termo inglês *“entanglement”* (emaranhamento) é usado para caracterizar as relações entre humanos e objetos materiais, seus sistemas, instituições, ambientes, contextos, situações, circuitos”.¹² Porém o conceito de emaranhamento ou “entrelaçamento” quântico, como o descrito até aqui, ainda não é o que se utiliza de forma recorrente nas ciências sociais, senão em parte. Nos usos do conceito umas vezes se prioriza a inseparabilidade das “partículas”, outras o carácter sistêmico dos fenômenos observados, e outras ainda, simplesmente a “metáfora têxtil”. Mas, apesar de não haver homogeneidade no uso, sua adoção responde em grande medida à

⁹ Na física se utilizam indistintamente emaranhamento e entrelaçamento quântico para definir o mesmo fenômeno. Neste artigo optamos por entrelaçamento. Ambos termos se referem, por sua vez, a metáforas têxteis. O emaranhado pode ter uma origem accidental enquanto o entrelaçamento não necessariamente. Há algo de fatalidade na ideia de emaranhamento, pelo qual não abriremos totalmente mão de sua utilização quando queiramos salientar esse sentido.

¹⁰ ACZEL, Amir. **Entrelazamiento: el mayor misterio de la física**. Barcelona: Crítica, 2009.

¹¹ Ibidem. p. 13.

¹² BEZERRA, Ulpiano. A identidade da arqueologia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 19-23, 2015. p. 22.

insatisfação das conceitualizações precedentes (aculturação, mestiçagem, dialética, heterogeneidade, hibridez) para dar conta de fenômenos de encontro e superposição entre culturas e práticas de sociedades diferentes.

A utilização do conceito de entrelaçamento na arqueologia e na história guarda matizes diferentes. Sobretudo porque a história, salvo a história ambiental, não tem abordado as condições materiais de existência que poderia aproximá-lo metodológica e teoricamente da arqueologia – apesar de, nos últimos tempos, existir dentro das ciências sociais e humanas um retorno às “coisas” depois de um período focado largamente nas representações. Aceita-se que a existência humana e a vida social dependem de coisas materiais e que os seres humanos estão entrelaçados com elas porque humanos e coisas são produzidos de forma relacional.¹³

Ian Hodder, arqueólogo inglês, precursor da teoria pós-processual, constrói uma descrição das formas em que os seres humanos e as coisas estão entrelaçados, envolvidos mutuamente e dependentes. Essa perspectiva é a mais próxima do entrelaçamento quântico, com ênfase na inseparabilidade das partículas e a mútua dependência entre elas. Adverte o autor que com isto não pretende reintroduzir um materialismo, um determinismo ambiental ou um imperativo ecológico. Argumenta que o motor das transformações na sociedade não está nos fatos materiais da existência, mas na dependência entre os seres humanos e as coisas.¹⁴

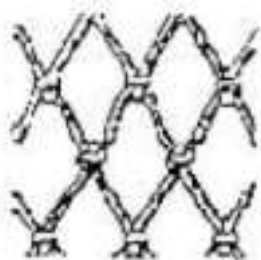
Como o próprio Hodder nos chama a atenção, a teoria do emaranhamento desenvolvida por ele recebeu críticas. Susan Pollock *et al* caracterizam a arqueologia de Hodder como o Angelus Novus de Walter Benjamin: entra no passado de costas sem se dar conta do passado e percebendo os destroços do futuro.¹⁵ Para esses autores, os exemplos escolhidos minimizam os papéis desempenhados pelas relações entre pessoas. As críticas se levantam contra a preponderância das coisas e a coisificação ou objetivação das pessoas.

¹³ HODDER, Ian. **Studies in human-things Entanglement**. S/l, Edição do autor, 2016. p. 13

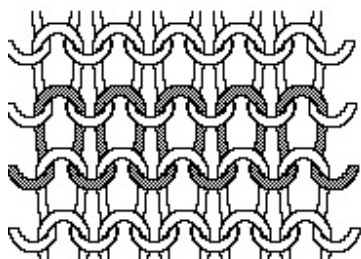
¹⁴ HODDER, Ian. **Entangled**. An Archaeology of the Relationships between Humans and Things. Malden: Wiley-Blackwell, 2012. p. 94.

¹⁵ POLLOCK, Susan, et al. Entangled Discussions: Talking with Ian Hodder About His Book Entangled. **Forum Kritische Archäologie**, v. 3, p. 151-61, 2014. p. 161.

Isso nos leva à proposta de Ingold, também no campo da arqueologia, sobre a adoção do conceito de coisa no lugar do de objeto. O homem se relaciona com coisas, incluindo nestas o meio ambiente, e não com objetos: “quero insistir que o mundo em que habitamos é composto não por objetos, mais por coisas.” Ingold focaliza sua análise nos processos vitais: “quanto mais os teóricos falam sobre agência, menos eles parecem ter a dizer sobre a vida”. Esse foco nos processos vitais exige que nos concentremos nos fluxos de materiais, e não em sua forma. Ingold nos chama a atenção para a malha que envolve coisas, pessoas e forças; no lugar da rede, lembrando que o atributo definidor dessa última é a conectividade entre nódulos preexistentes. Agrega que a vida, para Deleuze e Guattari, “se desenrola ao longo de linhas e fios e essas linhas não conectam. Os pontos não são conectados, mas colocados de lado e tornados indiscerníveis pela corrente à medida que ela se arrasta através deles.”¹⁶



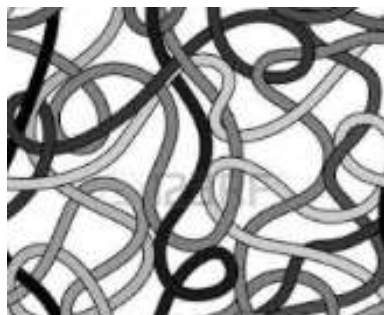
Rede: seu atributo principal é a conectividade entre nódulos.



Malha: literalmente uma malha é uma sucessão de enlaces. Mais densa que a rede, tem mais pontos de contato e de fricção. Sugere que o fluxo contínuo de

¹⁶ INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012. p. 27.

relações forma as coisas conectadas. Expressa um contínuo interdependente, sistêmico.



Emaranhado: entrelaçamentos sem ordem prévia, realizado em vários sentidos. Por sua própria formação, não é possível determinar as propriedades de cada uma das partículas (linhas) entrelaçadas, somente do sistema global.

Entrelaçamentos nas historiografias coloniais

Na historiografia é possível encontrar diferentes experiências de escrita de histórias entrelaçadas. Os processos de encontro intelectual e de circulação de ideias são os que reúnem o maior número de abordagens como proposto por Manjapra em *Age of Entanglement: German and Indian Intellectuals across Empire* (2014). Manjapra afirma que o conceito de “emaranhamento” é especialmente oportuno para entender o caráter distintivo do período de 1880 a 1945. O mesmo permite captar a multiplicidade de fronteiras e reivindicação de diferenças;¹⁷ embora pareça ser o caráter (trans)nacional a característica mais marcada na análise dos cruzamentos imperiais.

Os estudos culturais, seja no campo da literatura, da antropologia ou da história, adotaram o conceito de entrelaçamento para definir mútuas influências, conexões, hibridismos e mestiçagens culturais.¹⁸ Dois exemplos distintos, do ponto de vista dos espaços geográficos que envolvem, mas próximos metodologicamente, servirão para nos aproximar das tendências da história entrelaçada: *Age of*

¹⁷ MANJAPRA, Kris. **Age of Entanglement: German and Indian Intellectuals across Empire**. Cambridge: Harvard University Press, 2014. p. 2.

¹⁸ GARCIA CANCLINI, Nestor. **Culturas Híbridas**. Estrategias para entrar y salir de la modernidad. Buenos Aires: Paidós, 2001.

*Entanglement: German and Indian Intellectuals across Empire*¹⁹ e *Entangled histories: the transcultural past of Northeast China*.²⁰

As perspectivas deste último livro se inscrevem dentro daquilo que Cañizares-Esguerra define como entrelaçamento de fronteiras.

The interactions of peoples from different nationalities, ethnicities and cultures were both dynamic and complex and semi-colonial experiences affected the people's living conditions their status and power relations. Transcultural negotiations between all the different population groups and across all kinds of border are the topic of this book. [Transculturality is] a methodological approach that focuses on border crossings" crossings processes of exchange and entanglements between different population groups and various cultural spaces.²¹

Os autores centraram as abordagens em questões transculturais na Manchúria durante a primeira metade do século XX. As três províncias do Nordeste da China estavam integradas por pessoas com diferentes nacionalidades, etnias e culturas, com interações dinâmicas e complexas. Como dizem os organizadores da coletânea, os capítulos abordam histórias enredadas da administração, economia, ideias, ideologias, cultura, meios de comunicação e vida quotidiana.

A perspectiva de *Age of Entanglement: German and Indian Intellectuals across Empire* é semelhante, embora não idêntica. Segundo seu autor, durante a década de 1880 à Segunda Guerra Mundial, os processos históricos da Alemanha estavam entrelaçados com a Ásia. As relações entre Alemanha e Índia visavam destruir o *status quo* geopolítico do século XIX. Em suas primeiras linhas, o livro faz referência a uma época em que o nacionalismo alemão desafiava a ideia de Europa, assim como o nacionalismo anticolonial indiano desafiava a ideia de Império. Embora diferentes do ponto de vista do potencial de poder, alemães e indianos, em colaboração, tentaram destruir a ordem mundial do século XIX, a ordem mundial liderada pelo poder britânico. Trata-se de um estudo da história intelectual transnacional com destaque para a reflexão sobre o sistema de conhecimento e seus mecanismos de hegemonia.

¹⁹ MANJAPRA, Kris. Op. Cit.

²⁰ CANAAN, Dan Ben; GRUNER, F.; PRODOHL, I. **Entangled histories**: The Trancultural past of Northeast China. New York: Springer, 2014.

²¹ Ibidem. p. 3

Há alguns anos, Serge Gruzinski propôs estudar uma série de relações entre a monarquia espanhola e portuguesa no que chamou de “mundos misturados” das monarquias católicas. A proposta era exumar ligações históricas, explorar as *connected histories* que permitissem aproximar-se das histórias múltiplas. Norteiam sua indagação perguntas como:

Como explicar que as obras castelhanas do inca Garcilaso de la Vega e do romancista Mateo Alemán tenham sido publicadas em Lisboa? Por que o jesuíta navarrês José de Anchieta compunha autos bilíngues, em castelhano e português, para as pequenas cidades da Terra de Santa Cruz?²²

Mas a perspectiva de Gruzinski está limitada por uma percepção da mistura expressada em experiências como a de Salvador de Sá (1602-1686), que em si reunia as qualidades de um “sujeito trans” - governador do Rio de Janeiro, *encomendero* no vice-reino do Peru, neto do governador de Cádiz, esposo da sobrinha do vice-rei do México e do Peru. Viveu nas possessões espanholas e reconquistou Angola. Gruzinski analisa administrações misturadas, dentro de uma extensa tradição que remonta ao trabalho inaugural de Alice Canabrava, qual seja, a de estudar as relações e conexões em contextos institucionais amalgamados. É o caso da chamada União Ibérica. Em 1942, Canabrava defendeu seu doutorado com a tese *O comércio português no Rio da Prata, 1580-1640*.²³ Tomando como ponto de partida a união das duas coroas, Canabrava analisou a penetração comercial portuguesa no Rio da Prata. Sua pesquisa assinalou alguns dos processos que marcaram a sociedade platina com características próprias, diferente de outras partes de Hispano-américa, como a vocação comercial de Buenos Aires e a presença portuguesa nessa atividade. Gruzinski dirá que, enquanto os historiadores costumam preocupar-se em inventar e construir novos objetos definindo territórios e cronologias, a Monarquia católica forma uma realidade preexistente no espaço e no tempo. Podemos agregar: da mesma forma que os Impérios e existiram outras unidades políticas extensas através da história.

²² GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*, **Topoi**, v. 2, n. 2, p. 175-95, mar. 2001.

²³ CANABRAVA, Alice Pfiffer. **O Comércio Português no Rio da Prata, 1580-1640**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1944.

Entrelaçamentos hemisféricos: da história comparada à história entrelaçada

a) A construção de um espaço

Uma das áreas em que as abordagens “inclusivas” estão presentes - dito genericamente análises de espaços e temporalidades alargadas - é a de história das Américas. Em 1932, Herbert Eugene Bolton (1880-1953), na inauguração do Congresso Anual da Sociedade de História Americana, expôs a ideia de que havia uma unidade fundamental que justificava o estudo do hemisfério em seu conjunto.²⁴ Ele baseou sua hipótese em fatores econômicos, afirmando inclusive que havia uma unidade entre a América anglo-saxônica e a América Latina, existindo apenas uma diferença de grau de progresso. A partir de 1946 o Instituto Pan-Americano de Geografia e História elaborou um programa de História da América:

Arthur Preston Whitaker e Silvio Zavala, coordenadores do trabalho, colocaram duas premissas a serem debatidas: a visão de conjunto do hemisfério baseada na história comparada, buscando semelhanças e dessemelhanças ou no pressuposto de uma unidade essencial da América.²⁵

É de destacar o continuísmo a respeito da doutrina Monroe na obra de Whitaker, claramente plasmado na elaboração de *The Western Hemisphere Ideia*.²⁶

Embora a ideia de América Latina, como uma unidade plausível de ser estudada em seu conjunto, não estivesse amplamente difundida antes das décadas de 30 e 40, algumas exceções são suficientemente significativas para que possamos falar de História Comparada da América Latina com anterioridade a essa difusão e à do texto/manifesto sobre história comparada de Marc Bloch, cuja primeira edição foi em 1928,²⁷ e da proposta Zavala/Whitaker. Consideramos como obra inaugural dessa perspectiva histórica a de Manoel de Oliveira Lima, que comparou

²⁴ MAGNAGHI, Russell. **Herbert E. Bolton and the Historiography of the Americas**. Greenwood Press, Connecticut, 1998.

²⁵ LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. **América Latina contemporânea: modernização, desenvolvimento, dependência**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. p. 7.

²⁶ WHITAKER, Arthur P. **The Western Hemisphere Ideia**. Its Rise and Decline. Ithaca: Cornell University, 1954.

²⁷ BLOCH, Marc. Por una história comparada de las sociedades europeas. In: _____. **Una Historia viva**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992. p. 63-82.

a evolução histórica do Brasil (América portuguesa) com a da América Espanhola e Inglesa em uma série de conferências dadas nos Estados Unidos em 1912, publicadas em 1914. Essa primeira obra eminentemente comparativa de Oliveira Lima representa a confluência de duas intencionalidades: a norte-americana, de apreender uma realidade escorregadia – por diversa – como a latino-americana, e a do intelectual latino-americano – neste caso brasileiro –, de explicar e fazer inteligível essa realidade complexa e de alguma forma um pouco “excêntrica” para um brasileiro de início do século XX, qual seja, a de incluir o Brasil dentro da América Latina.²⁸ A história comparada da América Latina constitui-se com suas funções explicativa e interpretativa, como qualquer outra história comparada, e com um forte componente pedagógico/político: outorgar “dignidades” iguais às unidades de análise.

A recepção favorável que teve a história comparada na historiografia latino-americanista dos Estados Unidos se deveu em grande medida a que essa perspectiva veio remediar a dificuldade de apreender as especificidades de um objeto repleto de peculiaridades e, portanto, dificilmente apreensível a partir da heterogeneidade. Braudel chegou a se perguntar se a expressão mesma de América Latina não seria estrangeira e observou que a quase totalidade das obras que mencionam no título “América Latina” são em geral escritas no estrangeiro e por estrangeiros.²⁹

Outra dimensão do interesse norte-americano pela história latino-americana pode ser evidenciado através da produção dos latino-americanistas e dos brasilianistas, considerando o brasilianismo como “um fenômeno claramente datado dos anos 60 e 70 quando o interesse norte-americano pelo Brasil se traduzia em generosos financiamentos para pesquisa”.³⁰ Pontes salienta o impacto que no âmbito norte-americano teria a criação, durante a década de 1960, de

²⁸ LIMA, Manoel de Oliveira **The evolution of Brazil compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America**. California: Stanford University, 1914.

²⁹ BRAUDEL, Fernand. **Annales d'histoire Sociale**, v. 1-3, 1939-41 Réimprimé avec l'autorisation de l'association Marc Bloch, Johnson Reprint Corporation, New York – London, 1972; BRAUDEL, Fernand. **Handbook of Latin America Studies. A Guide to the Material Published** in 1936 on Anthropology, Art, Economics, Education, Folklore, Geography, Government, History, International Relations, Law, Language and Literatura. Cambridge: Harvard University Press, 1937.

³⁰ MASSI, Fernanda Peixoto. Brasilianismo, 'brasilianist' e discursos brasileiros. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 29-44, 1990.

centros de pós-graduação voltados para estudos latino-americanos como os de Wisconsin, Yale, Columbia, City University de New York, Vanberbilt, Berkeley, Stanford, Austin, entre outros. No mesmo sentido indica a criação da LASA (Latin American Studies Assciation) em 1965 e os financiamentos à pesquisa da fundação Ford.³¹ Como resultado desses e de outros empreendimentos nas décadas de 1960 e 1970 houve várias iniciativas comparativas. Ademais dessa demanda dos departamentos de estudos americanos nos Estados Unidos, houve uma busca pela comparação na própria América Latina. A partir da década de 1960, a expressão América Latina seria incorporada no vocabulário da região. Para essa adoção foi importante a criação em 1948 da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL,) e a difusão de uma agenda comum em torno à natureza da formação econômica do subcontinente.

Se bem que unidade hemisférica do ponto de vista da pesquisa acadêmica teve uma trajetória crítica desde sua enunciação em 1932, Bauer afirma que desde 2000 assistimos a uma verdadeira explosão de atividades acadêmicas hemisféricas: livros, números especiais em revistas, seminários, antologias literárias e programas de estudo refletem essa preocupação. Essa “explosão” dos estudos hemisféricos na área dos estudos culturais levou alguns especialistas a falarem em “giro hemisférico” ou giro transnacional.³²

Nesse contexto, encontramos algumas iniciativas como a de Jorge Cañizares-Esguerra, que propõe entender as histórias da América espanhola e britânica como um todo entrelaçado. Parece-lhe fútil estudar fenômenos históricos transatlânticos, hemisféricos e transnacionais dentro dos limites das narrativas nacionais. Propõe ir além das áreas de fronteiras “tradicionalmente” abordadas, percebendo-as como áreas de entrelaçamentos³³ ou zonas de contato como definidas por Mary Louise Pratt: espaços de encontros coloniais em que pessoas com geografias e histórias diferentes entram em contato e estabelecem relações

³¹ PONTES, Heloísa A. Brasil com “z”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 45-65, 1990.

³² BAUER, Ralph. Hemispheric Studies. **PMLA, Modern Language Association**, v. 124, n. 1, p. 234-50, 2009. p. 235-6.

³³ CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. Histórias emaranhadas: Historiografias de fronteira em novas roupagens? In: FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. (Org.) **História da América: historiografia e interpretações**. UFOP, 2012. p. 14-39. p. 17.

duráveis nas quais predominam a coerção e inequidade.³⁴ Em Cañizares-Esguerra encontramos a abordagem mais frequente na adoção do conceito *entanglement* no campo da história, em diálogo com outros conceitos como os de *Histoire Connectée*³⁵ e *Transnational History*.

Dietler³⁶ tinha chamado a atenção para todas as situações de contato: a compreensão do colonialismo como um processo de emaranhamento altamente aleatório em que as assimetrias de poder podem gerar situações inesperadas. Parte da noção de que os processos coloniais envolvem intercâmbios que podem ser variáveis de um contexto que inclui ações como comércio, guerra, atividades missionárias, invasões etc., que por sua vez implicam em consequências não intencionais tanto para os povos indígenas quanto para os colonos alienígenas. Ambas as partes acabam se tornando algo diferente do que eram por causa desses processos de emaranhamento e seus desdobramentos não intencionais.³⁷ Seguindo uma linha semelhante Tacla³⁸ analisa, a partir da pesquisa empírica sobre a estatuária celta da Provença na Idade de Ferro, os emaranhados materiais de sua produção, salientando a maior adequação dessa interpretação que a de helenização, tão sobrecarregada de assimetrias quando não de simples superioridade helênica. Assim, entrelaçamento ou emaranhamentos são inscritos dentro das interpretações decoloniais.³⁹ Entre outros conceitos que frequentemente são utilizados nos estudos pós-coloniais como hibridação, criolização e mestiçagem Dietler faz uma escolha conceitual por *entanglement*, inclusive considera a noção de conectividade mais apropriada para fins descritivos que para fins teóricos.

Mas nós não podemos abraçar essa conclusão sem testar brevemente a eficácia de outros conceitos para as Américas.

³⁴ PRATT, Mary Louise. **Ojos Imperiales**. Literatura de viaje y transculturación. Bernal: UNQ, 1997

³⁵ SUBRAHMANYAM, Sanjay, Par-delà l'incommensurabilité: pour une histoire connectée des empires aux temps modernes, **RHMC**, v. 54bis, n. 5, p. 34-54, 2007.

³⁶ DIETLER, Michael. **Archaeologies of Colonialism: Consumption, Entanglement, and Violence in Ancient Mediterranean France**. Berkeley: University of California, 2010.

³⁷ Ibidem. p. 54.

³⁸ TACLA, Adriene. B. Construindo Identidades no Sul da França. In: VASQUES, M. S.; BAPTISTA, L. V.. (Orgs.). **Identidade no Mundo Antigo: pesquisa, diálogos e apropriações**. Curitiba: Prismas, 2017. p. 57-85.

³⁹ Ibidem.

b) A construção das relações

Alexandre Dumas tinha imaginado uma relação entrelaçada entre pessoas. Em *Os irmãos Corsos* (1844), o princípio de inseparabilidade era resultado de uma origem comum, aquela de ter formado parte do mesmo corpo, como explica Lucien ao viajante na epígrafe deste artigo. Ele e Louis, seu irmão, tinham formado parte do mesmo corpo, unidos por um dos lados ao nascer e separados com ajuda de um bisturi. O que leva Lucien a concluir que, tendo tido o mesmo corpo, teriam sempre o mesmo corpo. Assim, quando um sentia alguma dor física ou moral, o outro também a sentia, sem importar a distância que os separasse. A inseparabilidade em Dumas está vinculada à origem comum dos corpos e, a partir daí, das experiências sensíveis.⁴⁰

Buscando um exemplo do discurso migrante, Cornejo Polar encontra em *Os rios profundos*, do escritor peruano José María Arguedas, a seguinte passagem na qual Ernesto, protagonista do romance, diz em frente aos muros incaicos de Cuzco:

Me acordé, entonces, de las canciones quechuas que repiten una frase poética constante: "yawar mayu", río de sangre; "yawar unu", agua sangrienta; "puk'tik yawar k'ocha", lago de sangre que hierve; "yawar wek'e", lágrimas de sangre. ¿Acaso no podría decirse "yawar rumi", piedra de sangre, o "puk'tik yawar rumi", piedra de sangre hirviente? Era estático el muro, pero hervía por todas sus líneas y la superficie era cambiante, como la de los ríos en el verano, que tienen una cima así, hacia el centro del caudal que es la zona temible, la más poderosa.⁴¹

O trecho selecionado serve para que Cornejo Polar possa refletir sobre o discurso migrante. Das inferências de Ernesto o autor conclui que ele exprime duas experiências, uma do passado e outra do presente; atualiza dois idiomas, o quéchua e o espanhol; duas tecnologias comunicativas, a oral e a escrita; dois gêneros, a canção e a novela e exercita dois sistemas culturais.⁴² Ernesto diante dos muros de Cuzco exprime sem sintetizar - porque condensa e comprime séculos, culturas e experiências- as possibilidades de relações entre o humano e o não-humano na densidade do tempo.

⁴⁰ DUMAS, Alexandre. **Les Frères Corses**. Paris: Calmann Lévy, Éditeur, 1844.

⁴¹ CORNEJO POLAR, Antonio. Una heterogeneidad no dialéctica: sujetos y discurso migrantes en el Perú moderno. **Revista Iberoamericana**, v. 72, n. 176-177, p. 837-44, 1996.

⁴² Ibidem.

Crítico do conceito de mestiçagem, Cornejo Polar é um dos pensadores mais sutis para a reflexão sobre a heterogeneidade cultural. O ponto de partida dele não é nenhum ponto fixo, estável, definido. Todo e todos nele estão em movimento, mutando, em transformação.

Há em algumas das abordagens, como esta última, a percepção de que o “entrelaçamento” se produz de forma diacrônica e sincrônica simultaneamente. Nesse sentido, o conceito de rugosidade do geógrafo Milton Santos contempla a diversidade que quer ser apreendida. Para Santos, formas passadas condicionam as ações, representações e produção de formas presentes e futuras. Trata-se de uma inércia dinâmica que permite que o passado fique presente. As rugosidades são heranças morfológicas de caráter sóciogeográfico. Esta ideia de rugosidade também permite a dissociação entre forma e conteúdo, já que as “velhas formas” podem suscitar novas funções.⁴³ Diante dos muros do que foi Cuzco, Ernesto atualiza a canção quéchua, sua experiência migrante aviva o passado, e o passado líquido de rios, águas e lágrimas de sangue se solidifica na pedra. Forma e matéria também são atualizadas.

Se na literatura, na arqueologia e na geografia é possível encontrar uma reflexão sobre a “natureza” das coisas, e das relações do não-humano com o humano, caracterizadas como um entrelaçamento e, portanto, sistêmicas e indissolúveis, na historiografia a utilização do conceito de entrelaçamento é mais uma metáfora da metáfora e, portanto, entrelaçamento e emaranhamento se vinculam muito mais com o universo do têxtil e da fiação. Relacionados a processos de mistura, interseção, mútua influência e mestiçagem são indefectivelmente acompanhados dos conceitos de transculturação, conexão e globalização. O conceito de transculturação teve uma longa trajetória desde a década de 1940, quando proposto por Fernando Ortiz a partir da experiência cubana como cenário (ou meio ambiente) no qual se encontraram:

culturas inmigratorias, en oleadas esporádicas o en manaderos continuos, siempre fluyentes e influyentes y de las más varias oriundeces: indios continentales, judíos, lusitanos, anglosajones, franceses, norteamericanos y hasta amarillos mongoloides de Macao,

⁴³ SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

Cantón y otras regiones del que fue Celeste Imperio. Y cada inmigrante como un desarraigado de su tierra nativa en doble trance de desajuste y de reajuste, de desculturación o exculturación y de aculturación o inculturación, y al fin, de síntesis, de transculturación.⁴⁴

Apesar dessa longa trajetória, o conceito de transculturação ganhou enorme vitalidade nas últimas décadas junto a outros conceitos que buscaram escapar de essencialismos: mestiçagem, mistura, conexão, cruzamento, hibridismo, entre outros. Estes conceitos, no entanto, também são constituintes de novas cristalizações:

Varias veces he comentado que el concepto de mestizaje, pese a su tradición y prestigio, es el que falsifica de una manera más drástica la condición de nuestra cultura y literatura. En efecto lo que hace es ofrecer imágenes armónicas de lo que obviamente es desgajado y beligerante, proponiendo figuraciones que en el fondo sólo son pertinentes a quienes conviene imaginar nuestras sociedades como tersos y nada conflictivos espacios de convivencia.⁴⁵

O que incomoda Cornejo Polar é o que nos incomoda: a ideia de que haveria um ponto de estabilidade, o ponto zero da mestiçagem. No terceiro capítulo de *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre fala sobre a singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explicada em grande medida pelo passado “étnico, ou antes, cultural, do povo indefinido entre a Europa e a África. (...) o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas. Corrompendo a rigidez moral e doutrinaria da Igreja medieval, tirando os ossos ao cristianismo, ao feudalismo, à arquitetura gótica, à disciplina canônica, ao direito visigótico, ao latim, ao próprio caráter do povo. A Europa reinando sem governar; governando antes a África”.⁴⁶ Freyre nos apresenta um europeu já misturado, atravessado por diferentes experiências, plástico, embora incrivelmente “estável” como colonizador. No *Mundo que o português criou*, sintetiza uma ideia já presente em suas obras anteriores, a de que “o Brasil tinha sido constituído pela capacidade

⁴⁴ ORTÍZ, Fernando. **Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1983. p. 87.

⁴⁵ CORNEJO POLAR, Antonio. Mestizaje e hibridez...Op. Cit., p. 867.

⁴⁶ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. In: *Interpretes do Brasil*, vol. 2, Rio De Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

portuguesa de miscigenação e disseminação nas áreas tropicais”⁴⁷. Nesse sentido, Freyre atribui diferentes “pesos” às culturas que se encontram na América, e também diferentes dinâmicas e capacidades de transitar entre culturas.

Mas de qualquer forma Freyre deve ser inscrito dentro de um conjunto de autores “coloniais” que não podem pensar, entender, escrever sem se referirem ao outro, sem ter uma escrita entrelaçada pelo cruzamento de culturas, experiências e línguas. Formalmente ele transitou pela história comparada em suas duas modalidades: a implícita e a explícita. Podemos dizer que implicitamente em toda sua obra. Explicitamente em *Brazil: an Interpretation* (1945), que foi simultaneamente publicado em inglês e em espanhol antes de que o fosse em português. O qual já é um indício: a necessidade de traduzir o Brasil para os outros. Provavelmente Freyre não seja o latino-americanista mais expressivo em seu diálogo intramericano, mas justamente por isso é apropriado apelar a ele para evidenciar esse lugar de escrita atravessada. Possíveis genealogias poderiam ser ensaiadas: Fernando Ortíz; Gilberto Freyre; Angel Rama; García Canclini. Se a ênfase recaísse na história econômica: Alice Canabrava, Carlos S. Assadourian, Juan Carlos Garavaglia e Ciro Cardoso e ainda pensando a heterodoxia econômica como outra forma entrelaçada, Teotônio dos Santos, F. H. Cardoso, Enzo Faletto, Vânia Bambirri, Rui Mauro Marini e Jorge Graciarena. Todas genealogias entrelaçadas, todas frutos de hibridações, todas “flores coloniais”.

Conclusão

A historiografia das “quatro partes do mundo” tem manifestado nas últimas décadas um interesse crescente por ampliar a circunscrição dos objetos tanto na dimensão espacial como temporal. A dimensão subjetiva da existência humana continua a ter cultivadores tanto na esfera da produção da história como do seu consumo, mas cada vez mais a sociedade e os historiadores se inclinam para uma história que abraça temporalidades maiores e espaços planetários. Por outro lado, novas subjetividades entraram nos discursos históricos, as subjetividades de

⁴⁷ DÁVILA, Jerry. Raça, etnicidade e colonialismo português na obra de Gilberto Freyre. **Desigualdade & Diversidade. Revista de Ciências Sociais da PUC**. Rio de Janeiro, n. 7, p. 153-74, 2010. p.155.

perspectiva de enunciação, sempre presente, embora com novos matizes. Como propõe Romain Bertrand, devemos tender a uma história policêntrica, uma história que confira a mesma dignidade documental aos mundos do “colonizador” e do “colonizado”.⁴⁸ Consequentemente, a história global, transnacional, conectada, entrelaçada, cruzada, e até a comparada (de nova geração) possuem uma marca decolonial. A questão sistêmica recoloca as partículas em diálogo dentro de uma lógica que busca garantir a igualdade de tratamento aos mundos envolvidos.

Como toda dignidade, a dignidade discursiva não pode ser outorgada, senão conquistada. Por isso não é casual que conceitos que tinham sido primeiramente forjados por e para a América Latina desde a década de 1920 voltem a ser re-significados nas escritas do sul global.

Na primeira metade do século XX vimos aparecer conceitos como o de transculturação de Fernando Ortiz (com a (des)necessária aprovação de Malinowski) e, posteriormente, a transculturação narrativa de Angel Rama, o hibridismo de Gilberto Freyre e, finalmente, o hibridismo cultural de Garcia Canclini. Na segunda metade do século passado a discussão voltou a ganhar fôlego, sobretudo no campo dos estudos culturais, e principalmente dentro da crítica literária: apareceram os conceitos de “entre-lugar” de Silvino Santiago e de heterogeneidade de Cornejo Polar (entre outros, esta não é uma lista exaustiva). Todos esses conceitos da segunda metade do século XX têm uma perspectiva pós-colonial, embora ao tempo da formulação não fosse essa a denominação.

A perspectiva entrelaçada na história leva essencialmente à possibilidade de “contar a história” a partir de qualquer ponto, sem negar a dominação, colonização, submissão, opressão etc., mas salvaguardando a simetria não das Histórias, pois estas não precisam de salvaguarda, senão da história. Como disse o romancista Andrés Rivera, “escribo la historia de una carencia, no la carencia de una historia.”⁴⁹

Neste ponto, é pertinente perguntar o que é que se entrelaça na história?

⁴⁸ BERTRAND, Romain. **L'Histoire à parts égales**. Récits d'une recontre Orient-Occident (XVI^e – XVII^e siècles). Paris: Éditions du Seuil, 2011.

⁴⁹ RIVERA, Andrés, **La revolución es un sueño eterno**. Buenos Aires: Alfaguara, 1993. p. 84.

A resposta pode ser ampla: temporalidades, processos, pessoas, ideias e coisas. Como na meada emaranhada, a ponta pode estar em qualquer lugar e pode ir em qualquer sentido. Isto quer dizer que o conceito de entrelaçamento também rompe com a linearidade temporal e as hierarquias entre culturas, povos e configurações sociais.

A “re-descoberta” dos entrelaçamentos no hemisfério norte se deve a que durante muito tempo foi possível para as metrópoles, formais ou informais, escrever suas histórias prescindindo dos outros ou tendo centros narrativos. Coisa sempre difícil, senão impossível para as colônias (formais ou informais). A emergência do BRICS (2011) evidenciou a impossibilidade de narrativas prescindentes.

Referencias bibliográficas

ACZEL, Amir. **Entrelazamiento: el mayor misterio de la física**. Barcelona: Crítica, 2009.

BAUER, Ralph. Hemispheric Studies. **PMLA, Modern Language Association**, v. 124, n. 1, p. 234-50, 2009.

BERTRAND, Romain. **L’Histoire à parts égales. Récits d’une recontre Orient-Occident (XVI^e -XVII^e siècles)**. Paris: Éditions du Seuil, 2011.

BEZERRA, Ulpiano. A identidade da arqueologia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 19-23, 2015.

BLOCH, Marc. Por una história comparada de las sociedades europeas. *In*: __. **Una Historia viva**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992. p. 63-82.

BRAUDEL, Fernand. **Annales d’histoire Sociale**, v. 1-3, 1939-41 Réimprimé avec l’autorisation de l’association Marc Bloch, Johnson Reprint Corporation, New York – London, 1972.

__. **Handbook of Latin America Studies. A Guide to the Material Published in 1936 on Anthropology, Art, Economics, Education, Folklore, Geography, Government, History, International Relations, Law, Language and Literatura**. Cambridge: Harvard University Press, 1937.

CAMAYD-FREIXAS, Erik. El fractal de Mandelbrot. Del travestismo al Caos: Fuentes del nuevo realismo aleatorio de Antonio Benítez Rojo, 'Mujer en traje de batalla', **Caribe: revista de cultura y literatura**, Michigan, v. 10, n. 1, p. 4-48, 2007.

CANAAN, Dan Ben; GRUNER, F.; PRODOHL, I. **Entangled histories: The Transcultural past of Northeast China**. New York: Springer, 2014.

CANABRAVA, Alice Piffer. **O Comércio Português no Rio da Prata, 1580-1640**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1944.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. Histórias emaranhadas: Historiografias de fronteira em novas roupagens? In: FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. (Org.) **História da América: historiografia e interpretações**. UFOP, 2012. p. 14-39.

CORNEJO POLAR, Antonio. Mestizaje e hibridez: los riesgos de las metáforas. Apuntes. **Revista Iberoamericana**, Pittsburg, v. 67, n. 200, p. 867-70, 2002.

—. Una heterogeneidad no dialéctica: sujetos y discurso migrantes en el Perú moderno. **Revista Iberoamericana**, v. 72, n. 176-177, p. 837-44, 1996.

DÁVILA, Jerry. Raça, etnicidade e colonialismo português na obra de Gilberto Freyre. **Desigualdade & Diversidade. Revista de Ciências Sociais da PUC**. Rio de Janeiro, n. 7, p. 153-74, 2010.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1, São Paulo: Editora 34, 1995.

DIETLER, Michael. **Archaeologies of Colonialism: Consumption, Entanglement, and Violence in Ancient Mediterranean France**. Berkeley: University of California Press, 2010.

FIELBAUM, A.; ERRÁZURIZ CRUZ, Rebeca. El entre-lugar como pensamiento de riesgo: entrevista a Silvano Santiago. **Revista Chilena de Literatura**, Santiago, n. 88, p. 309-318, dec. 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. In: *Interpretes do Brasil*, vol. 2. Rio De Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

GADDIS. John Lewis. **El paisaje de la historia**. Como los historiadores representan el pasado. Barcelona: Anagrama, 2002.

- GARCIA CANCLINI, Nestor. **Culturas Híbridas**. Estrategias para entrar y salir de la modernidad. Buenos Aires: Paidós, 2001.
- GILROY, Paul. **O Atlântico Negro, modernidade e dupla consciência**, Rio de Janeiro: UCAM/Editora 34, 2002.
- GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo**. História de uma mundialização. São Paulo: Edusp/EUFMG, 2014.
- _____. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*, **Topoi**, v. 2, n. 2, p. 175-95, mar. 2001.
- HODDER, Ian. **Entangled**. An Archaeology of the Relationships between Humans and Things. Malden: Wiley-Blackwell, 2012.
- _____. **Studies in human-things Entanglement**. S/l, Edição do autor, 2016.
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.
- LIMA, Manoel de Oliveira, **The evolution of Brazil compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America**, California: Stanford University, 1914.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. **América Latina contemporânea: modernização, desenvolvimento, dependência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MAGNAGHI, Russell. **Herbert E. Bolton and the Historiography of the Americas**. Greenwood, Connecticut, 1998.
- MANJAPRA, Kris. **Age of Entanglement: German and Indian Intellectuals across Empire**. Harvard University Press. January 2014.
- MARRERO LEÓN, E. Transculturación y estudios culturales. Breve aproximación al pensamiento de Fernando Ortiz. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 19: p. 101-117, jul-dez, 2013.
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. Sobre Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad, **Magazín Dominical**, n. 445, **El Espectador**, Noviembre 3 de 1991.
- MASSI, Fernanda Peixoto. Brazilianismo, 'brasilianist' e discursos brasileiros. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 29-44, 1990.
- MIGNOLO, W.; FREYA, Schiwy. Double Translation. Transculturation and the colonial difference. In: Leland Searles (Ed.). **Translation & Ethnography: The**

- Anthropological Challenge of Intercultural Understanding.** 3-30. Arizona: University of Arizona, 2003.
- ORTÍZ, Fernando. **Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar.** La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1983.
- POLLOCK, Susan, et al. Entangled Discussions: Talking with Ian Hodder About His Book Entangled. **Forum Kritische Archäologie**, v. 3, p. 151-61, 2014.
- PONTES, Heloísa A. Brasil com “z”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 45-65, 1990.
- PRATT, Mary Louise. **Ojos Imperiales.** Literatura de viaje y transculturación. Bernal: UNQ, 1997.
- QUIJADA, Mónica; BERNAND, Carmen; SCHNEIDER, Arnd. **Homogeneidad y nación. Con un estudio de caso: Argentina, siglos XIX y XX**, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 2000.
- RIVERA, Andrés, **La revolución es un sueño eterno.** Buenos Aires: Alfaguara, 1993.
- SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: __. **Uma literatura nos trópicos. Ensaio sobre dependência cultural.** Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo.** São Paulo: Hucitec, 1978.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. Par-delà l'incommensurabilité: pour une histoire connectée des empires aux temps modernes, **RHMC**, 2007/5, n. 54bis, p. 34-54.
- TACLA, Adriene. B. Construindo Identidades no Sul da França. In: VASQUES, M. S.; BAPTISTA, L. V. (Orgs.). **Identidade no Mundo Antigo: pesquisa, diálogos e apropriações.** Curitiba: Prismas, 2017. p. 57-85.
- WHITAKER, Arthur P. **The Western Hemisphere Idea.** Its Rise and Decline. Ithaca: Cornell University, 1954.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

María Verónica Secreto

Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/n, Campus do Gragoatá, Bloco O São Domingos. Niterói - RJ. 24210 201. Niterói - RJ - Brasil

Recebido: 19/04/2019
Aprovado: 10/05/2019

MIGRAÇÕES SENHORIAIS NO LONGO SÉCULO XIX: COMPARAÇÕES, CONEXÕES E INTEGRAÇÕES

Leonardo Marques¹
Universidade Federal Fluminense

Waldomiro Lourenço da Silva Júnior²
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Com a lei brasileira de 13 maio de 1888, o último sistema escravista das Américas chegou ao fim. Os últimos senhores de escravos do hemisfério, no entanto, não eram apenas brasileiros. Entre eles estavam grupos de norte-americanos que migraram para o Brasil após o fim da Guerra Civil nos Estados Unidos e se estabeleceram nos estados do Pará, Paraná, Espírito Santo e, principalmente, São Paulo. Caso excepcional à primeira vista, a migração dos confederados – e o estabelecimento de muitos deles como senhores de escravos no Brasil – pode ser lida como parte de uma história mais longa de migrações senhoriais iniciadas pelos processos interligados de crise dos sistemas atlânticos e surgimento do abolicionismo. O presente artigo explora dois casos – as migrações de escravistas franceses no contexto da revolução haitiana e de sulistas norte-americanos após a Guerra Civil dos EUA – como forma de abordar diferentes estratégias de análise comparada da história da ascensão e queda da escravidão no longo século XIX.

Palavras-chave: Revolução haitiana; Guerra civil dos Estados Unidos; Segunda escravidão; História comparada.

MASTERS MIGRATIONS IN THE LONG NINETEENTH CENTURY: COMPARISONS, CONNECTIONS, AND INTEGRATIONS

Abstract: When Brazil abolished slavery on May 13, 1888, Brazilians were not the only slaveholders. Among them were groups of US masters who migrated to Brazil in the aftermath of the US Civil War, establishing themselves in the states of Pará, Paraná, Espírito Santo, and, especially, São Paulo. The migration of US southerners – and their establishment as slaveholders in Brazil – can be seen as part of a longer history of slaveholding migrations that started in the context of the interconnected processes of the crisis of Atlantic systems and the expansion of abolitionism. This article explores two cases – the migration of French refugees during the Haitian Revolution and US southerners after the US Civil War – as a strategy to discuss different forms of comparative analysis of the rise and fall of slavery in the long eighteenth century.

Keywords: Haitian Revolution; US Civil War; Second slavery; Comparative history.

Sebastian Conrad, em seu *What is Global History*, destaca a existência de abordagens concorrentes na historiografia com o objetivo de promover o cruzamento das fronteiras nacionais e a superação da compartimentalização do passado, razão de ser da História Global. Do ponto de vista metodológico, sobressaem perspectivas que passam pela comparação, pela conexão e pela

¹ E-mail: lm@id.uff.br.

² E-mail: w_lourenco@hotmail.com.

integração.³ A história comparada, mesmo tendo embasado estudos fundamentais, de Marc Bloch e Sérgio Buarque de Holanda a, mais recentemente, Kenneth Pomeranz e John Elliott,⁴ teve seus limites realçados em diversas ocasiões, com destaque para as considerações dos "historiadores-eletricistas" Sanjay Subrahmanyam e Serge Gruzinski, expoentes das histórias conectadas.⁵ O principal problema evocado é a lógica binária do método comparativo, o qual, em busca de semelhanças e diferenças, isolaria as unidades comparadas entre si, perdendo de vista as interações. Paralelamente, haveria outras duas tendências problemáticas: à homogeneização (pela desconsideração de especificidades internas não consideradas na comparação) e à teleologia (sendo um dos casos assumido como medida para o outro e a diferença tomada como signo de ausência, atraso ou incompletude). Diante desses embaraços, o foco nas conexões despontaria como alternativa, permitindo a reconstituição e a análise das interações, das justaposições, dos condicionamentos mútuos, das ligações históricas, enfim. Assim, a abordagem da história conectada consiste basicamente em "restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais e as histórias culturais desligaram ou esconderam, entaipando as suas respectivas fronteiras".⁶

Todavia, Conrad sustenta que, para além das conexões, é necessário buscar as integrações, nisto devendo consistir, a seu juízo, o ponto de distinção da História Global em relação às outras abordagens. A diferença entre conexões e integrações, como enfoque analítico, reside na compreensão de que, enquanto as primeiras envolvem basicamente interações e intercâmbios, as segundas remetem a

³ CONRAD, Sebastian. **What is Global History?** Princeton: Princeton University, 2016. p. 1-16.

⁴ BLOCH, Marc. Para uma história comparada das sociedades europeias. In: BLOCH, Étienne (Org.). **História e historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998. p. 119-150; BLOCH, Marc. Le Problème De L'or Au Moyen Age. **Annales D'histoire Économique Et Sociale**, v. 5, n. 19, p. 1-34, 1933; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos endêmicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994; ELLIOTT, John H. **Empires of the Atlantic World**. Britain and Spain in America, 1492-1830. New Haven: Yale University, 2006; POMERANZ, Kenneth. **A Grande divergência: a China, a Europa e a construção da economia mundial moderna**. Lisboa: Edições 70, 2013.

⁵ SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected histories: notes towards a reconfiguration of Early Modern Eurasia. **Modern Asian Studies**, v. 31, n. 3, p. 735-62, 1997. GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*, **Topoi**, v. 2, n. 2, p. 175-95, mar. 2001; GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a 'história cultural' no novo milênio. **Estudos Avançados**, v.17, n.49, p. 321-42, 2003.

⁶ GRUZINSKI, Serge, O historiador, o macaco e a centaura, Op.Cit., p. 323.

estruturas e a processos de transformações estruturais (que dizem respeito a esquemas, fluxos sistêmicos e padrões reiterados que ao mesmo tempo empoderam e restringem as relações sociais). Mas uma coisa não exclui a outra: o argumento é que as conexões globais são precedidas por condições estruturais. Para ilustrar seu argumento, o historiador alemão menciona o caso da introdução de relógios ocidentais no Japão Tokugawa no século XVII. Na época, essa transferência tecnológica, mediada por comerciantes holandeses, representou apenas um acréscimo ornamental, mantendo inalterada a ordem tradicional do tempo no país. Isso mudou após 1850, quando a inclusão da Ásia oriental no mundo capitalista mudou de patamar. Um dos ingredientes fundamentais das reformas desencadeadas na Era Meiji foi a introjeção da temporalidade ocidental na organização das novas dinâmicas sociais e econômicas. Desse modo, a importação cultural, sob novas condições, assumiu outro sentido e teve novos efeitos em um processo conjugado de mudanças das estruturas internas e externas.⁷

Em tese, parecem claros os ganhos escalonados entre histórias comparadas, conectadas e integradas. No entanto, vale relativizar este evolucionismo. Há algo de simplista em se reduzir a comparação histórica a um procedimento pautado única e tão somente na contraposição de unidades discretas em busca de semelhanças e diferenças. A identificação de pontos análogos entre os fatos e processos observados, bem como o exame das especificidades realmente traduzem traços essenciais da comparação histórica. Contudo, as interações desde logo estiveram na alça de mira dos estudos comparados. Marc Bloch, em seu artigo sobre o método comparativo, publicado originalmente em 1928, ponderava que semelhanças históricas nem sempre implicavam conexões ou mimetismos. Similaridades históricas, quando examinadas mais de perto, podiam revelar mais a conjuntura local do que permanências de outras épocas ou influxos de outras regiões: “as semelhanças em história’. disse Renan a propósito de Jesus e dos Essênios, ‘não implicam sempre aproximações’. Certo. Muitas semelhanças, ao examiná-las de perto, parecer-nos-ão irredutíveis à imitação.”⁸ Mas é necessário

⁷ CONRAD, Sebastian. **What is Global History?**, Op. Cit., p. 68-70.

⁸ BLOCH, Para uma história comparada, Op. Cit., p. 128

ter a perspectiva aberta para capturar a amplitude dos campos de determinações, evitando-se o risco de se recair em casos pseudo-locais. Ao se proceder dessa forma, podia-se chegar, inclusive, à constatação inversa, isto é, de que há fenômenos efetivamente interconectados ou articulados a processos mais amplos e unificados. Como exemplo, Bloch fazia alusão ao nascimento relativamente simultâneo de assembleias com características próximas em diferentes partes da Europa: *Etats Généraux*, na França, *Stände*, na Alemanha, *Parlamenti*, na Itália, *Cortes*, na Espanha. Nas palavras do historiador francês, “com efeito, um fenômeno geral só pode ter causas gerais”.⁹

Para além das interconexões, a sociologia histórica avançaria mais claramente no sentido da apreciação das integrações por meio da comparação. Em artigo de 1990, Philip McMichael, em diálogo com a perspectiva de sistemas-mundo, referência fundamental para se pensar condicionantes estruturais, buscou traçar uma ótica comparativa que tratasse da incorporação dos conjuntos históricos, sem, no entanto, presumir o governo das partes pelo todo. Nos termos dessa *comparação incorporada*, como o autor denomina o método, a totalidade não é um pressuposto, um pano de fundo ou uma espécie de campo de força previamente estabelecido, mas o resultado de um procedimento metodológico-conceitual obtido por meio da análise das relações e condicionamentos mútuos entre as partes. Sob este espectro, sem negar desníveis de poder, sobressaem interdependências e o caráter dinâmico das estruturas, amainando-se a relativa rigidez do modelo delineado por Immanuel Wallerstein. Como avaliou o historiador Dale Tomich, “esta abordagem busca ao mesmo tempo compreender histórias locais particulares como produtos de processos econômicos mundiais e contribuir para a nossa compreensão da complexidade histórica da própria economia mundial”.¹⁰

Absorvidas as críticas, entendidas as especificidades, melhor do que considerar comparações, conexões e integrações como abordagens concorrentes para o mesmo fim, é considerá-las possíveis estratégias moduláveis a um mesmo

⁹ Ibidem. p, 130

¹⁰ Ibidem. p. 152. Para uma apreciação crítica dos usos do conceito de segunda escravidão e a comparação incorporada, ver MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo H. (Org.). **O Brasil e o problema da Segunda Escravidão**. Niterói: EDUFF, prelo.

estudo, como buscaremos demonstrar por meio da análise de migrações senhoriais no longo século XIX. Tal abordagem está em sintonia com considerações recentes de Judit Bodnár, que propõe uma oscilação entre diferentes formas de comparação, combinando conexões e integração.¹¹ Demonstramos como, em um primeiro momento, as conexões produzidas por tais fluxos migratórios foram importantes para a construção da escravidão em novos espaços – a chamada “segunda escravidão” – em sintonia com as transformações estruturais mais amplas que levaram à reconfiguração do sistema no oitocentos. Escravistas franco-caribenhos, mais especificamente, participaram ativamente da transformação de Cuba e da Luisiana em princípios do século XIX. Em um segundo momento, exploramos como migrações senhoriais na segunda metade do século, quando tais condições estruturais estavam em um processo de nova reconfiguração, tiveram impacto semelhante ao do relógio no Japão seiscentista, qual seja, praticamente nenhum. Escravistas norte-americanos migraram em grandes números para o Brasil nas últimas décadas do oitocentos, mas deixaram poucas marcas em uma sociedade escravista em vias de decomposição. Tomando as migrações de senhores de escravos como fio condutor, exploramos comparações formais, histórias conectadas e análises integradas do processo de ascensão e queda da escravidão oitocentista.

A diáspora senhorial de Saint Domingue e a segunda escravidão

Evento fundamental para a crise dos sistemas Atlânticos, a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) colocou em movimento uma série de políticas reformistas nos principais impérios europeus. Para autoridades imperiais, a guerra foi o momento-chave no qual perceberam quão disseminado era o contrabando nas Antilhas. No caso britânico, além das inúmeras evidências de comerciantes anglo-americanos envolvidos em trocas com o Caribe francês e espanhol, em uma clara violação dos *Navigation Acts* (o que acabava por acentuar a suspeição metropolitana em relação aos colonos), o fim da guerra ampliou o território do império com a inclusão de novos espaços como a Nova França e a Flórida, aumentando, assim, a necessidade

¹¹ BODNÁR, Judit. Comparing in Global Times: Between Extension and Incorporation. **Critical Historical Studies**, v.6, n. 1, p. 1-32, 2019.

de tropas para a proteção de seus domínios e, conseqüentemente, de recursos para financiá-las. São bem conhecidas as tensões que daí surgiram e levaram à declaração de independência dos Estados Unidos. Entre os franceses, a necessidade de maiores recursos após a derrota na Guerra dos Sete Anos e as novas políticas que buscavam estreitar as relações com elites coloniais levaram ao processo interligado de revolução na França e em Saint Domingue. Para espanhóis, por sua vez, a facilidade e rapidez da ocupação de Havana em 1762 pelos britânicos também contribuiu para uma percepção de atraso em relação aos impérios do noroeste europeu e a construção gradual de um importante programa de reformas imperiais. Autoridades espanholas adotaram novas estratégias para aumentar a arrecadação e dinamizar a produção agrícola em seus territórios.¹²

Gradativamente, as transações comerciais feitas pelos súditos espanhóis foram perdendo as amarras do mercantilismo espanhol, primeiro com a quebra do regime de porto único (1765), depois com o fim do sistema de frotas (1778). Todavia, a escassez de trabalhadores escravizados era um entrave muito destacado e insolúvel apenas por alterações de âmbito interno. O tráfico transatlântico de escravos sempre foi muito restrito no Império espanhol, dependente de licenças, *asientos* e contrabando. Em 1789, a liberdade para o infame comércio foi finalmente decretada, incluindo embarcações estrangeiras. Com isso, os portos cubanos foram integrados ao circuito caribenho do comércio negreiro, o que promoveu um nivelamento dos preços locais de entrada em relação às outras regiões antilhanas.¹³

A revolução do Haiti contribuiu significativamente para o movimento de reestruturação do escravismo hispano-caribenho no período, como imediatamente percebeu Francisco de Arango y Parreño, o grande porta-voz da elite agrária de

¹² Para uma comparação formal dos impactos da Guerra dos Sete Anos nos impérios britânico e espanhol, ver ELLIOTT, John Huxtable. **Empires of the Atlantic World**. Op. Cit. Para as conseqüências em Saint Domingue, ver GARRIGUS, John D. **Before Haiti: race and citizenship in French Saint-Domingue**. New York: Palgrave Macmillan, 2006. Para uma análise mais detalhada do próprio conflito, ANDERSON, Fred. **The crucible of war: the Seven Years' War and the fate of empire in British North America, 1754-1766**. New York: Alfred AKnopf; Distributed by Random House, 2000.

¹³ Sobre a Guerra dos Sete Anos e seus impactos em Cuba, ver SILVA JUNIOR, Waldomiro Lourenço. **Entre a escrita e a prática: direito e escravidão no Brasil e em Cuba, c.1760-1871**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2015.; ELTIS, David. **Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade**. New York: Oxford University, 1987. p. 36.

Havana. Segundo ele, “hoy, en más feliz situación, por el funesto incremento que han tenido las desgracias del vecino, vendemos nuestros azúcares a un precio ventajosísimo”.¹⁴ Os dados disponíveis corroboram essa afirmação. Entre 1790 e 1801, a produção cubana de açúcar, que tinha como destino principal os Estados Unidos, cresceu a uma taxa de 6,7% ao ano, superando as 15 mil toneladas em 1792. Além disso, como salientou o oligarca havanês, os preços subiram vertiginosamente, passando de 12 *reales*, registrados antes da Revolução, para 20-24 *reales* a arroba imediatamente após a sua deflagração, ou seja, o valor obtido pela venda de açúcar na ilha espanhola duplicou.¹⁵ A produção cafeeira também se desenvolveu consideravelmente. Mas, diferentemente do açúcar, que já vinha ganhando fôlego desde a década de 1740, o café partiu praticamente do zero. Até meados do setecentos, a escala da produção do grão era muito reduzida. O governo espanhol buscou estimular essa cultura em 1767, quando isentou de impostos o café proveniente de Cuba e de outras possessões coloniais. No início da década seguinte, o consumo havia se generalizado localmente e algumas pequenas quantidades começaram a ser enviadas para a metrópole pelo porto de Havana. O ano de 1785 caracterizou um pico de exportações desse período inicial, registrando a saída de 26 toneladas métricas do produto. O número é insignificante se comparado aos índices centenas de vezes maiores atingidos por Saint Domingue na mesma época, mas demonstra o potencial existente para conversão da ilha espanhola numa região exportadora de importância crescente.

A revolução haitiana e o reformismo bourbônico em Cuba também se cruzaram de formas mais diretas nos anos 1790. Uma importante consequência da rebelião escrava que levou à destruição da colônia francesa de Saint Domingue foi a dispersão dos antigos senhores de escravos por outros territórios. Desde o início da rebelião, em agosto de 1791, escravistas da colônia migraram para diferentes partes das Américas, como Santo Domingo (metade espanhola da ilha de Hispaniola), Jamaica, Martinica, Guadalupe, Porto Rico e, principalmente, Cuba e

¹⁴ RODRÍGUEZ, Gloria García (Org.). **Biblioteca de Clásicos Cubanos**. Francisco de Arango y Parreño. Obras (volumen I). Havana: Imagen Contemporánea, Ciencia Sociales, 2005. p. 150.

¹⁵ TINAJERO, Pablo Tornero. **Crecimiento económico y Transformaciones sociales**. Esclavos, Hacendados y Comerciantes en la Cuba Colonial (1760-1840). Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1996. p. 165-171.

Estados Unidos.¹⁶ Cuba apresentava-se como um dos melhores destinos para os refugiados de Saint Domingue não apenas pela proximidade geográfica, mas principalmente pelo ambiente propício à expansão da fronteira mercantil. O principal investimento dos refugiados foi na produção cafeeira, aproveitando o potencial produtivo que, como vimos, vinha dando alguns sinais na colônia espanhola na década anterior. Com o vácuo na oferta internacional ocasionado pela Revolução haitiana e o aporte de capitais efetuado pelos refugiados de Saint Domingue, as exportações passaram a crescer exponencialmente. Logo, entre 1790 e 1794, Cuba decuplicou o volume das exportações do decênio anterior. Dez anos depois, as exportações atingiram a escala do milhar em termos de toneladas métricas. Em 1827, o café corresponderia a 58% de todas as exportações cubanas, superando pela primeira vez a cifra de 25 mil toneladas.¹⁷

Ao investirem na produção cafeeira, os migrantes também davam continuidade a um padrão que havia marcado a história de Saint Domingue na segunda metade do século XVIII. A rápida expansão da produção de café (e, em grande medida, anil) na colônia francesa foi marcada pela participação significativa de negros livres, principalmente porque os investimentos em capital e trabalho eram menores e os retornos mais rápidos. Nas palavras de Michel-Rolph Trouillot,

o café atraiu investidores que eram econômica e socialmente diferenciados. A produção de produtos secundários como o café aumentou as oportunidades de vários grupos dentre a população livre – brancos, negros e ‘de cor’. Como no caso das fazendas de açúcar, as

¹⁶ Para os números e destinos do período inicial de migrações, ver LACHANCE, Paul. Repercussions of the Haitian Revolution in Louisiana. In: GEGGUS, David P. (Org.). **The Impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World**. Columbia: University of South Carolina Press, 2001. p. 209-30. Para a análise de trajetórias específicas de refugiados de Saint Domingue, bem como de alguns escravos, ver UTSET, Marial Iglesias. Los Despaigne en Saint-Domingue y Cuba: narrativa microhistórica de una experiencia atlántica. **Revista de Indias**, v. 71, n. 251, p. 77-108, 2011; SCOTT, Rebecca J.; HÉBRAD, Jean M. **Provas de liberdade: uma odisseia atlântica na era da emancipação**. Campinas: Unicamp, 2014. Em Porto Rico, de acordo com Luis Figueroa, “as técnicas, capital e escravos trazidos por muitos desses migrantes, em sua maioria brancos, mas também alguns livres de cor, forneceram ingredientes fundamentais para o desenvolvimento inicial das *haciendas* de açúcar e café entre as décadas de 1790 e 1810”. FIGUEROA, Luis A. **Sugar, Slavery, and Freedom in nineteenth century Puerto Rico**. Chapel Hill: University of North Carolina, 2005. p. 32.

¹⁷ GARCIA ÁLVAREZ, Alejandro. El café y su relación con otros cultivos tropicales en Cuba colonial. **Catauro. Revista cubana de Antropología**, v. 10, n. 18, p. 5-27, 2010.

propriedades de café dependeram fortemente dos fluxos de escravos africanos.¹⁸

A necessidade de investimentos mais baixos transformou o setor em uma importante via de ascensão econômica e social para a população de ex-escravos e seus descendentes na colônia. No entanto, o conjunto de políticas reformistas que foram implementadas por diferentes impérios atlânticos após o fim da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), em parte resultantes de uma desconfiança generalizada em relação às elites crioulas, levaram à imposição de crescentes barreiras raciais nos espaços coloniais franceses. As tensões geradas pelas novas políticas explodiram no contexto da revolução francesa, estimulando o levante dos mulatos liderados Vincent Ogé em fins de 1790 e preparando o caminho para o início da revolta escrava em agosto de 1791.¹⁹

O “grande êxodo” de proprietários de Saint Domingue, para usar o termo de Gabriel Debién, que incluía grandes números daqueles mesmos negros livres e mulatos que contribuíram para a expansão do café e anil na colônia francesa, ocorreu em 1803, quando ficou evidente que o sonho de restaurar a velha Saint Domingue escravista havia naufragado. De acordo com uma autoridade cubana, aproximadamente 18.000 refugiados de Saint Domingue residiam em Cuba em 1804, com parte significativa deles concentrada em Santiago de Cuba, na parte oriental da ilha, e vários outros espalhados por outras partes da colônia, como San Nicolás, Alquizar e Artemisa, nas proximidades de Havana.²⁰ Os migrantes dividiam-se em três grupos principais: os mais ricos rapidamente naturalizaram-se espanhóis e tornaram-se residentes permanentes em Cuba; outros retiveram sua “nacionalidade”, realizando apenas o *juramento de fidelidade*, geralmente

¹⁸ TROUILLOT, Michel-Rolph. Coffee Planters and Coffee Slaves in the Antilles: the impact of a secondary crop. In: BERLIN, Ira; MORGAN, Philip D. **Cultivation and Culture: Labor and the shaping of slave life in the Americas**. University Press of Virginia, 1993. p. 126 Ver, também, TROUILLOT, Michel-Rolph. Motion in the System: coffee, color and slavery in Eighteenth-Century Saint Domingue. **Review**, v. 5, n. 3, p. 331-388, 1982. Sobre a importância da população de negros livres e mulatos na produção de anil, ver GARRIGUS, John. Blue and Brown: Contraband Indigo and the Rise of a Free Colored Planter Class in French Saint-Domingue. **The Americas**, v. 50, n. 2, p. 233-263, 1993.

¹⁹ GARRIGUS, John D. **Before Haiti**, Op. Cit.

²⁰ O governador de Santiago de Cuba, Kindelan, estimou que 19.635 refugiados de Saint Domingue chegaram na ilha entre 1800 e 1804. CHILDS, Matt D. **The Aponte Rebellion in Cuba and the Struggle against Atlantic Slavery**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006. p. 40.

indivíduos com algum capital ou profissão – médicos, artesãos e afins; finalmente, a grande maioria dos migrantes era formada pelos estratos mais baixos de Saint Domingue, brancos e livres de cor pobres, além dos escravos.²¹ Quando, em 1809, seguindo ordens da Coroa espanhola, ordenou-se a expulsão de todos os franceses residentes em Cuba (como represália aos ataques de Napoleão), os que se naturalizaram puderam permanecer na ilha. A criação da comunidade de franceses na colônia espanhola facilitou o retorno posterior de vários indivíduos expulsos, que conseguiram recuperar suas propriedades. Não existem números sólidos, mas Levi Marrero crê não terem sido poucos os que retornaram a Cuba após 1812.²²

Os investimentos de refugiados de Saint Domingue logo começaram a apresentar resultados. Em 1807, ao menos 138 plantations na colônia espanhola eram de propriedade francesa.²³ Com terras menos valorizadas, a maioria dos migrantes estabeleceu-se em Santiago de Cuba, mas uma parcela dos franceses conseguiu, ainda assim, adquirir propriedades em Havana. Marrero menciona a existência de pelo menos 69 fazendeiros franceses na região havaneira às vésperas da expulsão de 1809. Em 1843, o número de plantations francesas subiu para 194, boa parte das quais ligadas à migração inicial da virada do século.²⁴ Aos que decidiram voltar a Cuba, especialmente após 1815, juntaram-se novos migrantes oriundos da França e de outras possessões francesas no Caribe. Processo semelhante ocorreu em Porto Rico, onde a Real Cédula de Gracias de 1815, que atendeu a uma série de reivindicações da elite crioula, teve papel fundamental na atração de estrangeiros para a ilha, na medida em que aboliu impostos

²¹ MELGAR, Maria Elena Orozco. La Implantacion Francesa en Santiago de Cuba. *In*: LAMORE, Jean (Ed.). **Les Francais dans L'Orient Cubain**. Bordeaux: Maison des Pays Iberiques, 1993. p. 48.

²² MARRERO, Levi. **Cuba: Economía y Sociedad - azucar, ilustracion y conciencia (1763-1868) (III)** Barcelona: Editorial Playor, 1984.

²³ Muitos migrantes vinham das regiões cafeeiras de Saint Domingue, como demonstra Debién. Contrastando a documentação referente de Saint Domingue e Cuba, o autor nota que, dos 62 nomes de franceses envolvidos com a produção cafeeira em Cuba em 1807, ao menos 35 haviam sido fazendeiros de café em Saint Domingue. Como havia sido o caso na rápida expansão do setor ao longo da segunda metade do XVIII, a necessidade de menos investimentos de capital e trabalho em comparação ao açúcar tornava a atividade mais atraente para todos os migrantes, quer tivessem experiência prévia com o cultivo ou não. DEBIEN, Gabriel. The Saint Domingue Refugees in Cuba, 1793-1815. *In*: BRASSEAU, CARL A; CONRAD, GLENN R (Org.). **The Road to Louisiana: The Saint-Domingue Refugees, 1792-1809**. Lafayette, La: Center for Louisiana Studies, University of Louisiana, 1992.

²⁴ Etat des propriétés rurales appartenant à des Français dans L'île de Cuba Expédié le 20 janvier 1843 reçu le 7 mars 1843. Ministère des Affaires Etrangères – Correspondance consulaire et commerciale. La Havane, Volume 13, microfilm P13688.

(notadamente sobre o comércio de escravos), liberou a importação de maquinário agrícola e permitiu a acolhida de indivíduos de nações católicas.²⁵ Figueroa indica que comerciantes, fazendeiros e trabalhadores especializados chegaram à ilha com 1.673.044 pesos, três vezes mais que o total de moeda em circulação na colônia em 1815. Esta “segunda colonização”, de acordo com o autor, “contribuiu para a inserção definitiva da ilha no Atlântico Norte.”²⁶ Joseph Dorsey igualmente enfatiza o impacto de migrantes que, além de trazer seus próprios escravos, abriram o caminho para a criação de novos fluxos de escravos africanos por meio de uma articulação entre o Caribe espanhol e as redes negreiras de franceses e holandeses.²⁷

A despeito de deslocamentos posteriores de franceses para Cuba, Debien argumenta que os refugiados inicialmente estabelecidos na ilha “se tornaram os ancestrais da maioria das famílias francesas mais bem conhecidas, bastante numerosos, e encontrados no entorno de Havana e especialmente nas províncias orientais da ilha.”²⁸ Como aponta Olga Portuondo Zuñiga, os migrantes tardios aproveitaram as estruturas criadas pelas primeiras famílias de imigrantes.²⁹ Não por acaso, Santiago de Cuba, o refúgio inicial da maioria dos migrantes, concentrava a maioria das fazendas de café de propriedade de franceses e seus descendentes em 1843 (tabela 1). A região possuía 148 fazendas francesas de café enquanto as áreas a oeste e no centro de Havana tinham 104. A jurisdição de Havana era muito mais diversificada e marcada por uma presença maior de fazendeiros envolvidos na produção de açúcar. Ao cruzarmos as listas de donos de plantations de 1809 com a de propriedades francesas de 1843, fica evidente que um grande número de famílias migrantes de princípios do século permanecia envolvida na produção agrícola na região. Em torno de 16% de todos os africanos escravizados permaneciam nas mãos das famílias identificáveis nas duas listas.

²⁵ GUIVEN FLORES, César. La Real Cédula de Gracias de 1815 para Puerto Rico Instrumento jurídico de reformas y cambios en la primera mitad del siglo XIX. **Anuario Mexicano de Historia del Derecho**, n. 8, p. 171-187, 1996.

²⁶ FIGUEROA, Luis A. **Sugar, Slavery**, Op. Cit. 56.

²⁷ DORSEY, Joseph C. Dorsey. **Slave Traffic in the Age of Abolition: Puerto Rico, West Africa, and the Non-Hispanic Caribbean, 1815-1859**. Gainesville: University Press of Florida, 2003. p. 29-31.

²⁸ DEBIEN, Gabriel. **The Saint Domingue**, Op. Cit., p. 33.

²⁹ PORTUONDO ZUÑIGA, Olga. Santiago de Cuba, Los Colonos Franceses y El Fomento Cafetelero (1798-1809). In: LAMORE, J. (Ed.). Op. Cit.

Com algumas exceções, o padrão foi de ampliação das escravarias dentre as famílias que permaneceram ou conseguiram retornar à ilha após 1812.³⁰

Além dos proprietários, muitos franco-caribenhos também se estabeleceram em Cuba como especialistas na produção de açúcar e café, vendendo seus serviços aos fazendeiros da ilha. Gabriel Debién tende a exagerar o papel modernizador dos franceses no interior de um império espanhol supostamente arcaico, mas, de fato, exemplos de uma forte participação franco-caribenha na transmissão de conhecimentos e técnicas da produção agrícola abundam na documentação, indo de exemplos mais óbvios, como Pierre-Joseph Laborie, migrante francês na Jamaica, cujo manual *The Coffee Planter of Saint Domingo*, foi traduzido e publicado em Cuba em fins da década de 1810, à participação direta de inúmeros refugiados que foram contratados para construir e supervisionar plantations na colônia espanhola. Contemporâneos enfatizavam a importância desses indivíduos, como o Capitão General Luis de Las Casas, que elogiava o trabalho e conhecimentos agrícolas dos refugiados. Las Casas, acompanhado de Arango y Parreño e Nicolás Calvo, chegaram a oferecer uma fazenda com escravos como sinal de boas vindas ao engenheiro de açúcar Estaban Lafayé. De acordo com o historiador Manuel Moreno Fraginals, franceses foram responsáveis pela construção de oito dos dez maiores engenhos de açúcar existentes na ilha em torno de 1804. Inúmeros franceses, portanto, atuaram no auxílio às produções cafeeiras e açucareiras em plantations de propriedade de espanhóis, norte-americanos e outros franceses, espalhadas pela ilha. O maior traficante da história dos Estados Unidos, James DeWolf, que eventualmente se tornaria senador e dono de uma das maiores fortunas da Nova Inglaterra, possuía três plantations, com mais de 400 escravos africanos espalhados por elas, quando faleceu na década de 1830. Parte do sucesso de suas plantations devia-se à

³⁰ Comparar a lista em DEBIÉN, G., Op. Cit., e Etat des propriétés rurales appartenant à des Français dans L'île de Cuba Expédié le 20 janvier 1843 reçu le 7 mars 1843. Ministère des Affaires Etrangères – Correspondance consulaire et commerciale. La Havane, Volume 13, microfilm P13688. Localizamos o nome de pelo menos 16 famílias nas duas listas.

supervisão de um refugiado francês que coordenava e organizava a produção em suas propriedades.³¹

O sucesso da produção cafeeira e açucareira de franceses em Cuba dependeu do fluxo contínuo de africanos escravizados, como fora o caso em Saint Domingue e na maioria das sociedades escravistas da era colonial. Apesar dos apelos de Arango pela construção de um setor espanhol do tráfico transatlântico de escravos, a colônia continuou a depender principalmente do suprimento de cativos por traficantes estrangeiros como James DeWolf. Entre a abertura do tráfico para a ilha e as leis de abolição do tráfico na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos de 1807, o abastecimento de escravos foi conduzido principalmente por britânicos e norte-americanos. A década de 1810, por sua vez, foi marcada por uma transferência de conhecimentos do tráfico e tentativas mais sólidas de construir um ramo espanhol do trato negreiro. Durante esse mesmo período, franceses redirecionaram suas redes do tráfico para Cuba, especialmente para Santiago de Cuba, onde estava concentrada a grande maioria de refugiados franceses na colônia espanhola. Com o fim de Saint Domingue, a colônia espanhola se tornou o mais importante destino de navios negreiros franceses. Há poucos dados e estudos sobre o trato negreiro francês para Cuba, mas a conexão com a comunidade de refugiados é evidente. Como em Porto Rico, os migrantes recriaram redes que conectaram seus novos lares ao tráfico transatlântico de escravos. Dos aproximadamente 30.000 africanos escravizados que foram desembarcados em Santiago de Cuba entre 1801 e 1830, algo em torno de 87% veio a bordo de navios franceses. Apenas 10% veio em navios espanhóis e os 3% restantes sob a bandeira dos EUA. A conexão entre fazendeiros e traficantes franceses era óbvia. A família Casamayor, por exemplo, envolvida no tráfico para Saint Domingue, teve em Prudente Casamayor, de acordo com o historiador Levi Marrero, uma das figuras fundamentais na organização da comunidade de migrantes franceses em Santiago de Cuba. Após comprar 134 hectares de terra da Real Hacienda e de alguns

³¹ Sobre Laborie e outros manuais escravistas, MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Sobre norte-americanos e franceses em Cuba, MARQUES, Leonardo. **The United States and the transatlantic slave trade to the Americas, 1776-1867.** New Haven; London: Yale University, 2016. p. 40-41.

proprietários, organizou pequenos lotes para vender aos refugiados que chegavam à ilha.³²

Em torno dos anos 1830, a produção cafeeira na ilha começou a dar sinais de declínio. A crise se completaria na década seguinte, com a crescente especialização da ilha na produção de açúcar, resultado de uma alta nos preços de escravos combinada com a emergência do Brasil como grande competidor e uma série de furacões que devastaram parte significativa dos cafezais na ilha.³³ Os obstáculos à produção francesa foram também acentuados pela abolição do comércio de escravos pela França. O último navio francês a desembarcar escravos em Santiago de Cuba foi o *Caroline*, responsável pela venda de 440 cativos em 1827. Algumas viagens esporádicas organizadas por traficantes franceses chegaram a Matanzas e Havana nos anos seguintes, mas o fim da participação francesa no comércio de escravos tornava-se evidente.³⁴ Com a crise do café cubano na década de 1840, apenas um pequeno grupo permaneceu produzindo o artigo na parte oriental da ilha, sem grande peso para além da economia local. No entanto, as contribuições do conjunto de imigrantes franceses para a expansão das fronteiras escravistas em Cuba foram enormes. Enquanto o café saía de cena, o açúcar cubano se expandia e passava a dominar o mercado mundial.

Na Luisiana, ex-colônia francesa, os refugiados de Saint Domingue encontraram um ambiente ainda mais favorável que em Cuba, em grande medida porque se integraram ao processo de construção de uma sociedade escravista que já vinha sendo levado a cabo por outros colonos franceses desde o último quarto do século XVIII. Apesar de algumas tentativas francesas de estabelecer uma produção escravista de tabaco no Vale do Mississippi na primeira metade do setecentos, nos moldes do que ingleses desenvolveram em Chesapeake, foi apenas nas últimas décadas daquele século que a Luisiana, formalmente sob domínio espanhol entre 1763 e 1801, passou por uma expansão mais substancial da

³² MARRERO, L., Op. Cit., p. 82; DEBIÉN, G., Op. Cit., p. 63; Ver, também, FERRER, Ada. **Freedom's mirror: Cuba and Haiti in the age of revolution.** New York, NY: Cambridge University, 2014.

³³ ELTIS, D., Op. Cit., p. 191. PERÉZ JR, Louis A. **Winds of Change: Hurricanes & the Transformation of Nineteenth Century Cuba.** University of North Carolina, 2001.

³⁴ Sobre a abolição do tráfico francês, ver DAGET, Serge. France, Suppression of the Illegal Slave Trade, and England, 1817-1850. In: ELTIS, David; WALVIN, James. **The Abolition of the Atlantic Slave Trade: origins and effects in Europe, Africa, and the Americas.** The University of Wisconsin, 1981. p. 193-217.

produção agrícola com base no trabalho escravo. Colonos franceses, em aliança com autoridades espanholas e comerciantes britânicos, deram início à transformação do Baixo Vale do Mississippi em um espaço crescentemente escravista, processo que foi acentuado pela eclosão da rebelião escrava de Saint Domingue e os fluxos migratórios saídos da antiga colônia francesa. O processo integrado de expansão econômica na França e em suas colônias caribenhas gerava demandas por produtos primários nos dois lados do Atlântico que foram, em parte, supridas pelos colonos da Luisiana na segunda metade do XVIII. A produção escravista de anil e as peles trocadas com populações indígenas na fronteira eram principalmente exportadas para a Europa. A madeira (em parte extraída por africanos escravizados, cujo uso mais intensivo nas produções de anil era restrito ao período de colheita), assim como utensílios de madeira, como caixas de açúcar, tinha como principal destino as ilhas do Caribe escravista. Finalmente, uma produção de tabaco para suprir o mercado da Nova Espanha foi estimulada por autoridades espanholas. Todas essas atividades geraram uma demanda por trabalho escravo que foi suprida pelo tráfico transatlântico e inter-colonial de escravos. Pouco menos de 7,000 escravos foram desembarcados na Luisiana na década de 1780, em sua grande maioria via Caribe.³⁵ “Fazendeiros franceses, trabalhando em sintonia com autoridades espanholas,” argumenta John Craig Hammond, “ganharam maior controle sobre a vida de seus escravos tanto na lei quanto na prática com a redução ou eliminação de muitas liberdades costumeiras que escravos haviam conseguido desde o colapso do regime de plantation dos franceses nos anos 1730.” Por meio de punições públicas brutais e políticas de segurança e recompensa pela captura de escravos fugidos, a transição para uma sociedade escravista ia se consolidando.³⁶

Assim, quando a revolta escrava em Saint Domingue explodiu na década seguinte, a Luisiana estava pronta para tentar ocupar o lugar aberto pela crise na colônia escravista mais produtiva de fins do setecentos. Além do algodão, cujo

³⁵ Ver as estimativas de escravos embarcados diretamente da África (710) e os dados do comércio intra-americano (6.165) para o período 1780-1789 em <www.slavevoyages.org>.

³⁶ HAMMOND, John Craig. Slavery, Settlement, and Empire: The Expansion and Growth of Slavery in the Interior of the North American Continent, 1770-1820. *Journal of the Early Republic*, v. 32, n. 2, p. 175–206, 2012.

cultivo começava a se difundir em diferentes partes do Sul nos anos 1790, o açúcar emergia como uma possibilidade mais forte, principalmente porque a região começava a receber um crescente número de refugiados da mesma Saint Domingue, cuja experiência na produção do artigo era notória. Experimentos jesuítas com o cultivo de cana na Luisiana em meados do setecentos tiveram pouco sucesso. A despeito de outras tentativas de cultivo e refino, o deslanche da produção açucareira em larga escala veio apenas nos anos 1790 com os investimentos de Etienne Boré, um fazendeiro descendente de franceses e nascido na própria América do Norte. Boré é geralmente citado na historiografia como a figura decisiva na história do açúcar na Luisiana, mas igualmente fundamental para seu sucesso foi a supervisão de sua propriedade por Antoine Morin, este sim um refugiado de Saint Domingue. Nos anos seguintes, a produção açucareira na Louisiana cresceu significativamente, com algo em torno de 200 plantations dedicadas ao cultivo na década de 1810 com base nos métodos inicialmente desenvolvidos na propriedade de Boré. Tais desenvolvimentos contaram, também, com a participação de um enorme fluxo de migrantes de Saint Domingue, que atingiu um primeiro pico entre 1802 e 1804, quando algo em torno de 6.000 refugiados de Saint Domingue – brancos e negros livres, além de uma parcela significativa de escravos – chegaram à região.³⁷

Foi entre 1809 e 1810, no entanto, com a já mencionada expulsão dos franceses residentes em Cuba, que o maior de todos os fluxos migratórios chegou à Luisiana. Na ocasião, aproximadamente 9.000 migrantes entraram no estado, vindos especialmente de Baracoa e Santiago.³⁸ A listagem produzida pelas autoridades locais na época permite observar a composição social e racial dos refugiados da ex-colônia francesa.³⁹ A distribuição entre aproximadamente 1/3 de brancos, 1/3 de livres de cor e 1/3 de escravos estava distante da composição social da Saint Domingue pré-revolucionária, já que a população de meio milhão de

³⁷ HUNT, Alfred N. **Haiti's influence on antebellum America**: slumbering volcano in the Caribbean. Baton Rouge: Louisiana State University, 1988.

³⁸ DESSENS, Nathalie. **From Saint-Domingue to New Orleans**: Migration and Influences. University Press of Florida Year, 2007. p. 27.

³⁹ "An extract from the lists of passengers reported at the said Office by the captains vessels who have come to this port from the island. Of Cuba...; Mayor's Office, New Orleans." Disponível online em: <<https://digitalcollections.nypl.org/items/510d47de-18d3-a3d9-e040-e00a18064a99>>.

escravizados na ilha era quase dez vezes maior do que a população de livres. Mas a divisão racial equilibrada entre brancos e negros livres estava em sintonia com a composição da classe senhorial na colônia francesa.⁴⁰ O fato de que os refugiados carregavam pouco mais de 3.000 africanos escravizados gerou um enorme debate na esfera pública norte-americana, especialmente porque o país havia proibido a entrada de quaisquer escravos no território nacional após o dia primeiro de janeiro de 1808. O debate chegou ao Congresso dos EUA: poderiam os refugiados entrar no país com seus escravos? A decisão final foi positiva, com o Congresso Nacional permitindo a entrada dos migrantes e seus cativos, vistos como fundamentais para o processo de estabelecimento desses indivíduos nas novas terras. Mais do que um reflexo da infiltração de interesses escravistas dos tradicionais estados sulistas no governo federal, como a Carolina do Sul ou a Virgínia, a decisão refletia o poder que a elite local de colonos franceses na Luisiana – formada tanto pelos antigos habitantes quanto pelos crescentes números de imigrantes – conseguiu reter mesmo após a venda e incorporação da região pelos Estados Unidos.⁴¹

O impacto gerado pela chegada dos imigrantes na Luisiana foi significativo. Em 1805, New Orleans tinha apenas 8.475 habitantes, 37.8% dos quais era de escravizados e 19% de negros livres. A população de escravos dobrava enquanto a de negros livres triplicava. Muitos franco-caribenhos se estabeleceram em diferentes atividades, principalmente na cidade de New Orleans, mas com a escravidão permanecendo um componente essencial do cotidiano desses habitantes. Como observa Paul Lachance, a partir da análise de um conjunto de inventários, havia uma tendência maior a investir em escravos por parte da população de migrantes do que o padrão geral da cidade.⁴² Além disso, como ocorrera em Cuba, muitos refugiados de Saint Domingue – brancos e negros – ofereceram seus serviços como supervisores, arquitetos, carpinteiros, mecânicos e engenheiros nas propriedades produtoras de açúcar, reduzindo os riscos que acompanhavam os altíssimos investimentos necessários ao setor. De acordo com

⁴⁰ MCCLELLAN III, James E. **Colonialism and Science**: Saint Domingue in the Old Regime. Baltimore and London: Johns Hopkins University, 1992. p. 49.

⁴¹ HAMMOND, J. Op. Cit.

⁴² LACHANCE, P. Op. Cit., p. 213-214, 223-224.

Lachance, ao lado do ensino, o trabalho nas plantations foi o mais procurado pelos refugiados. Há inúmeros exemplos na bibliografia de brancos e livres de cor que eram produtores de açúcar em Saint Domingue e que passaram a oferecer seus serviços após a chegada na Luisiana, em alguns casos procurando empregos, em outros, parcerias. Igualmente importante para imigrantes que conseguiram carregar seus escravos foi a prática de alugar seus cativos para outros produtores agrícolas. Em anúncios de jornal, refugiados anunciavam a experiência pregressa de seus escravos com a produção e o refino de açúcar, habilidades que poderiam ser aproveitadas por aqueles que investissem no aluguel daqueles indivíduos. Como argumenta Alfred Hunt, apesar da grande ênfase na contribuição dos migrantes brancos, ou mesmo dos livres de cor, historiadores da Luisiana “não tem considerado as contribuições igualmente importantes dos escravos cujo trabalho determinou o resultado das colheitas”.⁴³

A despeito de um certo declínio nas condições de parte dos imigrantes, especialmente dos antigos senhores de Saint Domingue que se viram obrigados a vender seus serviços na Luisiana (ainda que o salário de um especialista em açúcar pudesse chegar a 1.500 dólares), não foram raros os casos de refugiados que conseguiram se reestabelecer como proprietários de plantations escravistas, como Henri de Saint-Gême e Paul Mathias Anatole Paychaud, também contribuindo, assim, para a expansão do setor açucareiro do estado na primeira metade do oitocentos. Além dos escravos carregados pelos próprios imigrantes, os produtores da Luisiana tiraram vantagem de um amplo contrabando, que desembarcou um número considerável de africanos escravizados na região mesmo após a proibição do tráfico em 1808. Alguns dos corsários mais famosos da década de 1810, como os irmãos Lafitte, que aproveitaram o contexto das guerras napoleônicas e de independência da América espanhola para atacar navios negreiros espanhóis e vender os cativos a consumidores de New Orleans por meio da ilhas de Baratária e,

⁴³ Argumento parecido pode ser feito em relação à transmissão de conhecimentos da produção açucareira do Nordeste do Brasil para o Caribe no século XVII. Apesar dos debates em torno da importância de holandeses ou da autonomia dos investimentos britânicos, Russell Menard (ele mesmo um grande crítico da ênfase excessiva no papel dos holandeses) sugere que os escravos carregados do nordeste do Brasil podem ter sido importantes para o desenvolvimento da produção açucareira em Barbados. MENARD, Russell R. **Sweet negotiations: sugar, slavery, and plantation agriculture in early Barbados**. Charlottesville: University of Virginia, 2006.

posteriormente, Galveston, eram fortemente ligados à comunidade de refugiados franceses (além de contarem com refugiados em seus próprios bandos). Esse contrabando dos anos 1810, concentrado principalmente na Costa do Golfo, levou ao desembarque de algo entre 9.000 e 10.000 escravos nos Estados Unidos. A passagem de nova legislação entre 1818 e 1820, transformando a participação no trato negreiro em crime de pirataria e, conseqüentemente, passível de pena de morte, garantiu que tais práticas chegassem ao fim.⁴⁴

Ao contribuírem para a construção de novos sistemas de produção em Cuba e na Luisiana, os refugiados de Saint Domingue também contribuíram para a emergência de novas pressões sobre as antigas colônias francesas, como Guadalupe e Martinica, que sobreviveram às turbulências revolucionárias da virada do século. Enquanto as técnicas e conhecimentos franceses eram empregados em Cuba e na Luisiana, incrementadas pelas novas tecnologias oriundas da Revolução Industrial, produtores no Caribe francês esbarraram nos limites impostos pelas estruturas construídas ao longo do século XVIII. A expansão da produção açucareira em Cuba contou com uma fronteira aberta que permitia o estabelecimento de novas propriedades, muitas delas com engenhos mecanizados, energia a vapor e outras inovações técnicas como as caldeiras a vácuo. A Martinica, por sua vez, contava com as grandes usinas centrais e poucas terras livres que permitissem a expansão espacial do setor, levando a uma intensificação da exploração dos recursos existentes e a manutenção de políticas protecionistas da Coroa francesa para manter o setor vivo em um contexto de queda geral dos preços nos mercados mundiais (resultante do próprio sucesso de novas fronteiras açucareiras como Cuba e Luisiana).⁴⁵

Escravistas norte-americanos e a crise da escravidão no Brasil

Ao destruir uma das colônias mais produtivas de fins do setecentos, a revolução haitiana abriu o caminho para a expansão das fronteiras do café e do açúcar em espaços anteriormente periféricos nas Américas, como o Vale do

⁴⁴ Dessens, op. cit., p. 82-3; Marques, op. cit., p. 85-91.

⁴⁵ TOMICH, Dale W. Pequenas ilhas e grandes comparações: plantations caribenhas, desigualdade histórica e modernidade capitalista. In: __, **Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial**. São Paulo: Edusp, 2011. p. 151-168.

Paraíba, a Luisiana e a ilha de Cuba. De modo decisivo, o fim de Saint Domingue também contribuiu para uma reorganização das fontes de algodão ao acabar com o sonho napoleônico de reconstrução de um império atlântico, tornando a venda da Luisiana (então sob domínio francês) aos Estados Unidos uma realidade. A incorporação do novo território pelo governo federal estadunidense foi objeto de rápida especulação, com o mapeamento de terras e a construção das estruturas necessárias à expansão da fronteira algodoeira. Não por acaso, em 1804, um ano após a venda da Luisiana, a Carolina do Sul reabriu o tráfico de escravos para o estado, em um claro movimento de abastecimento de cativos para as fronteiras agrícolas do interior, que, no entanto, também incluíam os produtores franceses de açúcar da Luisiana. Estes, como vimos, recorriam tanto aos fluxos transatlânticos quanto inter-americanos para acessar escravos africanos, práticas que foram suprimidas em 1820 com novos dispositivos legais contra a importação de escravos africanos para o país. Escravistas norte-americanos contribuíram para a construção de um consenso nacional contra o tráfico transatlântico de escravos, conseguindo, assim, separar a escravidão na república do comércio de escravos na África, um dos principais alvos de abolicionistas norte-americanos e britânicos. Assim, a legislação de fins dos anos 1810 consolidou o processo de domesticação do trato negreiro, com a emergência de rotas terrestres e marítimas que conectaram os antigos estados escravistas de Virgínia e Maryland – povoados por um amplo contingente de africanos escravizados e sem uma grande produção agrícola após o colapso das exportações de tabaco em fins do XVIII – às fronteiras agrícolas do interior. Aproximadamente 1 milhão de cativos foram transportados para os estados do Sul e Sudoeste entre as décadas de 1790 e 1860, 85% dos quais oriundos dos antigos estados do Sul, em especial os de Chesapeake. Os estados do Alabama, Mississippi, Luisiana e Texas, por sua vez, emergiam como os principais destinos desses escravos, recebendo algo em torno de 75% do total de indivíduos vendidos no comércio interno.⁴⁶ Além disso, os mesmos espaços recebiam

⁴⁶ FOGEL, R.W. **Without Consent or Contract**: the rise and fall of American slavery. New York: Norton, 1989. p. 64-65. Para uma revisão bibliográfica de algumas das principais obras sobre o tráfico doméstico de escravos nos EUA, ver MARQUES, Leonardo. O tráfico interestadual de escravos nos Estados Unidos em suas dimensões globais, 1808-1860. **Tempo**, v. 23, n. 2, p. 339-359, 2017.

senhores de escravos que carregavam suas próprias escravarias, número que não foi insignificante.⁴⁷ Escravistas franceses da Luisiana, por sua vez, se viram arrastados pelas transformações encabeçadas pelos escravistas norte-americanos que chegavam da Costa Leste, rapidamente imiscuindo-se e tirando vantagem da nova configuração. A construção do tráfico doméstico de escravos integrou New Orleans mais plenamente aos circuitos econômicos internacionais, favorecendo não apenas a expansão da fronteira algodoeira em todo o interior, mas também o setor açucareiro dos colonos franceses no Baixo Vale do Mississippi, que passou a receber novos cativos a partir das rotas vindas de Chesapeake.⁴⁸ Como observa Michael Tadmán, as plantations de açúcar da Luisiana foram consumidoras particularmente ávidas de escravos vendidos no tráfico doméstico.⁴⁹

Um forte movimento migratório de escravos e senhores de escravos associado à fronteira do algodão, portanto, emergiu após a aquisição da Luisiana e a legitimação da escravidão em parte dos novos territórios com o Compromisso do Missouri de 1820.⁵⁰ Em 1809, o algodão era o segundo produto mais importante do Sul, com a produção concentrada na Carolina do Sul e na parte leste da Geórgia, utilizando apenas 10% de toda a força de trabalho escravizada do Sul do país. Nas décadas seguintes, a expansão do algodão para o oeste transformou radicalmente a paisagem econômica da região, com a produção crescendo 10 vezes e a importância do produto nas exportações totais no Sul subindo para 64%. A

⁴⁷ Tadmán rejeita os números inicialmente apresentados por Fogel e Engerman em *Time on the Cross* de que apenas 16% dos escravos carregados para oeste teriam sido vendidos em mercados domésticos, e argumenta que esse número, na verdade, teria girado entre 60 e 70% de todos os escravos transportados. TADMÁN, Michael. The Inter-regional Slave Trade in the History and Myth-Making of the US South. In: JOHNSON, Walter (Org.) **The Chattel Principle: Internal Slave Trades in the Americas**. New Haven: Yale University Press, 2004. p. 117-142.

⁴⁸ HAMMOND, J. Op. Cit. Para a transformação do Vale do Mississippi no XIX, ver, de uma vasta bibliografia, JOHNSON, Walter. **River of dark dreams: slavery and empire in the cotton kingdom**. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press of Harvard University, 2013; BAPTIST, Edward E. **A metade que nunca foi contada: A escravidão e a construção do capitalismo norte-americano**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

⁴⁹ TADMÁN, Michael. The Demographic Cost of Sugar: Debates on Slave Societies and Natural Increase in the Americas. **The American Historical Review**, v. 105, n. 5, p. 1534–1575, 2000. O interior açucareiro de São Paulo também parece ter tido uma relação particularmente forte com o tráfico de escravos. LIMA, Carlos A. M. Fronteira, cana e tráfico: escravidão, doenças e mortes em Capivari, SP, 1821-1869. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 22, n. 3, p. 899–919, 2015.

⁵⁰ Sobre o Compromisso do Missouri e a expansão da escravidão, cf. PARRON, Tâmis Peixoto. **A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846**. 2015. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

expansão da fronteira algodoeira inspirava indivíduos como Philips Fitzpatrick, que, nas palavras de James Oakes, “tinha que recriar para si o mundo da plantation de sua juventude”. Para consegui-lo, “ele teve que adquirir escravos, mas não em qualquer pedaço específico de terra. Ele era, assim, livre para se deslocar para oeste, e havia grandes motivos econômicos para fazê-lo, mas ele só podia se estabelecer em uma área que pudesse sustentar a produção sistemática de produtos para a venda.”⁵¹

Foi esse expansionismo escravista que foi interrompido pela Guerra Civil dos Estados Unidos. Ainda assim, inconformados com a situação, um número significativo de sulistas deu continuidade ao projeto de recriar o mundo da *plantation* que havia ficado para trás, desta vez com a migração para um dos últimos espaços no hemisfério que ainda mantinha viva a escravidão negra: o Brasil. Uma parcela de sulistas derrotados na guerra migrou para vários países, mas a grande maioria concentrou-se no México e, especialmente, no Brasil (que possui uma comunidade de descendentes norte-americanos até o presente).⁵² Como havia ocorrido em Saint Domingue meio século antes, a guerra pôs termo a um sistema econômico pujante que continuava a inspirar muitos de seus agentes. Em função da ausência de registros que permitam cálculos mais sólidos, estimativas do número de norte-americanos que se deslocaram para o Brasil variam entre 2.000 e 10.000 indivíduos.⁵³

É possível observar com um pouco mais de rigor, no entanto, a origem da maioria dos imigrantes e suas relações prévias com a escravidão. De acordo com uma lista produzida por um dos migrantes, contendo o nome, antigo estado de residência e ano de chegada no Brasil de 154 famílias, aproximadamente 67% veio do Texas, 25% do Alabama e porcentagens menores de outros estados sulistas.⁵⁴ Figuras como Asa Thompson Oliver vinham se deslocando pelos estados sulistas nas últimas décadas antes da guerra. Nascido em 1819, no condado de DeSoto,

⁵¹ OAKES, James. **Slavery and Freedom: An Interpretation of the Old South**. New York: Knopf, 1990. p.103.

⁵² ROARK, James L. **Masters without slaves: southern planters in the Civil War and Reconstruction**. New York: Norton, 1977.

⁵³ GOLDMAN, Frank P. **Os pioneiros americanos no Brasil (educadores, sacerdotes, covos e reis)**. São Paulo: Pioneira, 1972.

⁵⁴ *Ibidem*; JONES, Judith MacKnight. **Soldado descansado! Uma epopéia norteamericana sob os céus do Brasil**. São Paulo: Fraternidade Descendência Americana, 1998.

Mississippi, Oliver vivia com sua esposa, duas outras pessoas livres e 55 escravos no condado de Panola, também no Mississippi, em 1850. Naquele mesmo ano, seu pai ainda vivia no condado de DeSoto, com 79 escravos. Dez anos depois, seu pai vivia no mesmo lugar, mas sua escravaria havia caído para 69 cativos.⁵⁵ Asa Thompson havia migrado para o Texas com a sua família, onde a sua escravaria reduzira-se a 10 escravos. A centralidade da escravidão para a grande maioria de imigrantes que se transferiram para o Brasil após o fim da Guerra Civil é reforçada por outras trajetórias individuais presentes na Tabela 2. John Hancock Crisp, por exemplo, que também migrou com seus filhos para o Brasil, vivia no Texas, em 1860, com 146 escravos. Ele era parte dos 0.6% de senhores sulistas que possuíam mais de 100 cativos.⁵⁶ Independentemente do tamanho das escravarias, todos os indivíduos presentes na tabela foram proprietários de escravos em algum momento de suas vidas.

Grupos como a *Southern Emigration Society of Edgefield* e a *Southern Colonization Society* enviaram agentes para explorar terras brasileiras e divulgar seus achados, levando à publicação de um amplo material propagandístico de imigração para o Brasil. Um deles foi o de Richard Dunn, *Brazil, Home for Southerners*, que continha uma descrição do país e inúmeras cartas e documentos relacionados a outros migrantes norte-americanos. Dunn fundaria a colônia americana de Iguape, no litoral sul da província de São Paulo. Seu principal objetivo era afastar as percepções hostis a respeito do Brasil que demoviam

⁵⁵ Os dados vêm do <www.familysearch.org>, microfilme 0962059. No censo nacional dos EUA de 1850, o lugar de nascimento de Asa Thompson Oliver é a Geórgia.

⁵⁶ ENGERMAN, Stanley L.; SUTCH, Richard; WRIGHT, Gavin. Slavery. In: CARTER, SUSAN B. et al. (Org.). **Historical Statistics of the United States, Millennial Edition**. New York: Cambridge University Press, 2004. Nem todos os migrantes possuíam escravos antes da Guerra Civil. William C. Griggs menciona o caso de Alfred Iverson Smith que, de acordo com a sua filha, era “um separatista convicto e de princípios sulistas até o osso. Ele nunca possuiu um escravo em sua vida, mas acreditava nos direitos dos estados, conseqüentemente não podia concordar em se submeter ao domínio Yankee.” GRIGGS, William Clark. **The elusive Eden: Frank McMullan’s Confederate colony in Brazil**. Austin: University of Texas Press, 1987. De acordo com o censo nacional dos EUA de 1860, de fato, Smith vivia com a sua família no condado de Navarro, Texas, sem escravos. Apesar desse e de possíveis outros casos, nos parece inegável que a escravidão esteve no coração de todo o empreendimento migratório, quer olhemos para os migrantes antes ou depois da Guerra Civil. Uma leitura que explique o movimento migratório apenas pelo discurso dos direitos estaduais reproduz narrativas que eliminam a centralidade da escravidão na história da Guerra Civil norte-americana. Sobre a construção posterior de tais narrativas enquanto parte da conciliação no pós-guerra, ver BLIGHT, David W. **Race and Reunion: The Civil War in American Memory**. Cambridge, Mass: Belknap Press of Harvard University Press, 2001.

possíveis imigrantes. Após descrever a Constituição do Império e o profundo respeito à propriedade privada existente no país, Dunn afirmava que

Muitos acreditam, porque assim ouviram de políticos e patifes astuciosos, que desejam mantê-los neste país, que estrangeiros não podem ter propriedade no Brasil; especialmente de escravos. Isso não tem cabimento. Qualquer estrangeiro, não importa de onde venha, pode ter quantos escravos puder comprar, ou quantas propriedades, de qualquer tipo, ele puder pagar... Conheço um *yankee* de Massachusetts, que se recusa a naturalizar-se, e ainda assim possui muitos escravos. Conheço muitos senhores sulistas que compraram um grande número de escravos, e outras propriedades, durante o ano passado.⁵⁷

Dunn ainda incluiu relatórios que enviara ao Ministro da Cultura do Brasil. Por meio deles, leitores aprendiam a respeito das trajetórias de sucesso de escravistas brasileiros, como um que, após trabalhar na mineração em Minas Gerais, decidiu se mudar para a província do Espírito Santo, onde estabeleceu uma fazenda de café extremamente lucrativa. O fazendeiro impressionava-se com o apreço dos norte-americanos pelo cultivo de açúcar e algodão, argumentando que uma curta estadia no Brasil transformaria suas ideias em relação ao café. Dunn concordava com o fazendeiro brasileiro “que o cultivo do café é o canal mais lucrativo no qual o trabalho pode ser empregado”, mas apenas se “o *modo* de cultivo permanecer o mesmo”.⁵⁸ De acordo com o norte-americano, o conhecimento de seus conterrâneos a respeito da produção de algodão, combinado com as terras férteis disponíveis no Brasil, permitiria um novo boom do algodão. Não por acaso, Dunn dava grande ênfase às possibilidades comerciais e ao profundo respeito do império pela propriedade privada, especialmente de escravos. Para os imigrantes confederados, cuja expectativa era a de se estabelecer como produtores autônomos no Brasil, tais informações eram fundamentais. Nas palavras de um deles, os norte-americanos jamais se submeteriam aos desejos de fazendeiros brasileiros, pois eles também “precisam ser senhores.”⁵⁹

⁵⁷ DUNN, Ballard S. **Brazil, the home for southerners: or, A practical account of what the author, and others, who visited that country, for the same objects, saw and did while in that empire.** New York: G.B. Richardson [etc.], 1866. p. 40

⁵⁸ *Ibidem.* p. 113

⁵⁹ BARNESLEY, George Scarborough. “Notes on Brazil during the years of 1867 to 1880,” George Scarborough Barnesley Papers (microform), Emory University. Sobre a relação entre autonomia e

As propagandas surtiram efeito e colônias de norte-americanos foram sendo criadas a partir da segunda metade dos anos 1860 em diferentes partes do Brasil, de Santarém a Iguape. O mais importante destino dos migrantes, no entanto, foi Santa Bárbara D'Oeste, um distrito na província de Piracicaba, em São Paulo, uma importante região produtora de açúcar e café ao longo do século XIX. A maior parte da produção no distrito estava voltada ao abastecimento de alimentos para as plantations exportadoras de Piracicaba. Boa parte dos norte-americanos recém-chegados à região dedicou-se à produção de alimentos, como outros pequenos proprietários da região, mas o cultivo de algodão, em especial, expandiu-se rapidamente após a sua chegada. Em um mapa das propriedades na região do ano de 1866, Santa Bárbara aparece como lar de algumas grandes fazendas de algodão, a despeito da irregularidade de sua produção. A grande maioria dos escravos estavam nas fazendas de açúcar e café de Piracicaba, que, de acordo com o censo nacional de 1872, possuía 5.142 escravos; Santa Bárbara D'Oeste, 213.⁶⁰

Os norte-americanos acessaram, com certo sucesso, as terras e escravos necessários ao início da produção de algodão, seguindo modelos que remetiam, em alguns aspectos, ao processo de estabelecimento dos refugiados franceses em Cuba. Em seu estudo da comunidade norte-americana de Santa Bárbara, Alessandra Zorzetto encontrou referências a compras de terras por 101 famílias de imigrantes, com padrões de distribuição que refletiam a diversidade econômica do grupo migrante. As maiores propriedades foram compradas nos anos de 1866 e 1867 pelas principais famílias de migrantes iniciais, que tiveram um importante papel na organização de todo o movimento migratório.⁶¹ Diferentemente de Cuba, no entanto, os confederados não puderam contar com o tráfico transatlântico de escravos, que havia sido efetivamente suprimido no Brasil em princípios dos anos 1850. Em seu lugar, como havia sido o caso nos Estados Unidos, emergiu um vasto comércio interprovincial de cativos, no qual alguns norte-americanos conseguiram

propriedade escrava, ver MORGAN, Edmund S. *Escravidão e liberdade: o paradoxo americano. Estudos Avançados*, v. 14, n. 38, p. 121–150, abr. 2000.

⁶⁰ *Ofícios Diversos de Piracicaba*, lata 377, ordem 1172, pasta 6, “Mapa Agrícola da Constituição, 1866”, Arquivo Público de São Paulo

⁶¹ ZORZETTO, Alessandra Ferreira. **Propostas Imigrantistas em Meados da Década de 1860: a Organização de Associações de apoio à Imigração de Pequenos Proprietários Norte-Americanos – Análise de uma Colônia**. Campinas: Unicamp, dissertação de mestrado, 2000. GRIGGS, W, Op. Cit., descreve processo semelhante na colônia de Iguape, no sul de São Paulo.

participar com sucesso. Zorzetto estima que 37% dos migrantes chegaram a ter escravos entre as suas propriedades.

A trajetória de Asa Thompson Oliver exemplifica bem os mecanismos de participação no comércio de escravos e na produção de algodão. Por ocasião de sua morte em 1873, Oliver possuía 15 escravos (Tabela 3), três a mais que em sua antiga propriedade no Texas, em 1860, como vimos anteriormente. Dois deles eram africanos, um do estado do Rio de Janeiro e a maioria de Pernambuco, Bahia e Maranhão.⁶² Os bens de Oliver somavam 38:000\$000 *contos de reis*, uma fortuna significativa em uma zona dedicada à produção de alimentos para o mercado interno, fruto de seus investimentos na produção de algodão. Em seu inventário post-mortem, duas grandes dívidas passivas somavam quase 15:000\$000. A maior delas era devida a Martinho Prado & Wright, uma companhia localizada na cidade portuária de Santos, no estado de São Paulo.⁶³ Uma das principais figuras da companhia era William Turbutt Wright, um representante diplomático norte-americano de Maryland que atuou em diferentes momentos no Brasil. Em Santos, ele possuía um escritório comercial e um depósito de café enquanto atuava como vice-cônsul dos EUA. Era por meio da companhia de Wright que o algodão de Oliver entrava nos circuitos internacionais.⁶⁴

Em 1874, Wright deu início a uma ação legal na tentativa de recuperar uma dívida de 3:744\$273 *contos de réis* com outro produtor de algodão de Santa Bárbara, Alexander Crisp, filho de John Crisp, membro de uma das principais famílias responsáveis pelo movimento migratório, como vimos anteriormente. Em suas cartas a Wright, enviadas entre 1868 e 1871, Crisp enviou vários pedidos de

⁶² Sobre o tráfico doméstico no Brasil, ver SLENES, Robert W. *The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economies, Slave Experience and the Politics of a Peculiar Market*. In: JOHNSON, Walter (Org.). **The Chattel Principle: Internal Slave Trades in the Americas**. New Haven [Conn.]: Yale University Press, 2005. p. 325-70; GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, n. 27, p. 121-60, 2002; TEIXEIRA, Luana. **Comércio interprovincial de escravos em Alagoas no Segundo Reinado**. 2016. Tese de doutorado – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016; SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888**. 2006. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

⁶³ Centro Cultural Martha Watts, Piracicaba: Inventário de Asa Thompson Oliver, 1873.

⁶⁴ Em 1871, Wright possuía uma casa de comércio de café e algodão enquanto ainda atuava como cônsul para os EUA, combinação que aparece, também, em 1875. Almanaque Laemmert e Almanaque Luna. Agradecemos a Ian Read por nos chamar a atenção para esses dados. Sobre a escravidão em Santos, cf. READ, Ian. **The hierarchies of slavery in Santos, Brazil, 1822-1888**. Stanford, California: Stanford University Press, 2012.

empréstimos enquanto descrevia as condições vividas pela comunidade de norte-americanos em Santa Bárbara. Em uma delas, dizia: “eu suponho que você ouviu a respeito do assassinato do Sr. Taswell Tanner, irmão do Col. Tanner – morto a sangue frio por três brasileiros – Col Tanner teve uma colheita melhor do que a do passado e se as pragas não vierem, ele produzirá o suficiente para pagar a você tudo que deve e comprar mais três ou quatro negros”. Tanner era um dos responsáveis por transportar a produção para Santos, negociar empréstimos e adquirir escravos. Em outra carta, Crisp perguntava se Wright poderia ajudá-lo com o “adiantamento de mil seiscentos e cinquenta (1650\$00 mil réis) até ele conseguir o descaroçador de algodão”. Se pudesse, deveria entregar o dinheiro a Tanner pois “eu quero mandar por ele para o Rio para me comprar um homem negro e ele já está a caminho”.⁶⁵

Fica evidente o sistema colocado em prática pelos imigrantes, do qual Alexander Crisp e Asa Thompson Oliver eram parte. Um comerciante encarregado de exportar sua produção, no caso, William Wright, também fornecia o capital necessário à compra de escravos e equipamentos para a produção algodoeira. Diferentemente do sistema cafeeiro e açucareiro desenvolvido por migrantes franceses em Cuba e na Luisiana, o sistema algodoeiro dos norte-americanos nunca floresceu, em parte por conta de recorrentes pragas na produção da região, o que a tornou bastante irregular. No entanto, mais importantes foram as transformações estruturais que colocaram a escravidão nas Américas em vias de extinção. O mesmo evento que havia levado à migração de norte-americanos para o Brasil, a vitória do Norte na Guerra Civil dos Estados Unidos, também marcou o início da crise da escravidão no Brasil, com o reconhecimento por parte de elites brasileiras de que a instituição estava fadada a acabar, o que levou à passagem da Lei do Ventre Livre em 1871.⁶⁶ Portanto, enquanto a chegada de escravistas em Cuba e Luisiana em princípios do oitocentos levou à rápida incorporação de seus conhecimentos e práticas para a construção da escravidão nos dois espaços, processo que era possibilitado por configurações políticas favoráveis à expansão

⁶⁵ Centro Cultural Martha Watts, Piracicaba: Ação Cível em que é réu Alexander Crisp, 1874

⁶⁶ Sobre o impacto da Guerra Civil dos Estados Unidos no Brasil, ver YOUSSEF, Alain El. **O Império do Brasil na segunda era da abolição, 1861-1880**. 2019. text – Universidade de São Paulo, 2019.

da instituição, a chegada dos norte-americanos no Brasil se dava precisamente quando o cativeiro no Brasil entrava em sua crise final. As redes globais do algodão eram reconfiguradas para possibilitar o fornecimento do produto sem a escravidão (o que, evidentemente, não significou o fim de outras formas de coerção) precisamente quando escravistas norte-americanos faziam sua última aposta do outro lado do hemisfério.⁶⁷ No Brasil, enquanto elites criavam alternativas para o fim do cativeiro, os novos migrantes tentavam recriar algo próximo do mundo que havia sido destruído pela Guerra Civil norte-americana. Os desafios colocados por tais transformações estruturais aos norte americanos eram, por sua vez, agravadas pelas tensões relacionadas à adaptação a uma nova sociedade escravista. Oliver foi assassinado por seu escravo Lourenço, crime que abalou profundamente a comunidade de norte-americanos no interior de São Paulo. Sua esposa venderia todos os escravos e voltaria aos Estados Unidos pouco depois de sua morte.⁶⁸ No ano seguinte, o já citado Coronel Tanner e seu filho se viram envolvidos em um processo criminal por terem torturado e tentado matar uma de suas escravas. Mathias Luiz Tanner seria condenado a alguns anos de prisão.⁶⁹ O uso do sistema judiciário pelos escravos era muito mais comum no ambiente brasileiro que norte-americano, especialmente no contexto de crise de fins do XIX. O fim da escravidão em 1888 seria a pá de cal no projeto escravista dos norte-americanos, estimulando o retorno de muitos para os Estados Unidos. A escravidão, elemento central a inspirar todo o movimento migratório, havia chegado ao fim.⁷⁰

Considerações finais: histórias integradas, metodologias integradas

Nas linhas que nos restam, buscaremos dissecar as estratégias metodológicas adotadas neste estudo. O ponto de partida é observar que a metodologia não está despregada de pressupostos fundamentais a respeito da natureza constitutiva dos fenômenos históricos. Nesta abordagem partimos de três

⁶⁷ BECKERT, Sven. **Empire of cotton: a global history**. First edition. ed. New York: Knopf, 2014.

⁶⁸ Centro Cultural Martha Watts, Piracicaba. Para considerações sobre o tráfico interno e tensões sociais, ver TEIXEIRA, Luana, "Atrevidos e belicosos": cativos insubmissos no comércio interprovincial de escravos. **Revista Brasileira de História**, v. 38, n. 79, p. 131-149, 2018.

⁶⁹ Centro Cultural Martha Watts, Piracicaba.

⁷⁰ Harter argumenta que ao menos metade dos imigrantes voltou para os EUA. HARTER, Eugene C. **The Lost Colony of the Confederacy**. Jackson: University Press of Mississippi, 1985.

concepções elementares. A primeira diz respeito à articulação entre transformação e estrutura. Não obstante as críticas, é preciso concordar com Immanuel Wallerstein, quando sustenta no último volume de sua grande obra que a realidade social é necessariamente dinâmica ("no sentido de que as mudanças inevitavelmente ocorrem a cada nanossegundo") e estrutural ("no sentido de que as ações sociais são condicionadas pelo sistema social histórico no qual estão inseridas").⁷¹ A segunda concepção é relativa a uma certa noção de evento histórico. Segundo William Sewell Jr., o evento não é qualquer acontecimento, mas "aquela subclasse relativamente rara de acontecimentos que significativamente transformam estruturas".⁷² A terceira, tomada do mesmo autor, diz respeito ao ajuste necessário à proposição de Wallerstein, no sentido de que "estrutura é tanto o resultado como a fonte da conduta social", isto é, não se trata de algo que apenas restringe e determina, mas de uma matéria maleável, que capacita a ação humana. Em suma, existe uma "rede de definição mútua".⁷³

A unidade de observação aqui considerada é a diáspora senhorial ocasionada por dois grandes eventos, a Guerra dos Sete Anos e a Guerra Civil Norte-americana. A primeira foi uma guerra mundial com múltiplos efeitos locais. A segunda, uma guerra local com múltiplos efeitos mundiais. O interessante a observar é que não se trata de histórias desconexas. Existe um arco de integração entre esses dois grandes eventos, qual seja, ambos estão associados, em épocas distintas, aos movimentos do capitalismo e da escravidão. Dessa forma, além das integrações horizontais, que ocorrem no nível da diacronia imediata (sequência dos acontecimentos) e da simultaneidade (aqui entram as conexões), consideram-se as integrações verticais, no nível do ciclo que se completa (aqui entra a comparação entre os resultados distintos da presença dos imigrados nos dois momentos examinados).

As respostas locais à demanda internacional por mercadorias agrícolas são determinadas pelo arranjo possível entre conjuntura política, ordem jurídica,

⁷¹ WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system IV: Centrist liberalism triumphant, 1789-1914**. California: University of California, 2011. p. XI.

⁷² SEWELL JR., William H. **Lógicas da história: teoria social e transformação social**. São Paulo: Vozes, 2017. p. 109.

⁷³ *Ibidem*. p. 209.

condições ambientais e disponibilidade de recursos materiais e humanos. Tomando Cuba e Luisiana como unidades de comparação, é possível identificar movimentos bastante correlatos, apesar das diferenças quanto aos respectivos marcos regulatórios, às dinâmicas políticas nacionais e às possibilidades de acesso à propriedade. A quantidade de imigrantes originários de Saint Domingue foi bastante próxima nos dois casos e a sua presença afetou de forma significativa a composição das forças produtivas, incluindo, evidentemente, os contingentes de trabalhadores, em um contexto de fronteiras abertas para a expansão, não apenas da agricultura de exportação, mas do próprio sistema de escravidão. Na outra ponta, décadas mais tarde, o Brasil receberia proprietários sulistas que trataram de buscar caminhos semelhantes aos trilhados por seus congêneres franceses, mas os resultados não foram os mesmos nem para eles enquanto grupo, nem para a economia local, em função das adversidades assinaladas ao longo da exposição. Até aqui o procedimento é de uma comparação bastante formal, isto é, procede-se à identificação de um fenômeno comparável por relação de analogia, a saber, a recepção de imigrantes proprietários de escravos, confrontando-se suas repercussões. Assim, exemplificamos e unificamos as duas possibilidades para o método previstas por Marc Bloch, a comparação de fenômenos próximos no tempo (passíveis de influências mútuas) e a comparação de fenômenos temporalmente apartados, vista por ele como menos profícua, mas que aqui demonstramos ser também bastante esclarecedora pelo prisma de uma perspectiva de integração.⁷⁴

De forma conjugada à comparação, advém o exame das conexões. A primeira conexão em evidência é entre os espaços de trânsito. Os recursos materiais e humanos liberados pela revolução do Haiti conectou sua história à de outras regiões do Caribe e da América do Norte. Conexão semelhante se daria entre Estados Unidos e o Brasil. Com isso, é possível identificar no intercâmbio gerado a intercorrência de um certo grau de hibridismo no escravismo atlântico. Ainda nesse nível, observa-se a ligação entre Cuba e Luisiana. O deslocamento de um lugar a outro teve implicações bastante sensíveis, que vão do nível das

⁷⁴ Bloch, "Para uma história comparada", p. 121-3. Para uma relativização dos limites colocados por Bloch sobre a comparação de fenômenos distantes no tempo, ver: SEWELL JR., William H. Marc Bloch and the Logic of Comparative History. **History and Theory**, v. 6, n. 2, 1967. p. 208-218.

experiências e interações, passando pela separação dos grupos, até a geração de gastos adicionais em função de uma segunda migração. O segundo nível de conexão buscado foi em relação ao tráfico de escravos. Como foi visto, traficantes franceses seguiram os passos de seus compatriotas, fornecendo contingentes expressivos de cativos para as regiões receptoras, especialmente Cuba. A desconstrução das malhas do tráfico transatlântico na América do Norte impediu conexão semelhante no período que se sucedeu à derrota dos Confederados.

Por fim, note-se que tais conexões só assumem o grau mais elevado de sua significação histórica se articuladas a condições estruturais. As disputas hegemônicas de meados do século XVIII e o processo que culminou na Revolução Industrial produziram e condicionaram a diáspora senhorial que acompanhamos em um primeiro momento. Mais tarde, as transformações estruturais relacionadas à mundialização do capitalismo industrial (Segunda Revolução industrial), para além da expansão geográfica, do desenvolvimento tecnológico e da diversificação dos artigos produzidos, também tiveram relação com modificações na forma de se articular as modalidades de exploração do trabalho, o que acarretou a desestruturação do escravismo atlântico. A este horizonte macroestrutural, articulamos a forma como se deu a integração entre os imigrantes e as condições objetivas para a sua especialização. Em Cuba, assim como em Porto Rico, além de condições ambientais propícias, havia uma política favorável à expansão da produção de açúcar e café, atividades que os migrantes conheciam bem. Nova reviravolta geopolítica pôs em confronto Espanha e o Império Napoleônico, culminando na expulsão de parte considerável dos imigrantes. Na Luisiana, após um momento de deliberação parlamentar, abriu-se caminho para o ingresso e o enraizamento daquele grupo, que ademais tinha uma identificação com o local por conta das origens francesas de sua colonização. No Brasil, o elo constituído em torno da possibilidade de ingresso e de constituição de propriedade escrava esbarrou nas limitações para a recriação da atividade original e do próprio escravismo, em um contexto de crise alimentado pelo mesmo evento que gerou a migração daquelas pessoas. Enquanto a diáspora senhorial francesa foi parte ativa da construção da segunda escravidão em Cuba e nos Estados Unidos no início do

século, a tentativa de construir algo semelhante no Brasil naufragou junto com o grande Titanic que a escravidão brasileira havia se tornado.

Tabela 1. Propriedades francesas por produto e número de escravos em Cuba, 1843

Produto	Fazendas	%	Escravos	%	Valor	%
Oeste – Jurisdição de La Havana						
Açúcar	2	4.9	294	14.2	610.000	22.8
Café	32	78.0	1612	77.9	1.886.000	70.5
Café e tabaco	2	4.9	84	4.1	66.000	2.5
Animais	1	2.4	24	1.2	20.000	0.7
Desconhecido	4	9.8	56	2.7	94.790	3.5
Total	41	100	2070	100.0	2.676.790	100.0
Centro – Jurisdição de La Havana						
Açúcar	23	15.0	1186	25.2	1715000.0	28.9
Café	74	48.4	3104	65.9	3473000.0	58.5
Café e açúcar	2	1.3	158	3.4	158000.0	2.7
Outros (tabaco, animais, alimentos)	26	17.0	180	3.8	378100.0	6.4
Desconhecido	28	18.3	83	1.8	217400.0	3.7
Total	153	100.0	4711	100.0	5941500.0	100.0
Leste – Jurisdição de Santiago de Cuba						
Algodão	26	14.5	690	9.45	550000	10.6
Açúcar	5	2.8	710	9.72	550000	10.6
Café	148	82.7	5904	80.83	4068300	78.7
Total	179	100.0	7304	100	5168300	100.0

Fonte: Etat des propriétés rurales appartenant à des Français dans L'île de Cuba Expédié le 20 janvier 1843 reçu le 7 mars 1843. Ministère des Affaires Etrangères – Correspondance consulaire et commerciale. La Havane, Volume 13, microfilm P13688.

Tabela 2. *Número de escravos e residência nos Estados Unidos de imigrantes confederados*

Nome	1850		1860	
	Escravos	Residência	Escravos	Residência
Asa T. Oliver	55	Panola, Mississippi	10	Austin, TX
John H. Crisp	- *	-	146	Colorado, TX
Green Ferguson	14	Chester, S.C.	12	Chester, SC
Ebenezel Seawright	-	-	6	Chatooga, GA
S M Pyles	6	Chatooga, GA	3	Cobb, GA
P M Finley	1	Edgefield, SC	0	Jackson, Florida
John Perkins	-	-	10	Grimes, TX
Robert Porter Thomas	-	-	12	Sevier, Arkansas
F M Bankston	-	-	3	-
James W Miller	3	Chester, SC	12	Chester, SC
William Norris	0	Dallas, AL	36	Monroe, AL
Martin F. Demaritt	-	-	36	Grimes, TX

Fonte: Censos nacionais dos EUA de 1850 e 1860. Para localizar os nomes de imigrantes no Brasil, coletamos os nomes presentes nos documentos utilizados neste artigo e nas lápides do cemitério dos norte-americanos em Santa Bárbara D'Oeste.

Tabela 3. *Escravidão de Asa Thompson Oliver*

Nome	Idade	Estado civil	Nascimento
Rita	25	Single	North of the Empire
Adão	40	Single	Africa
Rufino	46	Married	Africa
Lourenço	16	Single	Rio de Janeiro
Vicente	27	Single	Pernambuco
Leao	35	Single	Maranhao
Vicente de Tal	25	Single	Bahia
Manoel	-	Single	Pernambuco
Luis	28	Single	Maranhao
Angelo	26	Single	Bahia

Fonte: Centro Cultural Martha Watts, Piracicaba: autos crime em que são réus os escravos Lourenço e Angelo, 1873.

Bibliografia

ANDERSON, Fred. **The crucible of war: the Seven Years' War and the fate of empire in British North America, 1754-1766.** New York: Alfred A Knopf; Distributed by Random House, 2000.

BAPTIST, Edward E. **A metade que nunca foi contada: A escravidão e a construção do capitalismo norte-americano.** São Paulo: Paz e Terra, 2019.

BECKERT, Sven. **Empire of cotton: a global history.** First edition. ed. New York: Knopf, 2014.

BLIGHT, David W. **Race and Reunion: The Civil War in American Memory.** Cambridge, Mass: Belknap Press of Harvard University, 2001.

BLOCH, Marc. Le Problème De L'or Au Moyen Age. **Annales D'histoire Économique Et Sociale**, v. 5, n. 19, p. 1-34, 1933.

__. Para uma história comparada das sociedades europeias. *In*: BLOCH, Étienne (Org.). **História e historiadores.** Lisboa: Teorema, 1998, p. 119-150.

BODNÁR, Judit. Comparing in Global Times: Between Extension and Incorporation. **Critical Historical Studies**, v.6, n. 1, p. 1-32, 2019.

CHILDS, Matt D. Childs. **The Aponte Rebellion in Cuba and the Struggle against Atlantic Slavery.** Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006.

CONRAD, Sebastian. **What is Global History?** Princeton: Princeton University Press, 2016, p. 1-16.

DAGET, Serge. France, Suppression of the Illegal Slave Trade, and England, 1817-1850. *In*: ELTIS, David; WALVIN, James. **The Abolition of the Atlantic Slave Trade: origins and effects in Europe, Africa, and the Americas.** The University of Wisconsin, 1981. p. 193-217.

DEBIEN, Gabriel. The Saint Domingue Refugees in Cuba, 1793-1815. *In*: BRASSEAU, CARL A; CONRAD, GLENN R (Org.). **The Road to Louisiana: The Saint-Domingue Refugees, 1792-1809.** Lafayette, La: Center for Louisiana Studies, University of Louisiana, 1992.

DESSENS, Nathalie. **From Saint-Domingue to New Orleans: Migration and Influences.** University Press of Florida Year, 2007.

- DORSEY, Joseph C. Dorsey. **Slave Traffic in the Age of Abolition: Puerto Rico, West Africa, and the Non-Hispanic Caribbean, 1815-1859.** Gainesville: University Press of Florida, 2003.
- DUNN, Ballard S. **Brazil, the home for southerners: or, A practical account of what the author, and others, who visited that country, for the same objects, saw and did while in that empire.** New York: G.B. Richardson [etc.], 1866.
- GLENN R (Org.). **The Road to Louisiana: The Saint-Domingue Refugees, 1792-1809.** Lafayette, La: Center for Louisiana Studies, University of Louisiana, 1992.
- ELLIOTT, John H. **Empires of the Atlantic World. Britain and Spain in America, 1492-1830.** New Haven: Yale University, 2006.
- ELTIS, David. **Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade.** New York: Oxford University, 1987.
- ENGERMAN, Stanley L.; SUTCH, Richard; WRIGHT, Gavin. Slavery. *In*: CARTER, SUSAN B. *et al.* (Org.). **Historical Statistics of the United States, Millennial Edition.** New York: Cambridge University, 2004.
- FERRER, Ada. **Freedom's mirror: Cuba and Haiti in the age of revolution.** New York, NY: Cambridge University, 2014.
- FIGUEROA, Luis A. **Sugar, Slavery, and Freedom in nineteenth century Puerto Rico.** Chapel Hill: University of North Carolina, 2005.
- FOGEL, R.W. **Without Consent or Contract: the rise and fall of American slavery.** New York: Norton, 1989.
- GARCIA ÁLVAREZ, Alejandro. El café y su relación con otros cultivos tropicales en Cuba colonial. **Catauro. Revista cubana de Antropología**, v. 10, n. 18, p. 5-27, 2010.
- GARRIGUS, John. Blue and Brown: Contraband Indigo and the Rise of a Free Colored Planter Class in French Saint-Domingue. **The Americas**, v. 50, n. 2, p. 233-263, 1993.
- . **Before Haiti: race and citizenship in French Saint-Domingue.** New York: Palgrave Macmillan, 2006.
- GOLDMAN, Frank P. **Os pioneiros americanos no Brasil (educadores, sacerdotes, covos e reis).** São Paulo: Pioneira, 1972.

- GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. **Afro-Ásia**, n. 27, p. 121-60, 2002.
- GRIGGS, William Clark. **The elusive Eden**: Frank McMullan's Confederate colony in Brazil. Austin: University of Texas, 1987.
- GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da Monarquia Católica e outras 'connected histories'. **Topoi**, v. 2, n. 2, p. 175-195, mar. 2001.
- _____. O historiador, o macaco e a centaura: a 'história cultural' no novo milênio. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 321-42, 2003.
- GUIVEN FLORES, César. La Real Cédula de Gracias de 1815 para Puerto Rico Instrumento jurídico de reformas y cambios en la primera mitad del siglo XIX. **Anuario Mexicano de Historia del Derecho**, n. 8, p. 171-187, 1996.
- HAMMOND, John Craig. Slavery, Settlement, and Empire: The Expansion and Growth of Slavery in the Interior of the North American Continent, 1770-1820. **Journal of the Early Republic**, v. 32, n. 2, p. 175-206, 2012.
- HARTER, Eugene C. **The Lost Colony of the Confederacy**. Jackson: University Press of Mississippi, 1985.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**: os motivos endêmicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- HUNT, Alfred N. **Haiti's influence on antebellum America**: slumbering volcano in the Caribbean. Baton Rouge: Louisiana State University, 1988.
- JOHNSON, Walter. **River of dark dreams**: slavery and empire in the cotton kingdom. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press of Harvard University, 2013.
- JONES, Judith MacKnight. **Soldado descansa!** Uma epopéia norteamericana sob os céus do Brasil. São Paulo: Fraternidade Descendência Americana, 1998.
- LACHANCE, Paul. Repercussions of the Haitian Revolution in Louisiana. *In*: GEGGUS, David P. (Org.). **The Impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World**. Columbia: University of South Carolina, 2001. p. 209-30.
- LIMA, Carlos A. M. Fronteira, cana e tráfico: escravidão, doenças e mortes em Capivari, SP, 1821-1869. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 22, n. 3, p. 899-919, 2015.

MARQUES, Leonardo. **The United States and the transatlantic slave trade to the Americas, 1776-1867**. New Haven; London: Yale University, 2016.

—. O tráfico interestadual de escravos nos Estados Unidos em suas dimensões globais, 1808-1860. **Tempo**, v. 23, n. 2, p. 339–359, 2017.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARRERO, Levi. **Cuba: Economía y Sociedad - azucar, ilustracion y conciencia (1763-1868) (III)** Barcelona: Playor, 1984.

MCCLELLAN III, James E. **Colonialism and Science: Saint Domingue in the Old Regime**. Baltimore and London: Johns Hopkins University, 1992.

MELGAR, Maria Elena Orozco. La Implantacion Francesa en Santiago de Cuba. In: LAMORE, Jean (Ed.). **Les Francais dans L'Orient Cubain**. Bordeaux: Maison des Pays Iberiques, 1993.

MENARD, Russell R. **Sweet negotiations: sugar, slavery, and plantation agriculture in early Barbados**. Charlottesville: University of Virginia, 2006.

MORGAN, Edmund S. Escravidão e liberdade: o paradoxo americano. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 38, p. 121-150, abr. 2000.

MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo H. (Org.). **O Brasil e o problema da Segunda Escravidão**. Niterói: EDUFF, prelo.

OAKES, James. **Slavery and Freedom: An Interpretation of the Old South**. New York: Knopf, 1990.

PARRON, Tâmis Peixoto. **A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846**. 2015. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PERÉZ JR, Louis A. **Winds of Change: Hurricanes & the Transformation of Nineteenth Century Cuba**. University of North Carolina, 2001.

POMERANZ, Kenneth. **A Grande divergência: a China, a Europa e a construção da economia mundial moderna**. Lisboa: Edições 70, 2013.

PORTUONDO ZUÑIGA, Olga. Santiago de Cuba, Los Colonos Franceses y El Fomento Cafetelero (1798-1809). In: LAMORE, Jean. **Les Francais dans L'Orient Cubain**. Bordeaux: Maison des Pays Iberiques, 1993.

- READ, Ian. **The hierarchies of slavery in Santos, Brazil, 1822-1888**. Stanford, California: Stanford University, 2012.
- ROARK, James L. **Masters without slaves: southern planters in the Civil War and Reconstruction**. New York: Norton, 1977.
- RODRÍGUEZ, Gloria García (Org.). **Biblioteca de Clásicos Cubanos**. Francisco de Arango y Parreño. Obras (volumen I). Havana: Imagen Contemporánea, Ciencia Sociales, 2005.
- SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- SCOTT, Rebecca J.; HÉBRAD, Jean M. **Provas de liberdade: uma odisseia atlântica na era da emancipação**. Campinas: Unicamp, 2014.
- SEWELL JR., William H. Marc Bloch and the Logic of Comparative History. **History and Theory**, v. 6, n. 2, 1967.
- __. **Lógicas da história: teoria social e transformação social**. São Paulo: Vozes, 2017.
- SILVA JUNIOR, Waldomiro Lourenço. **Entre a escrita e a prática: direito e escravidão no Brasil e em Cuba, c.1760-1871**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2015.
- SLENES, Robert W. The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economies, Slave Experience and the Politics of a Peculiar Market. *In*: JOHNSON, Walter (Org.). **The Chattel Principle: Internal Slave Trades in the Americas**. New Haven [Conn.]: Yale University, 2005. p. 325–70.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected histories: notes towards a reconfiguration of Early Modern Eurasia. **Modern Asian Studies**, v. 31, n. 3, p. 735-62, 1997.
- TADMAN, Michael. The Inter-regional Slave Trade in the History and Myth-Making of the US South. *In*: JOHNSON, Walter (Org.) **The Chattel Principle: Internal Slave Trades in the Americas**. New Haven: Yale University, 2004. p. 117-142.
- __. The Demographic Cost of Sugar: Debates on Slave Societies and Natural Increase in the Americas. **The American Historical Review**, v. 105, n. 5, p. 1534–1575, 2000.

TEIXEIRA, Luana, “Atrevidos e belicosos”: cativos insubmissos no comércio interprovincial de escravos. **Revista Brasileira de História**, v. 38, n. 79, p. 131–149, 2018.

____. **Comércio interprovincial de escravos em Alagoas no Segundo Reinado**. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

TINAJERO, Pablo Tornero. **Crecimiento económico y Transformaciones sociales**. Esclavos, Hacendados y Comerciantes en la Cuba Colonial (1760-1840). Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1996.

TOMICH, Dale W. Pequenas ilhas e grandes comparações: plantations caribenhas, desigualdade histórica e modernidade capitalista. *In*: ____ , **Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial**. São Paulo: Edusp, 2011. p. 151–168.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Motion in the System: coffee, color and slavery in Eighteenth-Century Saint Domingue. **Review**, v. 5, n. 3, p. 331-388, 1982.

____. Coffee Planters and Coffee Slaves in the Antilles: the impact of a secondary crop. *In*: BERLIN, Ira; MORGAN, Philip D. **Cultivation and Culture: Labor and the shaping of slave life in the Americas**. University Press of Virginia, 1993.

UTSET, Marial Iglesias. Los Despaigne en Saint-Domingue y Cuba: narrativa microhistórica de una experiencia atlántica. **Revista de Indias**, v. 71, n. 251, 2011, p. 77–108.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system IV: Centrist liberalism triumphant, 1789-1914**. California: University of California, 2011

YOUSSEF, Alain El. **O Império do Brasil na segunda era da abolição, 1861-1880**. 2019. text – Universidade de São Paulo, 2019.

ZORZETTO, Alessandra Ferreira. **Propostas Imigrantistas em Meados da Década de 1860: a Organização de Associações de apoio à Imigração de Pequenos Proprietários Norte-Americanos – Análise de uma Colônia**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

ENDEREÇOS PARA CORRESPONDÊNCIA:

Leonardo Marques
Universidade Federal Fluminense - Instituto de História - Campus do Gragoatá
Rua Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis, Bloco O, sala 507 - 24210-201 - Niterói - RJ

Waldomiro Lourenço da Silva Júnior
Coordenadoria de Graduação - Depto de História - 6º Andar do Bloco E – CFH
Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Campus Universitário - Trindade - CEP 88.040-970
Florianópolis - Santa Catarina - Brasil

Recebido: 07/06/2019
Aprovado: 21/07/2019

THE GREAT DIVERGENCE IN THE ANTHROPOCENE

Prasannan Parthasarathi¹
Boston College

Abstract: The purpose of this paper is to make explicit and explore in detail some of the implicit assumptions that informed my book, *Why Europe Grew Rich and Asia Did Not: Global Economic Divergence, 1600-1850*. While the theoretical and methodological perspectives that inform the work are laid out in the introduction and conclusion of the book, why these frameworks were chosen is not elaborated upon. The emergence and impact of the Anthropocene, the new epoch which our planet has entered, are essential to the arguments of the book and in my opinion worth elucidation. The Anthropocene is a scientific category. The concept emerged from within the community of Earth System scholars and refers to a new epoch that followed the Holocene and in which “humans constitute the dominant driver of change to the Earth System.” The power of humanity to transform our planet demands a rethinking of historical practices and priorities. By making explicit the implicit assumptions of my work this paper represents a contribution to that rethinking.

Keywords: Anthropocene; Divergence; Convergence.

A GRANDE DIVERGÊNCIA NO ANTROPOCENO

Resumo: O objetivo deste artigo é explicitar e explorar em detalhe alguns dos pressupostos implícitos que informaram meu livro, *Why Europe Grew Rich and Asia Did Not: Global Economic Divergence, 1600-1850*. Ao passo que ex na e na conclusão do livro as perspectivas teóricas e metodológicas que o informaram, não desenvolvi ali as razões do enquadramento que adotei. A emergência e o impacto do Antropoceno, a nova época em que entrou o nosso planeta, são essenciais aos argumentos do livro e na minha opinião merecem elucidação. O Antropoceno é uma categoria científica. O conceito emergiu no interior da comunidade de estudiosos da Ciência do Sistema Terra e se refere a uma época que seguiu o Holoceno e na qual “os humanos constituem a força de mudança do Sistema Terra”. O poder humano de transformar o nosso planeta demanda que se repensem nossas práticas e prioridades históricas. Explicitando os pressupostos do meu trabalho, este ensaio é uma contribuição para esse repensar.

Palavras-chave: Antropoceno; Divergência; Convergência.

Introduction

The purpose of this paper is to make explicit and explore in detail some of the implicit assumptions that informed my book, *Why Europe Grew Rich and Asia Did Not: Global Economic Divergence, 1600-1850*.² While the theoretical and methodological perspectives that inform the work are laid out in the introduction and conclusion, why these frameworks were chosen is not elaborated upon. The emergence and impact of the Anthropocene, the new epoch which our planet has

¹ E-mail: prasannan.parthasarathi@bc.edu.

² PARTHASARATHI, Prasannan. **Why Europe Grew Rich and Asia Did Not: Global Economic Divergence, 1600-1850**. Cambridge: Cambridge University, 2011.

entered, are essential to the arguments of the book and in my opinion worth elucidation.

Why Europe Grew Rich and Asia Did Not departs from the dominant approach to the problem of divergence, which is to identify how Europe was different from the economically advanced regions of Asia and attribute divergence to that difference. Some of the differences that have been cited as making Europe more dynamic are capitalism, greater economic sophistication, superior institutions, higher rationality, and a more scientific culture. *Why Europe Grew Rich and Asia Did Not* argued that these purported differences are not supported by the evidence and that economic institutions, standards of living, scientific knowledge and technological dynamism were comparable across the advanced regions of Europe and Asia. However, these regions did not face the same economic, political and environmental pressures. It was this difference in pressures or context, along with varied state responses, that led to economic divergence.

Two pressures were critical. The first was competition in the global trade in manufactures, which was dominated by the cotton textile exports of India. From the seventeenth century Europe suffered from Indian dominance, while the advanced regions of China, for example, did not face this problem. The second pressure was environmental and stemmed from growing deforestation, which affected both Europe, especially Britain, and parts of China. Responding to these dual pressures, with the aid of state policies of protection and promotion, Britain gave rise to the cotton revolution and the coal-steam complex, which produced a radical global economic divergence. The advanced regions of China faced one of these pressures, the environmental, but did not elicit state support for a response. The advanced regions of India faced neither of these pressures.

While my arguments for comparability have been debated, my methodological claims have received less attention.³ The planetary predicament that we face today, and is captured in the concept of the Anthropocene, was critical for my approach. We face monumental choices on how we should organize our

³ For an overview of the debate, see PARTHASARATHI, Prasannan; POMERANZ, Kenneth. The Great Divergence Debate. In: ROY, Tirthankar Roy; RIELLO, Giorgio (Eds.). **Global Economic History**. London: Bloomsbury Academic, 2019. p. 19-37.

economies, politics and societies, but so too did those who lived in the seventeenth and eighteenth centuries. It was those choices made by individuals in the past that gave rise to global economic divergence and the economic and environmental conditions provided the context for those choices.

The paper will proceed as follows. It will begin with a definition and description of the Anthropocene. It will then explore some of the ways in which historians have interpreted the impact of the Anthropocene on historical practices and the writing of history. It turns next to a discussion of how the Anthropocene has shaped my thinking on divergence. It will conclude with a discussion of how the Anthropocene forces us to rethink the possibilities of convergence in the global economy.

The Anthropocene

The Anthropocene is a scientific category. The concept emerged from within the community of Earth System scholars and refers to a new epoch which followed the Holocene in which “humans constitute the dominant driver of change to the Earth System.”⁴ The Holocene began approximately 10,000 to 12,000 years ago and it provided congenial conditions for the flourishing of human life on our planet. In the Holocene ice ages disappeared and the earth’s climate was warmer and relatively stable compared to what had existed immediately before.⁵

Under these favorable conditions, during the Holocene humans made the transition from hunting and gathering to settled agricultural societies. Therefore, the stable and warmer conditions of the Holocene made it possible for humans to develop economically, socially and intellectually. These developments laid the foundation for the Anthropocene, which is marked by a transformation of the earth due to human activities. In other words, the favorable conditions of the Holocene led to an expansion of production, which led to the greater exploitation of our planet, which has now led us to a new age. Unlike previous ages, however, the

⁴ ROCKSTROM, Johan et al. Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity. **Ecology and Society**, v. 14, n. 2, 2009. Disponível em: <<https://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/>>. Accessed June 21, 2019. Emphasis added.

⁵ ROBERTS, Neil. **The Holocene: An Environmental History**. 2nd edn. Oxford: Blackwell, 1998.

Anthropocene is one that is the product of the changes that humans have wrought on the planet.

According to Julia Adeney Thomas, the Anthropocene

can be measured in three complementary ways--through the 'planetary boundaries' concept proposed by Johan Rockström and colleagues, the 'great acceleration' proposed by Will Steffen and colleagues, and, most explicitly, through the planetary stratum (GSSP) marking the shift from the Holocene Epoch, which is now under consideration by the Anthropocene Working Group.⁶

Some scholars speculate that human activity produced changes at the planetary level even several thousand years ago. For instance, the retreat of ice ages and the establishment of the Holocene itself ago may have been human produced: the cutting down of forests and the invention of agriculture may have slightly elevated carbon dioxide levels in the atmosphere, which had a warming effect. This interpretation has been disputed, however. Nevertheless, it is clear that throughout the Holocene humans reshaped local environments, as distinct from planetary systems, in significant ways, whether through the use of fire, deforestation, or manipulating waterways.

From about 1800 the human impact on the earth and its systems commenced, accelerating from 1945, marking the shift to a new planetary age, the Anthropocene. A key development was the growing consumption of fossil fuels, whose combustion emits carbon dioxide, increasing levels of that gas in the atmosphere and producing warming of the planet. However, the Anthropocene is more than climate change and it encompasses the transformation of a number of planetary systems, including the lithosphere, where human-made compounds dwarf those occurring naturally, and the oceans, which have been chemically altered by a number of human actions, and the biosphere where a "sixth extinction" looms.⁷

⁶ THOMAS, Julia; WILLIAMS, Mark; ZALASIEWICZ, Jan. **The Anthropocene: A Multidisciplinary Approach**. [s. l.]: Polity Press, forthcoming 2020.

⁷ THOMAS, Julia. Why the "Anthropocene" Is Not "Climate Change" and Why It Matters. **AsiaGlobal Online**. Disponível em: <<https://www.asiaglobalonline.hku.hk/anthropocene-climate-change/>>. Accessed June 21, 2019.

The higher levels of carbon dioxide in our air alone has already had profound consequences with the warming of the earth, the melting of glaciers, the rise in sea levels, and the acidification of the oceans. These changes to the earth's systems means a departure from the congenial conditions of the Holocene, leading to a less predictable planetary and potentially mass extinctions. The future of humans on the planet is now uncertain as we leave the Holocene behind for the uncertainties of the Anthropocene.

Will Steffen, Paul J. Crutzen and John R. McNeill have divided the Anthropocene into three periods. The first, which runs from ca.1800-1945, they label the "Industrial Era." Although coal had been used in several parts of the world before the nineteenth century, and in some places on a sizable scale, its use expanded enormously, first in Britain and then elsewhere in this period. Industrialization intensified the exploitation of the planet's resources and it had a profound environmental impact. The most serious was on the atmosphere. By 1950 levels of methane (CH₄) and nitrous oxide (N₂O) had risen to about 1250 and 228 parts per billion (volume) respectively. This is a significant increase from their pre-industrial levels of 850 and 272 ppbv. The concentration of carbon dioxide in the atmosphere had risen from a pre-industrial level of 270-275 parts per million (volume) to over 300 ppmv.⁸

The second period, which they call the "Great Acceleration," covers the mid-twentieth century to the early twenty-first. In these decades, human economic activity, and thus impact on the planet, intensified enormously. While population doubled, economic production increased more than 15-fold. Fossil fuel use increased dramatically with the shift to a petroleum economy. One marker of this is the explosion in motor vehicles from some 40 million at the conclusion of World War II to more than 700 million by 1996. The higher levels of production and consumption have had a serious impact on our planetary eco-systems. To enumerate all of these would yield a long list, but among the most important changes were in the atmosphere where concentrations of several important gases have risen significantly, leading to planetary warming and climate destabilization.

⁸ STEFFEN, Will; CRUTZEN, Paul; MCNEILL, John. The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Forces of Nature. *Ambio*, v. 36, n. 8, p. 614-21, 2007. p. 616.

The final period is the future. Steffen, Crutzen and McNeill label this “Stewards of the Earth System?” The fact of the Anthropocene is now becoming more widely known and acknowledged. The question that remains is whether humans can mobilize themselves and resources to avert some of the worst possible consequences of the changes we have wrought upon our planet. As historians, we must at a minimum be aware of these momentous issues and perhaps even contribute to the debates around them.

Theorizing History Writing in the Anthropocene

Several historians have already been engaged in discussions around the Anthropocene. Not surprisingly, environmental historians have been at the forefront, including John McNeill whose essay with an atmospheric chemist and a climate scientist was discussed in the previous section. In a review essay, the economic and environmental historian of Britain, Fredrik Albritton Jonsson, has surveyed recent writings on the Industrial Revolution in the context of the Anthropocene. His central claim is sobering: “The idea of the Anthropocene suggests that the Industrial Revolution constituted not a conclusive escape from natural limits but a temporary reprieve bought with finite fossil fuel stock, which in turn may be undone by climate change and other environmental threats unleashed unwittingly by economic development.”⁹

Albritton Jonsson divides recent writings on the industrial revolution into two groups and he calls the two perspectives that they represent “a major problem of the Anthropocene.” The first sees environmental pressures as critical in shaping the path of economic change and development. The second decouples economic growth from its material context and sees it as propelled by an information economy. He traces both these perspectives to the Enlightenment, but for our purposes, Albritton Jonsson’s review essay points to the urgent need to theorize the implications of the Anthropocene for the writing of history. I will return to an important contribution that Albritton Jonsson makes in this direction later in the

⁹ JONSSON, Fredrik A. The Industrial Revolution in the Anthropocene. *Journal of Modern History*, v. 84, p. 679-96, 2012. p. 680-1.

paper, but I will first examine Dipesh Chakrabarty's ambitious attempt to link current debates in history to those in climate change.

Chakrabarty's starting point is that as a consequence of the accumulation of greenhouse gases in the atmosphere, "certain scientific propositions have come into circulation in the public domain that have profound, even transformative, implications for how we think about human history."¹⁰ This leads him to formulate four theses on writing history in the Anthropocene.

Thesis one states that the Anthropocene must "spell the collapse of the age-old humanist distinction between natural history and human history."¹¹ This distinction takes a variety of forms. One can be traced back via R. G. Collingwood and Croce to Vico (although it may be a misreading of Vico, according to Chakrabarty) and argues that humans can only have proper knowledge of political and civil institutions, which they made, in contrast to nature, which is made by God. Proper history is then the history of human affairs. A second is the belief in the essentially unchanging or very slow changing character of the natural world, which is the perspective that informs works such as Fernand Braudel's *Mediterranean*. The Anthropocene shatters both approaches.

Thesis two posits a severe qualification of "humanist histories of modernity/globalization."¹² Freedom and reason have been central concerns of historians of the modern period and modernity seen as representing an expansion of both. The grim future that the Anthropocene poses, however, challenges the narrative of the steady march of freedom and the belief in the power of reason to rescue humanity from such a dark future. The Anthropocene also throws into question the quest for social justice, which may be overwhelmed by the challenges posed by climate change.

Thesis three, according to Chakrabarty, "requires us to put global histories of capital in conversation with the species history of humans."¹³ The threat that the Anthropocene poses for the survival of the human species must be integrated with

¹⁰ CHAKRABARTY, Dipesh. The Climate of History: Four Theses. *Critical Inquiry*, v. 35, n. 2, p. 197-222, 2009. p. 198.

¹¹ Ibidem. p. 201.

¹² Ibidem. p. 207.

¹³ Ibidem. p. 212.

the critique of capital in its global form. This means more conversations between practitioners of different disciplines. While capitalist industrialization is critical for understanding the beginnings of the Anthropocene, its impact cannot be understood without reference to the species. This requires reconciling the particular, local histories of capital with the universal history of the human species, which will mean novel ways for historians to think and write.

Finally, thesis four states that “the cross-hatching of species history and the history of capital” will probe the “limits of historical understanding.”¹⁴ Much historical thinking draws upon, at the end of the day, the ability to imagine human experience in the past. Species thinking, however, does not rest upon such experience. As Chakrabarty writes, “We humans never experience ourselves as a species.” To make sense of the Anthropocene then requires thinking beyond the boundaries of what has shaped historical writing to this point in time. That is the probing of the “limits of historical understanding.”

The Anthropocene, then, according to Chakrabarty poses significant issues of integration in which the global histories of capital and the modern are brought together with biology and geology. Time, species, capital, and freedom, social justice as well as human consciousness must be rethought to take into account the unprecedented geological epoch we humans have created. While this paper cannot take up all these issues, it will make a small contribution in Chakrabarty’s spirit to a history in the Anthropocene with a focus on the problem of divergence.

Divergence in the Anthropocene

Nowhere in my book on divergence, *Why Europe Grew Rich and Asia Did Not*, is the Anthropocene mentioned. Nevertheless, the reality that human actions have transformed the systems of our planet, with profound biological consequences for humans as well as countless other species, informs the arguments of the book. In this paper I will address three ways in which my book is shaped by the Anthropocene and is an effort to respond to that crisis. These are, first, a rejection of economic determinism; second, an emphasis on human actions,

¹⁴ Ibidem. p. 220.

and in particular the state, as opposed to iron laws of economics; and third, a questioning of value judgments that elevate growth over other possible economic or social goals.

Economic Determinism

Why Europe Grew Rich and Asia Did Not explicitly rejected a deterministic view of economic change before the nineteenth century. It argued that industrialization was an unintended consequence of the search for the solution to the pressures that Britain faced in the eighteenth century, most critically global competition in the most manufactured good in the world at that time, cotton textiles, and mounting shortages of wood. The book argued that there was no common endpoint of economic development, however, and other regions of the world were following their own paths as given by political and economic conditions and pressures. This, of course, changes in the nineteenth century when the industrialization of Britain and then western and central Europe made a modern industrial society the desirable goal of economic change. This was true in both capitalist and socialist nations in the twentieth century.

I made the argument for non-deterministic approaches on the grounds that for the period before the nineteenth century to impose a common endpoint to economic change was anachronistic. It was projecting a historical category, industrial society, an idea which dates from the 1830s, to an earlier era which did not know such a category. The Anthropocene provides intellectual material in support of a non-deterministic framework.

E. H. Carr famously wrote that history is an “unending dialogue between present and past.”¹⁵ For Carr, the present shaped the writing of history because historians are a product of their times and the questions they ask of the past and how they approach the facts of the past are shaped by the present in which historians live and work. In the study of divergence, for instance, the current reinvigorated debate that is putting China and India in new contexts, which are in turn giving rise to new frameworks for explanation, as well as the critique of

¹⁵ CARR, Edward. **What is History?** New York: [s. n.], 1961. p. 35.

Eurocentrism, have emerged as a consequence of the changing positions of these nations in the contemporary global economy.

The philosopher of history, Louis Mink, also argued that history is a dialogue between the present and the past. He, however, provided a different argument for why our understanding of the past is constantly changing. Mink argued that each generation must rewrite its history because history never stands still. Because history marches forward and reaches a different endpoint, historians must revise their narratives to take into account the new ending.¹⁶ (It may be appropriate to recall here Eric Hobsbawm's definition of history as "the story of how humans got from the Paleolithic age to the Nuclear Age."¹⁷)

Armed with this insight from Louis Mink, we may now venture some arguments about the impact of the Anthropocene on writing about divergence. The Anthropocene has posed for humanity unprecedented uncertainty about where our global economy is headed. We, perhaps for the first time and certainly on a world scale, do not know what the future holds for us. And previous approximations that the future will look more or less similar to the recent past are no longer tenable.

The predictions for the future of the planet and the species range from mass extinctions, enormous rises in sea levels, which will inundate densely populated coastal areas around the world, severe droughts in major agricultural regions, to the shrinking of major rivers due to the melting of glaciers. The impact of these changes on economic life threatens the sheer survival of billions around the globe and perhaps of the human species as a whole.

Given this situation, we must write histories that assume nothing about the direction or path of change. Our indeterminate present and future must be matched by an indeterminate past. This is why I insisted on the multiple paths of economic change in the period before the Anthropocene. As we entered the Anthropocene, however, those paths merged into one, the one based on the exploitation of fossil fuels, and which has produced the dilemma we face today. But

¹⁶ MINK, Louis O. **Historical Understanding**. Ithaca: NCROL, 1987.

¹⁷ HOBBSAWM, Eric. **Interesting Times: A Twentieth-Century Life**. New York: Pantheon, 2003.

as we reflect on history writing in the high Anthropocene, the plurality of paths from this point forward seems increasingly apparent.

Human Action

Why Europe Grew Rich and Asia Did Not insisted upon the importance of human choice and actions in the shaping of economic change, and thus divergence. In this, it was writing against much work in economics and economic history that sees outcomes as the product of iron laws. These laws can take Smithian form, in which economic development is a result of the expansion of the market and the extension of the division of labor; Marxian, which sees the economy as developing in certain ways as a consequence of institutions, most critically those that shape the market and property rights; and neoclassical, which sees economic change as the outcome of market allocation processes. Within writings on industrialization and economic divergence, an example of the first is Adam Smith himself; of the second is Robert Brenner; and of the third is Robert Allen. These writings differ in terms of theoretical framework, but share the commitment to economic conditions leading automatically to particular outcomes.

My book questioned and criticized the iron laws of economics in several ways. Its emphasis on context was to show that similar economic institutions and conditions could yield vastly different outcomes, depending on the economic, political and environmental conditions or situation. This insight built upon several recent developments in economic theory, including behavioral economics, which posited plural forms of human action due to phenomena such as “loss aversion” and “status quo bias,” and information economics. In the case of the latter area, Joseph Stiglitz wrote, “Economies with the same deep properties could have markedly different equilibria.”¹⁸

In a similar vein, economic actors in the past chose to focus on different issues, which led to vastly different outcomes. For example, in the eighteenth century political authorities in China, the Ottoman Empire and Britain engaged in provisioning their populations with essential goods. The Chinese developed a vast

¹⁸ STIGLITZ, Joseph. The Contributions of the Economics of Information to Twentieth Century Economics. *Quarterly Journal of Economics*, v. 115, n. 4, p. 1441-1478, 2000.

granary system, which Bin Wong and others have written about in great detail, which ensured that sufficient supplies of grain were available to the inhabitants of the Qing Empire. This entailed moving grain from surplus to deficit areas, storage systems for grain, and in some cases the accumulation and distribution of money for the purchase of grain. In the Ottoman case, a provisioning motive shaped the attitude of the empire towards trade. Imported Indian cottons were welcomed as they created abundant supplies of cloth at low prices for the subjects of the sultan. The difficulties of local manufacturers in the face of external competition were given less consideration. Finally, in Britain the provisioning of London with cheap coal became critical for the peace of the realm and became an important element of British policy. In retrospect it is easy to see that the provisioning of coal had major ramifications for long-run economic development. The provisioning of grain and cloth contributed in the short-run to well-being, but in the long-run less to economic change in China and the Ottoman Empire. In fact, in the case of cloth, the provisioning attitude may have impeded economic activity in some regions under Ottoman control.

What does all this have to do with the Anthropocene? First, an approach which sees the economy as the creation of humans opens up enormous possibilities for thinking about the present as well as the future. As we attempt to deal with the crisis caused by the transformation of the earth's systems, it is critical to remember that the economy is not subject to laws that are immutable. The diverging responses to wood shortages in the eighteenth century well illustrate this. In Britain, with state support coal came to be used in increasing quantities. In Japan, at the same moment, a strategy to restore and regenerate forests was followed, which stabilized the ecology of the archipelago. Therefore, there is no automatic response to what was a common problem, but diverse ones. We will have occasion to return to this example in the next section of the paper.

Second, an important reason the economy took a variety of paths in the eighteenth century is that state actions and policies shaped the path of economic change. Therefore, the economy is not simply the unfolding of the market and/or institutions but emerges from politics and the choices of political authorities. In our current dilemma, a response to climate change and the other consequences of

the Anthropocene will require significant state action. This runs counter to the free market enthusiasm of our age. This enthusiasm has also shaped writings on divergence (think of the work of Robert Allen, for instance, which rests on very simple neoclassical theory) in which the state does not enter at all in many contributions. Therefore, the present and past are intertwined in writings on divergence. While the Washington Consensus has produced market-centered explanations, historical accuracy, as well as the Anthropocene, demands that the state be brought into the picture.

Growth

In a review essay on recent writings on the British industrial revolution, Fredrik Albritton Jonsson concludes that “the Anthropocene calls into question the teleology of growth intrinsic to the concept of modernity.”¹⁹ The crisis posed by the human transformation of planetary systems means that the earth can no longer accommodate further economic growth. The accumulation of greenhouse gases in our atmosphere has already reached critical levels. The planetary boundaries analysis showed that at the time of the initial study in 2009 climate, biodiversity and biochemical flows had exceeded the boundary of safety. Of the remaining seven planetary systems, two had not yet been quantified and five fell into a murky middle ground or remained within the limits of safety.²⁰

Writings on divergence privilege growth over other economic goals and possibilities, such as security for all or equality, which may be achieved with little or no growth. And in general, economic historians view the performance of low growth or more stationary economies as inferior to the growth-oriented path that emerged in Europe from the eighteenth century. And as the contrasting responses of Britain and Japan to the crisis of wood that both places experienced in the eighteenth century, growth that displaces the problem is not the only solution to an ecological crisis. Therefore, writings on divergence are value-laden.

Such values may be seen in a review of *Why Europe Grew Rich and Asia Did Not* in which the author, Jan de Vries, refers to my description of eighteenth-

¹⁹ JONSSON, F., Op. Cit., p. 695.

²⁰ ROCKSTROM, J. et al, Op. Cit.

century India as “Happy India.”²¹ While the favorable economic conditions in the Indian subcontinent in the eighteenth century cannot be universalized because they rested on a high-value manufactured goods export economy, those conditions were undoubtedly superior to what followed in the nineteenth and twentieth century.

But more troubling are the judgments that are implicit in the statement. The first is that pre-modern economic conditions were inferior to those that emerged in the modern. This was certainly not the case for the vast majority of the population of India, where living standards for laborers declined over the course of the nineteenth and twentieth century. Admittedly the evidence for this claim is largely impressionistic. Solid data is hard to find, assemble and interpret, but the heavy toll of famines in the second half of the nineteenth century—20 million may have perished in India between 1865 and 1900 and such mortality had no precedent in Indian history—indicates the precariousness of life for large numbers. As we are coping with the devastation wrought by the early manifestations of climate change, it appears reasonable to ask if the modern economy with its prioritization of growth has turned into a nightmare.

The second is that the European path was the superior one because it produced more economic growth. (At a conference on my book at the London School of Economics I was asked by a European historian, who was frustrated by my framework of multiple paths of change in the eighteenth century, if I wouldn't concede that the European path was the better one.) This raises questions related to profound Eurocentrism in history writing, but this is not where I want to go. More critical for the purposes of this paper is the assumption that the path which would lead to modern industrial society was superior and the true source of economic well-being and perhaps even happiness and satisfaction. Anthony Wrigley has recently concluded his study of energy and the English industrial revolution with the image of Pandora's jar. “Opening Pandora's jar has brought great benefits, but also countervailing dangers,” Wrigley writes. Some of the most

²¹ DE VRIES, Jan. Review of *Why Europe Grew Rich and Asia Did Not*. **American Historical Review**, v. 117, n. 5, p. 1532-4, 2012. p. 1532.

dangerous arise from the heat-trapping gases that the combustion of fossil fuels releases into the atmosphere, Wrigley warns.

Conclusion: The Question of Convergence

When I tell non-historians about my book, the usual response is, “Well, it’s no longer the case that Europe is rich and Asia is not.” There is a popular perception that Asia is catching up with Europe (as well as North America) in terms of income and standards of living. While this may be case for pockets of China and groups in India and Southeast Asia, this is certainly not the case for Asia as a whole. And it will likely never be the case, now that we are in the Anthropocene, which has profound implications for the possibility of global convergence in standards of living and income.

The reason for this is that we are in a state of ecological overshoot. Sometime in the 1970s or 1980s, the precise timing varies from study to study, humans began to extract every year more resources than could be regenerated by our planet. Ecologists labeled this overshoot. In a word humanity has exceeded the planet’s capacity. This situation has been detailed with respect to forests, water, soil, air, as well as other dimensions of our natural world. And according to some estimates, we now require nearly one and a half planets to sustain current levels of production and consumption.²² To put it in the scientific framework of the Anthropocene, because of human activity we are no longer within the safe operating space for the planet. This means we are exhausting the planet, which is the source of our livelihoods.

It has taken so many planetary resources for the prosperous regions of the world (along with some prosperous people in the poorer regions) that there is simply not enough to go around for convergence to take place on current economic trajectories. The growth of the north, then, has consumed our planet, leaving little for those regions that did not climb on these paths of economic change in the nineteenth or twentieth century. The conditions that created the Anthropocene are

²² See WACKERNAGEL, Mathis et al. Tracking the Ecological Overshoot of the Human Economy. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 99, p. 9266-71, 2002 and MEADOWS, Donella; RANDERS, Jorgen; MEADOWS, Dennis. **Limits to Growth: The 30-Year Update**. White River Junction: [s. n.], 2004, chap. 4.

those that produced overshoot, which means that present distributions of income and wealth across the world are not likely to dramatically change any time in the near future. Yet, they must, if we are to have a world free of hunger and poverty and in which we lay claim to economic and social justice. For we can no longer grow our way out of the problem as countless economists since Adam Smith have argued.

Bibliografia:

CARR, Edward. **What is History?** New York: [s. n.], 1961.

CHAKRABARTY, Dipesh. The Climate of History: Four Theses. **Critical Inquiry**, v. 35, n. 2, p. 197-222, 2009.

DE VRIES, Jan. Review of *Why Europe Grew Rich and Asia Did Not*. **American Historical Review**, v. 117, n. 5, p. 1532-4, 2012.

HOBBSAWM, Eric. **Interesting Times: A Twentieth-Century Life**. New York: Pantheon, 2003.

JONSSON, Fredrik A. The Industrial Revolution in the Anthropocene. **Journal of Modern History**, v. 84, p. 679-96, 2012.

MEADOWS, Donella; RANDERS, Jorgen; MEADOWS, Dennis. **Limits to Growth: The 30-Year Update**. White River Junction: [s. n.], 2004.

MINK, Louis O. **Historical Understanding**. Ithaca: NCROL, 1987.

PARTHASARATHI, Prasannan. **Why Europe Grew Rich and Asia Did Not: Global Economic Divergence, 1600-1850**. Cambridge: Cambridge University, 2011.

PARTHASARATHI, Prasannan; POMERANZ, Kenneth. The Great Divergence Debate. In: ROY, Tirthankar Roy; RIELLO, Giorgio (Eds.). **Global Economic History**. London: Bloomsbury Academic, 2019. p. 19-37.

ROBERTS, Neil. **The Holocene: An Environmental History**. 2nd edn. Oxford: Blackwell, 1998.

ROCKSTROM, Johan et al. Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity. **Ecology and Society**, v. 14, n. 2, p. 32, 2009. Disponível em: <https://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/>, Acesso 21 jun 2019.

STEFFEN, Will; CRUTZEN, Paul; MCNEILL, John. The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Forces of Nature. **Ambio**, v. 36, n. 8, p. 614-21, 2007.

STIGLITZ, Joseph. The Contributions of the Economics of Information to Twentieth Century Economics. **Quarterly Journal of Economics**, v. 115, n. 4, p. 1441-1478, 2000.

THOMAS, Julia. Why the “Anthropocene” Is Not “Climate Change” and Why It Matters. **AsiaGlobal Online**. Disponível em: <<https://www.asiaglobalonline.hku.hk/anthropocene-climate-change/>>. Acesso 21 jun 2019.

THOMAS, Julia; WILLIAMS, Mark; ZALASIEWICZ, Jan. **The Anthropocene: A Multidisciplinary Approach**. [s. l.]: Polity Press, forthcoming 2020.

WACKERNAGEL, Mathis et al. Tracking the Ecological Overshoot of the Human Economy. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 99, p. 9266-71, 2002.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Prasannan Parthasarathi
Boston College - History Department Faculty
Stokes Hall S323

Recebido: 10/03/2019
Aprovado: 15/05/2019

INCORPORATING COMPARISON IN ONTOLOGICAL ENCOUNTERS

Philip McMichael¹
Cornell University

Abstract: This essay problematizes comparative analysis by collapsing the convention of assuming independence of units (eg, nation-states) compared. Since social units form relationally, the comparative method is more usefully employed to investigate their world-historical conditioning. Here, comparison is ‘incorporated’ in the very substance of inquiry into the mutual formation of such units. And, given cultural diversity and non-linear world-history, ‘incorporated comparative analysis’ can be deployed to examine historic cultural encounters, taking account of their distinctive ways of being in the world. This in turn challenges the Eurocentrism of conventional cross-national comparative epistemology. Accordingly, this method analyzes the historic interdependence of distinct ontologies: ‘economic’ and ‘ecological,’ representing the encounter between European and non-European cultures in the era of capitalist modernity. The argument is they are comparable precisely because their defining ontologies form relationally. It concludes that this allows insight into the tensions and possibilities of the current global conjuncture.

Keywords: Comparison; Economy; Ecology.

INCORPORANDO A COMPARAÇÃO EM ENCONTROS ONTOLÓGICOS

Resumo: Este ensaio problematiza a análise comparada demolindo o procedimento convencional que assume a independência das unidades comparadas (por ex., Estados-nação). Como unidades sociais se formam de maneira relacional, o emprego do método comparado será mais produtivo na investigação de suas condicionantes histórico-mundiais. Aqui, a comparação é “incorporada” à própria substância da investigação sobre a formação mútua de tais unidade; e, por causa da diversidade e da não-linearidade da história mundial, a “análise comparativa incorporada” pode ser usada no exame de encontros culturais históricos, levando em conta seus modos próprios de existir no mundo – algo que, por sua vez, desafia o eurocentrismo presente na epistemologia comparativa transnacional convencional. Tendo por base o método da comparação incorporada, o artigo aqui proposto analisa a interdependência histórica de ontologias distintas: a “econômica” e a “ecológica”, representando o encontro entre culturas europeias e não-europeias na era da modernidade capitalista. O artigo sugere que ambas são comparáveis precisamente porque as ontologias que as definem se formam de maneira relacional. E conclui que a abordagem da comparação incorporada lança novos olhares sobre as tensões e as possibilidades da conjuntura global que vivemos atualmente.

Palavras-chave: Comparação; Economia; Ecologia.

Introduction²

Conventional comparison typically occurs within, and indeed constitutes, a singular ontology. That is to say, it operates on the assumption that units being compared inhabit a singular universe. For example, comparing states, as differentiated political units, assumes a unified international system of states.

¹ E-mail: pdm1@cornell.edu.

² Thanks to Sandra Comstock, Tanya Casas and Dia Da Costa for help with an earlier version of this.

While comparison may be of historical processes, nevertheless it operates within a categorical universe with ontological underpinnings. The object of inquiry may be historical transition, but it is ordered by the categories in play – categories given in the present and with standardizing referents. Nisbet³ has made the point that the comparative method originated (from Europe) in the ‘developmental divide’ between Europe and the non-European world. For the point I am making, this is analogous to Marx’s methodological directive:

Capital is the all-dominating economic power of bourgeois society. It must form the starting-point as well as the finishing-point, and must be dealt with before landed property.... It would therefore be unfeasible and wrong to let the economic categories follow one another in the same sequence as that in which they were historically decisive. Their sequence is determined, rather, by their relation to one another in modern bourgeois society, which is precisely the opposite of that which seems to be their natural order or which corresponds to historical development.⁴

That is, from a particular historical/methodological perspective, what is universally dominant or emergent defines the unit of analysis. And this is what informs the terms of comparison. Necessarily, the lens through which such analysis is conducted generally proceeds from, and reproduces, a self-referential (typically Eurocentric) ontology. The point is to identify variation among subsets of cases – for instance, differential trajectories of state-formation, or the sub-division of states as ‘developed’ or ‘underdeveloped’ according to a standard of modernization.

Here, conventional social-scientific comparison, in deploying a Eurocentric lens as the source of ‘social universals,’⁵ abstracts from the very historicity of Eurocentrism.⁶ Modernization studies, for example, carry a linear, or hierarchical,

³ Nisbet, 1969.

⁴ MARX, Karl. **Grundrisse**. New York: Vintage, 1973. p. 107.

⁵ As de la Cadena puts it, in relation to Eurocentric construction of a universal, rather than pluriversal, politics: ‘Politics emerged (with science) to make a livable universe, to control conflict among a single if culturally diversified humanity living in a single scientifically knowable nature’ (Cf: DE LA CADENA, Marisol. Indigenous cosmopolitics in the Andes. Conceptual reflections beyond “politics”. **Cultural Anthropology**, v. 25, n. 2, p. 334-370, 2010. p. 359).

⁶ Thus modernity presents an ‘autocentric picture of itself as the expression of a universal certainty, whether the certainty of human reason freed from particular traditions, or of technological power

assumption regarding the ordering of world regions. Here, development is conceived in singular, evolutionary terms, overlaid on a diverse world already complicated in its diversity by the multiple relations of colonialism.⁷ Nevertheless, at the inception of the mid-twentieth century 'Development Project, post-colonial regions and states were ranked along a development sequence.⁸

Such a 'developmental divide' constructs a political ontology to order the world.⁹ This was expressed at the time via institutionalizing the UN System of National Accounts (1945). These accounts represent a universal quantifiable development metric, which is quite reductionist in informing the construction of categories of modernity via price-based measures, which then serve as proxies for comparison.

Such comparative categories standardize modern world history in such a way as to reify states as *individual* vehicles and expressions of a common 'development' sequence. This is the *formal* dimension of comparison, critiqued by world-system analysis, which views 'development' as a property of the whole world-system, rather than states as such.¹⁰ In turn, this 'world-system' approach has been critiqued via the concept of 'incorporated comparison'.¹¹ This offers a *substantive* form of comparison, which makes no prior assumption about the units of comparison, viewing such units as constructed precisely *through* comparison, since socio-political domains are inter-related, rather than separately distinct. In this sense, comparison is *incorporated in and through the relations forming* the very units compared.

freed from the constraints of the natural world' (Cf: MITCHELL, Timothy (Ed.). **Questions of Modernity**. Minneapolis: U of Minnesota, 2000. p., xi).

⁷ PATEL, Raj; MOORE, W. **A History of the World in Seven Cheap Things**. Oakland: University of California, 2017.; HALPERIN, 2012.

⁸ MCMICHAEL, Philip. **Development and Social Change: A Global Perspective**. Thousand Oaks: Sage, 2016. 6th edition.

⁹ Cf: DA COSTA, Dia; Philip MCMICHAEL. The poverty of the global order. **Globalizations**, v. 4, n. 4, p. 593-607, 2007. Connell claims the sociological canon has reproduced a progressive social trajectory via 'othering:' meaning 'the difference between the civilization of the metropole and an Other whose main feature was its primitiveness' (Cf: CONNELL, R.W. Why is Classical Theory Classical? **American Journal of Sociology**, v. 102, n. 6, p. 1511-1557, 1997.).

¹⁰ WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System**. New York: Academic Press, 1974.

¹¹ MCMICHAEL, Philip. Incorporating comparison within a world-historical perspective: an alternative comparative method. **American Sociological Review**, v. 55, p. 385-397, 1990.; MCMICHAEL, Philip. World-systems analysis, globalization and incorporated comparison. **Journal of World-System Research**, v. VI, n. 3, p. 68-99, 2000.

There are two parts to this critique in response to Wallerstein's *singular* world-systemic unit of development. First, world capitalist history is irregular, and states do not simply distribute invariably across three sub-regions of the world-system (core, periphery, and semi-periphery). Rather, social and political processes are inter-woven across space, where commodity frontiers, settlement patterns, trade circuits and technologies distribute according to changing geopolitical, geoeconomic and geocological conjunctures. Such distributions do not conform to a common, enduring pattern, rather they express changing world-historical conjunctures, where development patterning is fluid, and likely inconclusive.

To conceptualize such a conjunctural global formation requires its reconstruction as a 'complex of many determinations,' in similar fashion to Marx's 'method of political economy:' concretizing social phenomena or events as the product of specific historical relations.¹² Here, a different form of '*incorporated* comparison'¹³ serves to bring such constructs (eg, temporal phases, regional spaces, states, commodity chains, economic or cultural processes, social movements) into relation with one another as forming, and formed within, a larger spatio-temporal whole (such as a world order, international regime, transnational commodity complex, capitalist world economy) of which they are formative parts, or instances.¹⁴

Ultimately, there is no invariable structure of world capitalism, rather it must be progressively constructed and reconstructed in temporal and/or spatial

¹² MARX, Karl. **Grundrisse**. Op. Cit.,

¹³ The concept of 'incorporated comparison' critiques comparative conventions that examine the world through reified categories attributing independence to nation-states as the political units of modernity and modernization. Arguing that states and social entities are formed relationally, 'incorporated comparison' proposes the embedding of comparison within historical inquiry in such a way as to see social entities as mutually conditioning. As such, they constitute parts of a 'self-forming whole,' as a contingent, historical totality, in which the entities themselves realize the totality, rather than it being an *a priori* derivation from a systemic concept, like 'the capitalist world-economy' (and, in this sense, replicating the categorical building blocks of a given discourse of modernization).

¹⁴ Cf: MCMICHAEL, Philip. Incorporating comparison within... Op. Cit.; MCMICHAEL, Philip. World-systems analysis ... Op. Cit.

'Incorporated,' rather than 'relational' (Hart, 2016), comparison compares units of observation ('parts') of a provisional (rather than a pre-determined) unit of analysis ('whole'), formed/concretized via a relational complex composed of such units of observation.

terms -- depending on what is to be explained, or interpreted.¹⁵ Here, the categories we deploy in analysis of capitalist developments, cannot be reified, rather they find their meaning and import within a historical complex of determinations and processes.

The second issue concerns the *content* of comparative development analysis, namely the ontological assumptions that govern how we live in the world, and in particular how we produce our material conditions of existence. This essay addresses this second issue: how to transcend the ontological assumptions embedded in the conventions of the comparative method. In particular, my goal is to problematize these assumptions by considering the silences embedded in social scientific discourse regarding the '*earthly*' dimensions of our conventional social categories (such as 'state, economy and society' as the building blocks of the modern world). Here political ecology makes its entrance.

Arguably, the separation of political-economy and ecology can be viewed at one level as a distinction made between the *rationalism* of modern political culture (and its categories) and the *complexity* of ecological cultures (often characterized as 'traditional' or pre-scientific). Such distinctive understandings of world ordering nevertheless 'encounter' one another in historical time, as modernity realizes its ecological underpinnings, simultaneously subordinating *and* clarifying ecology, as I outline below. While such an encounter is political, and may be essentialized, the juxtaposition of political-economy and ecology renders them objects of comparative inquiry. In my view, this engagement invokes the method of incorporated comparison. While it could also be said that ecology and modern political culture are distinct, being quite different constructs in epistemic terms, nevertheless they come to condition one another in the modern world, establishing an unmistakable relational conjuncture (a 'self-forming whole') expressing the contradictions attending such interaction.

¹⁵ Cf: TOMICH, Dale. **Through the Prism of Slavery**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2004.

Ontological encounter

The ontological assumptions of conventional comparison are increasingly in question today. First, there is growing recognition of the artificiality of conventional comparison, which objectifies its categories – normative categories whose boundaries are increasingly in question, whether because of growing recognition of ‘co-production’,¹⁶ or because of displacement/override by, for example, new (transnational) forces.¹⁷ Second, elaboration of a series of categories to analyze or legitimize modern change has preoccupied the social sciences, as an ‘exercise in modernity’ (knowledge construction) at the expense of situating the modern world both in time and in ecological space.¹⁸

Commenting on the transition from theology to an increasingly fractured and haphazard array of scientific and disciplinary “information,” Colin Duncan complains: ‘Instead of rethinking our possible role on the planet, instead of qualifying or revising our anthropocentric habits, we have shamelessly used the decline of theology relative to science as an excuse to elevate our own importance further. Logically we should have replaced theology with ecology, before enlarging the parameters of our behaviour by the heavy use of fossil fuels.’ Furthermore, ‘Compared to the planet our species has not been around for long, but compared to what historians or sociologists talk about, we certainly have. For too long, and for absolutely no good reasons, the human past has been seen as excessively

¹⁶ HOPKINS, Terence K. World-system analysis: methodological issues.’ *In*: KAPLAN, B.H. (Ed). **Social Change in the Capitalist World-Economy**. Beverly Hills: Sage, 1978. p. 199-218.; MCMICHAEL, Philip. Incorporating comparison within... Op. Cit.; ARRIGHI, Giovanni. **The Long Twentieth Century**. London: Verso, 1994.; ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. *Chaos and Governance in the Modern World-System*. Minneapolis: University of Minnesota, 1999.; MONGIA, Radhika. Historicizing state sovereignty: Inequality and the form of equivalence. **Comparative Studies in Society and History**, v. 49, n. 2, p. 384-411, 2007.; HART, Gillian. Denaturalizing dispossession: critical ethnography in the age of resurgent imperialism. **Centre for Civil Society Research Reports**, v. 1, n. 27, p. 1-25, 2005.

¹⁷ FERGUSON, James; GUPTA, Akhil. Spatializing states: Towards an ethnography of neoliberal governmentality. **American Ethnologist**, v. 2, n. 4, p. 981-1002, 2002.

¹⁸ Bruno Latour has put it this way: ‘the modern critique did not simply turn to Nature in order to destroy human prejudices. It soon began to move in the other direction, turning to the newly founded social sciences in order to destroy the excesses of naturalization. This was the second Enlightenment, that of the nineteenth century ... the critical power of the moderns lies in this double language: they can mobilize Nature at the heart of social relationships, even as they leave Nature infinitely remote from human beings; they are free to make and unmake their society, even as they render its laws ineluctable, necessary and absolute. ...Native Americans were not mistaken when they accused the Whites of having forked tongues’ (LATOURE, Bruno. **We have never been Modern**. Cambridge: Harvard University, 1993. p. 35, 37, 38).

discontinuous, temporally broken down into putative “stages” and/or “revolutions”.’ Duncan’s point is ultimately that the modern sciences have been so preoccupied with human history from the dawning of an agricultural civilization, that ‘people who lived before agriculture have been condemned to what has been called, with breathtaking arrogance: “pre-history”... [and that] because historians in particular refused to consider humans in deep time that modern science has actually had no ecologically relevant cultural impact, at least not yet’.¹⁹

This essay explores the possibility of recognizing the emergence of alternatives to the ‘human sciences,’ as dismissed by Duncan, through what I shall call ‘ontological encounters,’ between the economic paradigm and ecologies. The former represents the dominant ontology (reality belief, truth claim, or organizing principle), which I call the ‘economic calculus.’ Polanyi’s term for this ontology was ‘economic liberalism,’ an assumption that humans have a natural/generic motive for ‘self-gain,’ for which the most appropriate institution is the ‘self-regulating market’.²⁰ Polanyi viewed this belief as the ‘economist fallacy,’ whereby subjection of society to a ‘disembedded’ (unregulated) market risked ‘annihilation’ of ‘the human and natural substance of society.’

While Polanyi’s vision was largely metaphorical, we can draw some useful observations from his preoccupations. Arguably, Polanyi’s concept of ‘fictitious commodities’ (land, labor and money) paralleled Marx’s notion of the fetishism of commodities (value, as price, concealing constitutive social relations). That is, Polanyi identified the artificiality of value relations insofar as they were coming to govern social life in Europe – in two senses, as an ideology misrepresenting the (politically instituted) market as a natural construct, and discounting (thereby threatening) the biophysical foundations of society. The ontology of the economic calculus, then, was reductionist and bound to generate countermovement drawing on overridden principles of social and ecological health. Elsewhere, I have referred

¹⁹ DUNCAN, Colin. ‘The practical equivalent of war? Or, using rapid massive climate, change to ease the great transition towards a new sustainable anthropocentrism.’ 2007.

²⁰ POLANYI, Karl. **The Great Transformation**. Boston: Beacon, 1957 (1944).

to this as a form of ‘epochal comparison of the utilitarian conception of “economy” with a substantivist pre-capitalist conception’.²¹

My point is that Polanyi models the kind of ‘ontological encounter’ in play, in particular underscoring that an ontology such as the ‘economic calculus’ is neither independent and objective, nor is it sustainable. The ideology of self-adjusting markets was very much a historical product, and yet, as such, it invisibilizes alternative organizing principles (with perilous consequences). Understanding the act of erasure, and its consequences, invokes a form of incorporated comparison, where ‘comparison becomes the substance of the inquiry rather than its framework’.²² Comparison is substantive for two key reasons: first, it reveals the *interdependence* of these two ontologies, and second, this interdependence is historical in the sense that such an encounter forces mutual translation (whether in ecological accounting or political-ecological struggles to preserve/sustain environments). With respect to historicity, we can take from Polanyi (and Marx of course) that the market principle is a political construct, even as it seeks to override/appropriate its alternatives. The latter are several, but the key one today, as Duncan notes, is the ecological principle.

As suggested, the reductionism of an economic calculus is that it necessarily (through a series of material contradictions) invokes a different, ecological calculus, as a more robust answer to the material crisis the world is facing. The contradictions express the ontological divide between two distinct organizing principles, or, as Martinez-Alier²³ puts it, two ‘languages of valuation.’ These principles are necessarily historical, and, as such they can be understood as mutually conditioning, and subject to incorporated comparison. In this essay, I propose a form of comparison in which the (ontological) encounter between these principles expresses an unfolding totality.²⁴ Put another way, the growing

²¹ MCMICHAEL, Philip. Rethinking comparative analysis in a post-developmental context. **International Social Science Journal**, v. 133, p. 351-365, 1992. p. 360.

²² MCMICHAEL, Philip. Incorporating comparison within... Op. Cit., p. 386.

²³ MARTINEZ-ALIER, Joan. **The Environmentalism of the Poor**. A study of ecological conflicts and valuation. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.

²⁴ While this may invoke Tsing’s creative construct of ‘traveling universals’ where ‘global environmentalism’ for example emerges through dialogues between distinct cultural understandings of the environment (TSING, Anna Lowenhaupt. **Friction. An Ethnography of Global Connection**. Princeton: Princeton University, 2005. p. 153), my point is different for two

ecological challenge to the economic calculus offers the possibility of an emancipatory solution, posited through the methodological device of incorporated comparison.

The ontological encounter between the economic, and an ecological, calculus is inherent in the history of capital. This is implicit in Marx's methodological directive regarding the subordination of agriculture to capitalism, quoted above. The process by which capital subsumes land into its value relations has ecological consequences, some of which are represented in the retort (inverting Marx's directive) of the international peasant coalition: 'Land provides the base for all human life. Land, appropriately called Mother Earth by the natives of the Americas, feeds us: men, women, boys and girls; and we are deeply bound to her'.²⁵ The question becomes, then, under what circumstances do capital's value relations meet/recognize their ecological limits? The answer lies in the relational encounter between the economic, and an ecological, calculus. This is an ontological encounter represented first in epistemic form, and second in the material contradictions we call the triple (food, financial and climate) crisis.

Epistemic dimensions

In this section, I critically examine Marx's theory of value in relation to the ecological principle. Arguably, Marx's theory of value is two-sided. On the one hand, he develops it as a logical reconstruction of the movement of capital, as a social relation premised on the commodity labor-power. As such, value theory enables methodological discovery of the fetishism of commodities concealing the social relations underlying the price form. Through this exercise, Marx establishes the point that political economy objectifies exchange, endowing 'economy' with a life of its own, or normalizing the market. On the other hand, since this method uncovers, and enables recovery of, the 'social,' it offers emancipatory possibility.

reasons. First, Tsing's traveling universals are deliberately fragmented in their treatment, Tsing being skeptical of theory as totalizing, and thereby avoiding historicizing (theorizing) the political-economic conjuncture constituted by her various 'frictions.' And second, my argument is not about concretizing universals (friction), rather it is about understanding the historicized encounter between two hitherto distinct ontologies.

²⁵ La Vía Campesina, 2000.

It is perhaps becoming commonplace to observe that Marx's theory of capital accumulation lacks, or at least discounts, an ecological dimension (see, in particular, Moore).²⁶ Capital theory depends logically on the concept of value, understood as a social relation. The foundational assumption is that capital has no historical or logical meaning outside of its relationship to labor-power. And this is premised on the separation of labor from its means of subsistence through the act of primitive accumulation. The theory of capital accumulation (as a logical construct) proceeds from this historical fact. But this historical fact is not simply about the alienation of labor-power, but also it is about the separation of labor from nature. However, in consequence of the logical focus of the theory of capital accumulation, as the basis for the critique of political economy, ecological relations are discounted or eliminated from consideration.

Narratives (usually orthodox) of capital accumulation, as translations of Marx's theory of capital to histories of capital, necessarily reinforce this one-sided view of modern history.²⁷ Arguably, there are two explanations for this condition. First, the point of departure of Marx's critique was political economy's understanding of value, which discounted nature beyond accounting for variation in land fertility, represented as differential ground-rent value. By focusing his critique on the very relations privileged by economic liberalism, Marx's interpretation of social reproduction under capitalism privileges those relations (albeit in different form) as suggested in the following claim in *Grundrisse*:

It is not the unity of living and active humanity with the natural, inorganic conditions of their metabolic exchange with nature, and hence their appropriation of nature, which requires explanation, or is the result of a historic process, but rather the separation between these inorganic conditions of human existence and this active existence, a separation which is completely posited only in the relation of wage labour and capital.²⁸

²⁶ The burgeoning literature on the 'metabolic rift' notwithstanding (FOSTER, J.B. **Marx's ecology: materialism and nature**. New York: Monthly Review, 2000.; MOORE, Jason. Environmental crises and the metabolic rift in world-historical perspective. **Organization & Environment**, v. 13, n. 2, p. 123-57, 2000.; SCHNEIDER, Mindi; MCMICHAEL, Philip. Deepening, and repairing, the metabolic rift. **The Journal of Peasant Studies**, v. 37, n. 3, p. 461-484, 2010.).

²⁷ Cf: MCMICHAEL, Philip. Revisiting the question of the transnational state. **Theory & Society**, v. 30, n. 2, p. 201-210, 2001.; TOMICH, Dale. Op. Cit.

²⁸ MARX, Karl. **Grundrisse**. Op. Cit., p. 489.

Second, subsequent Marxist histories of capitalism have mirrored conventional modernist narratives insofar as ecological relations have been sidelined in the focus on ‘capital accumulation’ or ‘development.’²⁹ A prominent example is the threshold critique of the modernist narrative of development by Andre Gunder Frank.³⁰ His formulation of the ‘development of underdevelopment’ proposed a relational dynamic animated by the unequal relations of capital accumulation on a world scale, nevertheless devoid of ecological relations.

What Frank’s conception proposed was a systematic understanding of the colonial relation between metropole and periphery accounting for European dominance and non-European subordination, in economic (capital accumulation) terms. That is, it challenged notions that all world regions would necessarily follow a development path forged by the West. In one sense, Frank’s intervention unsettled the implicit comparative episteme embodied in the notion of ‘development.’ Henceforth, the assumption that the European and non-European worlds could be compared along/across a linear trajectory of development was now a subject of substantive debate. While conventional social science continues to reify nation states as individual/separate containers or expressions of development, dependency or world-systems approaches challenge this initial assumption with the kind of relational episteme of a ‘development of underdevelopment’ formulation.

In another sense, however, Frank’s (and subsequent) formulations have not been able to entirely shed developmentalist ontology. In one way or another, world-systemic theories continue to attribute the development standard to the metropolitan world, even as they maintain that what happens in the metropolitan world cannot be understood outside of global relationships.³¹ And even as the linear dimension of developmentalism is problematized, the actual content of development remains governed by a capital accumulation episteme. In other

²⁹ A notable exception is Moore (MOORE, Jason. Environmental crises... Op. Cit.; MOORE, Jason. The modern world-system as environmental history? Ecology and the rise of capitalism. **Theory and Society**, v. 32, p. 307-377, 2003.).

³⁰ FRANK, 1967.

³¹ See MCMICHAEL, Philip. World-systems analysis... Op. Cit.

words, whether Marxist or mainstream, theories of development retain a singular 'capitalocentric' focus.³²

Accordingly, the capitalocentric focus dominates international political economy and development policy, reinforcing an ontology (an implicit organization of the world) that externalizes ecological relations. The proof of the pudding lies in the fact that the current global crisis is not just of capital but of the environment (and these 'domains' are necessarily inter-related). While capital may have contributed to the environmental crisis, capital cannot solve it – despite proliferating forms of 'full-cost accounting.' In fact the latter is one concrete expression of the political ontology of capital, the attempt to resolve environmental crisis through the pricing of nature. As Marx would remind us, this represents a deepening of commodity fetishism through the reduction of natural processes and relations to a singular price metric.

Nevertheless, where 'capital is the all-dominating economic power of bourgeois society,' it also governs the critique. This method of critique appears to eliminate ecological relations. Marx was certainly aware of the significance of the need for a sustainable social/natural metabolism. Indeed he claimed the 'conscious and rational treatment of the land as permanent communal property [is] the inalienable condition for the existence and reproduction of the chain of human generations'.³³ However, his analytical point of departure concerns (the relational origins of) value, as a *social* substance produced by capital through the application of labor-power.

For Marx, the application of labor-power is at one and the same time the transformation of nature, appropriating its natural wealth as use-values. Nature is not so much a-social, as residual, in this representation. The above quote from Marx regarding the unity of social/natural processes underlines the materiality of social life and its mutual conditioning with the natural environment. But value theory overrides this relationship, losing sight of conscious ecological practices at

³² Cf. GIBSON-GRAHAM, J.K. **A Post-Capitalist Politics**. Minneapolis: University of Minnesota, 2006.

³³ Quoted in FOSTER, J.B. **Marx's ecology: materialism and nature**. New York: Monthly Review, 2000. p. 164.

odds with capitalist value relations. Elsewhere I have argued that this oversight stems from the circumstances of the 'metabolic rift' -- a concept by which Marx dates the rise of capitalism in the rupturing of agricultural nutrient cycles as the social division of labor between town and countryside develops, expelling populations from the land and converting agriculture to an input-output operation as industrialization proceeds.³⁴

The point here is that *given* the metabolic rift, value relations claim ontological priority. Thus the conversion of agriculture to a branch of industry privileges capital in its subordination of landed property, reconstituting 'landed property' through the lens of capital. Such an inversion occurs in the structure of thought as well, superimposing a capitalist logic on history (as opposed to historicizing capitalism).

However, so long as we recall the historical fact of the metabolic rift, namely that it is a foundational story deriving from an original social/natural unity in production, it is possible to invert the meaning of capital logic to recover the historicity of ecological relations both prior to and alongside of the ongoing conversion of land to capital through the deepening of the mechanism of the metabolic rift.³⁵ And precisely because the concept of value with which Marx works insists on the original unity of labor and nature, this concept anticipates (abstractly) the possibility of alternative expressions of this relationship. That is, 'value' historicizes capitalism as an alienated form of social reproduction, allowing the possibility of its transcendence, to express value in terms other than price (such as an ecological calculus).

Transcendence is, first of all, a matter of recognizing alternative values, beyond the abstract one-dimensional economic calculus associated with neoliberal marketization. The one-dimensionality is double-edged: both reducing value (and cost) to price, and rationalizing space-time relations. Such reductionism is precisely the target of Marx's critique of the fetishism of commodities, that is, the disregard it generates for the conditions under which commodities are produced. And, consistent with the need for historicization, this would include the intrinsic

³⁴ SCHNEIDER, Mindi; MCMICHAEL, Philip. Op. Cit.

³⁵ Cf: TOMICH, Dale. Op. Cit.

devaluation of other life-worlds via the objectification of the market.³⁶ And devaluation involves active erasure of the evolving coproduction of humans and nature, as suggested by a Peruvian Indian, Justo Oxa:

The community, the *ayllu*, is not only a territory where a group of people live; it is more than that. It is a dynamic space where the whole community of beings that exist in the world lives; this includes humans, plants, animals, the mountains, the rivers, the rain, etc. All are related like a family. It is important to remember that this place [the community] is not where we are from, *it is who we are*. For example, I am not *from* Huantura, *I am* Huantura.³⁷

A topical example of market objectification concerns the impact of extractive capitalism on natural regions, formed through socio-ecological relations of indigenous shrimping. Martinez-Alier notes that the extractive imperatives for capital accumulation generate ‘antagonism... between economic time, which proceeds according to the quick rhythm imposed by capital circulation and the interest rate, and geochemical-biological time controlled by the rhythms of Nature, ...expressed in the irreparable destruction of Nature and of local cultures which valued its resources differently’.³⁸ The contradiction between industrial shrimp farming for export and mangrove conservation is expressed in conflicts between *different languages of valuation* (the subject of political ecology). Thus he claims industrial shrimp farming:

entails the loss of livelihood for people living directly from, and also selling, mangrove products. Beyond direct human livelihood, other functions of mangroves are also lost, perhaps irreversibly, such as coastal defence against sea level rise, breeding grounds for fish, carbon sinks, repositories of biodiversity (for example, genetic resources resistant to salinity), together with aesthetic values.³⁹

The multiple values at work here embody a local practicality erased by price abstraction (expressed in the consumer slogan “all the shrimp you can eat”).

³⁶ Thus de la Cadena notes: ‘The relation among worlds was one of silent antagonism, with the Western world defining for history (and with “History”) its superbly hegemonic role as civilizational, and as a consequence accruing power to organize the homogenous life that it strived to expand’ (DE LA CADENA, Marisol. Op. Cit., p. 346).

³⁷ Quoted in DE LA CADENA, Marisol. Op. Cit., p. 352.

³⁸ MARTINEZ-ALIER, Joan. Op. Cit., p. 215.

³⁹ Ibidem. p. 80.

Certified and/or labeled green consumerism may require that consumers pay the full (environmental) 'cost' through a price subsidy, but at what *practical* cost to dispossessed shrimpers whose ecology is irreparably destroyed? And dispossession includes both material deprivation and displacement of practical management of ecosystem knowledge,⁴⁰ despite the market-centric representation of agro-exporting as a source of investments and jobs (rather than of socio-ecological destruction).

In this example of an ontological encounter capital imposes its value relations (as economic calculus) in a region governed by an ecological calculus. The imposition is a claim to universality represented as material improvement (jobs, export revenues, food products), imposing a violent ontology that privileges one (abstracted) life-world via the misconstruction and devaluation of another (practical) life-world. Methodologically, one might say that this example follows Marx's script of capital forming the 'starting point' and the 'finishing point' (in more ways than one) of this scenario. On the face of it, such languages of valuation lack any form of equivalence and meaningful, reciprocal dialogue is ruled out by virtue of the fact that 'the monetary values given by economists to negative externalities or to environmental services are a consequence of political decisions, patterns of property ownership and the distribution of income and power'.⁴¹ In other words, the elaboration of value via the price form, which enables and legitimizes such destructive extraction, is mediated through the politics of the property relation, as an historical encounter.

And, where property fractionates and commodifies ecology, monetary values abstract from, and invisibilize, biological process. Marx noted:

Capital asks no questions about the length of life of labour-power. What interests it is purely and simply the maximum of labour power that can be set in motion in a working day. It attains this objective by shortening the life of labour-power, in the same way as a greedy farmer snatches more produce from the soil by robbing from its fertility.⁴²

⁴⁰ This point is developed in SCHNEIDER, Mindi; MCMICHAEL, Philip. Op. Cit.

⁴¹ MARTINEZ-ALIER, Joan. Op. Cit., p. 150.

⁴² MARX, Karl. **Capital**. New York: Vintage, 1990. V. 1. p. 376.

The process of abstraction, violent in its intent and impact, nevertheless cannot escape material consequences. This is exemplified in Escobar's study of Colombia's Tumaco region, where the co-existence of industrial shrimp farming and biofuel production generate 'capital's second contradiction.' Here, 'the capitalization of nature in the shrimp and oil palm sectors creates a contradiction between these two types of capital (the growing contamination of the rivers by the *palmicultoras* influences negatively the shrimp sector, for instance). There are thus contradictions between individual capitals and capital as a whole'.⁴³ In other words, in degrading its ecological base, capital simultaneously undermines its long-term sustainability. In this sense economic and ecological relations are mutually conditioning – and paradoxically. In other words, this ontological encounter, which takes particular form in this place, is the 'self-forming whole' that defines the current conjuncture – one of ecological degradation informing capital's crisis.

The encounter between such distinct and seemingly irreconcilable ontologies is nonetheless a historical relationship. Their trajectories, therefore, can be understood and evaluated comparatively, because their existence is mutually conditioning (despite their distinct organizing principles). Their mutual relations may in fact determine the viability of each, both as particular expressions of the implications of such an encounter, and as contradictory parts of a larger totality, comprising environmental and political relations.

This totality is increasingly expressed in terms of the 'ecological footprint,' generating forms of ecological accounting to compensate for the aridity of the economic calculus. Here, authorities ascribe a monetary value to natural resources, encouraging the institutionalization of 'payment for environmental services,' as way of internalizing 'externalities.' Martinez-Alier observes of this practice that 'while conventional economics looks at environmental impacts in terms of externalities which should be internalized into the price system, one can see

⁴³ ESCOBAR, Arturo. **Territories of Difference. Place, movements, life, redes.** Durham & London: Duke University, 2008. p. 94.

externalities not as market failures but as cost-shifting successes *which nevertheless might give rise to environmental movements*'.⁴⁴

In other words, there is a politics involved in such accounting practices, revealed and/or countered by 'the environmentalism of the poor.' Interestingly, 'until recently, the actors of such conflicts rarely saw themselves as environmentalists. Their concern is with livelihood. The environmentalism of the poor is often expressed in the language of legally established old community property rights'.⁴⁵ In this sense the notion of an ecological calculus is very much a social construction. And it extends to not simply making clear that environments are also human habitats, but also showing that, *pace* eco-feminist economists, 'national income accounting, even the destruction of natural resources is counted as production, while environmental and social reproduction is not'.⁴⁶ Thus, through numerous such encounters, social theory is confronted with its blind-spot vis-à-vis ecological relations.

Ontological encounter

As shown, the 'epistemic override' in value relations clearly implicates the alternative ontology associated with an ecological calculus, embodying a comparative relation by definition. But there is an asymmetry here, underscoring the historicity of this ontological encounter, represented by an economic calculus as the modern rationality of the development episteme. Whereas 'ecological' practices organize around replenishment, 'economic' practices organize for 'robbery' – at the expense of the former practices. While the former respects biological time, the latter concerns itself solely with value's velocity of circulation. One consequence is to deem ecological (rather than economic) practices anachronistic and change-resistant.

Such discounting is routine with respect to understanding forms of peasant social reproduction. In consequence, as van der Ploeg claims: 'peasant-like ways of farming often exist as *practices without theoretical representation*.... Hence they

⁴⁴ MARTINEZ-ALIER, Joan. Op. Cit., p. 257, emphasis added.

⁴⁵ Ibidem. p. 266.

⁴⁶ Ibidem. p. 211.

cannot be properly understood, which normally fuels the conclusion that they do not exist or that they are, at best, some irrelevant anomaly'.⁴⁷ Small-holder farming, whether or not it embodies an 'ecological calculus,' is routinely assumed to represent an initial developmental stage, an historical relic in the twenty-first century. Marx's observation of peasant proprietorship echoes a modernist representation of agriculture through the capital lens:

Proprietorship of land parcels by its very nature excludes the development of social productive forces of labour, social forms of labour, social concentration of capital, large-scale cattle-raising, and the progressive application of science.⁴⁸

In other words, this representation of small-holding 'excludes' attention to 'the very nature' of labor-intensive farming, because of the priority of value relations in Marx's reconstruction of capital's logical relations. However, as argued, Marx's value theory is methodological. Value is not *intrinsic* to labor, or nature, rather it is produced through social combinations of labor/nature as commodities with exchange-value. Capital's language of valuation is monetary value alone, but critical value theory demystifies this alienated language, opening up alternative possibility. What appears to be a universal rationality, and represented as such, is in fact an abstraction and form of denial of practical value. In other words, value theory implies (but cannot itself define) alternative relationships embodying distinctive forms and understandings of value – such as the 'peasant-like ways of farming' referred to by van der Ploeg. This is, in effect, an ontological standoff.

However, alternatives emerge relationally. For example, the international peasant coalition, which contests the industrialization of agriculture on a world scale, comprises a mobilization of smallholders, region by region, under the strategic (globalized) slogan of 'food sovereignty.'⁴⁹ Contrary to the dominant

⁴⁷ VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **The New Peasantries**. Struggles for Autonomy and Sustainability in an Era of Empire and Globalization. London: Earthscan, 2009. p. 19, italics added.

⁴⁸ MARX, 1967, p. 807.

⁴⁹ Food sovereignty is counterposed to 'food security' – a term appropriated by the neoliberal project of establishing a corporate food regime responsible for 'feeding the world' through the market. Since that has not eventuated, the food sovereignty movement politicizes this condition by advocating an alternative politics of food based on citizen rights to organize their own

economic calculus viewing agriculture as necessary to the reproduction of capital (raw materials, foodstuffs, fuels, dispossessed labor), the food sovereignty movement regards agriculture as necessary to social and ecological reproduction. Historically, 'food sovereignty' emerged in relation to the depredations of neoliberalism, and in particular its appropriation of the concept of 'food security' to mean food provisioning through the global market via protected food corporations.⁵⁰ As founding member of La Vía Campesina (largest peasant coalition within the International Planning Committee for Food Sovereignty), Paul Nicholson, observed:

the farmers' organizations from Latin America and Europe that were going to found Vía Campesina in 1993 met in Managua in 1992. At that time, we issued a 'Managua declaration' where we denounced the 'agrarian crisis' and 'rural poverty and hunger' resulting from the neo-liberal policies. This crisis is the very reason why Vía Campesina was created.⁵¹

And this agrarian crisis unfolded fifteen years later as the 2007-08 'food crisis' – which, for Vía Campesina, began:

a new stage for us because since then we have focused much more on developing and promoting alternatives. The frontal opposition to the neo-liberal model is still there, but we feel a strong unity between all our members in the model of production and the society that we promote. For example, we have started working much more systematically on the defence of biodiversity and farmers seeds. The Vía Campesina reaction to the climate and then to the food crisis has been 'small farmers cool down the earth' and 'we can feed the world'.⁵²

While these claims are visionary, nevertheless they offer an alternative ecological rationality. Thus João Pedro Stedile, a leader of the MST (of Vía Campesina), observes:

national/local food systems (ROSSET, Peter. Food Sovereignty and the Contemporary Food Crisis. **Development**, v. 51, n. 4, p. 460-463, 2008.).

⁵⁰ MCMICHAEL, Philip. Peasant prospects in a neoliberal age. **New Political Economy**, v. 11, n. 3, p. 407-18, 2006.

⁵¹ NICHOLSON, Paul. Vía Campesina: responding to systemic crisis. **Development**, v. 51, n. 4, p. 456-459, 2008. p. 456.

⁵² Ibidem. p. 457.

From the time of Zapata in Mexico, or of Julio in Brazil, the inspiration for agrarian reform was the idea that the land belonged to those who worked it. Today we need to go beyond this. It's not enough to argue that if you work the land, you have proprietary rights over it.... We want an agrarian practice that transforms farmers into guardians of the land, and a different way of farming that ensures an ecological equilibrium and also guarantees that land is not seen as private property.⁵³

The ontology expressed here is not only about stewardship of the land as a social act, but also as actively sustaining eco-systems. It depends on a foundational practice perhaps expressed best by the head of a Mixtex organization known as CEDICAM (Mexico), in characterizing *milpa* agriculture thus: 'It's not a way of improving nature – it's a way of getting closer to the processes of nature, getting as close as possible to what nature does'.⁵⁴

Van der Ploeg's research⁵⁵ illustrates the substantive ecological calculus within contemporary peasant agricultural practices. It exemplifies an ongoing ontological encounter that is defining of this historical conjuncture, where the crisis of industrial agriculture is expressed in a process of re-peasantization – which, through a modernist lens, but for ecological necessity, would be considered 'unthinkable'.⁵⁶ That is, van der Ploeg specifies 'the peasant condition' as entirely contemporary and global, as distinct from a historicist definition of the peasantry as belonging to the past and/or the periphery.⁵⁷ This condition stems from the crisis of industrial agriculture (organized by a complex of 'food empires'). The peasant condition is centered in practices of co-production with living nature, including patterns of cooperation, that 'aims at and materializes as *the creation and development of a self-controlled and self-managed resource base*,' which may be strengthened by engaging in pluriactivity/other non-agrarian activities'.⁵⁸ A

⁵³ STEDILE, João Pedro. Landless battalions. **New Left Review**, v. 15, p. 77-104, 2002. p. 100.

⁵⁴ Quoted in CANBY, Peter. Retreat to subsistence. **The Nation**, July 5, p. 30-36, 2010. p. 36.

⁵⁵ This involves over a decade of comparative research in Peru, Italy and the Netherlands.

⁵⁶ Trouillot argues that the Haitian slave revolt, in upending Enlightenment discourse that disconnected the category of 'slave' from self-organization, revealed the 'unthinkable even as it happened' (TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past**. Power and the production of history. Boston: Beacon Press, 1995. p. 72).

⁵⁷ VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **The New Peasantries...** Op. Cit., p. 34.

⁵⁸ Cf: VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **The New Peasantries...** Op. Cit., p. 23, 33.

This definition allows for engagement with commodity circuits (without necessarily transforming peasants into 'petty commodity producers'), and for peasant 'opportunism:' 'whether and to what

fundamental part of this conceptualization is that whereas peasant agriculture is portrayed as stagnant via a market lens, in fact reproduction and development of the resource base is *both* definitive of the peasantry *and* the condition of its emancipation from an economic calculus – as proscribed by my notion of the ‘ontological encounter.’

In suggesting that ‘European peasants are far more peasant than many farmers in the developing world and this explains why they are somewhat better off’⁵⁹ van der Ploeg universalizes the peasant condition (contrary to conventional consignment of peasantries to the margins of an advancing capitalist frontier in the global South). That is, the modern peasant inhabits a specific temporality, that of the global agrarian crisis of the neoliberal project:

Worldwide, peasants face dependency and deprivation and the implied danger of further marginalization... [they face] threats implied by the squeeze on agriculture (i.e. stagnating output prices and increasing costs). They likewise suffer from a range of old and new dependency relations, among them the newly emerging regulatory schemes that prescribe the most miniscule details of the labour and production process.⁶⁰

Starting from the observation that ‘peasants, wherever located, related to nature in ways that sharply differ from the relations entailed in other modes of farming’,⁶¹ van der Ploeg goes on to argue that their response to this encounter is to ‘repeasantize,’ in a double movement: quantitatively, as entrepreneurial farmers re-convert into peasants, joined by those returning to the land, and qualitatively, as

extent peasants produce commodities that routinely enter capitalist circuits, and whether and to what extent peasants perceive themselves as utilizing, rather than internalizing, commodity production to sustain their households and communities’ (MCMICHAEL, Philip. Peasant prospects in a neoliberal age... Op. Cit., p. 411). Claiming peasants constantly adapt to changing circumstances, van der Ploeg (VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **The New Peasantries... Op. Cit.**, p. 30) avoids ‘identifying or limiting the concept of survival (and for that matter, the concept of the peasantry more generally) to that of ‘subsistence’ (or self-provisioning of food).’

⁵⁹ Cf: VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **The New Peasantries... Op. Cit.**, p. 40.

In fact, van der Ploeg cites comparative research in seven European countries indicating that 60% of professional farmers cut costs through self-provisioning (VAN DER PLOEG, Jan Douwe. *The peasantries of the twenty-first century: the commoditization debate revisited.* **The Journal of Peasant Studies**, v. 37, n. 1, p. 1-30, 2010. p. 7).

⁶⁰ VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **The New Peasantries... Op. Cit.**, p. 39.

⁶¹ *Ibidem.* p. 21.

peasants embrace forms of distancing from markets via internalization of an ecological calculus.

The peasant mode animates given resources (ie, those produced and reproduced through previous production cycles) with labor-driven intensification, enhanced by forms of reciprocity as (network) resources to be mobilized in enhancing 'value-adding.' Conventional value-adding (via non-agricultural income, such as agro-tourism, nature management) complements the 'value-adding' associated with enhancing self-provisioning (production inputs as well as subsistence) -- an apparent paradox resolved as follows: 'the more the farm is distanced from the large upstream markets (and the imperial control rooted in them) the larger the room for manoeuvre to construct the new alternatives on the downstream side'.⁶²

Despite this awkward juxtaposition of different forms of 'value-adding,' van der Ploeg claims that peasant farming is distinct from other forms of agriculture, such that modernist categories are unable to comprehend, or theoretically represent, the specificity of contemporary peasantries. This distinction concerns the centrality of labor -- materially, as well as epistemically. Capitalist operations, *tout court*, are governed by the drive to *replace* labor in production. Accordingly, (peasant) labor is viewed as, and rendered, redundant. For van der Ploeg, labor intensification is the *differentia specifica* of the peasant mode of farming. His discussion of labor intensification offers a fundamental critique of developmentalist portrayals of peasant labor as both outmoded and constrained by paucity of resources (defined in physical, rather than biophysical, terms).⁶³ From a developmentalist perspective limited landholdings, non-improved varieties, and traditional knowledge all contribute to a subsistence level of farming that is 'unable to drive development'.⁶⁴

⁶² VAN DER PLOEG, Jan Douwe. The peasantries of the twenty-first century:... Op. Cit., p. 20.

⁶³ There are echoes here of the 'natural' path of development (labor-intensive methods) identified by Arrighi as originating conceptually in Adam Smith's work, and informing the 'East Asian model' (ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith in Beijing. Lineages of the Twenty-First Century. London: Verso, 2007.) -- as distinct from the 'unnatural' capitalist path pursued by the West -- a potential 'ontological dualism'?

⁶⁴ VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **The New Peasantries**... Op. Cit., p. 46.

Specifying the peasant mode historically insists that 'labor-driven intensification emerges as a strategic, if not unavoidable, development trajectory'.⁶⁵ For within a predatory neoliberal market environment constituted by a complex of 'food empires:'

A non-commoditised exchange with nature allows the building of an important line of defence: the more that farming is grounded on ecological capital the lower the monetary costs of production will be. Ecological capital, if cared for, also allows for patterns of growth that are independent of the main markets for factors of production and non-factor inputs: herds are enlarged and improved through on-farm breeding and selection; fields are well-cultivated and made more fertile; new experiences are translated into expanded knowledge.⁶⁶

The concept of 'ecological capital' invokes value-adding as central to the peasant mode. Paradoxically, value here means ultimately a *reduction* of monetized inputs, insofar as farm resources are reclaimed as use- rather than exchange-values, via the decommodification of farming. What appears as a negative balance in the monetary equation, is, in fact, emancipatory. More than simply use-value, what is accumulated is not exchange-value but *reproductive value* of agricultural resources rather than of capital. Building 'ecological capital' represents an alternative form of valorization -- an ecological calculus, versus an economic calculus. And it involves multiple practices, 'institutionalized within vested routines and a range of cultural *repertoires* that stress the virtues of autonomy, freedom, work and progress obtained through the co-production of man and nature'.⁶⁷

Van der Ploeg's use of terms such as 'value-adding' and 'ecological capital' underlines the fluidity and overlap among agricultures, allowing some mutation (or even mutual conditioning) between peasant and entrepreneurial farming. The more substantial the 'ecological capital,' where peasant households are in a position to mobilize resources off and on the farm and stabilize their material base, the greater the emancipatory possibilities and the socio-political impact of the

⁶⁵ Ibidem. p. 48.

⁶⁶ VAN DER PLOEG, Jan Douwe. The peasantries of the twenty-first century... Op. Cit., p. 4-5.

⁶⁷ VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **The New Peasantries**... Op. Cit., p. 49.

peasant mode of farming – with developmental consequences. In Europe at least, to the extent that peasant farming:

easily unfolds as multifunctional agriculture... entrepreneurial farming will find it far more difficult to do so... there will be an overarching need to create high employment and adequate remuneration levels in these new rural areas of the enlarged European Union. This definitively requires a reconceptualization of farming that goes beyond entrepreneurial and corporate models that tend to reduce employment levels and value added. *Repeasantization will occur as a material need* (if it is not already one).⁶⁸

In other words, an ecological calculus addresses and moves to resolve the socio-ecological contradictions (displacement, labor redundancy, debt, environmental degradation) generated by the economic calculus.

Incorporating comparison

This is, therefore, an argument for recognition of what would normally be ‘unthinkable’ within the economic rationalist terms of neoliberal modernity. At first glance these two forms of calculus appear to be ideal types, compositionally distinct. More than ideal types, they represent distinct ontologies insofar as they are historically produced and enacted. But they are also, in some sense, mutually complicit, and as such, comparable. The form of complicity is historical. That is, while the economic calculus is a product of capitalist modernity and its power relations, an ecological calculus is rooted in long-standing practices, the knowledge of which has been progressively erased with the advance of the economic calculus.⁶⁹ And yet, evidently these particular ontologies are neither independent of one another nor of time-space relations. They may not be historically equivalent,

⁶⁸ Ibidem. p. 285. Italics added.

⁶⁹ Note that Latour views ‘being modern’ as constructing separate ‘ontological zones’ by ‘purification’ of humans from non-human entities – as distinct from the hybridity of the Achuar of Amazonia, who ‘do not... share this antinomy between two closed and irremediably opposed worlds: the cultural world of human society and the natural world of animal society’ (Descola quoted in Latour 1993, 14). Nonetheless, anthropologist Descola goes on to observe ‘and yet there is nevertheless a certain point at which the continuum of sociability breaks down, yielding to a wild world inexorably foreign to humans’ (idem). This of course is a boundary issue, and does not alter the basic point regarding socio-natural hybridity, but what it does underline is that nature has its own ‘laws,’ even when entangled with social relations – as is clearly evident in the (feedback) effects associated with climate change (Cf: MCMICHAEL, Philip. In the short run are we all dead? A political ecology of the development climate. In: LEE, Richard (Ed.) **The Longue Durée and World-Systems Analysis**. Albany: Suny, 2012.).

but they are mutually implicating. Establishing this, and its conjunctural-historical impact, is the task of incorporated comparison.

The shrimp-farming instance is a case in point, revealing the asymmetry of the relationship whereby the former (economic) subordinates the latter (ecological) in exercising its power as a universal. Nevertheless, it is also the case that the materiality of these ontologies is asserted in feedback mechanisms expressing the (hitherto) 'externalized' ecological conditions of commodity production. The examples here demonstrate that feedback mechanisms can take the form of environmental degradation undermining conditions of accumulation, or they can take the form of rising costs of production transmitted through farmer dependency on food empires for (commodified, and fossil-fuel based) inputs. What may have been unthinkable in the terms of the economic calculus feeds back as pollution, indebtedness (and suicide), or political resistance – such as the environmentalism of the poor or food sovereignty movements.

Such 'feedback' in fact registers the false separation (and, indeed, economy), of modernity. Latour captures this falsity in his notion of the constitution - 'the common text that defines this understanding and this separation',⁷⁰ observing:

the Constitution provided the moderns with the daring to mobilize things and people on a scale that they would otherwise have disallowed. This modification of scale was achieved not – as they thought – by the separation of humans and nonhumans but on the contrary, by the amplification of their contacts.⁷¹

But from such duplicity, de la Candena draws emancipatory possibility -- by imagining:

a pluriverse as partially connected heterogeneous socionatural worlds negotiating their ontological disagreements politically... The idea of a pluriverse is utopian indeed: not because other socionatural formations and their earth-practices do not take place, but because we have learned to ignore their occurrence, considering it a thing of the past or, what is the same, a matter of ignorance and superstition....

The utopian process is, thus, the redefinition of the baseline of the political, from one where politics started with a hegemonic definition that housed the superiority of the socionatural formation of the West and its practices, to one that starts with a symmetric understanding of

⁷⁰ LATOUR, Bruno. Op. Cit., p. 14.

⁷¹ Ibidem. p. 41.

plural worlds, their socionatural formations and their practices. From the prior baseline (or, rather, the one we are used to) politics appeared as an affair among humans after denying the ontological copresence of other socionatural formations and its practices and translating the denial, with the use of universal history, from an antagonistic maneuver—a declaration of war against worlds deemed inferior—into a necessary condition for one good, livable world order.⁷²

I have used the example of ‘repeasantization’ here to exemplify socionatural plurality. As such it represents a distinctive ecological principle realized through the contradictions and limits of the economic calculus. In this sense it is part of ‘the self-forming whole’ underway at this historical moment – as revealed by the method of incorporated comparison. To reiterate, ‘distanciation’ represents a solution to the agrarian crisis – a solution that requires ‘retreat’ into, and embrace of, an ecological calculus. Instead of internalizing costs, via market environmentalism, in recognition of the ecological violence of commodity production, farmers internalize value, as ‘ecological capital’ (van der Ploeg’s [hybrid] term). Rather than extracting monetized value through exploitation of labor and nature, modern peasants replenish soil and water nutrient cycles as ecological values upon which human survival depends. In this regard, ‘farming is again being understood, and practised, as co-production: the interaction and mutual transformation of human actors and living nature. Farming is not only based on “economic exchanges,” but also on “ecological exchange”⁷³ In other words, while ‘repeasantization’ prioritizes the ecological, inverting *neoliberal* modernity, it is not independent of the economic, which is now secondary or subordinate.

The point of this exercise has been to demonstrate the comparative substance embedded in seemingly disparate, and yet ultimately interdependent, ontologies. How they manifest in distinctive instances expresses differential space-time relations within and between them. They are not immutable ways of being so much as historical expressions of ‘world ordering,’ and as such are not only comparable but their ‘histories’ are only understandable through their relation to one another – histories that through encounter progressively (perhaps) reorder

⁷² DE LA CADENA, Marisol. Op. Cit., p. 360-361.

⁷³ VAN DER PLOEG, Jan Douwe. The peasantries of the twenty-first century... Op. Cit., p. 4.

the world. This is the first criterion of incorporated comparison. The second is that through these encounters we gain a more complex understanding of the tensions and possibilities of the current historical conjuncture.

References

- ARRIGHI, Giovanni. **The Long Twentieth Century**. London: Verso, 1994.
- _____. Adam Smith in Beijing. Lineages of the Twenty-First Century. London: Verso, 2007.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. Chaos and Governance in the Modern World-System. Minneapolis: University of Minnesota, 1999.
- CANBY, Peter. Retreat to subsistence. **The Nation**, July 5, p. 30-36, 2010.
- CONNELL, R.W. Why is Classical Theory Classical? **American Journal of Sociology**, v. 102, n. 6, p. 1511-1557, 1997.
- DA COSTA, Dia; Philip MCMICHAEL. The poverty of the global order. **Globalizations**, v. 4, n. 4, p. 593-607, 2007.
- DE LA CADENA, Marisol. Indigenous cosmopolitics in the Andes. Conceptual reflections beyond “politics”. **Cultural Anthropology**, v. 25, n. 2, p. 334-370, 2010.
- DUNCAN, Colin. ‘The practical equivalent of war? Or, using rapid massive climate, change to ease the great transition towards a new sustainable anthropocentrism.’ 2007.
- ESCOBAR, Arturo. **Territories of Difference. Place, movements, life, redes**. Durham & London: Duke University, 2008.
- FERGUSON, James; GUPTA, Akhil. Spatializing states: Towards an ethnography of neoliberal governmentality. **American Ethnologist**, v. 2, n. 4, p. 981-1002, 2002.
- FOSTER, J.B. **Marx’s ecology: materialism and nature**. New York: Monthly Review, 2000.
- GIBSON-GRAHAM, J.K. **A Post-Capitalist Politics**. Minneapolis: University of Minnesota, 2006.
- HALPERIN, Sandra. **Re-envisioning Global Development: A Horizontal Perspective**. Abingdon: Routledge, 2013.

- HART, Gillian. Denaturalizing dispossession: critical ethnography in the age of resurgent imperialism. **Centre for Civil Society Research Reports**, v. 1, n. 27, p. 1-25, 2005.
- HOPKINS, Terence K. World-system analysis: methodological issues.' *In*: KAPLAN, B.H. (Ed). **Social Change in the Capitalist World-Economy**. Beverly Hills: Sage, 1978, p. 199-218.
- LATOUR, Bruno. **We have never been Modern**. Cambridge: Harvard University, 1993.
- MARTINEZ-ALIER, Joan. **The Environmentalism of the Poor**. A study of ecological conflicts and valuation. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.
- MARX, Karl. **Grundrisse**. New York: Vintage, 1973.
- ___. **Capital**. New York: International Publishers, 1974. V. 3.
- ___. **Capital**. New York: Vintage, 1990. V. 1.
- MCMICHAEL, Philip. Incorporating comparison within a world-historical perspective: an alternative comparative method. **American Sociological Review**, v. 55, p. 385-397, 1990.
- ___. Rethinking comparative analysis in a post-developmental context. **International Social Science Journal**, v. 133, p. 351-365, 1992.
- ___. World-systems analysis, globalization and incorporated comparison. **Journal of World-System Research**, v. VI, n. 3, p. 68-99, 2000.
- ___. Revisiting the question of the transnational state. **Theory & Society**, v. 30, n. 2, p. 201-210, 2001.
- ___. Peasant prospects in a neoliberal age. **New Political Economy**, v. 11, n. 3, p. 407-18, 2006.
- ___. In the short run are we all dead? A political ecology of the development climate. *In*: LEE, Richard (Ed.) **The Longue Dureé and World-Systems Analysis**. Albany: Suny, 2012.
- ___. **Development and Social Change: A Global Perspective**. Thousand Oaks: Sage, 2016. 6th edition.
- MITCHELL, Timothy (Ed.). **Questions of Modernity**. Minneapolis: U of Minnesota, 2000.

MONGIA, Radhika. Historicizing state sovereignty: Inequality and the form of equivalence. **Comparative Studies in Society and History**, v. 49, n. 2, p. 384-411, 2007.

MOORE, Jason. Environmental crises and the metabolic rift in world-historical perspective. **Organization & Environment**, v. 13, n. 2, p. 123-57, 2000.

—. The modern world-system as environmental history? Ecology and the rise of capitalism. **Theory and Society**, v. 32, p. 307-377, 2003.

NICHOLSON, Paul. Vía Campesina: responding to systemic crisis. **Development**, v. 51, n. 4, p. 456-459, 2008.

PATEL, Raj; MOORE, W. **A History of the World in Seven Cheap Things**. Oakland: University of California, 2017.

POLANYI, Karl. **The Great Transformation**. Boston: Beacon, 1957 (1944).

ROSSET, Peter. Food Sovereignty and the Contemporary Food Crisis. **Development**, v. 51, n. 4, p. 460-463, 2008.

SCHNEIDER, Mindi; MCMICHAEL, Philip. Deepening, and repairing, the metabolic rift. **The Journal of Peasant Studies**, v. 37, n. 3, p. 461-484, 2010.

STEDILE, João Pedro. Landless battalions. **New Left Review**, v. 15, p. 77-104, 2002.

TOMICH, Dale. **Through the Prism of Slavery**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2004.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past. Power and the production of history**. Boston: Beacon Press, 1995.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Friction**. An Ethnography of Global Connection. Princeton: Princeton University, 2005.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **The New Peasantries**. Struggles for Autonomy and Sustainability in an Era of Empire and Globalization. London: Earthscan, 2009.

—. The peasantries of the twenty-first century: the commoditization debate revisited. **The Journal of Peasant Studies**, v. 37, n. 1, p. 1-30, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System**. New York: Academic Press, 1974.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Philip McMichael

Cornell Cals – Department of Developed Sociology

250A Warren Hall

Recebido: 30/05/2019

Aprovado: 07/06/2019

EXPLAINING STATE FORMATIONS AND TRANSFORMATIONS IN GLOBAL HISTORY, C.1000 - PRESENT

R. Bin Wong¹
University of California, Los Angeles

Abstract: Historians and political scientists both consider the diversity of states that exist in the world, past and present, but each tends to prefer distinct approaches. Political scientists often employ metrics that allow comparisons among many states, such as the degree of democratic or authoritarian forms of governance. Historians tend to consider the nature of state rule in particular times and places according to conditions and concerns specific to their cases. This article, mindful of these two quite different research approaches, considers the ways in which historical comparisons of state formation and transformation in different world regions can help scholars understand some of the reasons for similarities and differences among states in more recent times and help prepare us to ponder possible paths of change in the future. Drawing upon comparisons between China and Europe, the article goes on to make some comparisons across the Americas, ending with thoughts on what can be learned by juxtaposing these two sets of comparisons to make a more global history of state formations and transformations.

Keywords: Global History; World Regions; Comparative History

EXPLICANDO FORMAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO NA HISTÓRIA GLOBAL, C.1000 - PRESENTE

Resumo: Historiadores e cientistas políticos estudam a diversidade dos Estados existentes no mundo, tanto no passado como no presente, mas preferem abordagens distintas. Cientistas políticos frequentemente empregam métricas que permitem a comparação entre diversos Estados, tais como o grau de elementos democráticos ou autoritários de determinada governança. Historiadores tendem a considerar a natureza do governo do Estado em tempos e espaços específicos, seguindo as condições e preocupações próprias dos casos que estudam. O presente artigo, ciente dessas distintas abordagens de pesquisa, considera o modo pelo qual as comparações históricas da formação e transformação estatal em diferentes regiões mundiais pode ajudar a explicar as causas de semelhanças e diferenças entre Estados em tempos mais recentes e preparar-nos para prospectar possíveis caminhos de mudança no futuro. Valendo-se de comparações entre a China e a Europa, o artigo procede a algumas comparações nas Américas e conclui com reflexões sobre o que se pode aprender da justaposição desses dois conjuntos de comparação para a escrita de uma história mais global das formações e transformações dos Estados.

Palavras-chave: História Global; Regiões Mundiais; História Comparada.

In the division of intellectual labor, historians are conventionally expected to analyze and interpret some set of experiences of people living in a particular time and place subject to certain events, social-cultural settings, economic processes, and political systems. We frequently approach our various topics influenced by diverse propositions forwarded by one or another kind of social,

¹ E-mail: wong@history.ucla.edu.

cultural, economic or political theory. These theories in turn often depend on earlier interpretations of historical experiences that yielded propositions deemed general and thus relevant to evaluating what we could expect to find in other times and places. Usually when we find some kind of exception to what we expected based on some theory, we note qualifications on the seemingly simple propositions we find non-historians making. We frequently stress the multiple contingent factors that collectively created conditions that led to distinctive, if not unique, outcomes for our chosen case studies. What we don't often do is consider the possibility that many case studies don't fit the generalizations that inform theories and that therefore these "generalizations" are not as general as they once were before research on world regions beyond Europe expanded.

I want to consider how historians might increase the relevance of our findings to generating more capacious and comprehensive generalizations that can contribute to revising the kinds of theories proposed by scholars in other disciplines and often used by historians, sometime explicitly but also implicitly. If theories can be considered the distillation of general principles from particular practices, then historians can contribute additional historical material to the mix of elements that can produce some new theoretical compound. The capacity of theories to guide us more intelligently may well be enhanced by considering systematically diverse historical experiences using comparative methods.

This article suggests the kinds of comparison that can reframe some approaches to modern state formation and contemporary political transformations. I suggest ways to augment such efforts in order to take in historical material that is not as easily accommodated without recasting our methods of comparison. Scholars of contemporary international relations have become sensitive to the limitations of state building narratives based on the experiences of European states for other parts of the world and at the same time remain attached to a framing of international relations that depends on relations among sovereign states with allowances made for increasingly important non-governmental organizations, including private corporations pursuing economic ends and NGOs dedicated to some specific set of goals. Also recognized is the "incomplete" nature of many contemporary states by the standards laid out in the

political development literature of the 1960s and 1970s. What historians using comparative methods can offer, I suggest, are some possible ways to address two distinct features of how states vary historically and today. The nature of domestic governance and a country's international relations can both be considered in historical terms sensitive to the significance of how constructing political order on different spatial scales in different world regions has always had historically specific features particular to each world region, even when the world region being examined is deeply shaped by its relations to powerful actors from other parts of the world.

Our basic ideas about modern states and contemporary governance issues both emerge out of European historical experiences. This basic fact was recognized by the inclusion of the volume edited by Charles Tilly, *The Formation of National States in Western Europe*, in a series of books developed by Social Science Research Council in the United States entitled "Studies in Political Development", a series that more generally conceived political development as part of a modernization process that carried countries through changes that made them "modern" through the acquisition of traits found in Western democratic societies. What this particular volume edited by Charles Tilly achieved was explaining how the formation of national states in Western Europe was a specific historical process; Tilly, then, followed up with a more comprehensive and systematic account of European state making in *Coercion, Capital, and European States, A.D. 990 - 1992*. Tilly's account worked at both national and world regional levels because the formation of national states in Europe included the twin processes of developing ideas and institutions for domestic governance and principles and practices for inter-state relations within Europe. In the second of these two volumes Tilly stressed variations among European cases concerning the relative importance of capital and coercion as tools for constructing states in different parts of Europe. Looking back roughly three decades since *Coercion, Capital, and European States* was published, the significance of this state making path as a specifically European set of historical experiences seems largely forgotten when taken as a set of expectations for what to find elsewhere. Nor do we consider in the context of Europe being one world region among many the ways in which the

post-WW II path of European integration from economic to political integration creates a kind of governance that straddles an earlier European binary between domestic rule and foreign relations.

Coercion, Capital, and European States, A.D. 990 – 1992 was published a year before the formal establishment of the European Union and the creation of a new kind of political order in Europe that went beyond the borders of national states. The question of how effective the E.U. can become to ensure its member states adopt monetary and fiscal policies that respond in coordinated ways to varied but related conditions across their national economies has been more recently joined by issues of labor mobility and migration by people from other world regions into Europe. Thinking about how European Union might develop its governance practices in the future depends on how national sovereignty is interpreted in the coming years. Europe now faces governance challenges related to its large spatial and demographic scale that are in many ways unprecedented. From a historical perspective that brings in China, the establishment of the E.U. marked the first moment since the Han and Roman empires that China and Europe have shared similar spatial and demographic scales of political order. Europe doesn't meet its governance challenges with a millennia-long history of seeking to sustain political order over a territory as large as the E.U. China does.

While Europe experienced fragmentation and the ultimate crystallization of national states as part of an inter-state system in the centuries following the collapse of the Roman Empire, China recreated empire several times in its imperial history of more than two millennia, basing its rule on an expanding set of political practices rooted in principles quite different from those formulated in Western settings. The last dynasty fell in 1911 and subsequent fragmentation of political order was in a significant way resolved in 1949 with the formation of the People's Republic of China, which claimed sovereignty over most all of the territory claimed by their imperial Manchu predecessors who, in the eighteenth century, stretched their dynastic authority over areas well beyond the Great Wall. The processes and content of this twentieth-century state transformation depended on a combination of domestic and foreign factors that deserve evaluation within the country's own world regional context mindful that by the early twentieth century all world

regions were becoming increasingly connected economically and politically. China historians certainly recognize how different twentieth-century China was from many twentieth-century countries in Europe, but this spatial contrast is not often tied to a temporal depth of history to track the dynamics of state transformation in China with the same level of attention that has been paid to state formation and transformation in European countries. As a result, we find it hard to understand how political order which spans both the nature of formal states and governance more generally not only differed historically in China and Europe, but continue to do so even now. The challenges of better understanding and explaining changing patterns of governance in China and Europe today will no doubt benefit from anchoring both subjects of research in a sense of possibilities each faces with the principles and practices they each hold dear as well as those they can observe being followed in other world regions.

I began to consider some of the historical similarities and differences between Chinese and European patterns of state formation and transformation more than two decades ago in *China Transformed: Historical Change and the Limits of European Experience*. In that book, I took as given that China and Europe c. 1000 differed greatly in the size of their polities and from those differences suggested different sets of challenges and capacities states in each world region would create, as well as noting that the political logics of making claims and making commitments were alternative approaches to constructing political relationships between rulers and ruled. More recently in *Before and Beyond Divergence: The Politics of Economic Change in China and Europe* published in 2011, Jean-Laurent Rosenthal and I considered as the initial conditions for our comparison of economic changes in China and Europe the importance of the size of polities for influencing the kinds of economic activity and the institutions supporting them that would develop. We further offered a specific explanation for why the development of new technologies leading from craft to factory industry was more likely to occur in war-torn early modern Europe than in relatively peaceful early modern China. Our explanation of economic change, in other words, depended on our assessments of Chinese and European politics in this period, as well as our understandings of economically based development possibilities. Building on the

arguments and evidence in those two books, a historically grounded comparison of state formations and transformations could be extended from the cases of China and Europe to other world regions.

If we take a second two-case comparison of state formation and transformation sequences and consider them alongside the China-Europe comparison we can begin to create new comparisons. Each two-way comparison identifies sets of similarities and differences initially relevant to these two cases specifically as members of a two-case comparison. We can then make comparisons among the four cases that make up the two comparisons. I will sketch how research of different world regions, comparisons between two world regions, and comparisons among two-case comparisons suggests an approach toward understanding state formations and transformations that historians can contribute to a literature on states in more recent times largely written by scholars in other social science and humanities disciplines.

China-Europe state formations and transformations offers one concrete comparison among world regions. Different kinds of comparison between world regions can be made in the Americas. Here the shared experience of early modern European colonization as the departure point of similarity can be used. Comparing the Americas has already been an important focus for scholars in development economics and economic history; scholars, such as Stanley Engermann and Kenneth Sokoloff in their 1997 article “Factor Endowments, Institutions, and Differential Paths of Growth in New World Economies,” have sought to assess the significance of a variety of factors, including institutions and factor endowments. However, a similar exercise does not seem to exist in comparative politics where political scientists make comparisons among contemporary Latin American countries but not between Latin American countries and the U.S. and Canada. Political comparisons within the Americas can be conceived in at least two different ways, each of which illuminates important features of state formations and transformations. First, as I have already suggested one can distinguish across the Americas between places where northern Europeans and Iberians settled. Such comparisons allow us to consider differences among their colonies. Second, we can distinguish between North and South America as geographical regions in

which the spatial scales of polities differed considerably, not as dramatically as was the case for Chinese and European state formation processes, but certainly visible nonetheless. The different sizes of what became independent American polities were influenced both by their colonial era political institutions and the kinds of cooperation, competition, and conflict that emerged among them as they freed themselves of colonial rule in the late eighteenth and early nineteenth centuries.

Lacking the background in the historical literatures for the Americas that I have for China and Europe, I cannot responsibly do more than sketch some possibilities to explore that follow from the kind of comparative method I am suggesting. In order to facilitate a state formation and transformations comparison with the China-Europe pairing, I will consider how we can explain the evolution of differently sized polities in North and South America and make additional comparisons between Latin American states and other American states. Before beginning this comparison, however, a brief comment about the common heritage of European colonialism that the Americas shared. In some ways, the formation of American colonies generally was the product of Europeans exporting the political and economic competition they pursued within Europe to other world regions. In addition to the competition among European states for territory in the Americas, there was a second axis of political competition and negotiation between colonial elites and their European rulers. The processes of late eighteenth and nineteenth-century state formation in the Americas emerged out of these two broad sets of relations. One set, the competition between colonial home countries was closely connected to state-making dynamics within Europe, while the other was particular to these two world regions. The options open to would-be American state makers were of course additionally created and constrained in important ways general among state makers everywhere, such as the amounts of resources they could mobilize either to compete with each other or prevent fragmentation from within by groups who desired to separate themselves from the state. In American cases, Native Americans and mixed populations competed with European colonists and their state-making aspirations, as Pekka Hämäläinen in his *The Commanche Empire* and Paul Frymer in his *Building an American Empire*, have respectively demonstrated. The amounts of resources would-be state makers

could mobilize in turn depended on the economic wealth generated by their subjects and their capacities to extract taxes or directly control the sources of wealth themselves. With these general and more specific considerations in mind, I turn with an outsider historian's view of the histories of state formation and transformation in the Americas. To simplify my discussion I do not address either the Caribbean or Central America, mentioning each only in passing.

Beginning in North America, both the U.S. and Canada initially formed through the decisions of groups of colonies to organize themselves into larger confederations. The processes creating separation from the British government differed in the U.S. and Canada, as did post-separation developments of each. The U.S. engaged in territorial expansion through a combination of land purchases, military conflicts, and negotiation of their competing claims over land with European colonial powers. The Louisiana Purchase from France in 1803 included territory that would comprise fifteen states subsequently; the land itself had only been reclaimed by Napoleon in 1800 from the Spanish who had control ceded to them by the French in 1762. The southeastern-most state of Florida was purchased from Spain in 1819 and the northwestern-most state of Alaska in 1867 from Russia. Other parts of Spanish North America remained under Spanish colonial control into the mid-nineteenth century when a war between the U.S. and Mexico followed U.S. annexation of the Republic of Texas (previously part of Mexico) in 1845. The U.S. victory led to the Mexican Cession that consisted of territory comprising the U.S. states of California, Nevada, Utah, as well as much of Arizona, roughly fifty percent of New Mexico, and smaller percentages of Colorado, and Wyoming. This was followed by an 1853 U.S. purchase of Mexican land that makes up southern Arizona and a part of southwestern New Mexico. What became the northwestern states of the U.S. (other than Alaska separated from other U.S. states by Canada) came through the resolution of competing claims to territory to form the states of Oregon, Washington, Idaho and parts of Montana and Wyoming. While Spain and Russia had surrendered claims to the area by the early nineteenth century, Britain and the U.S. disputed control over the region, agreeing to joint occupation until 1827. The resolution of competing claims to the area came in 1846 through treaties that recognized U.S. ownership of land that had been called

the Oregon Territory. The U.S. expansion as a continental state stretching from the Atlantic Ocean to the Pacific Ocean came through a combination of methods that involved competition with European powers and Mexico, another former European colony. A key condition enabling the spread of U.S. state making over such a large territory, at least by the standards of European countries, was the sparse population of much of the lands beyond the original thirteen colonies.

The paucity of population across what became the continental United States was even greater in what became Canada. The state making process there involved an initial act of confederation in 1867 similar in some respects to that forming the original thirteen United States some nine decades earlier, but in very different circumstances regarding relations it had with its former colonial ruler Great Britain, as well as the presence of significant numbers of French-speaking Canadians, the product of French colonial aspirations of an earlier era. For present purposes, I will highlight elements of the Canadian state's relationship to Great Britain that indicate how the state formation process creating Canada did not create a legally sovereign country until well into the twentieth century, noticeably different than the model of modern national state formation drawn out of European history. The 1867 confederation forming Canada made the country legally a dominion of the British Empire. Similar to Australia, New Zealand, and South Africa, the political status of these nineteenth-century countries was clarified in the twentieth century through increasing legal recognition of autonomy but not legal sovereignty. Self-government was limited to matters domestic to Canada, while the dominion's foreign policy was formulated in Great Britain. In principle, the British legislature retained the authority to intervene in Canadian self-government, while Canada and other dominions were not allowed to have their own diplomatic presence in foreign countries. Full constitutional sovereignty in Canada was only legally achieved in 1982.

Both Canada and the United States initially formed politically through agreements to combine territories previously under distinct colonial administrations. Their processes of state formation expanding over large spaces were both enabled by the paucity of settlers and indigenous populations, one consequence of which was the absence of would-be political competitors to

territorial growth that would have existed were their more large settlements of people. State formation in Mexico was significantly different. No political leaders of separate colonies made an initial agreement to combine into a single state. Colonial Mexico was part of the Viceroyalty of New Spain which had a bureaucracy of sorts. From the Crown's perspective, officials were appointed to take on duties of rule, key among which was raising taxes, in a manner that at least in form resembled some practices in Spain itself. In reality, the distance separating the Crown and New Spain and the absence of well-developed bureaucratic rules and educational preparation for being an official, both present for centuries already in China, meant that Spanish colonial officials each had a flexible if not entirely free hand in creating their rule at the same time as Catholic priests mounted related efforts to reach the souls of peasant populations. Distinct from all these actors were the local elites with whom colonial officials had to deal; they were typically drawn to Mexico by economic opportunity and succeeded in establishing interests in land, commerce or mining. Colonial Mexican society was further complicated by the process of inter-marriage between Spanish and Amerindians that created a new category of mestizo that subsequently referred to mixed race people more generally. Socially and politically, colonial Mexico was organized in ways very different from those of colonies to their north. Not surprisingly, the overthrow of Spanish rule in Mexico did not follow a path similar to either the U.S. or Canadian cases.

The differences in nineteenth-century state formation narratives between the U.S. and Mexico are hardly surprising and not as typically compared as are Mexico with other Latin American countries. I would like to suggest that we can also usefully consider Mexico in a North American world region—not as an alternative or substitute to Mexico as part of a Latin American world region, but instead as another way to see how regions are constructed by different sets of connections and shared traits.

A world regional focus more generally I think is worth considering any time we can distinguish the kinds of comparisons and connections that exist within a world region from those connections and comparisons that relate the region or parts of it to places beyond the region. A world region, as I use the term, is not a

formal politically defined space marked by constituent political units with clear borders. Instead, a world region is formed by the kinds of political, economic, social, and cultural connections among parts of the world region that differ from the mix of relations that those parts of the world region have with places beyond the world region. Whether relations within a world region or those between outside powers and places within the world region prove most significant varied over time. Within a world region the number and importance of connections a particular place had with other places varied; at some points in history, the connections of a place could be so limited that they do not matter for some assessments of state transformation. Both nineteenth-century Canada and Cuba had ties to European countries at the same time as they both dealt with the United States—being part of an American world region did not mean that the relative importance of political relations within the region compared to that of political relations with states elsewhere remained constant over time. What a world regional focus enables is more careful attention to variations among state making dynamics that exist among world regions.

One of the key aspects of European state making is the similarities among processes of national state formation in Europe and the connections between them that make a connected narrative of shared state making aspirations and challenges rooted in the political and economic competition between them. At times competition could be managed peacefully and at others it was pursued through the use of violence, be it small-scale piracy or large-scale war. State formation in North America shared some traits with the processes in Europe and was certainly connected to them. Nevertheless, North American state formation processes also bore features specific to this world region. Given their growth into large countries, state formation in North America took place as domestic processes that could, nevertheless, have important connections, as the cases of Mexico and the U.S. make clear. The U.S. would not have become a continental power without gaining formerly Mexican territory. By the mid-nineteenth century, Mexico lost roughly half of its territory to the U.S., largely through defeats in warfare. U.S. relations with Canada, in contrast, proceeded diplomatically and without the scale of competition for control over land that the U.S. had with its southern neighbor.

North American state formation involved a variety of ways in which colonies separated from their European rulers and then were combined by North American state makers.

For Canada and the U.S., sparse native populations with whom European settlers did not inter-marry created a sharp line of division between natives and white settlers that was less precise in Mexico. In addition there were African slaves and their descendants, the presence of whom was especially strong in the southern U.S, while Mexico had an earlier history of African migrations and Canada far smaller connections to Africa. Strong differences in the characteristics of colonial administration created different sets of options for how political independence was pursued and the structures of government that were forged, despite shared European political ideals of nineteenth-century liberal republics. The contrasts will become even stronger when we consider Latin American countries further in a moment. The differences I am stressing concern political transformations. I note in passing that these political contrasts were accompanied by economic differences that did not simply parallel political differences—the U.S. and Canadian economies, for instance, were more integrated into international trade than Mexico was, but the same contrast could also be made between Mexico and two of South America's largest countries, Argentina and Brazil. A fuller treatment of economic changes to complement the political transformations that form the main focus of this article would no doubt yield a more complex picture of how political and economic developments became entwined in a variety of ways across the Americas during the nineteenth century.

To conclude this portion of the essay on North American states, I will introduce a comparison with European state formation that reminds us of how European models of state formation don't quite capture the dynamics taking place in North America. First, the contrast of European state-making being all about forging strong central governments seems quite different than any of the three nineteenth-century North American states, none of which has a very strong and significant central government for many decades after the states were first established. In the Canadian and the U.S. cases constitutional scholars can attribute the limits to central government power to their federal systems of

government. Federal governments took on responsibilities transcending the jurisdictions of their states or provinces. In the Mexican case, historians can simply state the chaotic political situation before 1850 and the persistence of ongoing uncertainties regarding the type of state that could and would be constructed. Second, what the three cases share is a trait that distinguishes all of them from European states, namely their large territorial sizes and relatively sparse populations compared to populations and territories of European countries, not to mention China. These territorial and demographic features made the challenges of governance largely domestic and these were largely met at lower levels of government and within civil society in the cases of Canada and the U.S. The viability of the United States as a unified country was certainly brought into question by its Civil War (1861-1865), while Mexico, once stripped of former territories that became part of the United States, may have had a weak national state but it remained a single state with some competition from within and with certain aspirations of becoming a liberal republic, pursued more fervently after its loss of territory to the U.S. at mid-century. Even after this loss however, Mexico remained a large country with a central government lacking the kinds of capacities to exert power and authority so highly stressed in the European state formation literature. Thus, as part of the comparison of state sizes in North and South American world regions, North American cases all ended up being large territorial states with population densities far lower than in either the Chinese or European world regions and with central governments formed that did not follow European norms for strength in a sustained and ongoing competition with other states making up their world region.

As a bridge to considering state formations and transformations in South America as a world region, I'll make a few comments about Mexico as a Latin American state. I do so recognizing that historians can consider different comparisons and connections among state formation and transformation processes according to how they define world regions. Taking Mexico as a Latin American state allows us to see a common temporal rhythm of more serious and successful efforts at national state formation coming throughout Latin America after the mid-nineteenth century. In the Mexican case an earlier generation of

scholarship highlighted the role of regional political and military leaders, *caudillo*, who wielded what actual power existed in post-independence Mexico for several decades. More recent generations of Mexican historical scholarship have looked well beneath the politics of state formation to look at local actors, many of whom resisted successfully state making initiatives and for some of whom identifying with Catholic ideas and institutions rather than secular liberal republicanism proved more appealing. In his 2017 review of trends in Mexican historiography, “All Politics are Local,” Mark Wasserman considers six books that together suggest a return to a focus on topics related to nineteenth-century state formation and transformations that had not been studied much for many years. In his view, the return to these earlier topics doesn’t simply recapitulate older positions, but at the same time doesn’t adequately explain the linkages between the regional and national political issues being addressed and more local conditions that include relations of the Mexican state with local elites and the population more generally. This observation strikes me as reflecting a feature of Mexican efforts at state formation that contrasts with the other two North American cases and resembles a trait found in some South American state formation processes as well.

Both the U.S. and Canadian processes of state formation involve efforts at federation, which represent a kind of bottom-up formation of a state. There emerged in each a balance and fit between central and local authority that was subject to strain and redesign but was a key feature of their political evolutions. In contrast, Mexico exhibited much more conflict between top-down efforts at creating a state and bottom-up resistance to the ideology and institutions that proponents of a liberal republic put forth. As we move to look at South American processes of state formation a similar lack of coordination and fit between top-down and bottom-up components of state making is also in evidence.

A diverse set of societies and political forms existed in South America during the pre-Columbian period—from tribes in the Amazon rain forest to the Inca Empire centered in the Andes mountains in the western part of the continent, the political and social organization of this world region varied considerably. After conquest, societies became diverse for additional reasons as the proportions of indigenous peoples, Iberian settlers, mestizos, and Africans varied, to some degree

influenced by distinct environmental geographies that supported different kinds of economic activity. As in Mexico, there were specific kinds of economies associated with different natural environments—mining, plantation agriculture, and combinations of pasture with farming. Considering Mexico and South America a bit further, where large-scale haciendas in Mexico used poor indigenous labor to produce for domestic markets, Brazilian coffee and sugar plantations went to export markets that used African slave labor until the late nineteenth century. What was true throughout South America was a sharp social hierarchy and concentration of political power among the European settler elites. Such a contrast could also be found in slaveholding southern states of the U.S., but the political power of these elites had to compete with the political elites of northern states, for which there were no close counterparts in Latin America.

Across the diverse conditions and previous histories that shaped the ways in which several independent states were formed in nineteenth-century South America in the territories previously subject to Iberian colonization, I wish to pose as a hypothesis to explain the character of state formation. My hypothesis stresses two relationships: 1. the particular relationship between political ideologies and administrative institutions in Latin America; 2. the relationships between state formation and social elites. I am leaving Guyana and Suriname in the northeast of South America aside because they were colonized by Dutch and English Europeans and French Guiana since it remains until today a French territory. The presence of such polities is a reminder that the colonization of the Americas was a process shared by several European states and those that were far more important to the historical evolution of states in North America left a mark as well in South America. As a non-specialist historian of Mexico and Latin America more generally, the comparisons about state formation and transformation I make cannot be based on even modest familiarity with either sources or scholarship on many key subjects. The two relationships I pose as perhaps key to explaining state formation and transformation in South America have the virtue of enabling comparisons with both state formations and transformations in North America, in Europe, and even China. I am deliberately seeking to identify components of a broader comparative frame of reference within which to look at state formations and transformations in

different world regions that allows for a recognition of patterns specific to different world regions and the reasons for them, as well as the possibility of moving toward a more conceptually refined and empirically grounded theory of state formations and transformations.

In his award-winning book on Latin America, *The Other West: Latin America from Invasion to Globalization*, Marcello Carmagnani offers suggestions for what distinguished Latin America from other parts of the Americas as well as what shaped the Americas as common influences from their shared European heritage. He intends to explain both political contrasts within the Americas, and their shared participation in a larger nineteenth-century global order that was politically constructed according to principles and practices formulated by European powers. Considering the principles of free trade and freedom, he says:

Although the paths taken by the two continents to implement these principles were not necessarily the same, both sides were looking for new economic, social, and political forms within the same philosophical framework of liberalism, which is the foundation of nineteenth-century civilization.²

He goes on to highlight a shared belief in constitutionalism among Latin American elites whether they sought autonomy under the Spanish monarchy or independence from their European colonizer:

Both the autonomists and independentists favored constitutionalism, and neither as yet had a clear idea of the more appropriate form of government for each country, a republic or a monarchy. The result was that the real conflict in Spanish America between 1820 and 1850 was between monarchy and republic and whether the form of government should be unitary, a confederation, or federal.³

To explain why Latin American countries, despite desires for a democratic form of government, failed to create that kind of state, he argues:

Thus, in its separation from the monarchic order, Latin America resembled other parts of the Western world seeking a constitutional order that would allow political actors to choose a liberal,

² CARMAGNANI, M. **The Other West: Latin America from Invasion to Globalization**. Oakland, CA: University of California, 2011. p. 86.

³ Ibidem. p.107.

representative form of government with balanced constitutional powers. The difference in Latin America was that the lack of an absolutist, centralized government during the colonial era unleashed strong secessionist forces that produced broad regional autonomies.⁴

His explanation for the different state formation processes for Canada and the U.S. compared to those among Latin American states considers the nature of colonial era government and the absence of an absolutist, centralized government. Yet, one might also observe that it was a constitutional monarchy, England, which had a far greater impact on the state formations of the U.S. and Canada than any absolutist European state did. If we turn to colonial administrations themselves, Spanish and Portuguese colonial administrations were varieties of top-down administrations because European rulers in both instances expected their colonial officials to remain far more closely connected to the political priorities originating in their European capitals, even as those colonial officials had to make decisions on how to rule largely on their own, mindful of the constellations of American elites and broader populations seeking to influence how political order would affect them. In contrast, the English colonies that became the United States formed according to three different methods. In charter colonies and proprietary colonies, governance was in the hands of local leaders within the colony, while only royal colonies were under direct rule by the English Crown through an official appointed by the King. The frequent involvement of elites in governance created institutional possibilities for elites to construct political order when some decided to seek independence. They could conceive doing so because members of the privileged classes had already participated in formulating and implementing colonial rule.

Iberian colonies were under officials appointed by either the Spanish or Portuguese crowns. Elites sought to negotiate with authority appointed to rule over them without the kinds of institutionalized participation present in English colonies. The differences among colonial administrations mirrored in important ways differences in the nature of early modern European states themselves. These differences in the nature of colonial governance in Americas also occurred before the formulation of the nineteenth-century ideologies that gave elites and to varying

⁴ Ibidem. p. 135.

degrees lower strata of different societies across the Americas a commonly shared vision of desirable principles for political order. The formation of independent states out of former colonies certainly did share some common tenets of political ideology, but they were forged out of quite different colonial relations between political authority and social elites. These differences influenced the likelihood that the institutions needed to implement nineteenth-century constitutional liberalism would be very feasible to construct—both in former American colonies and in Europe itself.

The colonial era relationships between the institutions of governance and elites subsequently affected the size of independent states that emerged. In addition, the small size of settler populations relative to the land and resources available meant that competition among these states to develop at the expense of each other did not exist as strongly as it did in Europe. While Mexico would of course have been much closer to the size of the United States had it not lost roughly half its territory to the U.S. in the mid-nineteenth century, it remains larger than all South American states other than Brazil. More research will be needed to make clearer all the reasons for these contrasts in spatial size of states. Here, I will simply ask if Mexico not fragmenting after the mid-nineteenth century, often attributed to the liberal state building efforts, may not also be an outcome made likely because the state was not able to make any great centralizing effort at the expense of elites in the different provinces. In other words, the Mexican formation of a liberal federal government seems more of a top-down operation that fails to penetrate deeply, while in different ways U.S. and Canadian state formations enlisted the agreement of provincial or state-level political elites.

Turning to South America, initial Iberian colonization led to a division of the world region into Spanish and Portuguese territories. The Portuguese gained control over a smaller portion of South America than the Spanish, but were able to organize colonial rule under a single administration that even became the seat of the Portuguese royal rule between 1808 and 1821 when the crown fled Napoleon's advance; during that period Brazil became a kingdom that was united with the Kingdom of Portugal. After Napoleon's defeat and the crown's return to Europe, the nature of imperial control over the colonial administration of Brazil became

contested, leading to the Brazilian colonial regent, himself a son of the Portuguese king, declaring Brazil independent, thereby becoming South America's largest country, larger in fact than the United States until the Mexican Cession at the end of the Mexican War.

Spanish South America became nine different countries, based in part on former Spanish colonial administrative boundaries. Initially much of northern South America and a portion of Central America were liberated from Spanish rule by Simon Bolivar and for a bit more than a decade (1819-1831) formed Gran Colombia, and from which the contemporary countries of Colombia, Ecuador, Panama, and Venezuela, as well as parts of northern Peru, western Guyana, and northwest Brazil all subsequently emerged. From my decidedly limited understanding as a non-specialist of the region, it strikes me that various elites across the northern portions of Spanish South America lacked any institutional bases upon which to manage their competing interests that could foster political cooperation and coordination among different elite interests. The absence of institutional bases upon which to form states akin to those present in North America highlights the importance of the different previous colonial institutions. Moving to the rest of formerly Spanish South America, the states of Argentina and Chile formed along colonial administrative boundaries, while Uruguay and Paraguay emerged as far smaller states that became independent along those portions of the frontier separating two of the continent's largest countries, Argentina and Brazil. Argentina and Brazil fought wars as part of their state making process on the continent with Uruguay and Paraguay forming as buffer states.

Through comparing patterns of state formation across the Americas, it becomes clear that state making across these world regions owed much both to European political ideologies and European political institutions. It is important to distinguish ideologies and institutions from each other because it appears that differences in colonial political institutions were a key factor influencing the subsequent kinds of independent states that emerged in the nineteenth century. The nineteenth century was a period when the political ideology envisioning a liberal constitutional republic animated aspirations for political order throughout

the Americas at the same time as the institutions to construct this form of political order varied considerably. The different sizes of states in North and South America in part reflects the ways in which European political ideologies and institutions initially formulated in one kind of world region could be translated into states of very different sizes when transplanted into world regions that were far more sparsely settled making. A kind of bottom-up agreement regarding the formation of larger unions composed of previously separate colonies applied political principles that worked quite differently when engaging the top-down authority of a European royal ruler.

To conclude I offer some very brief observations and speculations about comparing American processes of state formation and transformation with those in China and Europe. To start in South America where I ended my sketch of American patterns of state formation, one can observe that the competition among larger South American states such as Argentina and Brazil includes the formation of smaller states that acted as buffers between them, much as some smaller states in western Europe performed a similar role between larger and more powerful states. The liberation of much of northern South America from colonial rule led to formation of states, each able to control far smaller countries than existed as the territory of the Spanish colonial state. This may parallel in some ways the fragmentation of former European territorial empires such as the Austro-Hungarian Empire. The formation of smaller modern-era states in both cases contrasts with Brazil's persistence as a single large state even as its capacities to govern have not proven stable and secure since the late nineteenth-century constitution declared a federal structure of government. The fragility of large federal systems such as Brazil and Mexico contrasts with the very different political traditions relating center and province in Chinese history. In China, the formation of top-down imperial authority enabled through a well-developed bureaucracy was enhanced by the pursuit of local social and political order by officials and local elites in complementary ways. Bottom-up elite participation in the construction of their local societies created the pre-Republican era structure of Chinese political ideology and institutions that were transformed in the twentieth century. That long and complex process deserves its own separate treatment.

I end this essay with the hope that recognizing the diversity of state formation and transformation processes historically through acts of comparison will become a more common practice. With comparative methods, historians can make the histories they study more clearly relevant to our understanding of more recent times across the globe and help create more robust theories able to account for the diversity of state formation and transformation experiences that occurred across different world regions.

Acknowledgments

I thank the editors, Alexandre Moraes and Tâmis Parron, for their patient advice and constructive guidance in the writing and revisions of this article. I also thank my wife, Julia Strauss, for taking precious time otherwise devoted to finishing her forthcoming book on mid-twentieth century Chinese state transformations, **State Formation in China and Taiwan: Bureaucracy, Campaign, Performance**, to provide useful comments and criticisms.

Bibliography

CARMAGNANI, Marcello. (trans. Rosanna M. Giammanco Frongia). **The Other West: Latin America from Invasion to Globalization**. Oakland, CA: University of California, 2011.

ENGERMANN, Stanley; SOKOLOFF Kenneth. Factor Endowments, Institutions, and Differential Paths of Growth in New World Economies. *In*: HABER, Stephen (Ed). **How Latin America Fell Behind: Essays on the Economic Histories of Brazil and Mexico, 1800-1914**. Stanford, CA: Stanford University, 1997.

FRYMER, PAUL. **Building an American Empire: The Era of Territorial and Political Expansion**. Princeton, NJ: Princeton University, 2008.

HÄMÄINEN, PEKKA. **The Commanche Empire**. New Haven, CT: Yale University, 2008.

ROSENTHAL, Jean-Laurent; WONG, R. Bin. **Before and Beyond Divergence: The Politics of Economic Change in China and Europe**. Cambridge, MA: Harvard University, 2011.

TILLY, Charles. ed. **The Formation of National States in Western Europe**. Princeton, NJ: Princeton University, 1975.

TILLY, Charles. **Coercion, Capital, and European States, 990-1992**. Oxford, UK: Blackwell, 1992.

WASSERMAN, Mark. All Politics are Local: Nineteenth-Century Mexico Revisited. **Latin American Research Review**, v. 52, n. 5, p. 901-909, 2017.

WONG, R. Bin. **China Transformed: Historical Change and the Limits of European Experience**. Ithaca, NY: Cornell University, 1997.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

R. Bin Wong
UCLA History. 7262 Bunche Hall. 315, Portola Plaza.
Los Angeles, CA 90095.

Recebido: 26/05/2019
Aprovado: 08/06/2019